



RELATÓRIO E CONTAS 2014

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

ÍNDICE

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO

Relatório do Conselho de Administração – Contas Consolidadas	03-21
Demonstrações Financeiras Consolidadas	22-29
Notas às Contas Consolidadas	30-193
Anexos Consolidados	194-231
Relatório e Pareceres às Contas Consolidadas	232-237

RELATÓRIO E CONTAS SEPARADO

Relatório do Conselho de Administração – Contas Separadas	238-241
Demonstrações Financeiras Separadas	242-246
Notas às Contas Separadas	247-257
Relatório e Pareceres às Contas Separadas	258-262

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO SOCIETÁRIO	263-270
---	---------

FIDELIDADE

**RELATÓRIO
DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO
CONTAS
CONSOLIDADAS**



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento das exigências legais e estatutárias de prestação de informação, vem o Conselho de Administração da Longrun Portugal, SGPS, S.A., doravante Longrun, apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2014.

A satisfação dessas exigências constitui também uma oportunidade para, precedendo a análise da evolução dos vários segmentos do negócio e a apresentação das demonstrações financeiras, expor, em traços gerais, os aspetos de maior relevância para a caracterização da empresa, bem como as principais linhas de orientação no desenvolvimento da sua atividade.

1. SÍNTESE DE INDICADORES

(Milhões de Euros)

	2014	2014 Proforma (*)
LONGRUN PORTUGAL (Contas Consolidadas)		
Ativo Líquido	14 223,4	14 223,4
Capitais Próprios	1 167,2	1 167,2
Interesses minoritários	316,2	316,2
Passivo	12 740,0	12 740,0
- dos quais Responsabilidades Técnicas	11 613,1	11 613,1
Rácio de Solvência (Contas Estatutárias)	138,5%	138,5%
Resultado Líquido (Contas Estatutárias)	123,8	152,2
Rácio Combinado Líquido de resseguro	99,3%	99,9%
- Loss Ratio	69,1%	70,8%
- Expense Ratio	30,1%	29,1%
ATIVIDADE SEGURADORA		
Prémios Brutos Emitidos (milhões de euros)	2 824,9	4 185,3
Ramos Vida	122,5	188,4
Contratos de Investimento (Instrumentos Financeiros)	2 014,8	2 899,2
Ramos Não Vida	687,7	1 097,7
Quotas de Mercado (Atividade em Portugal)	28,0%	28,0%
Ramos Vida (incluindo Contratos de Investimento)	28,9%	28,9%
Ramos Não Vida	25,6%	25,6%

(*) Considerando 12 meses de atividade das empresas integradas no perímetro de consolidação

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. obteve um resultado estatutário consolidado de 123,8 milhões de euros, tendo atingido em 2014, um volume de prémios (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento) de 2.827 milhões de euros (4.181 milhões de euros em termos proforma).

O conjunto de empresas detidas maioritariamente pela Longrun assegurou a manutenção da liderança do mercado segurador nacional, com uma quota

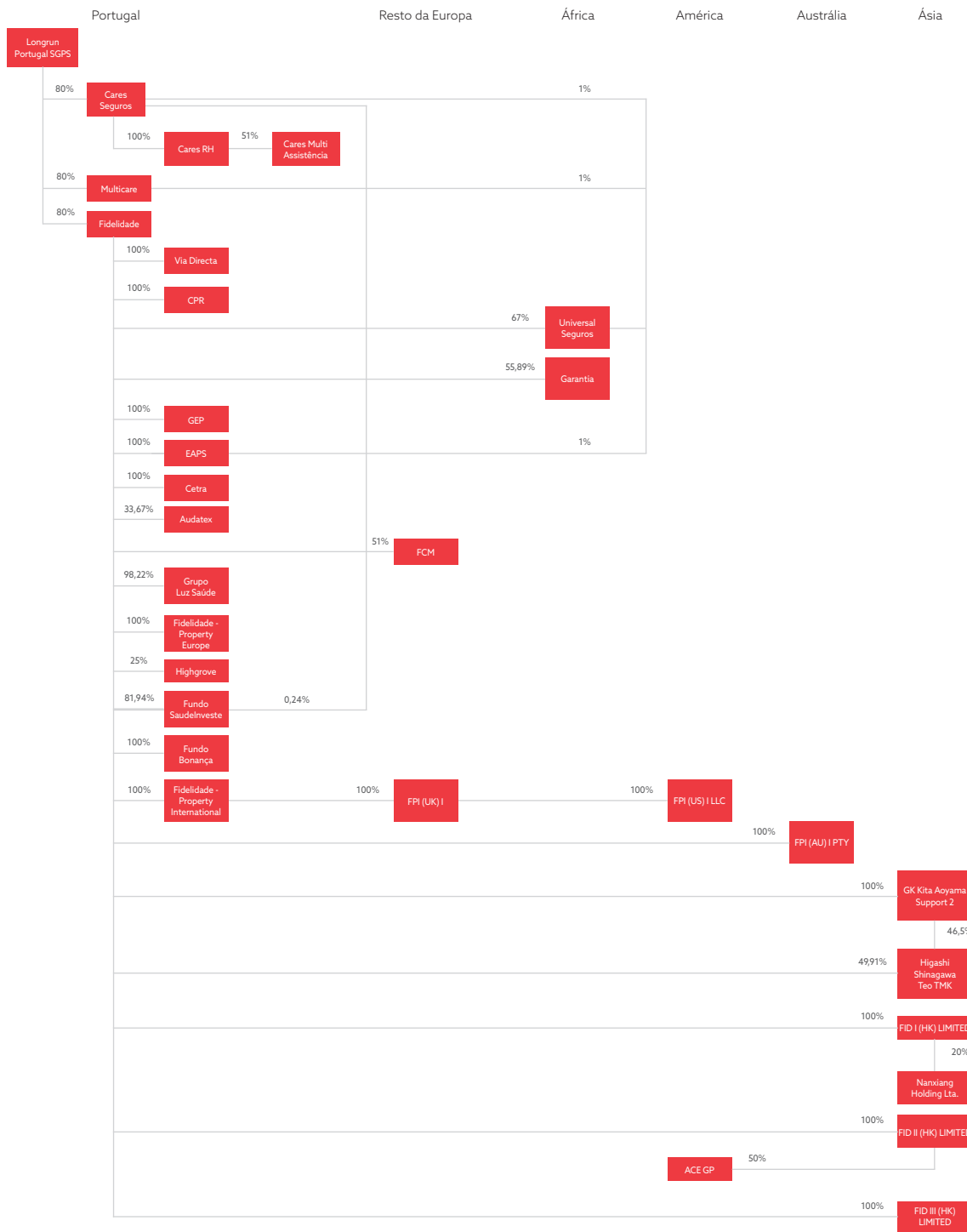
de mercado total de 28,0%, ocupando, de forma destacada, o lugar de topo, quer no conjunto da atividade Vida, quer no conjunto da atividade Não Vida, bem como em todos os seus principais ramos.

O Ativo Líquido consolidado da Longrun situou-se em 14,2 mil milhões de euros, tendo por sua vez os Capitais Próprios, incluindo Interesses Minoritários, ascendido a 1,5 mil milhões de euros.

3. APRESENTAÇÃO DA LONGRUN

No final de 2014 a Longrun detinha uma participação direta de 80% nas seguradoras Fidelidade, Multicare e Cares, através das quais detém uma presença relevante

no mercado segurador e hospitalar em Portugal, bem como uma presença internacional em diversas geografias.



3.1. DIMENSÃO/POSICIONAMENTO DA LONGRUN

A área seguradora da Longrun atua globalmente no mercado segurador português, comercializando produtos de todos os ramos de seguros, no âmbito de uma estratégia multimarca e através da maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos de seguros do mercado nacional: agências Fidelidade; mediadores ligados; agentes; corretores; agências bancárias CGD; balcões CTT; internet e canal telefónico.

No que respeita à atividade internacional, a área seguradora da Longrun está presente em sete países, distribuídos por três continentes (Espanha, França, Luxemburgo, Macau, Angola, Cabo Verde e Moçambique).

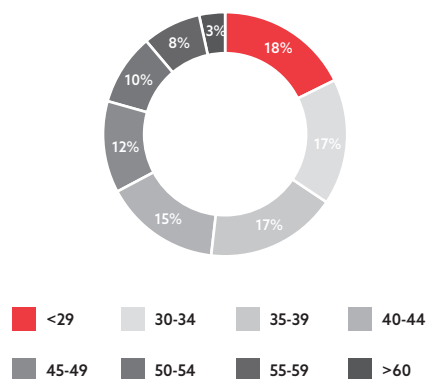
Na área hospitalar detém uma participação maioritária na Luz Saúde, que é um dos maiores grupos de prestação de cuidados de saúde no mercado português, prestando serviços através de 18 unidades presentes em todo o território nacional.

3.2. RECURSOS HUMANOS

No final de 2014, existiam 8.384 trabalhadores em serviço no conjunto das empresas que integram o perímetro de consolidação da Longrun, estando 3.609 trabalhadores afetos às empresas da área seguradora e 4.775 trabalhadores ligados à atividade hospitalar.

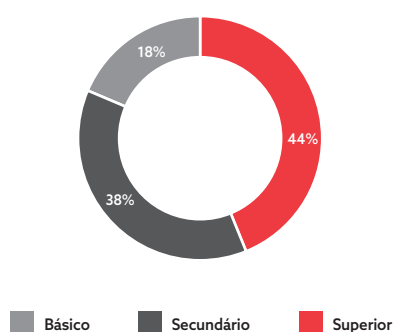
O efetivo permanente apresentou uma idade média de 40,0 anos e uma antiguidade média de 10,8 anos.

Estrutura Etária



Em termos de formação académica, há a referir que os colaboradores com formação superior representam 44% do total.

Nível de Habilitação



4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E COMPETITIVO

4.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

No que respeita à economia nacional, o ano de 2014 fica marcado pelo fim do Programa de Assistência Económica e Financeira e pela recuperação da capacidade de financiamento junto dos mercados internacionais.

Para tal foi necessária a conjugação de diversos fatores externos e internos, sendo de destacar o aumento da integração institucional a nível europeu, a diminuição da perceção de risco associada à economia portuguesa, o processo de consolidação orçamental, a melhoria das contas externas e a desalavancagem dos setores financeiro e não financeiro.

Em consequência, e apesar de alguns desequilíbrios estruturais que continua a evidenciar, tem vindo a verificar-se uma gradual recuperação da economia portuguesa que, em 2014, terá registado um aumento do PIB (cerca de 1%) pela primeira vez nesta década, suportado na evolução do consumo privado e do investimento.

Por outro lado, e apesar da relativa estagnação económica dos principais parceiros comerciais, as exportações de bens e serviços registaram um crescimento próximo de 3%, em particular ao nível dos bens energéticos refinados e do turismo, o que, para além do efeito na balança com o exterior, evidencia o aumento relativo dos recursos afetos aos setores de bens e serviços transacionáveis.

De referir, contudo, que, em 2014, as importações registaram um crescimento de 6%, superior ao das exportações, o que conduziu a uma deterioração do saldo da balança de bens e serviços, que ainda assim manteve um valor positivo em torno de 1,6% do PIB.

A inflação, em 2014, deverá ter registado um valor sensivelmente nulo, claramente inferior ao objetivo de longo prazo de 2%, beneficiando da moderação salarial, decorrente das condições existentes no mercado de trabalho, e da descida dos preços das matérias-primas, em particular do petróleo.

Relativamente ao mercado de trabalho, verificou-se uma tendência de redução da taxa de desemprego, que registou um valor médio anual próximo de 14%, refletindo quer a melhoria da atividade económica, quer a redução da população ativa, com especial incidência nos segmentos mais jovens onde a emigração se tem feito sentir de forma mais vincada.

A política orçamental manteve-se restritiva em 2014, com a manutenção de diversas medidas de austeridade, nomeadamente redução de vencimentos de funcionários públicos e pensões e aumento da carga fiscal, sendo expectável o cumprimento do objetivo para o défice orçamental de 4% do PIB, excluindo o efeito não recorrente do financiamento às empresas públicas de transportes.

Apesar da melhoria verificada ao longo do ano de 2014, as condições de financiamento mantiveram-se restritivas, o que, aliado ao elevado nível de endividamento, continuará a ser um fator limitador do crescimento futuro da economia portuguesa.

Em 2015, a economia nacional deverá registar um crescimento próximo de 1,5%, que, embora reduzido, representa uma aceleração face ao esperado para 2014 e consolida a inversão do ciclo recessivo iniciado em 2011.

Esta evolução deverá continuar a assentar no comportamento do consumo privado, investimento e exportações, pelo que é suscetível de ser impactada por fatores que afetem a procura externa dirigida à economia portuguesa, bem como pelas condições de financiamento futuras.

4.2. ENQUADRAMENTO COMPETITIVO DA ÁREA SEGURADORA

Em 2014, o mercado segurador nacional voltou a refletir as condicionantes de uma conjuntura económica desfavorável, tendo, contudo, apresentado um crescimento de 9,1% no montante de prémios, para 14,3 mil milhões de euros (equivalente a cerca de 8% do PIB), beneficiando da recuperação do montante de prémios do ramo Vida.

Neste sentido, a atividade Vida conheceu um aumento do montante de prémios em 12,9%, para 10,4 mil milhões de euros, beneficiando da alteração das políticas de captação de recursos por parte dos principais grupos financeiros nacionais e da maior procura por PPR's, produto que reflete os receios relativamente à redução futura do nível de pensões asseguradas pelo Estado.

Por outro lado, a atividade Não Vida apresentou um decréscimo de 0,1%, tendo o montante de prémios atingido 3,9 mil milhões de euros. Esta evolução, apesar de traduzir uma melhoria face a anos anteriores, continua a refletir a fragilidade da economia nacional, com particular impacto nos ramos Automóvel e Transportes.

De referir, por outro lado, o aumento do montante de prémios no ramo Doença, que reflete a crescente preocupação com as restrições orçamentais do Serviço Nacional de Saúde, e ainda a inversão da tendência de decréscimo que se vinha verificando no ramo Acidentes de Trabalho, refletindo a melhoria do mercado de trabalho e uma política tarifária mais equilibrada.

De uma forma geral, o mercado segurador apresenta uma diminuição dos níveis de concentração, tendo-se verificado um aumento de quota por parte das seguradoras de menor dimensão.

4.3. ENQUADRAMENTO COMPETITIVO DA ÁREA HOSPITALAR

O Setor Hospitalar em Portugal constitui, tradicionalmente, uma área de intervenção privilegiada de entidades públicas, sobretudo no que diz respeito aos grandes sistemas de saúde, complementada pela clínica privada e por instituições com caráter associativo ou de solidariedade social.

Na última década, os gastos em saúde cresceram a um ritmo superior ao do PIB, levando a que Portugal seja um dos países da UE com maiores gastos em saúde (superior a 10% do PIB).

Nos últimos anos tem-se vindo igualmente a assistir ao aparecimento e à expansão de grandes projetos privados, pois a dinâmica das sociedades modernas modifica os paradigmas dos sistemas de saúde, por via do acesso generalizado à informação – o qual amplia as expectativas e exigências dos cidadãos no que diz respeito à escolha e acesso a cuidados de saúde.

As unidades de saúde privadas têm vindo a concentrar o esforço na disponibilização de oferta de serviços de excelência, com profissionais altamente qualificados nas respetivas áreas e na utilização dos mais modernos equipamentos, respondendo a uma procura crescente e seletiva, potenciada por uma adesão crescente aos seguros de saúde.

Os indicadores disponíveis apontam para uma dimensão já significativa e rapidamente crescente do setor privado de saúde, estimando-se que o volume de negócios seja aproximadamente 15.00 milhões de euros.

5. ANÁLISE FINANCEIRA CONSOLIDADA

5.1. RESULTADOS TÉCNICOS

Os resultados técnicos consolidados atingiram, em 2014, 228,7 milhões de euros, refletindo sobretudo o comportamento favorável da atividade financeira.

Da análise das principais rúbricas da conta técnica consolidada destacam-se os seguintes aspetos:

- O resultado técnico dos ramos Vida foi de 131 milhões de euros, fortemente influenciado pelo desempenho favorável da atividade financeira;
- Nos ramos Não Vida, o resultado técnico situou-se em 97,7 milhões de euros, refletindo igualmente a evolução dos rendimentos financeiros da atividade financeira, tendo o Rácio Combinado Líquido de resseguro ascendido a 99,3% (99,9% em termos proforma anuais).

5.1.1. RAMO VIDA

No que respeita ao ramo Vida, a Longrun desenvolve a sua atividade essencialmente através da Fidelidade, que segue uma abordagem multicanal, utilizando nomeadamente canais tradicionais, bancário e CTT.

Em 2014, a Longrun atingiu um montante de prémios de seguro direto do ramo Vida, incluindo recursos captados no âmbito de contratos de investimento, de 2.137 milhões de euros (3.088 milhões de euros proforma), refletindo um desempenho favorável dos produtos financeiros.

O resultado técnico foi de 131 milhões de euros, positivamente influenciado pelos proveitos de investimentos, decorrente, sobretudo, da realização de mais-valias financeiras.

5.1.2. RAMOS NÃO VIDA

No conjunto de ramos Não Vida, para além da Fidelidade, a Longrun desenvolve ainda a sua atividade através da Via Directa (detentora da marca Ok!teleseguros), especialmente vocacionada para os canais remotos (telefone e internet), da Universal Seguros, que atua no mercado angolano e da Garantia, no mercado cabo-verdiano.

Atuam, igualmente, nesta área de negócio, mas essencialmente na vertente de resseguro, as empresas Multicare, Cares e Companhia Portuguesa de Resseguros.

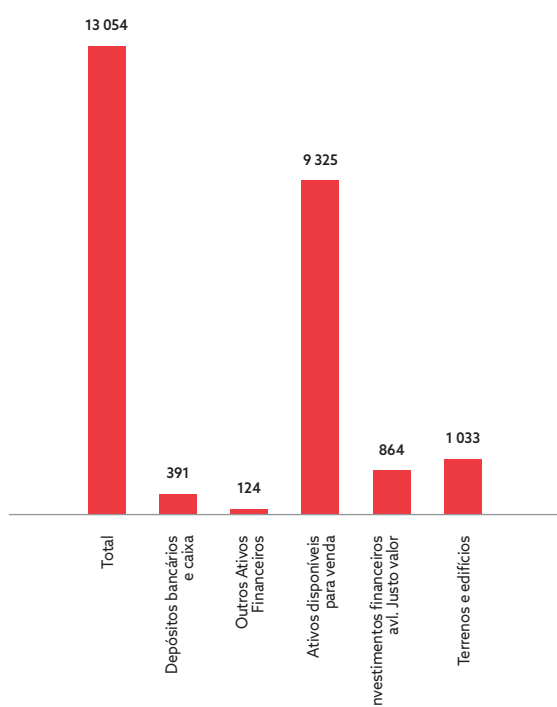
Em 2014, a Longrun atingiu um montante de prémios de seguro direto no conjunto Não Vida de 689 milhões de euros (1.094 milhões de euros em termos proforma anuais).

O resultado técnico foi de 97,7 milhões de euros, que beneficiou igualmente dos proveitos de investimentos, tendo obtido um rácio combinado de 99,3% (99,9% em termos proforma anuais).

5.2. ESTRUTURA E RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

Em termos consolidados, a carteira de investimentos da Longrun, incluindo Depósitos Bancários e Caixa, ascendeu a 13,1 mil milhões de euros, sendo maioritariamente composta por títulos de dívida classificados como Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

2014



5.3. RESULTADO LÍQUIDO

Em 2014 o resultado antes de impostos atingiu 231,7 milhões de euros, refletindo sobretudo o desempenho favorável da atividade financeira, tendo o resultado líquido, após interesses minoritários, alcançado 123,8 milhões de euros.

5.4. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS E SOLVÊNCIA

As responsabilidades técnicas de seguro direto e de resseguro aceite apresentaram em 2014 um montante de 11,6 mil milhões de euros.

Em termos consolidados, o montante da margem de solvência exigível da Longrun era, em 2014, de 678,1 milhões de euros, enquanto os elementos constitutivos da mesma atingiram 939 milhões de euros, o que traduz um rácio de cobertura da margem de solvência de 138,5%, representativo de um elevado nível de segurança para com as entidades que se relacionam com as seguradoras que integram o perímetro de consolidação.

6. ANÁLISE DA ÁREA SEGURADORA

6.1. POSICIONAMENTO NO MERCADO SEGURADOR

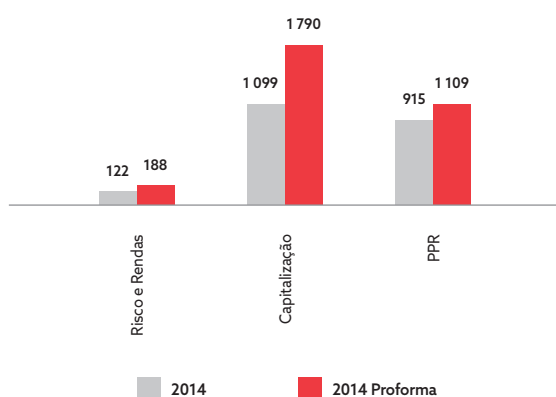
As empresas integrantes da área seguradora da Longrun mantiveram, em 2014, a liderança destacada do setor segurador nacional, detendo uma quota global de 28,0%, correspondente a um volume de prémios de seguro direto (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento) de 4.006 milhões de euros, representando um acréscimo de 13,7% face ao ano anterior.

A atividade Vida, em Portugal, contabilizou 3.022 milhões de euros de prémios de seguro direto (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), tendo registado um acréscimo de 20,0% face a 2013, por via dos produtos de poupança reforma, o que permitiu o reforço da liderança do mercado, alcançando uma quota de 28,9% (+1,7pp face a 2013).

A atividade internacional registou um montante de prémios na atividade Vida de 66 milhões de euros.

Prémios de Seguro Direto Ramo Vida

Atividade Total

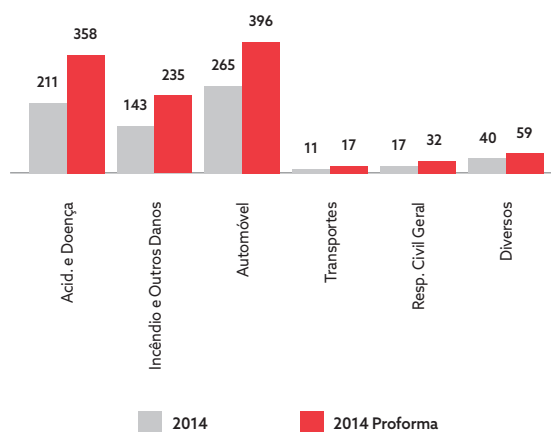


A atividade Não Vida, em Portugal, registou prémios de seguro direto num montante de 984 milhões de euros, apresentando uma diminuição de 2,1% face ao ano anterior, comum à generalidade dos ramos (sendo exceção os ramos Doença e Responsabilidade Civil).

Por sua vez, a atividade no estrangeiro registou um montante de prémios Não Vida de 112 milhões de euros.

Prémios de Seguro Direto Ramo Não Vida

Atividade Total



Em 2014, nos ramos Não Vida, a quota de mercado foi de 25,6%, assegurando a manutenção da liderança do Mercado Não Vida (mais do que duplicando o valor registado pelos concorrentes mais próximos), bem como em todos os seus principais ramos.

6.2. POSICIONAMENTO DA ÁREA HOSPITALAR

A Luz Saúde é um dos maiores grupos de prestação de cuidados de saúde no mercado português, prestando serviços através de 18 unidades (oito hospitais privados, um hospital do SNS em regime de Parceira Público-Privada (PPP), sete clínicas privadas a operar em regime de ambulatório e duas residências sénior) e está presente nas regiões Norte, Centro e Centro-Sul de Portugal.

Em 2014, a Luz Saúde aumentou os seus rendimentos operacionais consolidados em 7,5% face a 2013, atingindo 401,7 milhões de euros, refletindo o crescimento da atividade do segmento de cuidados de saúde privados (+6,7%) e do Hospital Beatriz Ângelo no segmento de cuidados de saúde públicos (crescimento de 10,2%).

6.3. SÍNTESE DAS PARTICIPADAS

FIDELIDADE

O ano de 2014 fica marcado pela consolidação da nova marca Fidelidade, que possibilitou um aumento da notoriedade da Companhia e teve um impacto particular na rede comercial, decorrente da mudança de imagem dos espaços de atendimento e do reforço comunicacional permitido pela unificação da marca.

As principais linhas de atuação da companhia continuaram centradas no aprofundamento da relação com as redes comerciais, na conceção de produtos adaptados às necessidades dos clientes, na constante atenção ao equilíbrio da exploração técnica e no aumento da eficiência organizacional, a que acresce, ainda, a prossecução do Programa de Responsabilidade Social.

De salientar ainda a implementação de um programa de ação estratégica, denominado Projeto Compass, assente no fortalecimento do negócio doméstico, expansão internacional, melhoria na gestão de investimentos e transformação organizacional.

De referir igualmente o início da atividade em Moçambique, através da abertura de duas novas sucursais, alargando o número de países nos quais a Fidelidade marca presença.

Em 2014, a Fidelidade manteve a liderança destacada do setor segurador com uma quota de mercado de 27,7% (+1,2pp. que em 2013), tendo registado um montante de prémios na atividade em Portugal de 3.960 milhões de euros (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), correspondendo a um acréscimo de 13,8% face ao ano anterior, decorrente essencialmente do comportamento favorável do Ramo Vida (20,0% face a 2013).

Esta liderança verificou-se quer nos ramos Vida, com uma quota de mercado de 28,9% (27,2% em 2013), quer nos ramos Não Vida com 24,4% (24,9% em 2013).

A atividade no estrangeiro evidenciou uma produção de 115 milhões de euros (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), registando assim um acréscimo de 50,0% face a 2013.

Em 2014 a Companhia alcançou um Resultado Líquido de 159,1 milhões de euros.

VIA DIRECTA

Fundada em 1998, a Via Directa é a Companhia de Seguros que integra o Grupo Fidelidade vocacionada para a comercialização de seguros através da internet, sendo a líder destacada no segmento de mercado das seguradoras que distribuem os seus produtos através de canais diretos.

Dispõe de três Lounges, dois em Lisboa e um no Porto, que garantem o atendimento presencial nestas duas cidades, contribuindo assim para a diferenciação da presença da OK! no mercado português.

Como resultado do seu foco na inovação e na tecnologia, foi pioneira na disponibilização da simulação do preço do seguro automóvel e na venda através da internet, tendo, a partir de 2012, alargado a sua oferta, passando a integrar na sua carteira, para além do Seguro Automóvel, os Seguros de Multiriscos Habitação, Acidentes Pessoais e Saúde.

Foi também neste ano que a OK! teleseguros passou a ter um novo site, adaptado aos novos dispositivos (desktop, tablets e smartphones), com simulação e emissão de apólice, disponíveis em praticamente todos os seus produtos.

O volume de prémios brutos emitidos foi de 42 milhões de euros, registando-se um crescimento superior a 2% face a 2013, o que permitiu à Via Directa incrementar a sua quota de mercado Não Vida, principalmente no segmento das “seguradoras diretas”.

Em 2015, e com o objetivo de tornar o seguro um produto simples, acessível e inovador, suportado nas novas tecnologias, a OK! teleseguros continuará a desenvolver ferramentas de acesso em multiplataformas e soluções inovadoras, de modo a permitir uma maior comodidade, simplicidade e autonomia no acesso a todos os seus serviços.

MULTICARE

A Multicare é a Seguradora de Saúde do Grupo Fidelidade, estando vocacionada para a gestão de seguros de saúde. Assim, desenvolve soluções assentes em serviços de Saúde e Bem-Estar e apresenta a oferta mais adequada para Famílias e Empresas.

A criteriosa gestão do risco associada aos padrões de qualidade que desde sempre identificaram a marca, permitem à Multicare garantir aos seus Clientes uma efetiva complementaridade ao Serviço Nacional de Saúde, com a segurança, rapidez e conforto que os serviços de saúde privados podem oferecer.

Em 2014, a Multicare manteve a liderança destacada do mercado, com uma maior rentabilidade, tendo registado um volume de negócios de 197.491 m€ e um resultado líquido de 4.797 m€. A companhia gere uma carteira de 755.000 pessoas seguras. Destaca-se igualmente neste exercício o incremento das vendas do canal internacional.

Sempre orientada para a satisfação das necessidades dos seus clientes, para a rentabilidade do negócio e adequação da gestão às condições de mercado, a Multicare tem sido reconhecida pelos seus Clientes como uma seguradora de referência, valor este refletido no índice de satisfação medido anualmente, que se situou nos 8,14 (numa escala de 1 a 10).

As principais linhas de orientação da Multicare continuarão, em 2015, centralizadas no crescimento sustentado e rentável da atividade, na constante preocupação pela conceção de produtos inovadores e adaptados às necessidades dos clientes, no aumento continuado da qualidade do serviço prestado e ainda na expansão da atividade internacional.

Assim, a Companhia pretende apostar na melhoria da rentabilidade técnica da carteira do Grupo e no aumento da venda de produtos da carteira Individual e PME's, reforçando deste modo o seu posicionamento competitivo.

Tendo em consideração as características do mercado, nomeadamente a evolução tecnológica da medicina e o envelhecimento da população, o que tem originado um crescimento das doenças crónicas, como as doenças cardiovasculares, oncológicas, diabetes e doenças respiratórias, continuará a constituir prioridade da Multicare a procura de soluções técnicas que visam dar resposta a estas preocupações e necessidades dos clientes.

Pretende-se igualmente consolidar a atividade em Angola, bem como a expansão a outros mercados, que constitui um dos pilares estratégicos essenciais do Grupo.

CARES

A CARES – Companhia de Seguros, S.A. opera no mercado segurador baseando o seu negócio no resseguro aceite dos Ramos de Assistência e Proteção Jurídica. A maioria da sua faturação tem origem nas Companhias de Seguros do Grupo.

No ano de 2014 a Companhia registou pelo terceiro ano consecutivo uma evolução positiva no seu volume de negócios. O montante de prémios adquiridos ascendeu a 42,7 milhões de Euros o que representa um crescimento de 1,9% em relação ao ano anterior.

Os custos com sinistros tiveram um decréscimo de 4,0% relativamente ao ano anterior, fixando-se nos 26,3 milhões de Euros. O referido decréscimo tem por base ajustes à provisão para sinistros efetuados no corrente exercício.

Neste contexto, foi conseguido um resultado de exploração no montante de 6,0 milhões de Euros.

A taxa de cobertura das responsabilidades técnicas de resseguro aceite e seguro direto situou-se nos 143,9% e o Rácio de Solvência da Companhia aumentou para 173,4%.

Fora do plano técnico e financeiro a Companhia renovou a sua Certificação de Qualidade segundo o referencial da norma NP EN ISO 9001:2008 sem qualquer não conformidade. No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade e em resultado dos inquéritos de satisfação efetuados aos Segurados, a CARES em 2014 atingiu um nível de Satisfação Global de 8,67 (escala de 1 a 10) e um Net Promoter Score de 62.

Para o ano de 2015 os principais vetores de atuação da Companhia serão os seguintes:

- Manutenção da margem técnica acima dos 15,0%;
- Rácio de Despesas abaixo dos 15%;
- Rácio Combinado abaixo dos 90%;
- Lançamento da operação em Moçambique;
- Net Promoter Score \geq a 60;
- Implementação do Painel de Objetivos.

COMPANHIA PORTUGUESA DE RESSEGUROS

A Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (CPR) tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos não vida em Portugal bem como no estrangeiro, de modo a participar na redistribuição no mercado de determinados riscos de natureza ou dimensão específicas.

Os dois eixos da atividade da Companhia centram-se nomeadamente: na gestão da carteira de negócios que subscreveu enquanto ressegurador ativo e que se encontra em extinção ("run-off") desde o final de 2003 e na consolidação do reposicionamento estratégico assumido em 2011, no sentido de desenvolver o negócio de resseguro aceite às seguradoras do Grupo Fidelidade.

Em 2014, a Companhia prosseguiu a sua política de extinção do seu passivo técnico, através da celebração de acordos com as cedentes titulares de negócios já findos, mas ainda com responsabilidades em suspenso, tendo encerrado mais um negócio pendente com a consequente extinção das responsabilidades.

A subscrição de riscos em 2014 manteve-se circunscrita às empresas do Grupo, nomeadamente com a participação nos Tratados de Excesso de Perdas da Fidelidade.

Em 2014 o resultado líquido foi de 438 mil euros, o que representa uma redução 90 mil euros (-17%) face ao ano anterior.

UNIVERSAL SEGUROS

Desde 2011, a Fidelidade marca presença em Angola através da seguradora angolana Universal Seguros, na qual detém uma participação maioritária no capital social.

A Universal Seguros define-se como uma seguradora generalista para o mercado angolano que disponibiliza, através de uma rede multicanal, uma vasta gama de produtos e soluções para particulares e empresas. De destacar ainda a sua vocação para apoiar a internacionalização das empresas lusófonas e para complementar o negócio bancário do grupo em Angola.

A Universal Seguros é líder reconhecida na inovação da oferta de seguros em Angola, tendo atualmente, mais de 50.000 clientes, do segmento de particulares e empresas e serve uma comunidade de 100.000 pessoas seguras.

Os canais de distribuição têm-se afirmado como principal pilar do desenvolvimento comercial, sendo que a Universal Seguros opera via duas agências próprias, canal bancário, corretores, agentes exclusivos, acordos com distribuidores, grandes clientes e canal telefónico.

A Universal Seguros obteve em 2014 um crescimento substancial dos prémios, alcançando um volume de prémios de 52 milhões de euros (+183% face ao ano anterior), com origem sobretudo no segmento Não Vida.

Em termos de peso relativo, o Automóvel continua a afirmar-se como o ramo que maior contributo teve para o volume total de negócios, com 43% do volume total de prémios, seguido pelo ramo Doença, que passou a representar 26% do total da carteira.

O resultado líquido de exploração foi de 1,3 milhões de euros.

A Universal Seguros continuará a privilegiar a inovação como fator diferenciador do seu posicionamento no mercado de seguros Angolano. Nesse sentido, para o ano de 2015, continuará a ser uma preocupação da Universal Seguros a melhoria da qualidade dos canais de distribuição; a eficiência operacional e a qualidade do serviço prestado aos Clientes, a par com o contínuo desenvolvimento dos seus colaboradores.

GARANTIA SEGUROS

A Garantia é líder no mercado segurador cabo-verdiano e dedica-se à exploração dos seguros dos ramos vida e não vida, apresentando um diversificado leque de soluções de proteção destinados a particulares, empresas e profissionais liberais. Há 5 anos que tem sido distinguida como a marca em que os cabo-verdianos mais confiam.

No ano de 2014, a Companhia foi penalizada pelo abrandamento da atividade económica e pelo aumento da competitividade.

Muito embora o decréscimo no volume de negócios da Companhia, o resultado líquido apresentou um importante aumento de 111% (para 1,5 milhões de euros), resultante de Rendimentos e Ganhos de Investimento.

Este ano de 2014 foi marcado, essencialmente, pela implementação/consolidação de projetos que tiveram origem em anos anteriores:

- Afirmação do produto "Vida Proteção Garantida", como mais uma alternativa em seguros de vida;
- Lançamento do Produto PPR/E - Plano Poupança Reforma Educação;
- Implementação efetiva de Garantia Mobile (um aplicativo que possibilita aos clientes o acesso rápido à gestão da sua carteira de seguros a partir do seu smartphone ou tablet);
- Disponibilização, aos clientes, da possibilidade de pagamentos de prémios via e-mail.

No âmbito da sua responsabilidade social o ano foi marcado, sobretudo, pelo apoio às vítimas da erupção vulcânica da Ilha do Fogo.

Perspetiva-se, para 2015, um aumento do peso do ramo Vida com dinamização da comercialização dos produtos Plano Poupança Reforma, bem como a consolidação da sua quota de mercado sem descurar a rentabilidade técnica dos ramos Vida e Não Vida.

CARES RH

A CARES RH - Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A. tem como objeto social a representação e assistência de seguradoras estrangeiras, a prestação de serviços de apoio à gestão de sinistros de seguradoras nacionais e estrangeiras e a prestação de serviços de manutenção de veículos.

A CARES RH partilha recursos humanos e tecnológicos com a sua acionista CARES - Companhia de Seguros, S.A., o que lhe confere uma capacidade acrescida de gestão e de orientação para o resultado, sempre na perspetiva de encontrar as melhores soluções técnicas e os serviços mais adequados quer às seguradoras estrangeiras, quer às do universo do Grupo.

O resultado de exploração da CARES RH ascendeu ao montante de € 1.176.835,60 no exercício de 2014, um crescimento de 51,8% face ao exercício anterior. O crescimento conseguido, apesar do contributo negativo da rubrica venda de serviços (-13,2%), foi alicerçado em:

- Redução dos gastos com o pessoal (-62,6%), mercê de um projeto de reorganização interna operado;
- Aumento dos ganhos imputados de subsidiárias (18,3%);
- Redução dos gastos com fornecimentos e serviços externos (-7,3%).

A faturação resultante dos serviços prestados pela CARES RH ascendeu a € 892.022,69.

Em 2015 a CARES RH, para além da manutenção das principais linhas de negócio, tem como principal projeto o lançamento de produtos na área dos serviços fúnebres.

CARES MULTIASSISTANCE

A CARES Multiassistance tem como principal atividade a prestação de serviços de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em imóveis e respetivos recheios ao abrigo das apólices de seguro de habitação.

No ano de 2014 alcançou um resultado líquido de 2,1 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 18,3% face ao ano anterior.

A nível comercial manteve-se a prioridade ao aumento dos níveis de qualidade e eficiência, com especial foco na melhoria contínua dos fluxos processuais, salientando-se a melhoria dos indicadores de atividade com todos os clientes, especialmente a nível de tempos médios de gestão. De igual forma, manteve-se uma política de investimento nos recursos tecnológicos da empresa e nos domínios da informática e das comunicações.

CETRA

A CETRA – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A. tem como principal objeto de atividade o exercício de toda e qualquer atividade relacionada com veículos automóveis, nomeadamente reparações, peritagens, avaliações e recuperação de salvados, bem como a locação de veículos automóveis.

Em 2014, o volume de negócios da CETRA ascendeu a 3,1 milhões de euros, proveniente das 3.560 reparações que efetuou durante o exercício em apreço, ficando 5,4% acima das reparações efetuadas no ano transato, tendo o resultado líquido atingido 43 mil euros.

Para 2015 a Cetra irá adotar um novo modelo de gestão operacional, tendo para o efeito celebrado um contrato de prestação de serviços para subcontratação de trabalhos de chapa e de pintura.

A Cetra prevê igualmente alargar a sua atividade criando mais duas unidades na zona Ocidental de Lisboa e na zona industrial do Porto, estando também previsto o apoio à internacionalização da Fidelidade em África (Angola e Cabo Verde).

EAPS

A EAPS, operando sob a marca Safemode, desenvolve e presta serviços de Análise de Risco, de Segurança e Saúde no trabalho, de Medicina no Trabalho e Medidas de Autoproteção.

A EAPS alcançou um volume de negócios de 2,3 milhões de euros e um resultado líquido de 39 mil euros.

Na qualidade de empresa pertencente à Fidelidade, deu continuidade aos serviços de suporte técnico prestados à atividade desenvolvida pela seguradora, contribuindo de forma substantiva para o reforço da competitividade dos produtos oferecidos por aquela entidade, bem como para a fidelização da sua carteira de clientes.

Na restante atividade, não relacionada com a seguradora, e apesar da situação de crise económica existente, a Safemode conseguiu dilatar, face a 2013, a posição deste segmento, tendo passado a representar 41% da faturação total.

Em 2014, a empresa manteve todas as creditações e certificações, atribuídas pelos organismos competentes. Este ano fica também marcado pelo início da operação de Medicina no Trabalho.

Quanto às principais linhas de orientação estratégica para o próximo ano, a EAPS pretende apostar no crescimento e desenvolvimento das áreas de negócio da empresa que apresentam maior potencial, nomeadamente a Medicina no Trabalho e a HST, os Equipamentos e Sistemas de Segurança, e o Software de Gestão.

FIDELIDADE IMOBILIÁRIO

As empresas Fidelidade Property Europe e Fidelidade Property International têm como objeto principal a compra e venda de imóveis, incluindo a compra para revenda, arrendamento ou a constituição de outros direitos reais sobre imóveis e, ainda, o desenvolvimento, promoção e a administração de projetos imobiliários, na vertente de construção e de reabilitação, bem como a prestação de serviços conexos.

No âmbito da prestação de serviços, cabe a gestão dos ativos imobiliários da Fidelidade - Companhia Seguros, compostos por imóveis afetos à exploração e imóveis de investimento, bem como a participação em fundos imobiliários e participações societárias de natureza imobiliária.

Em 2014, a Fidelidade Property Europe apresentou um resultado líquido do exercício de 1,3 milhões de euros. Por seu lado, a Fidelidade Property International, que iniciou a sua atividade no segundo semestre de 2014, apresentou um resultado líquido de 66 mil euros.

GEP

A Gep - Gestão de Peritagens, S.A. é a empresa responsável pelas peritagens das seguradoras da Fidelidade.

Em 2014 manteve-se o investimento na formação técnica e comportamental dos seus colaboradores e prestadores de serviços, o que permitiu desenvolver a atividade dentro dos elevados parâmetros de rigor, da transparência e da independência técnica, o que constitui um claro fator de diferenciação relativamente às habituais práticas do mercado segurador.

Em paralelo, e com o foco na melhoria contínua dos seus serviços e na satisfação dos seus clientes, as seguradoras do Grupo Fidelidade e, indiretamente, os mediadores e clientes destas, a Gep tem apostado em várias certificações, das quais se destacam a certificação pela norma ISO no referencial 9001 desde 2008, a certificação dos peritos de automóvel pelo Centro de Zaragoza desde 2008, e da certificação dos peritos patrimoniais, em danos em edificações pelo CICCOPN - Centro de Formação da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte, desde 2010.

Durante o ano de 2014, a Gep efetuou um total de 223.531 peritagens e averiguações, o que se traduz num decréscimo de 3,3% na sua atividade, evolução que decorreu da menor sinistralidade rodoviária (ramo Automóvel) e da ausência de eventos climáticos extremos (ramos Patrimoniais).

Foram ainda desenvolvidas ferramentas que constituem mais um marco na criação de valor, das quais destacamos o GepExpert - ferramenta de gestão de peritagens automóveis -, o GePoP - ferramenta de cálculo de reparação de danos em edificações - e ainda o SCAPA - sistema de controlo automático de peritagens automóveis. Foram ainda desenvolvidos serviços inovadores, dos quais se destaca o LDI - liquidação direta e imediata -, na área de peritagens patrimoniais.

No ano 2015, para além da imprescindível continuação da aposta na qualidade dos serviços prestados, na eficiência operacional e na criação de serviços diferenciadores a Gep irá procurar investir na internacionalização dos seus serviços, nomeadamente em África, tendo como objetivo principal a prestação de serviços às seguradoras do grupo que aí operam.

LUZ SAÚDE

A Luz Saúde é um dos maiores grupos de prestação de cuidados de saúde no mercado português, prestando os seus serviços através de 18 unidades (oito hospitais privados, um hospital do SNS em regime de Parceira Público-Privada (PPP), sete clínicas privadas a operar em regime de ambulatório e duas residências sénior) e está presente nas regiões Norte, Centro e Centro-Sul de Portugal.

A estrutura da Luz Saúde permite-lhe garantir a complementaridade e a gestão integrada das suas unidades de saúde, através da referenciação de pacientes entre as várias unidades, da partilha de know-how e da facilidade de acesso às instalações de algumas das melhores unidades de prestação de cuidados hospitalares agudos do país.

Em 2014, a Luz Saúde aumentou os seus rendimentos operacionais consolidados em 7,5% face a 2013, atingindo 402 milhões de euros, impulsionados pelo crescimento da atividade do segmento de cuidados de saúde privados (+6,7%) e do Hospital Beatriz Ângelo no segmento de cuidados de saúde públicos (crescimento de 10,2%).

O EBITDA atingiu 56,6 milhões de euros, um decréscimo de -3,9% em relação ao período homólogo justificado, sobretudo, pelo aumento dos custos de estrutura associados ao facto de a Luz Saúde se ter tornado uma sociedade cotada e custos extraordinários decorrentes do processo de venda da empresa através de oferta pública de aquisição.

Ainda de referir o decréscimo da margem EBITDA no segmento de cuidados de saúde privados (de 20,3% para 19,4%), devido a rendimentos não recorrentes em 2013 e custos de marketing extraordinários em 2014.

O Hospital Beatriz Ângelo (PPP), evoluiu de um EBITDA de 1,1 milhões de euros em 2013 para 1,5 milhões de euros em 2014, atingindo uma margem EBITDA de 1,7%, continuando a guardar a decisão do Estado relativamente ao financiamento das prestações de saúde adicionais realizadas no âmbito dos cuidados em regime de ambulatório aos doentes VIH/SIDA, à semelhança do que acontece nos restantes hospitais do SNS, incluindo PPPs.

O resultado líquido atribuível aos acionistas atingiu os 17,8 milhões de euros, representando um aumento de 26,8% face a 2013, impulsionado pelos resultados operacionais, bem como pela melhoria dos resultados financeiros, como consequência da redução do montante em dívida e do custo associado.

Em 2014, a Luz Saúde apresentou igualmente níveis significativos de investimento associados à sua estratégia de crescimento, nomeadamente através da aquisição dos terrenos para a expansão do Hospital da Luz e do Hospital da Luz - Clínica de Oeiras.

Durante o período entre 19 de agosto e 14 de outubro, a Luz Saúde foi alvo de várias ofertas públicas concorrentes para a aquisição do seu capital social, realizadas por três grupos económicos e que culminaram na aquisição da sociedade pela Fidelidade - Companhia de Seguros S.A.

Em 2015, a Luz Saúde irá manter o enfoque em alavancar a elevada procura que se verifica pelos seus serviços no segmento privado de cuidados de saúde, com o objetivo de continuar a melhorar a utilização da capacidade instalada e, em consequência, a rentabilidade global.

Em simultâneo, a empresa prosseguirá com os planos de expansão da sua capacidade instalada, nomeadamente no Hospital da Luz, no Hospital da Luz - Clínica de Oeiras e na região do Porto. Continuará, ainda, a desenvolver as atividades de planeamento inicial e desenho do projeto de um novo hospital privado em Luanda.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido individual da Longrun no exercício de 2014 ascendeu a € 3 040,31.

De acordo com o disposto no Código das Sociedades, o Conselho de Administração vem propor a seguinte aplicação:

Reserva Legal	€ 305,00
Remanescente à disposição da Assembleia Geral	€ 2 735,31
	€ 3 040,31

8. NOTAS FINAIS

Ao concluir o presente relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e continuada afirmação da empresa, salientando particularmente:

- As autoridades de supervisão, em particular o Instituto de Seguros de Portugal, pelo especial acompanhamento do setor segurador;
- A Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das seguradoras em áreas de interesse comum;
- As redes de distribuição de seguros e os resseguradores, pela motivação, espírito de equipa, abertura e empenhamento evidenciados na comercialização dos nossos produtos;
- Os colaboradores de todas as empresas integradas na Longrun, que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a obtenção dos resultados verificados e a contínua valorização das respetivas empresas;
- Os clientes pela sua preferência e pelo estímulo permanente de melhoria da qualidade de serviço.

Lisboa, 27 de abril de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guoqi Ding – Presidente

Xuetang Qin – Vogal

A hand is shown on the left side, holding a white rectangular card. The card is the central focus and contains the text 'DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS'. The background is a photograph of a multi-story building with a light-colored facade, numerous windows, and balconies. The building is slightly out of focus, creating a sense of depth. The overall lighting is bright, suggesting daytime.

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2014

(Valores em Euros)

ATIVO	Notas	2014		
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4 e 11	391 453 759	-	391 453 759
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	5 e 11 (I)	124 421 079	-	124 421 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6 e 11	863 556 675	-	863 556 675
Ativos disponíveis para venda	8 e 11 (I)	9 324 606 489	-	9 324 606 489
Empréstimos e contas a receber	11	1 316 624 152	-	1 316 624 152
Depósitos junto de empresas cedentes	9	968 804	-	968 804
Outros depósitos	9	1 309 484 279	-	1 309 484 279
Empréstimos concedidos	9	5 770 870	-	5 770 870
Outros	9	400 199	-	400 199
Terrenos e edifícios	11	1 156 120 464	(122 646 959)	1 033 473 505
Terrenos e edifícios de uso próprio	10	505 787 195	(122 646 959)	383 140 236
Terrenos e edifícios de rendimento	10	650 333 269	-	650 333 269
Outros ativos tangíveis	11 e 12	270 733 826	(221 111 887)	49 621 939
Inventários	13	8 543 133	(3 507)	8 539 626
Goodwill	14	448 244 916	-	448 244 916
Outros ativos intangíveis	15	172 357 606	(150 874 655)	21 482 951
Provisões técnicas de resseguro cedido		148 380 946	-	148 380 946
Provisão para prémios não adquiridos	16	30 686 225	-	30 686 225
Provisão matemática do ramo vida	16	10 463 963	-	10 463 963
Provisão para sinistros	16	106 960 168	-	106 960 168
Provisão para participação nos resultados	16	270 590	-	270 590
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	34	9 544 315	-	9 544 315
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		345 571 946	(94 956 256)	250 615 690
Contas a receber por operações de seguro direto	17	168 365 504	(42 065 700)	126 299 804
Contas a receber por outras operações de resseguro	17	21 571 295	(11 815 466)	9 755 829
Contas a receber por outras operações	17	155 635 147	(41 075 090)	114 560 057
Ativos por impostos		172 884 327	-	172 884 327
Ativos por impostos correntes	18	919 026	-	919 026
Ativos por impostos diferidos	18	171 965 301	-	171 965 301
Acréscimos e diferimentos	19	59 914 448	-	59 914 448
TOTAL ATIVO		14 812 958 081	(589 593 264)	14 223 364 817

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2014

(Valores em Euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2014
PASSIVO		
Provisões técnicas		3 920 908 999
Provisão para prémios não adquiridos	20	268 388 595
Provisão matemática do ramo vida	20	1 667 380 282
Provisão para sinistros		1 764 190 481
De vida	20	123 816 191
De acidentes de trabalho	20	786 160 945
De outros ramos	20	854 213 345
Provisão para participação nos resultados	20	109 188 316
Provisão para compromissos de taxa	20	7 454 750
Provisão para estabilização de carteira	20	24 502 158
Provisão para desvios de sinistralidade	20	20 994 212
Provisão para riscos em curso	20	58 810 205
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	21	7 692 230 036
Outros passivos financeiros		399 481 904
Depósitos recebidos de resseguradores	22	37 952 197
Outros	22	361 529 707
Outros credores por operações de seguros e outras operações		168 049 059
Contas a pagar por operações de seguro direto	23	76 670 307
Contas a pagar por outras operações de resseguro	23	33 860 027
Contas a pagar por outras operações	23	57 518 725
Passivos por impostos		231 088 824
Passivos por impostos correntes	18	61 539 841
Passivos por impostos diferidos	18	169 548 983
Acréscimos e diferimentos	24	115 927 687
Outras provisões	25	212 323 620
TOTAL PASSIVO		12 740 010 129
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	26	50 000
Outros instrumentos de capital	26	1 037 800 000
Reservas de reavaliação		537 164 728
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	27	436 855 512
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	27	70 139 464
De diferenças de câmbio	27	30 169 752
Reserva por impostos diferidos	27	(137 763 332)
Outras reservas	27	(385 515 153)
Resultados transitados	27	(8 397 886)
Resultado do exercício	27	123 823 399
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		1 167 161 756
Interesses Minoritários	28	316 192 932
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS		1 483 354 688
TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO		14 223 364 817

Lisboa, 9 de abril de 2015

O Diretor de Contabilidade e Informação Financeira e Técnico Oficial de Contas

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Conselho de Administração

Guoqi DING - Presidente

Xuetang QIN - Vogal

Demonstração de Resultados Consolidados para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores em Euros)

Conta de ganhos e perdas	Notas	2014			Total
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		194 406 306	644 316 479	-	838 722 785
Prémios brutos emitidos	29 e (IV)	196 047 973	689 249 244	-	885 297 217
Prémios de resseguro cedido	29 e (IV)	(5 859 672)	(76 729 004)	-	(82 588 676)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	20 e 29 (IV)	4 096 386	51 621 874	-	55 718 260
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	16 e 29 (V)	121 619	(19 825 635)	-	(19 704 016)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	30	1 381 360	-	-	1 381 360
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(233 121 636)	(445 370 176)	-	(678 491 812)
Montantes pagos		(216 254 679)	(470 438 054)	-	(686 692 733)
Montantes brutos	31 e 32 (III e IV)	(220 537 302)	(515 709 506)	-	(736 246 808)
Parte dos resseguradores	31 (IV)	4 282 623	45 271 452	-	49 554 075
Provisão para sinistros (variação)		(16 866 957)	25 067 878	-	8 200 921
Montante bruto	31 (III e IV)	(14 415 069)	54 419 652	-	40 004 583
Parte dos resseguradores	31 (IV)	(2 451 888)	(29 351 774)	-	(31 803 662)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	31	(61 190)	(18 370 014)	-	(18 431 204)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		60 688 306	-	-	60 688 306
Montante bruto	20 e 31	62 617 753	-	-	62 617 753
Parte dos resseguradores	31	(1 929 447)	-	-	(1 929 447)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	31	(28 790 764)	(40 982)	-	(28 831 746)
Custos e gastos de exploração líquidos		(41 374 133)	(194 129 902)	-	(235 504 035)
Custos de aquisição	32 (IV)	(32 802 756)	(148 343 669)	-	(181 146 425)
Custos de aquisição diferidos (variação)	20 (IV)	31 252	(5 415 496)	-	(5 384 244)
Gastos administrativos	32 (IV)	(13 746 080)	(53 547 707)	-	(67 293 787)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(IV)	5 143 451	13 176 970	-	18 320 421
Rendimentos		165 830 498	36 361 946	24 957 224	227 149 668
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	35	146 357 881	23 658 033	15 683 272	185 699 186
Outros	35	19 472 617	12 703 913	9 273 952	41 450 482
Gastos financeiros		(16 322 626)	(7 034 660)	(627 479)	(23 984 765)
Outros	32 e 36	(16 322 626)	(7 034 660)	(627 479)	(23 984 765)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		44 634 195	71 266 976	1 772 334	117 673 505
De ativos disponíveis para venda	37	170 158 599	71 266 976	1 772 334	243 197 909
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	21 e 37	(125 524 404)	-	-	(125 524 404)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(16 470 134)	1 761 721	(1 403)	(14 709 816)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	38	(2 229 882)	-	(86 391)	(2 316 273)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	38	(14 240 252)	1 761 721	84 988	(12 393 543)
Diferenças de câmbio	39	7 212 435	8 369 362	(327 179)	15 254 618
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	40	2 024	1 793 626	7 837 613	9 633 263
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		(7 275 263)	(3 295 454)	(43 385 596)	(53 956 313)
De ativos disponíveis para venda	41	(7 276 131)	(4 094 437)	(658 436)	(12 029 004)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	41	-	(479 167)	(2 109 887)	(2 589 054)
De outros	41	868	1 278 150	(40 617 273)	(39 338 255)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	42	282 278	2 048 807	-	2 331 085
Outros rendimentos/gastos	43	-	-	3 431 961	3 431 961
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	14	-	-	8 668 157	8 668 157
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	44	-	-	684 946	684 946
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS		131 021 656	97 677 729	3 010 578	231 709 963

(Continuação)

(Valores em Euros)

Conta de ganhos e perdas	Notas	2014			Total
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	18	-	-	(64 590 161)	(64 590 161)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	18	-	-	(9 592 173)	(9 592 173)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO APÓS IMPOSTOS					
E ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS		131 021 656	97 677 729	(71 171 756)	157 527 629
Interesses minoritários	28	-	-	(33 704 230)	(33 704 230)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27	131 021 656	97 677 729	(104 875 986)	123 823 399

Lisboa, 9 de abril de 2015

**O Diretor de Contabilidade e Informação Financeira
e Técnico Oficial de Contas**

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Conselho de Administração

Guoqi DING - Presidente
Xuetang QIN - Vogal

Demonstração das Variações no Capital Próprio Consolidado no Exercício de 2014

(Valores em Euros)

	Capital Social e Outros instrumentos de Capital	Reservas de reavaliação	Reservas por Impostos Diferidos	Reserva Legal	Outras reservas
Saldos em 1 de maio de 2014	1 037 850 000	487 278 666	(126 571 606)	-	(360 707 060)
Entradas no perímetro de consolidação	-	55 105 375	(26 625 435)	-	(28 479 940)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(6 129 847)	17 315 384	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	912 735	(1 150 767)	-	-
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(2 201)	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	(730 908)	-	(359 511)
Reconhecimento de interesses minoritários	-	-	-	-	3 506 812
Outros	-	-	-	95 985	428 561
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1 037 850 000	537 164 728	(137 763 332)	95 985	(385 611 138)

(Continuação)

(Valores em Euros)

	Resultados transitados	Resultado do exercício	Sub-Total	Interesses Minoritários	Total
Saldos em 1 de maio de 2014	-	-	1 037 850 000	269 412 182	1 307 262 182
Entradas no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	11 185 537	-	11 185 537
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	(238 032)	-	(238 032)
Alienação de imóveis de uso próprio	2 201	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	(1 090 419)	-	(1 090 419)
Reconhecimento de interesses minoritários	(7 677 994)	-	(4 171 182)	46 780 750	42 609 568
Outros	(722 093)	-	(197 547)	-	(197 547)
Resultado líquido do exercício	-	123 823 399	123 823 399	-	123 823 399
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(8 397 886)	123 823 399	1 167 161 756	316 192 932	1 483 354 688

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores em Euros)

		2014
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		123 823 399
Items que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação em valias potenciais de ativos financeiros:		
Valor bruto		(71 893 451)
Participação dos segurados - vida com participação		36 034 547
Diferenças cambiais		
Valor bruto		29 632 134
Participação dos segurados - vida com participação		96 923
Imposto diferido		14 819 621
Imposto corrente - produtos vida com participação nos resultados		2 495 763
Items que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação em valias potenciais de imóveis de uso próprio:		
Valor bruto		912 735
Imposto diferido		(1 150 767)
Desvios atuariais		
Valor bruto		(359 511)
Imposto corrente		(477 892)
Imposto diferido		(253 016)
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO		9 857 086
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO		133 680 485

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores em Euros)

2014

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos:	
Prémios recebidos, líquidos de resseguro	802 708 541
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(625 297 809)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	(72 364 933)
Pagamentos de participações nos resultados, líquidas de resseguro	(29 357 928)
Pagamentos a fornecedores	(78 189 100)
Pagamentos a empregados	(91 047 921)
Contribuições para fundos de pensões	(11 654 803)
Outros	(2 740 645)
	(107 944 598)
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais	
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	20 508 519
Devedores por outras operações	(32 341 614)
Outros ativos	6 997 716
	(4 835 379)
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais	
Passivos financeiros relativos a contratos de investimento	391 418 440
Depósitos recebidos de resseguradores	(9 029 127)
Credores por operações de seguro direto e resseguro	(5 924 788)
Credores por outras operações	(361 513 785)
Outros passivos	(4 412 077)
	10 538 663
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	(102 241 314)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(59 086 834)
Caixa líquida das atividades operacionais	(161 328 148)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:	
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de:	
Ativos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas	39 588 225
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 324 736 358
Empréstimos e contas a receber	7 913 457 517
Propriedades de investimento	165 232
Ativos tangíveis e intangíveis	43 743
Rendimentos de ativos financeiros	284 999 429
Outros recebimentos	6 013 267
	12 569 003 771
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de:	
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(188 577 488)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(3 759 313 993)
Empréstimos e contas a receber	(7 739 154 703)
Propriedades de investimento	(15 927 451)
Ativos tangíveis e intangíveis	(28 040 698)
Outros	(13 413 489)
	(11 744 427 822)
Concentrações de atividades empresariais:	
Aquisição de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(648 357 695)
Caixa líquida das atividades de investimento	176 218 254
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:	
Outros empréstimos obtidos	12 318 419
Outros juros suportados	(50 567)
Caixa líquida das atividades de financiamento	12 267 852
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	27 157 958
Entrada no perímetro de consolidação	364 295 798
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	391 453 759



**NOTAS
ÀS CONTAS
CONSOLIDADAS**

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. ("Longrun" ou "Sociedade") com sede em Lisboa, no Largo de São Carlos, n.º 3, foi constituída em 13 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

Detém participações em outras empresas de seguros e outras empresas subsidiárias e associadas, que juntas formam o Grupo Longrun. As companhias de seguros do Grupo participadas pela Sociedade incluem a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade"), Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. ("Via Directa"), Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. ("CPR"), Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. ("Garantia"), Universal Seguros, S.A. ("Universal"), Multicare - Seguros de Saúde, S.A. ("Multicare") e a Cares - Companhia de Seguros, S.A. ("Cares").

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, dispõe de Filiais em Angola e Cabo Verde, de Sucursais em Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

Em 7 de fevereiro de 2014 foi celebrado um "Acordo de Venda Direta de Referência", tendo como entidades vendedoras, a Caixa Geral de Depósitos, S.A., ("CGD") e Caixa Seguros e Saúde, S.G.P.S., S.A., ("CSS") e, como entidades adquirentes, a Fosun International Limited ("FIL") e a Millennium Gain Limited ("MGL").

Sujeita à verificação das condições estabelecidas no referido acordo, as adquirentes ficaram investidas na titularidade de:

- 80% (oitenta por cento) do capital social e dos direitos de voto da Fidelidade, participação esta que pode aumentar até 85% (oitenta e cinco por cento) do mesmo;
- 80% (oitenta por cento) do capital social e dos direitos de voto da Multicare e,
- 80% (oitenta por cento) do capital social e dos direitos de voto da Cares.

Em 15 de maio de 2014, encontrando-se verificadas as condições estabelecidas no "Acordo de Venda Direta de Referência", foi subscrito o Certificado de Conclusão da Venda Direta de Referência, tendo a Longrun Portugal, SGPS, S.A., Sociedade entretanto constituída ao abrigo da lei portuguesa, e integralmente detida pela MGL, adquirido as ações representativas de 80% (oitenta por cento) do capital social de Fidelidade, de 80% (oitenta por cento) do capital social da Multicare e de 80% (oitenta por cento) do capital social da Cares, tendo, assim, estas empresas de seguros, passado a integrar o Grupo Fosun.

Entre 29 de setembro de 2014 e as 15:00 horas do dia 10 de outubro de 2014, decorreu o período da Oferta Pública de Venda ("OPV") de Ações da Fidelidade, reservada a trabalhadores, no âmbito do processo de privatização do setor segurador da CGD, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2013, de 12 de junho, e nos termos previstos no anexo II da Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-A/2013, de 30 de agosto, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2013, de 9 de dezembro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 56-A/2014, de 25 de setembro.

No quadro desta OPV foram adquiridas por colaboradores 16.860 ações da Fidelidade, correspondentes a 0.0139% do capital social da Companhia.

Após a realização desta OPV, a Longrun Portugal, SGPS, S.A., continuou a deter 96.800.000 ações da Fidelidade, representativas de uma participação de 80,00%. A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., por seu turno reduziu a sua participação passando a deter 24.183.140 ações representativas de 19,9861% do capital social da Companhia.

No presente relatório será apresentada informação financeira consolidada resultante da consolidação da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das suas participadas. Foi elaborado a partir das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, em 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras da Longrun em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 9 de abril de 2015. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCEs), aprovado pela Norma nº 4/2007-R, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pelas Normas nº 20/2007-R, de 31 de dezembro e nº 22/2010-R, de 16 de dezembro, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 - "Contratos de seguros", relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2014 o Grupo Longrun adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2014. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 2.20. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo Longrun na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2014, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Estas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos

a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e imóveis, tanto de serviço próprio como de rendimento. Os restantes ativos, nomeadamente os investimentos a deter até à maturidade e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que o Grupo Longrun efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas seguidamente.

Nas notas explicativas do movimento ocorrido no exercício de 2014, nas diversas rubricas do Ativo, Passivo e Capital próprio, o respetivo saldo inicial corresponde aos saldos a 1 de maio de 2014 das contas consolidadas da Fidelidade, Cares e Multicare.

Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do Grupo Longrun, bem como os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

O Grupo Longrun aplica a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospetivamente.

A consolidação das contas das subsidiárias que integram o Grupo Longrun foi efetuada pelo método da consolidação integral. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo Longrun.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das entidades subsidiárias, após harmonização das respetivas políticas contabilísticas, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos, de operações de resseguro e de mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (Nota 3).

2.2. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo Longrun exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades e deixam de o ser quando o Grupo deixa de ter o respetivo controlo.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse que não controlam no capital próprio dessa subsidiária, as perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por fases que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

2.3. CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS E "GOODWILL"

As aquisições de subsidiárias são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos diretamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 - "Concentrações de atividades empresariais" são registados pelo respetivo justo valor.

O "goodwill" corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma subsidiária e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O "goodwill" é registado como um ativo e não é amortizado, sendo sujeito a testes de imparidade.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pelo Grupo nos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na conta de ganhos e perdas do exercício.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da Norma IAS 36 - "Imparidade de ativos". Para este efeito, o "goodwill" é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos "cash-flows" futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao "goodwill" são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

2.4. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Consideram-se entidades "associadas" aquelas em que o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo Longrun numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11, um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que se inicia a influência significativa, deixando de o ser quando esta cessa. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo Longrun.

O "goodwill", correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes, permanece refletido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objeto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transações com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efetiva do Grupo Longrun nas entidades em questão.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

2.5. CONVERSÃO DE SALDOS E TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera - denominada "moeda funcional". Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são convertidos para Euros, a moeda funcional do Grupo, da seguinte forma:

- Ativos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio de fecho;
- Rendimentos e gastos de cada demonstração de resultados são convertidos à taxa de câmbio média do período;
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas na "Reserva de reavaliação de diferenças de câmbio".

2.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados nas rubricas "Gastos de investimentos diretos" e em "Comissões por operações de títulos e investimentos". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos com pagamentos fixos ou determináveis e com data de vencimento definida, que o Grupo Longrun tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em "Outros devedores por operações de seguros e outras operações".

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os instrumentos financeiros, a seguir indicados, são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda no reconhecimento inicial ou que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na "Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas

nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" ou "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Rendimentos", da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos", quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e Ativos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão do Grupo Longrun independente da função de negociação, com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;

- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

v) Transferências entre categorias de ativos financeiros

O "International Accounting Standards Board" (IASB) emitiu, em outubro de 2008, a revisão à norma IAS 39 - Reclassificação de Instrumentos Financeiros. Com esta revisão desde que os ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria podem ocorrer transferências de ativos financeiros detidos para negociação para ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou ativos detidos até à maturidade. A transferência de ativos disponíveis para venda também passou a ser permitida para as categorias de empréstimos e contas a receber e de ativos financeiros detidos até à maturidade.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros credores por operações de seguros e outras operações".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapartimentais pelo respetivo valor nominal.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e

- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade do Grupo Longrun consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo Longrun a riscos inerentes à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo

com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto.

Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor refletida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respetiva maturidade.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Nos exercícios de 2014, o Grupo não utilizou contabilidade de cobertura.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se trate de microcoberturas, ou por os resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;

- Derivados contratados com o objetivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas", com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em "Rendimentos". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Ativos financeiros detidos para negociação" e "Outros passivos financeiros", respetivamente.

d) Imparidade de ativos financeiros

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos financeiros disponíveis para venda.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Probabilidade de o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogêneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de risco similares. Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", sendo refletido em balanço como uma dedução ao valor do ativo a que respeita.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.6. a), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é considerado como alerta de imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento de imparidade é opcional.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na "Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

2.7. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E GRUPOS DE ATIVOS E PASSIVOS A ALIENAR

A norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado, sendo transferidos pelo valor líquido contabilístico à data da reclassificação. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Exista expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

O Grupo Longrun não tem ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar.

2.8. TERRENOS E EDIFÍCIOS DE RENDIMENTO

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, nas rubricas “Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”.

2.9. TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados pelo seu justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização, os quais são reconhecidos separadamente na rubrica “Outros ativos tangíveis” e amortizados ao longo da respetiva vida útil.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica "Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio". As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser

revertidas, também com impacto em resultados do exercício caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.10. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Grupo como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em gastos do exercício. O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.11. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Locações Operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo no âmbito de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações Financeiras

Consideram-se contratos de locação financeira, os contratos cujos riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas periódicas são constituídas pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.12. ATIVOS INTANGÍVEIS

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Grupo.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.13. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

As empresas do Grupo sediadas em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e as empresas sediadas no estrangeiro encontram-se igualmente sujeitas ao mesmo tipo de imposto (CIT) nos termos vigentes nesses países. Ao IRC e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada no exercício de 2014 é de 24,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 000 Euros e inferior a 7 500 000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7 500 000 Euros e inferior a 35 000 000 Euros e de 7% que exceda este valor.

Dado que a Fidelidade, Multicare e Cares foram alvo de um processo de alineação no decorrer do ano de 2014, tendo a Longrun Portugal, SGPS, S.A. adquirido 80% das partes de capital destas companhias, não se encontram reunidas as condições necessárias para constituir um regime especial de tributação de grupos de sociedade. Assim o Grupo em 2014 será tributado na sua esfera individual.

As contas das sucursais da Fidelidade são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91º do respetivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

O artigo 92.º do Código do IRC, estabelece que a coleta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria determinado se o sujeito passivo não usufrísse de:

- Benefícios fiscais, conforme previstos no n.º 2 do artigo 92.º;
- Dedução de prejuízos fiscais transmitidos por sociedades fundidas.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a imparidades e provisões temporariamente não aceites fiscalmente e a mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e em terrenos e edifícios.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Os ativos e passivos por impostos diferidos registados pelo Grupo foram determinados nos termos da Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro, relativa à reforma do Código de IRC, segundo a qual a taxa de imposto agregada a aplicar aos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2014 passará a ser de 24,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponderá à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 000 Euros e inferior a 7 500 000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7 500 000 Euros e inferior a 35 000 000 Euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.14. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As "Outras provisões" destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Grupo Longrun.

2.15. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pela Grupo Longrun correspondem a pensões de reforma e sobrevivência e os benefícios de saúde.

Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, o Grupo assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de Junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado a 23 de Dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor atual das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas aos trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam reformados ou pré-reformados, bem como aos colaboradores que não aderiram ao atual CCT.

Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos reformados e pré-reformados que transitaram para essa situação no período compreendido entre junho de 1998 e julho de 2005 benefícios com assistência médica vitalícia.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base

anual, por atuários especializados, utilizando o método “Unit Credit Projected”, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 34). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, é refletido pelo valor líquido na rubrica de “Gastos com pessoal”. O custo do exercício com encargos de saúde é refletido na rubrica “Outras provisões” (Nota 25).

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em “Gastos com pessoal”.

Outros benefícios de longo prazo

As responsabilidades relativas ao prémio de permanência, decorrentes do n.º 2 da cláusula 41ª do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora em vigor, são calculadas anualmente utilizando métodos atuariais universalmente aceites.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.16. CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO

a) Classificação de contratos

O registo das transações associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo é efetuado de acordo com o normativo da ASF. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela norma IFRS 4 – “Contratos de seguro”, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando portanto a ser valorizados de acordo com as normas da ASF.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- Cujos montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricionária do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método “Pró-rata temporis” aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas da ASF, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões homologadas – pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Pensões definidas – estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença;
- Pensões presumíveis – estimativa das responsabilidades com pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas homologadas e definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente Remíveis	Não Remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	INE 2010_2012
		por género
Taxa de desconto	5,25%	4%
Encargos de gestão	2,40%	4%

A provisão matemática para pensões presumíveis de sinistros de acidentes de trabalho ocorridos no exercício tem por base a estimativa do número de sinistros com incapacidades permanentes (IP's) e morte e a provisão matemática média, considerada como o custo expectável de cada uma destas pensões. Para sinistros ocorridos em exercícios anteriores a variação desta provisão corresponde à diferença entre o montante pago de pensões e remições deduzido do juro técnico estimado e a variação da provisão para pensões homologadas e definidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT - Fundo de Acidentes de Trabalho. O Grupo efetua o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsado pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade da ASF, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas companhias seguradoras e pelos tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registar a responsabilidade relativa a despesas com caráter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. Por recurso a matrizes de desenvolvimento mensais é estimada a quantidade de sinistros ocorridos no exercício, a qual é multiplicada pelo custo médio estimado de despesas de assistência temporária dos sinistros ocorridos em 2013 e 2014, por forma a obter o custo do exercício para este tipo de despesa. Para sinistros de exercícios anteriores a variação da provisão corresponde aos montantes pagos de despesas com assistência temporária registados contabilisticamente.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de caráter vitalício e é composta por:

- Provisão para assistência vitalícia declarada - diz respeito a despesas de caráter vitalício, com sinistrados beneficiários de pensão, cuja data do serviço ocorra 730 dias após a data de início da pensão;
- Provisão para assistência vitalícia presumível - despesas de caráter vitalício relativas a sinistros já ocorridos mas que ainda não apresentam despesas.

Esta provisão é calculada com as seguintes bases técnicas:

Bases técnicas	
Tábua de mortalidade	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	4%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

A provisão para assistência vitalícia presumível é calculada utilizando metodologia similar à descrita para a provisão matemática para pensões presumíveis.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Análise de suficiência da provisão para sinistros

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada pelo atuário responsável ao longo do ano, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

Esta análise é efetuada para os principais ramos/ grupos de ramos, representativos de mais de 90% das provisões para sinistros, nomeadamente automóvel, acidentes de trabalho, acidentes pessoais e doença.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam, maioritariamente, em triângulos de pagamentos e utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão matemática do ramo vida

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da empresa de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

f) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Esta provisão inclui os saldos com origem nas mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados que transitaram do anterior normativo contabilístico aplicável às empresas de seguros até 2007, as quais eram registadas no então denominado Fundo para Dotações Futuras. Reflete ainda o valor líquido das mais e menos-valias potenciais subsequentes (ajustamentos de justo valor) relativo aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos.

Esta provisão é constituída por contrapartida da rubrica "Participação nos resultados a atribuir", da demonstração de ganhos e perdas ou diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por

ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda afetos aos seguros de vida com participação nos resultados, dependendo da classificação dos ativos.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado.

A utilização da provisão para participação nos resultados a atribuir é efetuada por carteira, de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

i) Os saldos das mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados, transitados do anterior Fundo para Dotações Futuras, são utilizados em primeiro lugar para compensar os prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos respetivos produtos do ramo vida com participação nos resultados, que foram refletidos como perdas do Grupo, sendo reconhecidos nos seus resultados até ao limite das perdas que visam compensar. Este procedimento é utilizado pelas entidades do Grupo desde 2011;

ii) Os valores correspondentes à participação dos segurados nas menos-valias potenciais das carteiras afetas são refletidos nesta provisão até à concorrência do respetivo saldo positivo. Desta forma, os valores com origem no antigo Fundo para Dotações Futuras que continuem disponíveis após a utilização referida em i) acima, são usados para compensação de menos-valias potenciais das respetivas carteiras;

iii) Caso o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir após os movimentos anteriores resulte positivo e existam perdas por recuperar, apuradas em exercícios anteriores nas contas técnicas dos respetivos produtos e que tenham sido reconhecidas nos resultados do Grupo Longrun pelo facto de os rendimentos das carteiras afetas não terem sido suficientes para fazer face aos encargos decorrentes das taxas técnicas garantidas, esse saldo positivo é reconhecido nos resultados do Grupo Longrun até à concorrência das referidas perdas por recuperar. Este movimento pode ser revertido, também com impacto em resultados, quando o saldo originado pela movimentação das valias potenciais deixe de ser positivo.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

g) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída relativamente a todos os seguros e operações do ramo «Vida» em que exista uma garantia de taxa de juro, sempre que a taxa de rentabilidade efetiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas de determinados contratos de seguro seja inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

h) Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

i) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite — risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF.

j) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF.

k) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

l) Responsabilidades para com subscritores de produtos “Unit-linked”

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pelo Grupo em que o risco é suportado pelo tomador (produtos “Unit-linked”) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica “Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

As carteiras de investimentos afetas a produtos “Unit-linked” são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas do exercício.

Para os seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato, as provisões são criadas pelo máximo entre o valor resultante do produto do valor da unidade de referência pelo número de unidades existente e o capital garantido e rendimento no termo descontado até à data de cálculo à taxa garantida.

m) Responsabilidades para com subscritores de outros contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de outros produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4 e que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos do IAS 39 e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

n) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

2.17. RÉDITO

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser avaliados com fiabilidade.

(i) Comissões com instrumentos financeiros

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

(ii) Prestação de serviços segmento hospitalar

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando a transação que envolva a prestação de serviços possa

ser fiavelmente estimada. O rédito associado com a transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

No caso da atividade desenvolvida pelas unidades que prestam cuidados de saúde privada, o rédito é reconhecido com base na atividade produzida no período, devidamente valorizada pelas tabelas de preços associadas a cada ato da prestação, independentemente da sua efetiva faturação.

No caso da atividade exercida na prestação pública (em regime de PPP), o rédito é reconhecido pela valorização da atividade produzida, valorizada pela tabela contratada com a Entidade pública contratante. De acordo com o contrato, a faturação é feita mensalmente por um montante equivalente a 1/12 de 90% do valor anual acordado para cada ano, havendo uma fatura de acerto para o valor da produção efetiva, nos seis meses seguintes ao final de cada ano. A diferença entre os montantes faturados e a produção efetiva é registada em Outras contas a pagar ou a receber de acordo com o princípio da especialização.

No âmbito da atividade desenvolvida pelas residências seniores os réditos são reconhecidos com base nos Direitos de Utilização Vitalícios (DUV's). Este reconhecimento é efetuado de acordo com as características de cada tipo de contrato:

- Nos DUV's sem direito a transmissão de titular, ou com direito a apenas uma transmissão, o valor do contrato é contabilizado, inicialmente, em Rendimentos Diferidos, sendo imputados os rendimentos a partir da entrada do sócio no Clube, por um período que tem em consideração a idade do sócio (ou do transmissário, no caso de haver essa possibilidade) à data da entrada, tendo em consideração a esperança média de vida definida pelas tabelas GRF95;
- Nos DUV's com direito a transmissões ilimitadas, o valor do contrato é imediatamente reconhecido como proveito, sendo registado um acréscimo de custos por contrapartida de custos das vendas, correspondente à permissão da unidade no custo total dos edifícios, o qual, posteriormente, é reconhecido em rendimentos em período idêntico ao período da amortização do imobilizado correspondente.

(iii) Comissões por outros serviços prestados

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

2.18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e a caixa e disponibilidades em instituições de crédito e que não estejam associados a uma natureza de investimento.

2.19. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS CRÍTICAS E ASPETOS JULGAMENTAIS MAIS RELEVANTES NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Longrun e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Longrun incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.6. d). Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pelo Grupo com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

O Grupo Longrun considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo Longrun valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.6.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.6., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.15., as responsabilidades do Grupo Longrun por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo Longrun e dos seus atuários quanto ao comportamento futuro das respetivas variáveis.

Imparidade do goodwill

Conforme referido na Nota 2.3., o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do goodwill registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projeções efetuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da atividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos refletem a melhor estimativa do Grupo Longrun na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros

A determinação das responsabilidades do Grupo Longrun por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.16.. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo Longrun, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros e resseguros refletidos nas contas consolidadas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas pelo Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das empresas do Grupo Longrun sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

2.20. ADOÇÃO DE NORMAS (NOVAS OU REVISTAS) EMITIDAS PELO "INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD" (IASB) E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS PELO "INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING INTERPRETATION COMMITTEE" (IFRIC), CONFORME ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

2.20.1. NORMAS ADOTADAS (NOVAS OU REVISTAS)

No decorrer do exercício de 2014 o Grupo Longrun adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. As alterações com relevância para o Grupo Longrun foram as seguintes:

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

Data de emissão: 12-05-2011

Data de Adoção pela CE: 11-12-2012

Regulamento da Comissão Europeia: 1254/2012

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

O IASB emitiu a IFRS 10 "Demonstrações financeiras consolidadas" que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 "Consolidação - entidades com finalidade especial" e na IAS 27 "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas".

A IFRS 10 não altera os procedimentos de consolidação mas estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. Assim, um investidor controla uma investida se e apenas se tiver, cumulativamente:

(a) poder sobre a investida;

(b) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e

(c) a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores.

As mudanças introduzidas pela IFRS 10 requerem que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.

IFRS 11 – Acordos Conjuntos

Data de emissão: 12-05-2011

Data de Adoção pela CE: 11-12-2012

Regulamento da Comissão Europeia: 1254/2012

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:

01-01-2014

Substitui a IAS 31 “Interesses em empreendimentos conjuntos” e a SIC 13 “Entidades conjuntamente controladas – contribuições não monetárias por empreendedores”.

Altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através do método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial. O controlo conjunto consiste na partilha contratualmente acordada do controlo sobre um acordo, que só existe quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controlo.

Define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos ativos, passivos, rendimentos e custos.

IFRS 12 – Divulgação de Interesses Noutras Entidades

Data de emissão: 12-05-2011

Data de Adoção pela CE: 11-12-2012

Regulamento da Comissão Europeia: 1254/2012

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:

01-01-2014

A IFRS 12 “Divulgação de participações em outras entidades” estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias na IAS 27 “Demonstrações financeiras consolidadas” e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 “Interesses em empreendimentos conjuntos” e na IAS 28 “Investimentos em associadas”, para além de novas informações adicionais.

O objetivo desta Norma é exigir que uma entidade divulgue informação nas suas demonstrações financeiras que permita que os utentes avaliem:

(a) a natureza e os riscos associados aos seus interesses noutras entidades; e

(b) os efeitos desses interesses na sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Para isso, uma entidade deve divulgar:

(a) os julgamentos e pressupostos significativos nos quais se baseou para determinar a natureza do seu interesse noutra entidade ou acordo e para determinar o tipo de acordo conjunto no qual tem um interesse; e

(b) informação sobre os seus interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas; e entidades estruturadas que não sejam controladas pela entidade.

Para efeitos desta Norma, um interesse noutra entidade refere-se ao envolvimento contratual e não-contratual que expõe uma entidade a uma variabilidade do retorno em função do desempenho da outra entidade. Um interesse noutra entidade pode ser evidenciado, entre outros, pela propriedade de ações ou de instrumentos de dívida, bem como por outras formas de envolvimento como o fornecimento de financiamento, de assistência à liquidez, de aumentos de crédito e de garantias. Isso inclui os meios pelos quais uma entidade tem controlo, controlo conjunto ou influência significativa sobre outra entidade. Uma entidade não tem necessariamente um interesse

noutra entidade apenas por via de uma normal relação de cliente-fornecedor.

IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)

Data de emissão: 12-05-2011

Data de Adoção pela CE: 11-12-2012

Regulamento da Comissão Europeia: 1254/2012

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:

01-01-2014

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (2011)

Data de emissão: 12-05-2011

Data de Adoção pela CE: 11-12-2012

Regulamento da Comissão Europeia: 1254/2012

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:

01-01-2014

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às joint ventures à semelhança do que já acontecia com as associadas.

IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 (Emendas) – Orientações de Transição

Data de emissão: 28-06-2012

Data de Adoção pela CE: 04-04-2013

Regulamento da Comissão Europeia: 313/2013

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:

01-01-2014

Estas emendas permitem a adoção de procedimentos menos exigentes na transição para as IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 como por exemplo a reexpressão de comparativos que fica limitada ao período imediatamente anterior à transição.

Emenda às normas: IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades

Data de emissão: 31-10-2012

Data de Adoção pela CE: 20-11-2013

Regulamento da Comissão Europeia: 1174/2013

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:
01-01-2014

As entidades de investimento que incluem os Fundos de capital de risco devem satisfazer três elementos da definição e quatro características típicas para que possam ser consideradas como entidades de investimento a quem se aplicam as novas disposições. Para o efeito, devem ser considerados todos os factos e circunstâncias incluindo o fim a que se destinam e a sua conceção. Estas entidades estão isentas de consolidar as suas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, as quais devem ser valorizadas ao justo valor através de resultados nos termos da IFRS 9 (ou IAS 39 conforme aplicável), com exceção daquelas que prestem serviço exclusivo à entidade de investimento relacionado com as atividades de investimento, as quais devem ser consolidadas (investimentos em subsidiárias) ou contabilizadas usando o método da equivalência patrimonial (investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos). Também devem ser valorizadas ao justo valor os investimentos em outras entidades de investimento sobre as quais exista controlo. Uma entidade mãe de uma entidade de investimento que não seja, ela própria, uma entidade de investimento não pode usar nas suas contas o modelo de justo valor aplicado pela sua subsidiária às respetivas participadas. Organizações de capital de risco, fundos de investimento e outras entidades que não satisfaçam as condições para serem consideradas entidades de investimento nos termos agora definidos, mantêm a possibilidade de poder mensurar os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos ao justo valor através de resultados nos termos da opção prevista na IAS 28.

Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros emenda à norma IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação

Data de emissão: 16-12-2011

Data de Adoção pela CE: 13-12-2012

Regulamento da Comissão Europeia: 1256/2012

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:

01-01-2014

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação

de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

Divulgação sobre a quantia recuperável de ativos não financeiros emenda à norma IAS 36 – Imparidade

Data de emissão: 29-05-2013

Data de Adoção pela CE: 19-12-2013

Regulamento da Comissão Europeia: 1374/2013

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:

01-01-2014

A emenda elimina a obrigatoriedade de divulgação do valor recuperável de unidades geradoras de caixa que incluam ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou goodwill, desde que não tenham sido reconhecidas perdas de imparidade, com o objetivo de eliminar a consequência não intencional existente

na norma que obrigava à divulgação de informação comercial sensível. Passa a ser obrigatório divulgar: (i) informação adicional sobre o justo valor dos ativos em imparidade quando a quantia recuperável é baseada no justo valor menos custo de vender e (ii) informação sobre as taxas de desconto usadas quando a quantia recuperável é baseada no justo valor menos custos de vender que use uma técnica de valorização ao valor atual

Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

Data de emissão: 27-06-2013

Data de Adoção pela CE: 19-12-2013

Regulamento da Comissão Europeia: 1375/2013

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:

01-01-2014

As emendas visam permitir uma exceção à necessidade de descontinuar a contabilidade de cobertura em certas circunstâncias nas quais existe uma alteração da contraparte num instrumento de cobertura de forma a garantir a participação numa câmara de compensação para esse instrumento. A emenda cobre as novações:

- que resultem da aplicação ou da alteração de leis ou regulamentos;
- nas quais as partes do instrumento de cobertura concordam que uma ou mais contrapartes da compensação substituam as contrapartes originais de forma a tornarem-se as novas contrapartes de cada uma das partes;
- que não resultem em outras alterações aos termos do contrato original do derivado para além das alterações diretamente atribuíveis à alteração da contraparte para assegurar a compensação.

Todas as condições acima referidas devem ser cumpridas para se continuar a contabilidade de cobertura de acordo com esta exceção.

A emenda cobre novações efetuadas para contrapartes centrais, bem como para intermediários como sejam membros de câmaras de compensação, ou clientes dos últimos que sejam eles próprios intermediários.

Para as novações que não cumpram os critérios da exceção, as entidades devem avaliar as alterações ao instrumento de cobertura à luz das regras de desconhecimento de instrumentos financeiros e das condições gerais para continuar a aplicação da contabilidade de cobertura.

IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado

Data de emissão: 20-05-2013

Data de Adoção pela CE: 13-06-2014

Regulamento da Comissão Europeia: 634/2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:

17-06-2014

Esta interpretação aplica-se a pagamentos impostos por entidades governamentais, que não estejam cobertos por outras normas (ex: IAS 12), incluindo multas e outras penalidades por incumprimento de legislação. A interpretação clarifica que: (i) deve ser reconhecido um passivo quando ocorre a atividade que despoleta o pagamento tal como identificado na legislação relevante (ii) deve ser efetuado um acréscimo progressivo da responsabilidade ao longo do tempo se a atividade que despoleta o pagamento também ocorre ao longo do tempo de acordo com a legislação relevante e (iii) se o pagamento só é despoletado quando é atingido um limite mínimo, não deve ser reconhecido qualquer passivo até que tal mínimo seja atingido. Esta interpretação não estabelece qual deve ser a contrapartida do passivo, devendo ser tidas em conta as disposições das restantes normas para determinar se deve ser reconhecido um ativo ou um gasto.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

2.20.2. NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE IRÃO ENTRAR EM VIGOR EM EXERCÍCIOS FUTUROS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)

Data de emissão: 12-12-2013

Data de Adoção pela CE: 18-12-2014

Regulamento da Comissão Europeia: 1361/2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:

01-01-2015

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu quatro melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato financeiro

Clarifica o que se entende por normas em vigor.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Atualiza a exceção de aplicação da norma a “Acordos Conjuntos” clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção ao portfolio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica que é à luz da IFRS 3 que se deve determinar se uma dada transação é uma combinação de negócios ou compra de ativos e não a descrição existente na IAS 40 que permite distinguir a classificação de uma propriedade como sendo de investimento ou como sendo propriedade ocupada pelo dono.

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)

Data de emissão: 12-12-2013

Data de Adoção pela CE: 17-12-2014

Regulamento da Comissão Europeia: 2015/28

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:

01-02-2015

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu sete melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Ações

Atualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes que não sejam instrumentos de capital. Tais alterações passam a ser reconhecidas exclusivamente em resultados do exercício.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação dos segmentos.

A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de uma entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

Emenda à norma IAS 19 – Benefícios dos empregados

Data de emissão: 21-11-2013

Data de Adoção pela CE: 17-12-2014

Regulamento da Comissão Europeia: 2015/29

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:

01-02-2015

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

2.20.3. NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Data de emissão: 24-07-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:
01-01-2018

Esta norma foi finalmente completada em 24 de julho de 2014 e o resumo, por temas, é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizados pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo valor justo através do resultado integral (FVOCI) com subsequente reclassificação para resultados.

- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento-a-instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito deve ser apresentada na demonstração do resultado integral. A restante alteração no justo valor deve ser apresentada no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- Todos os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para a IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) a instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.

- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizados como custos da cobertura.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

Data de emissão: 28-05-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2017

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS

11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco etapas: (i) identificar o contrato com o cliente, (ii) identificar as obrigações de desempenho no contrato, (iii) determinar o preço de transação, (iv) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho no contrato e (v) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais de obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

IFRS 11: Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas

Data de emissão: 06-05-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2016

As emendas exigem que uma entidade que adquira uma participação numa operação conjunta em que a atividade dessa operação constitua um negócio, aplique, na proporção da sua quota parte, todos os princípios sobre combinações de negócios constantes da IFRS 3 – Combinações de Negócios e outras IFRS que não conflituem com a IFRS 11 e faça as correspondentes divulgações exigidas por tais normas relativamente a combinações de negócios.

As emendas também se aplicam se na formação da operação conjunta a entidade tiver contribuído com um negócio.

No caso de uma aquisição de uma participação adicional numa operação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitua um negócio, a participação anteriormente detida não deve ser

remensurada se o operador mantiver o controle conjunto.

IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos

Data de emissão: 12-05-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:

01-01-2016

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que o rendimento reflete um padrão de benefícios econômicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e não o de que os benefícios econômicos são consumidos através do uso do ativo. Como resultado, a proporção da receita gerada em relação à receita total prevista para ser gerada não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto

Data de emissão: 11-09-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:

01-01-2016

As alterações à IFRS 10 definem os critérios para reconhecimentos dos ganhos e perdas quando uma mãe perde o controle de uma subsidiária a qual não contenha um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios, em resultado de uma transação que envolva uma associada ou joint venture que seja contabilizada pela equivalência patrimonial. O lucro ou perda da transação é incluído na demonstração de resultados do investidor apenas na extensão que não esteja relacionada com o investimento na associada ou joint venture. A parte restante é deduzida ao valor contábilístico do investimento na associada ou joint venture. No caso de a mãe continuar a manter um investimento na antiga subsidiária e esta se tiver tornado uma associada ou joint venture contabilizada pela equivalência patrimonial, a mãe reconhece o ganho ou perda da remensuração para o justo valor na demonstração de resultados apenas na extensão que não esteja relacionada com o novo investimento na associada ou joint venture. A parte restante é

deduzida ao valor contábilístico do investimento retido na anterior subsidiária. Se o investimento na anterior subsidiária passar a ser mensurado pelo justo valor, então o ganho ou perda da remensuração é reconhecido na totalidade na demonstração de resultados do investidor.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospetiva.

IAS 27: Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas

Data de emissão: 12-08-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:

01-01-2016

O objetivo destas alterações é restaurar a opção de usar o método da equivalência patrimonial na valorização de subsidiárias e associadas em contas separadas cujas opções de valorização passam a ser: (i) custo, (ii) em conformidade com o IFRS 9 (ou IAS 39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos. A consequente alteração também foi feita na IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro com vista a permitir a quem adote as IFRS pela primeira vez e use a equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas possa usufruir da isenção de combinações de negócios passadas em relação à aquisição do investimento.

**IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento:
Aplicação da exceção de consolidação**

Data de emissão: 18-12-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:

01-01-2016

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se: (i) a sua mãe imediata ou última preparar demonstrações financeiras em IFRS para uso público nas quais as subsidiárias sejam consolidadas ou mensuradas ao justo valor através de resultados; ou se (ii) as suas subsidiárias estiverem mensuradas ao justo valor através de resultados (todas as subsidiárias, exceto aquelas que não sejam entidades de investimentos e cujo propósito e atividades sejam prestar serviços relacionados com as atividades de investimento, das entidades de investimento que as detêm).

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade não necessita de aplicar o método da equivalência patrimonial numa associada ou joint venture se: (i) a mãe puder usufruir da isenção de consolidação definida na IFRS 10 ou se (ii) entre todas as condições das IAS 28 necessárias para tal, a sua mãe imediata ou última preparar demonstrações financeiras em IFRS para uso público nas quais as subsidiárias sejam consolidadas ou mensuradas ao justo valor através de resultados. Uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou joint ventures que sejam entidades de investimento, podem manter a valorização das subsidiárias destas entidades de investimento ao justo valor através de resultados.

As consequentes alterações à IFRS 12 exigem que uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras em que todas as suas subsidiárias são mensuradas ao justo valor através de resultados apresente as divulgações exigidas pela IFRS 12 no que respeita a entidades de investimento.

IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro

Data de emissão: 18-12-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:

01-01-2016

As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotaais, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulado de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotaais exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral, os subtotaais adicionais devem ser reconciliados com os subtotaais exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex: grupos de atividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

Divulgações

IAS 1 já não se refere a um “resumo” das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respetivas políticas significativas ou outras notas.

Deixam de ser aplicáveis os requisitos de divulgação da IAS 8 § 28-30 (ou seja, sobre as normas ainda não adotadas e aplicação inicial de uma norma).

IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro

Data de emissão: 18-12-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após:
01-01-2016

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014 (emitidas em 25 de Setembro de 2014)

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas

Esta melhoria clarifica que as reclassificações diretas de ativos não correntes detidos para distribuição a

detentores de capital para ativos não correntes de detidos para venda e vice-versa não determinam a alteração do plano devendo ser consideradas como uma continuação do plano original do ativo. Aplicação prospetiva.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras de interim.

Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito a um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato. Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

IAS 19 – Benefícios de Empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta títulos de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex: Eurozone) e não os existentes em cada país.

Esta melhoria aplica-se a partir dos saldos de abertura mais antigos apresentados nos comparativos das demonstrações nas quais a alteração seja aplicada pela primeira vez.

IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar

As divulgações relativas a eventos e transações significativas passam a poder ser efetuadas, indistintamente, diretamente nas demonstrações financeiras de interim ou por referência cruzada para outros documentos de prestação de contas (ex: Relatório de gestão ou relatório de risco). No entanto, considera-se que as demonstrações financeiras de interim estão incompletas se os respetivos utilizadores não tiverem acesso, nos mesmos termos e ao mesmo tempo, à informação incluída por referência cruzada.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

3. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

A estrutura do Grupo Longrun ao nível das principais empresas subsidiárias, por setores de atividade, e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais em 31 de dezembro de 2014, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

(Valores em Euros)

Setor de atividade/entidade	Sede	% Participação efetiva	2014				
			Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador							
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	80,00%	13 474 744 241	12 217 340 688	1 257 403 553	159 108 030	1 760 599 143
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	80,00%	127 431 220	77 129 833	50 301 387	4 796 525	198 532 707
Cares - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	80,00%	56 160 796	36 961 854	19 198 942	6 002 621	44 220 822
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00%	74 680 937	47 636 519	27 044 418	539 822	40 468 429
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Lisboa	100,00%	15 663 986	5 215 925	10 448 061	438 394	820 164
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	Cabo Verde	55,89%	25 046 309	15 744 759	9 301 550	1 549 873	9 050 642
Universal Seguros, S.A. (b)	Angola	70,00%	55 019 300	50 647 254	4 372 045	1 278 139	34 454 979
Saúde							
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde, SGPS, S.A.)	Lisboa	98,22%	512 988 012	330 274 581	182 713 431	17 787 096	402 191 524
Imobiliário							
Fidelidade - Property Europe, S.A.	Lisboa	100,00%	81 695 430	15 228 665	66 466 765	1 325 165	5 581 160
Fidelidade - Property Internacional, S.A.	Lisboa	100,00%	59 467 534	21 652	59 445 882	66 461	96 218
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado SaudelInvest (d)	Lisboa	82,18%	134 329 512	31 741 207	102 588 305	9 517 264	14 759 262
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança 1 (d)	Lisboa	100,00%	15 265 808	201 439	15 064 369	447 313	773 538
FPI (UK) 1 LIMITED (c)	Reino Unido	100,00%	1	1	1	-	-
FPI (AU) 1 PTY LIMITED (c)	Austrália	100,00%	3 911 256	3 815 031	96 225	-	96 224
GK Kita Aoyoma Support 2 (c)	Japão	100,00%	27 260 204	6 479	27 253 725	(6 483)	-
Higashi Shinagawa Two TMK (c)	Japão	96,46%	199 715 998	109 772 131	89 943 867	31 649 094	272 451
Outros setores							
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Lisboa	100,00%	5 310 893	937 146	4 373 747	43 330	3 424 406
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Lisboa	100,00%	973 896	786 976	186 920	38 752	2 318 446
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Lisboa	100,00%	3 130 978	2 831 373	299 606	35 283	19 196 080
CARES RH - Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00%	4 936 180	228 030	4 708 150	1 173 928	1 737 780
CARES Multiassistance, S.A.	Lisboa	51,00%	5 095 516	1 887 224	3 208 292	2 106 080	12 198 886
FCM Beteiligungs GmbH	Áustria	51,00%	23 780 625	16 422	23 764 203	(282 869)	-
FID I (HK) LIMITED (c)	Hong Kong	100,00%	108 088 869	104 890 602	3 198 267	3 198 267	-
FID II (HK) LIMITED (c)	Hong Kong	100,00%	14 458 993	14 461 824	(2 831)	(2 832)	-
FID III (HK) LIMITED (c)	Hong Kong	100,00%	-	2 832	(2 832)	(2 832)	-

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014 de 125,11 Euro/Kwanza para as rubricas de Balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 129,988 Eur/Kwanzas para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014 de 1 Euro/0,7789 Libra, 1 Euro/1,4829 Dólar Australiano, 1 Euro/9,417 dólar de Hong Kong e 1 Euro/145,23 Iene Japonês para as rubricas de Balanço e de Ganhos e Perdas.

(d) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2014 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

As empresas filiais e associadas, agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SEGUROS

A **Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.** é uma sociedade anónima tendo resultado da fusão por incorporação da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. ("Império Bonança") na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. ("Fidelidade Mundial"), conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. Esta operação foi autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal através da deliberação do seu Conselho Diretivo, de 23 de fevereiro de 2012. A Companhia tem como objetivo o exercício da atividade seguradora "Não Vida" e "Vida", nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

A **Multicare - Seguros de Saúde, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Alexandre Herculano, nº 53, foi constituída em 13 de março de 2007, e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. A companhia é vocacionada para a gestão de seguros de saúde.

A **Cares - Companhia de Seguros, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa nº 13 - 7º, foi constituída em 16 de março de 1995, com a denominação de Companhia de Seguros Tágus, S.A., e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros.

A **Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, nº 13 - 2º, foi constituída em 28 de novembro de 1997 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora

e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros.

A **Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz nº 30, foi constituída em 13 de janeiro de 1983 e tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida, tanto em Portugal como no estrangeiro, bem como participar na redistribuição no mercado de determinados riscos de natureza ou dimensão específicas.

A **Universal Seguros, S.A.**, com sede em Luanda, na Rua 1º Congresso MPLA, n.º 11, 1º A, Ingombota, foi constituída em 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida no território nacional da República de Angola.

A **Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.** resultou da cisão do ex - Instituto de Seguros e Providência Social, EP ocorrida em 30 de outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei nº 136/91, de 2 de outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os ativos e passivos relacionados com o negócio segurador. A Companhia tem a sua sede em Chã de Areia, C.P. 138, cidade da Praia, República de Cabo Verde, e delegações nas ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, São Nicolau, Fogo e Santo Antão. Para a angariação de apólices de seguro, a Companhia dispõe ainda de uma rede de agentes. A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro direto e de resseguro em todos os ramos e operações, podendo ainda exercer atividades conexas e complementares.

IMOBILIÁRIO

A **Fidelidade - Property Europe, S.A.**, designação atribuída no decorrer de 2014, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 19 de novembro de 1991 e o seu objeto principal é o arrendamento de imóveis próprios por ela adquiridos ou construídos e a prestação de serviços conexas. Em 24 de novembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão por incorporação da Caixa Imobiliário - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., na Mundial Confiança - Sociedade de Gestão e

Investimento Imobiliário, S.A., a qual alterou a sua denominação para Fidelidade-Mundial, Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., tendo essa denominação sido alterada em 2013 para Fidelidade - Investimentos Imobiliários, S.A.. A fusão produziu efeitos contabilísticos a 1 de janeiro de 2004.

A **Fidelidade - Property International, S.A.** com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 5 de novembro de 2014 e o seu objeto principal é a compra e venda de imóveis, incluindo a compra para revenda, o arrendamento ou a constituição de outros direitos reais sobre imóveis e, ainda, o desenvolvimento, promoção e a administração de projetos imobiliários, na vertente de construção e de reabilitação, bem como a prestação de serviços conexos.

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste** foi constituído em 10 de dezembro de 2002 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários.

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança** foi constituído em 22 de dezembro de 1993 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários.

A **FPI (AU) 1 PTY LIMITED**, com sede em 'Grosvenor Place' Level 18, 225 George Street, Sydney, NSW 2000, Austrália, foi constituída em 17 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPI (UK) 1 LIMITED**, com sede em Legalinx Limited, One Fetter Lane, London, EC4A 1BR, foi constituída em 19 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **GK Kita Aoyoma Support 2**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1 Marunouchi, Chiyodaku, Tóquio, Japão, foi constituída em 27 de março de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

A **Higashi Shinagawa Two TMK**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office, 3-1-1 Marunouchi, Chiyodaku, Tóquio, Japão, foi constituída em 1 de agosto de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

SAÚDE

A **Espírito Santo Saúde - SGPS, S.A.**, Sociedade Aberta, com sede em Lisboa, na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17 - 9º, foi constituída em 6 de julho de 2000 sob a forma jurídica de "Sociedade Gestora de Participações Sociais", ao abrigo do Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de dezembro, que tem como objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Está vocacionada para operar como holding no desenvolvimento e na participação em negócios na área da Saúde. A denominação social foi alterada em 9 fevereiro de 2015 para Luz Saúde, S.A. em Assembleia Geral.

OUTROS SETORES

A **Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Cidade de Bolama, nº 1 - B, foi constituída em 1988 e tem por objeto social o exercício de toda e qualquer atividade relacionada com veículos automóveis, nomeadamente reparações, peritagens, avaliações e recuperação de salvados, bem como a locação de veículos automóveis. Acessoriamente, a sociedade pode realizar operações conexas ou complementares das referidas.

A **E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Nova da Trindade, nº 15, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de análise e prevenção de riscos, bem como de consultoria técnica e formação para incremento das condições de higiene, segurança e saúde em locais de trabalho, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e de gestão de instalações industriais para tratamento, recuperação ou reciclagem.

A **GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro N.º35 8º Piso, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de avaliação de danos em imóveis e veículos automóveis, ligeiros e pesados, ciclomotores e velocípedes, incluindo seus reboques e atrelados.

A **Cares RH - Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, n.º 13 - 7º, foi constituída em 29 de janeiro de 1991 e tem por objeto social a representação e assistência de seguradoras estrangeiras e, bem assim, a prestação de serviços de apoio à gestão de sinistros de seguradoras nacionais e estrangeiras.

A **Cares Multiassistance, S.A.**, com sede na Travessa do Pereira à Graça, n.º 16 A, atelier D, em Lisboa, foi constituída em 8 de novembro de 2002 e tem como objeto social a prestação de serviços de organização, avaliação e gestão de qualquer trabalho de reparação e restauro.

A **FCM Beteiligungs GmbH**, com sede em St. Pölten na Áustria, na rua Hollausg. 12, foi constituída em 6 de maio de 2014 e tem por objeto social a aquisição, alienação, detenção ou gestão dos próprios investimentos em outras empresas na Alemanha e no exterior, sendo ativo na importação, exportação, comércio grossista e retalhista de têxteis e artigos de moda de todos os tipos, incluindo negócios complementares relacionados, em particular, com a gestão da Tom Tailor GmbH, em Hamburgo. A empresa poderá agir em seu nome próprio nas atividades acima mencionadas

As empresas FID I (HKD), FID II (HKD), FID III (HKD) são veículos especiais de investimento com sede em Level 54 Hopewell Centre 183, Queen's Road East, Hong Kong constituídos em 4 de novembro de 2014.

Os principais movimentos nas empresas filiais e associadas do Grupo durante o exercício de 2014, foram os seguintes:

Em 30 de abril de 2014, o Grupo adquiriu 111 789 ações da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A., representativas de 55,89% do capital social pelo montante de 690 279 189 Escudos Cabo

Verdianos, equivalente a 6 260 184 Euros. O capital próprio adquirido, após ajustes de justo valor ascendia 652 534 245 Escudos Cabo Verdianos, equivalente a 5 917 873 Euros.

Em 7 de agosto de 2014, o Grupo adquiriu 26 020 ações da FCM Beteiligungs GmbH, representativas de 51% do capital social pelo montante de 14 093 820 Euros.

Em 31 de outubro de 2014, no âmbito da OPA sobre a Espírito Santo e Saúde, SGPS, o Grupo adquiriu 93 838 829 ações da Luz Saúde, S.A., representativas de 96,08% do capital social pelo montante de 473 924 677 Euros. Posteriormente, aumentou o seu investimento no montante de 140 451 Euros, representando 2,13%, essencialmente por conta do exercício do direito de alienação potestativa legalmente previsto no período de 3 meses subsequente à operação, ficando com uma participação total de 98,22%. O capital próprio adquirido, após ajustes de justo valor ascendia a 98 683 752 Euros.

Em 5 de novembro de 2014, o Grupo constituiu a Fidelidade - Property International, S.A., emitindo 1 800 000 ações representativas de 100% do capital social pelo montante de 9 000 000 Euros. Adicionalmente, foram emitidas prestações acessórias pelo montante de 50 379 421 Euros.

FID I (HKD), FID II (HKD) e a FID III (HKD) são veículos especiais de investimento com sede em Level 54 Hopewell Centre 183, Queen's Road East, Hong Kong constituídos em 4 de novembro de 2014.

A Sociedade Fidelidade Property Internacional, constituiu em 17 de dezembro de 2014 a sociedade FPI (AU) 1 PTY LIMITED sediada na Austrália e em 18 de dezembro de 2014 a FPI (AU) 1 PTY LIMITED sinalizou com o pagamento de 5 800 000 AUD (dólares australianos), correspondente a 3 815 031 Euros, a aquisição de 95% de uma propriedade a adquirir em regime de co-propriedade, localizada em 73 Miller Street, Norte de Sidney, Austrália. Este investimento da FPI (AU) 1 PTY LIMITED será concretizado durante o primeiro trimestre de 2015 e ascenderá a cerca de 212 milhões de AUD.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2014	
Caixa e seus equivalentes:	
Sede	4 056 020
Delegações	2 100 016
	6 156 036
Depósitos à ordem:	
Em moeda nacional	
Afetos	257 025 756
Ramo vida	70 155 013
Contratos de investimento	147 240 591
Ramo não vida	39 630 152
Não afetos	94 391 368
Em moeda estrangeira	
Afetos	12 912 857
Ramo vida	6 840 519
Contratos de investimento	640 690
Ramo não vida	5 431 648
Não afetos	20 967 742
	385 297 723
	391 453 759

5. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014		
	Participação efetiva (%)	Valor bruto	Valor de balanço
Valorizadas ao custo:			
Associadas:			
ACE Investment Fund PL (a)	50,00%	14 562 472	14 562 472
Nanxiang Holding Ltd. a)	20,00%	108 088 875	108 088 875
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	14 400	14 400
Valorizadas pelo método de equivalência patrimonial:			
Associadas:			
Audatex Portugal - Peritagens Informat. Derivadas de Acidentes, S.A. b)	33,67%	1 514 260	1 514 260
GENOMED - Diagnósticos de Medicina Molecular, SA	37,50%	241 072	241 072
		124 421 079	124 421 079

a) Associada registada ao custo dado não estarem disponíveis os dados financeiros de dezembro de 2014

b) Valores de junho de 2014 (período contabilístico de junho de 2013 a junho de 2014)

Os dados financeiros das empresas associadas valorizadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2014 eram os seguintes:

(Valores em Euros)

Setor de atividade/entidade	Sede	% Participação efetiva	2014			
			Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido
Saúde						
GENOMED - Diagnósticos de Medicina Molecular, SA	Lisboa	37,50%	1 125 641	682 963	442 678	17 805
HME - Gestão de Hospitalar, SA	Lisboa	50,00%	2 744 058	12 739 652	(9 995 593)	(205 154)
Outros setores						
ACE - Investment Fund PL	Ilhas Caimão	50,00%	n.a	n.a	n.a	n.a
Audatex Portugal - Peritagens Informat. Derivadas de Acidentes, S.A. (b)	Lisboa	33,67%	6 515 983	208 530	4 497 453	1 784 232
HIGHGROVE - Invest. Part. SGPS, S.A.	Meladas; Mozelos	25,00%	2 262 201	2 331 208	(69 007)	(161 503)
HL - Sociedade Gestora do Edifício, SA (c)	Lisboa	10,00%	94 617 609	92 400 147	2 217 462	1 930 497
Nanxiang Holding Lta.	Hong Kong	20,00%	1 772 163	1 195 047	577 116	32 729

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores de junho de 2014 (período contabilístico junho/13 a junho/14).

(c) Valores provenientes de uma versão draft

As empresas associadas, agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SAÚDE

A **Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular S.A.**, foi constituída em 4 de novembro de 2004 com sede em Lisboa, Avenida Egas Moniz 1600-190 Lisboa, tendo como objeto social prestar serviços de apoio ao diagnóstico, prevenção e terapêutica de doenças humanas através da constante implementação das metodologias mais inovadoras; b) Promover atividades de diagnóstico, de investigação e desenvolvimento na área da Medicina Molecular.

A **HME - Gestão Hospitalar, S.A.**, situa-se na freguesia de Évora (Sé e São Pedro) e tem como objetivo a prestação de serviços hospitalares.

OUTROS SETORES

A **Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Basílio Teles, nº 24 - 3º, foi constituída em 1994 e tem por objeto social a exploração de um sistema informático que permite o cálculo direto e indireto de danos decorrentes de acidentes. A sociedade poderá igualmente explorar serviços complementares de apoio ao sistema anteriormente referido, nomeadamente junto de companhias seguradoras, peritos, oficinas ou outros interessados.

A **HIGHGROVE - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.**, com sede no Lugar de Meladas, nº 380, Mozelos, foi constituída em 21 de setembro de 1999 e tem por objeto social a gestão de participações em outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. A participação nesta empresa surge no seguimento de uma parceria com o Grupo Amorim para reconstrução do condomínio fechado do Convento dos Inglesinhos, situado na zona histórica do Bairro Alto, que presentemente está a vender os últimos empreendimentos.

A **Nanxiang Holding Limited** é um veículo especial de investimento constituído em 7 de janeiro de 2014, com sede em Osiris International Cayman Limited, Suite #4-210, Governors Square, 23 Lime Tree Bay Avenue, PO Box 32311, Grand Cayman KY1-1209, Cayman Islands.

A **HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.**, foi constituída em 21 de dezembro de 2009 com sede em Linda-a-Velha, Rua Mário Dionísio, nº 2, tendo como objeto social exclusivo o exercício das atividades de conceção, projeto, construção e manutenção das infraestruturas do Hospital de Loures, incluindo o exercício de todas as demais atividades, a título principal ou acessório, nos termos do disposto no Contrato de Gestão celebrado no âmbito do "Concurso para a celebração do Contrato de Gestão para conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e exploração do Hospital de Loures".

6. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014 Ao justo valor através de resultados
Investimentos relativos a contratos "Unit linked"	627 586 250
Instrumentos de dívida	
- De outros emissores:	
. Obrigações e outros títulos:	
De residentes	1 359 626
De não residentes	231 010 411
	232 370 037
Outros instrumentos financeiros	
- Unidades de participação	
Residentes	3 600 388
	3 600 388
	863 556 675

Os investimentos relativos a contratos "unit-linked" correspondem a ativos geridos pelas seguradoras do Grupo Longrun cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os

segurados refletida na rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento", do passivo.

Em 31 de dezembro de 2014, os investimentos registados nesta rubrica apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2014	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas:	
Instrumentos de dívida	
De empresas do Grupo CGD	70 440 511
De dívida pública	
De emissores nacionais	487 733 595
De emissores estrangeiros	
Alemanha	509 341
Áustria	300 398
Bélgica	1 306 429
Espanha	3 503 914
França	2 716 609
Holanda	998 344
Itália	4 021 684
De outros emissores	
De emissores nacionais	2 868 909
De emissores estrangeiros	33 364 513
Instrumentos de capital	
De emissores nacionais	15 786 691
De emissores estrangeiros	5 921 824
Contas a receber	15
Transações a liquidar	(1 886 527)
627 586 250	
Outros ativos:	
Depósitos à ordem	84 080 963
711 667 213	

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas" inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos nos montantes de 231 850 442 Euros. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emittentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Em 2014, o Grupo reconheceu ganhos líquidos com a valorização destes investimentos no montante de 6 486 467 Euros.

O total dos investimentos afetos aos contratos "Unit - Linked" apresentam uma diferença de 2 925 Euros para o total dos passivos financeiros valorizados ao justo valor (Nota 21), que corresponde ao justo valor negativo dos swaps que se encontra registado na rubrica "Outros passivos financeiros" (Nota 22).

7. DERIVADOS

O Grupo Longrun realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações de taxas de juro e de cotações.

O Grupo Longrun controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2014, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.6.c). Nestas datas, o seu montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

(Valores em Euros)

	2014	
	Montante Nominal Derivados de Negociação	Valor de Balanço Passivos Financeiros (Nota 22)
Swaps		
Swaps de Taxa de juro	40 668 155	(8 609 482)
	40 668 155	(8 609 482)

Os interest rate swaps contratados pelo Grupo destinam-se essencialmente à cobertura de responsabilidades com contratos de investimento do ramo vida, os quais, com exceção dos contratos unit-linked, são valorizados ao custo amortizado (Nota 21).

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo Longrun em 31 de dezembro de 2014 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014 > 5 Anos
Swaps	
Swaps de Taxa de juro	40 668 155
	40 668 155

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo Longrun em 31 de

dezembro de 2014 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014	
	Valor Nominal	Valor de Balanço
Swaps		
Swaps de Taxa de Juro		
Instituições Financeiras		
Grupo Caixa Geral Depósitos	40 668 155	(8 609 482)
	40 668 155	(8 609 482)

8. ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 41)	Valor líquido	Diferenças de Câmbio	Reserva de justo valor (Nota 27)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	2 053 387 309	72 408 965	2 125 796 274	-	2 125 796 274	-	159 440 205	2 285 236 479
De emissores estrangeiros								
Itália	930 452 841	11 107 316	941 560 157	-	941 560 157	-	63 426 921	1 004 987 078
Espanha	654 186 258	10 663 050	664 849 308	-	664 849 308	-	46 162 616	711 011 924
Alemanha	30 942 132	625 941	31 568 073	-	31 568 073	-	3 802 582	35 370 655
França	45 129 587	4 485 153	49 614 740	-	49 614 740	-	8 499 908	58 114 648
Holanda	6 256 973	83 273	6 340 246	-	6 340 246	-	540 587	6 880 833
Áustria	321 450	3 930	325 380	-	325 380	-	83 077	408 457
Bélgica	32 509 086	19 931 282	52 440 368	-	52 440 368	-	1 459 549	53 899 917
De outros emissores públicos								
De emissores estrangeiros	3 394 910	24 741	3 419 651	-	3 419 651	-	489 148	3 908 799
De organismos financeiros								
internacionais	13 292 054	143 848	13 435 902	-	13 435 902	-	5 670 824	19 106 726
De outros emissores								
De emissores nacionais	477 423 228	10 331 591	487 754 819	(47 929 367)	439 825 452	-	7 756 901	447 582 353
De emissores estrangeiros	1 357 671 028	31 702 354	1 389 373 382	(49 346)	1 389 324 036	-	55 119 208	1 444 443 244
De empresas do Grupo	1 676 422 178	44 391 379	1 720 813 557	-	1 720 813 557	-	4 963 813	1 725 777 370
	7 281 389 034	205 902 823	7 487 291 857	(47 978 713)	7 439 313 144	-	357 415 339	7 796 728 483
Instrumentos de capital								
Valorizados ao justo valor								
De emissores nacionais	116 937 583	-	116 937 583	(13 140 742)	103 796 841	-	(3 822 110)	99 974 731
De emissores estrangeiros	996 478 770	-	996 478 770	(42 191 820)	954 286 950	25 114 164	117 344 743	1 096 745 857
	1 113 416 353	-	1 113 416 353	(55 332 562)	1 058 083 791	25 114 164	113 522 633	1 196 720 588
Outros instrumentos								
Títulos de participação								
De residentes	27 434	30	27 464	-	27 464	-	(10 770)	16 694
Unidades de participação								
De residentes	331 969 477	-	331 969 477	(63 911 279)	268 058 198	-	32 658 372	300 716 570
De não residentes	33 063 012	-	33 063 012	(7 715 085)	25 347 927	2 107	5 088 480	30 438 514
Outros	(14 782)	422	(14 360)	-	(14 360)	-	-	(14 360)
	365 045 141	452	365 045 593	(71 626 364)	293 419 229	2 107	37 736 082	331 157 418
	8 759 850 528	205 903 275	8 965 753 803	(174 937 639)	8 790 816 164	25 116 271	508 674 054	9 324 606 489

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Outros instrumentos" inclui unidades de participação de fundos de investimento geridos por entidades do

Grupo Caixa Geral de Depósitos nos montantes de 206 750 572 Euros, apresentando a seguinte composição de acordo com o tipo de fundo:

(Valores em Euros)

2014	
Fundos Mobiliários	
Fundos de ações	5 869 106
Fundos de obrigações	3 637 060
Fundos de tesouraria	3 055 930
Fundos de Fundos	69 980 896
Outros	7 276 400
	89 819 392
Fundos imobiliários	116 931 180
	206 750 572

A exposição do Grupo Longrun a instrumentos de Dívida Pública, de acordo com os respetivos prazos residuais, é apresentada na Nota 47.

9. EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014		
	Valor antes de imparidade	Imparidade (Nota 41)	Valor líquido
Depósitos junto de empresas cedentes	968 804	-	968 804
Outros depósitos:			
Depósitos a prazo	1 309 484 279	-	1 309 484 279
Empréstimos concedidos:			
Empréstimos hipotecários	559 075	(29 803)	529 272
Empréstimos sobre apólices	1 458 001	-	1 458 001
Outros	6 342 848	(2 559 251)	3 783 597
	8 359 924	(2 589 054)	5 770 870
	1 318 813 007	(2 589 054)	1 316 223 953

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Outros depósitos”, apresenta a seguinte composição, por prazo residual de vencimento:

(Valores em Euros)

	2014					Total
	Até 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Superior a 12 meses	
Outros depósitos:						
BCP Macau	23 309 986	-	416 020	267 365	1 081 375	25 074 746
BNU Macau, S.A.	251 753	575 121	718 692	1 164 253	3 071 808	5 781 627
Banco Comercial Portugues, S.A.	-	100 003 889	-	-	-	100 003 889
Banco Caixa Geral Totta Angola	-	125 176	-	825 152	5 038 468	5 988 796
Banco Caixa Geral, S.A.	-	-	-	-	12 063 896	12 063 896
Novo Banco, S.A	-	200 083 333	-	-	-	200 083 333
Société General	-	-	200 003 333	-	-	200 003 333
Bank of China	-	250 083 333	-	-	-	250 083 333
Industrial and Comercial Bank of China	-	-	1 046 502	-	-	1 046 502
Caixa Geral De Depositos, S.A.	72 849 005	101 675 898	1 001 533	5 973 441	7 435 310	188 935 187
Credit Lyonnais	1 030 293	605 307	-	-	-	1 635 600
Banco Comercial Atlântico	-	499 375	949 953	1 868 227	-	3 317 555
Banco Inter Atlântico	-	848 211	136 484	941 140	-	1 925 835
Banco Angolano Investimentos CV	-	36 813	-	-	-	36 813
Banco BPC	-	352 037	526 033	-	-	878 070
Banco Millenium Angola	-	484 418	2 509 589	2 259 166	4 269 952	9 523 125
Banco SOL	-	-	121 432	543 182	414 876	1 079 490
Bankinter,S.A	-	-	150 000	-	-	150 000
Banco FNB	-	-	406 050	-	1 280 863	1 686 913
Banco Caboverdiano de Negocios	-	115 426	-	9 143	-	124 569
	97 441 037	955 550 004	207 985 621	13 851 069	34 656 548	1 309 484 279

Os depósitos em vigor em 31 de dezembro de 2014 são remunerados à taxa média anual de 0,78%.

10. TERRENOS E EDIFÍCIOS

Nos exercícios de 2014, o movimento ocorrido nas rubricas de "Terrenos e edifícios" foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	De uso próprio	De rendimento	Total
Saldos em 30 de abril de 2014			
Valor Bruto	155 751 260	446 019 225	601 770 485
Amortizações e imparidade acumuladas	(36 704 826)	-	(36 704 826)
	119 046 434	446 019 225	565 065 659
Entradas / (saídas) do perímetro			
Valor Bruto	332 654 862	178 337 809	510 992 671
Amortizações e imparidade acumuladas	(83 039 401)	-	(83 039 401)
Adições:			
Por aquisições realizadas no período	16 742 134	13 290 581	30 032 715
Por dispêndios subsequentes	-	2 636 869	2 636 869
Revalorização:			
Por contrapartida de resultados (Nota 40)	-	9 631 239	9 631 239
Por contrapartida de capitais próprios	912 735	-	912 735
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 41)	1 357 001	-	1 357 001
Amortizações do exercício	(4 083 669)	-	(4 083 669)
Alienações e abates líquidos	(3 210)	(165 232)	(168 442)
Outros movimentos	(446 650)	582 778	136 128
Saldos em 31 de dezembro de 2014:			
Valor Bruto	505 787 195	650 333 269	1 156 120 464
Amortizações e imparidade acumuladas	(122 646 959)	-	(122 646 959)
	383 140 236	650 333 269	1 033 473 505

Conforme referido na Nota 2.9. acima, os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao justo valor, de acordo com a opção prevista na IAS 16.

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se também valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40.

Os terrenos e edifícios são avaliados sempre que considerado adequado ou com uma periodicidade máxima de dois anos, por peritos avaliadores habilitados para o efeito. O Grupo considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor.

No caso dos terrenos e edifícios de uso próprio, os respetivos ganhos e perdas são contabilizados por contrapartida da rubrica de capitais próprios "Reservas de reavaliação - Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio", desde que:

- O valor acumulado das reservas de revalorização após o ajustamento seja positivo; ou
- A revalorização seja positiva e exceda o valor das eventuais revalorizações negativas que tenham sido contabilizadas em períodos anteriores por contrapartida de resultados do exercício.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de terrenos e edifícios de rendimento são registados por contrapartida de ganhos e perdas do exercício.

Métodos de avaliação

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do Presumível Valor de Transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são:

a) Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário.

b) Abordagem do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas. Alternativamente, esta abordagem pode basear-se no justo valor do bem imóvel no seu estado atual, retirando ao referido valor, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados.

c) Abordagem do rendimento: consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Terrenos e edifícios de uso próprio

Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respetiva vida útil definida em cada avaliação.

Em 31 de dezembro de 2014, as reservas de justo valor associadas a terrenos e edifícios de uso próprio ascendem a 70 139 464 Euros (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2014, o desdobramento do valor dos terrenos e edifícios de uso próprio em função da respetiva data de avaliação, é o seguinte:

(Valores em Euros)

2014	
2014	286 600 247
2013	94 601 550
2011	1 728 839
2008	209 600
383 140 236	

Os imóveis com data de avaliação de 2008 e 2011 são detidos pela Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A., subsidiária adquirida pelo Grupo em abril de 2014. Estes imóveis irão ser alvo de reavaliação durante o ano de 2015.

Terrenos e edifícios de rendimento

No exercício de 2014, os rendimentos e gastos operacionais reconhecidos na conta de ganhos e perdas relativos a terrenos e edifícios de rendimento apresentaram a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2014	
Rendas cobradas	11 498 241
Custos incorridos com manutenção e reparação	
Em propriedades arrendadas	(1 469 462)
Em propriedades devolutas	(359 240)
9 669 539	

11. AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2014, a afetação dos investimentos e outros ativos a contratos de seguro ou para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2014					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	74 874 579	2 120 396	147 881 839	43 902 812	122 674 133	391 453 759
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-	-	124 421 079	124 421 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	11 634 575	547 381	705 222 918	138 330 728	7 821 073	863 556 675
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 063 236 369	153 511 638	6 686 791 818	1 205 770 425	215 296 239	9 324 606 489
Empréstimos concedidos e contas a receber	623 783 961	36 042 525	475 624 547	157 241 873	23 931 246	1 316 624 152
Terrenos e edifícios	-	60 068	-	512 293 457	521 119 980	1 033 473 505
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	49 621 939	49 621 939
	1 773 529 484	192 282 008	8 015 521 122	2 057 539 295	1 064 885 689	13 103 757 598

12. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

No exercício de 2014, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014												
	Saldos iniciais		Entradas/(saídas) do perímetro				Alienações e abates líquidos			Saldos finais			
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Transferências e Regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças cambiais	Saldo Bruto	Amortizações e imparidade	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento													
Equipamento administrativo	20 863 432	(20 225 413)	5 948 773	(5 000 165)	332 506		(441 857)	(29 346)	(117 310)	105 809	27 027 401	(25 590 972)	1 436 429
Máquinas e ferramentas	13 805 943	(12 635 111)	-		128 143	-	(378 817)	(2 846)	(195 994)	195 994	13 738 092	(12 820 780)	917 312
Equipamento informático	15 787 660	(13 717 925)	4 698 566	(4 004 632)	1 239 908	-	(1 549 942)	(61 788)	(59 182)	59 182	21 666 952	(19 275 105)	2 391 847
Instalações interiores	23 771 467	(18 798 440)	-		712 234	-	(597 764)	15 240	(2 622)	2 622	24 481 079	(19 378 342)	5 102 737
Material de transporte	1 159 020	(812 408)	502 246	(489 432)	1 087 615	-	(172 474)	93 740	(73 725)	58 083	2 675 156	(1 322 491)	1 352 665
Equipamento hospitalar	6 542	(6 012)	126 636 987	(96 229 912)	1 328 256	88 118	(3 940 957)	254 840	(891 438)	865 242	127 168 465	(99 056 799)	28 111 666
Outro equipamento	5 145 244	(2 911 462)	29 677 555	(26 283 394)	415 839	689 911	370 601	(238 330)	888 436	(885 191)	36 746 845	(29 877 636)	6 869 209
Património artístico	1 604 300	-			7 698	-		-			1 611 998	-	1 611 998
Equipamento em													
locação financeira	9 536 187	(9 522 623)	-	-	34 000	-	(18 688)	-			9 570 187	(9 541 311)	28 876
Outros ativos tangíveis	24 844	(146 923)	4 678 789	(3 633 550)	17 507	-	(283 348)	(192 938)	(8 309)	8 309	4 712 831	(4 248 450)	464 381
Ativos tangíveis em curso	34 515	-	-	-	1 382 139	(81 834)	-	-	-	-	1 334 820	-	1 334 820
	91 739 154	(78 776 317)	172 142 916	(135 641 085)	6 685 845	696 195	(7 013 246)	(161 429)	(460 144)	410 050	270 733 826	(221 111 887)	49 621 939

13. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2014	
Mercadorias:	
Hospitalares	7 752 149
Imóveis	539 648
Outros	8 604
Produtos e trabalhos em curso	64 940
Salvados	12 353
Outros inventários	165 439
	8 543 133
Imparidade de mercadorias (Nota 41)	(3 507)
	8 539 626

14. GOODWILL

O Goodwill registado pelo Grupo em 31 de dezembro de 2014 tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2014	
Goodwill reconhecido em goodwill	
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	68 919 085
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	2 281 095
Cares - Companhia de Seguros, S.A.	1 663 226
Luz Saúde, S.A.	375 381 510
	448 244 916
Goodwill reconhecido em investimentos	
Nanxiang	5 277 007
	5 277 007
	453 521 923

No exercício de 2014 esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(Valores em Euros)

Goodwill (reconhecido em Goodwill 31 de dezembro de 2013)	-
Compra de 80,00% da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	68 919 085
Compra de 80,00% da Multicare - Companhia de Seguros, S.A.	1 663 226
Compra de 80,00% da Cares - Companhia de Seguros, S.A.	2 281 095
Compra de 98,21% da Luz Saúde, S.A.	375 381 510
Compra de 20% da Nanxiang	5 277 007
Goodwill (reconhecido em goodwill) a 31 de dezembro de 2014	453 521 923

A determinação do goodwill das diversas empresas pode ser demonstrada da seguinte forma:

(Valores em Euros)

Goodwill (reconhecido na rubrica "Goodwill")	
Compra de 80% da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	980 832 887
Capital próprio da empresa adquirida (80,00%)	911 913 802
Goodwill a 31 de dezembro de 2014	68 919 085
Compra de 80% da Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	39 387 901
Capital próprio da empresa adquirida (80,00%)	37 106 806
Goodwill a 31 de dezembro de 2014	2 281 095
Compra de 80% da CARES - Companhia de Seguros, S.A.	17 400 523
Capital próprio da empresa adquirida (80,00%)	15 737 297
Goodwill a 31 de dezembro de 2014	1 663 226
Compra de 98,21% da Luz Saúde, S.A.	474 065 262
Capital Próprio e ajustes de justo valor da empresa adquirida (98,21%)	98 683 752
	375 381 510
Goodwill a 31 de dezembro de 2014	448 244 916
Goodwill reconhecido na rubrica "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos"	
Compra de 20% da Nanxiang	104 887 770
Capital Próprio da empresa adquirida (20%)	99 610 763
Goodwill a 31 de dezembro de 2014	5 277 007

(Valores em Euros)

Goodwill reconhecido em ganhos e perdas:	
Compra de 51% da FCM Beteiligungs GmbH	14 093 820
Capital próprio da empresa adquirida (51%)	14 701 670
	607 850
Compra de 96,56% da Higashi Shinagawa Two TMK	55 396 513
Capital próprio e ajustes de justo valor da empresa adquirida (96,56%)	63 456 820
	8 060 307

Em 15 de maio de 2014, encontrando-se verificadas as condições estabelecidas no "Acordo de Venda Direta de Referência", foi concretizada a operação de alienação de 80% do Grupo Segurador constituído pela Fidelidade, Multicare e Cares à Longrun.

Durante o ano de 2014, o Grupo adquiriu participações financeiras, na Luz Saúde (ex Espírito Santo Saúde) (98,21%), na Nanxiang (20%), tendo estas participações sido submetidas a avaliações prévias. O desenvolvimento das atividades nestas empresas, no pós aquisição, não indicia quaisquer sintomas de imparidade, pelo que se mantêm válidas as avaliações efetuadas para determinação do valor recuperável em 31 de dezembro de 2014.

15. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

No exercício de 2014, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014												
	Saldos iniciais		Entrada no perímetro de consolidação		Transferências de ativos intangíveis			Alienações e abates líquidos			Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Aquisições	em curso	Amortizações do exercício	Saldo Bruto	Amortizações e imparidades	Diferenças de câmbio	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento													
automático de dados (software)	153 211 850	(138 615 602)	7 450 141	(7 237 947)	1 109 486	5 285 635	(5 505 223)	(722 222)	721 748	(35 170)	166 334 890	(150 672 194)	15 662 696
Outros ativos intangíveis	182 246	(176 598)	86 550	(19 493)	-	-	(6 370)	-	-	-	268 796	(202 461)	66 335
Ativos intangíveis em curso	6 676 067	-	850 220	-	3 513 268	(5 285 635)	-	-	-	-	5 753 920	-	5 753 920
	160 070 163	(138 792 200)	8 386 911	(7 257 440)	4 622 754	-	(5 511 593)	(722 222)	721 748	(35 170)	172 357 606	(150 874 655)	21 482 951

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Ativos intangíveis em curso", refere-se a encargos incorridos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas (software).

No exercício de 2014, o Grupo reconheceu diretamente na demonstração de ganhos e perdas despesas com gastos externos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de sistemas de tratamento automático de dados, no montante de 14 325 183 Euros.

16. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de dezembro de 2014, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014		
	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	121 619	30 564 606	30 686 225
Provisão matemática	10 463 963	-	10 463 963
Provisão para sinistros:			
Sinistros declarados	7 359 607	93 372 114	100 731 721
Sinistros não declarados (IBNR)	1 438 026	4 790 421	6 228 447
	8 797 633	98 162 535	106 960 168
Provisão para participação nos resultados	39 692	230 898	270 590
	19 422 907	128 958 039	148 380 946

Em 31 de dezembro de 2014, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros vida:	121 619	-	121 619
Seguros não vida:	37 885 931	(7 321 325)	30 564 606
Acidentes de trabalho	405	-	405
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	2 789 101	(1 266 897)	1 522 204
Doença	353 431	(35 631)	317 800
Incêndio e outros danos	25 786 983	(4 162 092)	21 624 891
Automóvel	598 617	(563 864)	34 753
Marítimo, aéreo e transportes	1 936 503	(207 551)	1 728 952
Responsabilidade civil geral	2 316 288	(207 369)	2 108 919
Crédito e cauções	187 167	(5 568)	181 599
Proteção jurídica	807	(84)	723
Assistência	20 887	(1 396)	19 491
Diversos	3 895 742	(870 873)	3 024 869
	38 007 550	(7 321 325)	30 686 225

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante o exercício de 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida				
Provisão para prémios não adquiridos:	-	121 619	-	121 619
Seguros não vida:				
Provisão para prémios não adquiridos:	57 525 735	(19 825 635)	185 831	37 885 931
Acidentes de trabalho	4 730	(4 325)	-	405
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	2 798 075	10 659	(19 633)	2 789 101
Doença	840 375	(643 500)	156 556	353 431
Incêndio e outros danos	41 117 267	(14 906 450)	(423 834)	25 786 983
Automóvel	2 547 436	(2 409 199)	460 380	598 617
Marítimo, aéreo e transportes	3 142 151	(1 209 899)	4 251	1 936 503
Responsabilidade civil geral	3 683 042	(1 368 442)	1 688	2 316 288
Crédito e cauções	204 409	(17 227)	(15)	187 167
Proteção jurídica	391	403	13	807
Assistência	10 978	3 488	6 421	20 887
Diversos	3 176 881	718 857	4	3 895 742
	57 525 735	(19 704 016)	185 831	38 007 550
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes de trabalho	(2 054)	2 054	-	-
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 324 190)	57 474	(181)	(1 266 897)
Doença	(80 187)	46 278	(1 722)	(35 631)
Incêndio e outros danos	(5 296 036)	1 152 737	(18 793)	(4 162 092)
Automóvel	(296 889)	(237 373)	(29 602)	(563 864)
Marítimo, aéreo e transportes	(268 708)	61 509	(352)	(207 551)
Responsabilidade civil geral	(236 591)	32 103	(2 881)	(207 369)
Crédito e cauções	(5 412)	(155)	(1)	(5 568)
Proteção jurídica	(84)	-	-	(84)
Assistência	(1 396)	-	-	(1 396)
Diversos	(679 815)	(191 054)	(4)	(870 873)
	(8 191 362)	923 573	(53 536)	(7 321 325)
	49 334 373	(18 780 443)	132 295	30 686 225

Em 31 de dezembro de 2014, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014		
	Declarados	Não declarados	Total
Seguros de vida:	7 359 607	1 438 026	8 797 633
Seguros não vida:	93 372 114	4 790 421	98 162 535
Acidentes de trabalho	934 544	920	935 464
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 194 075	36 248	7 230 323
Doença	506 022	52 123	558 145
Incêndio e outros danos	42 828 819	3 454 856	46 283 675
Automóvel	6 459 596	1 210	6 460 806
Marítimo, aéreo e transportes	8 375 967	237 901	8 613 868
Responsabilidade civil geral	21 778 548	42 240	21 820 788
Crédito e cauções	472	27 441	27 913
Diversos	5 294 071	937 482	6 231 553
	100 731 721	6 228 447	106 960 168

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de resseguro cedido durante o exercício de 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros de vida:	11 249 521	1 830 735	(4 282 623)	-	8 797 633
Seguros não vida:	126 861 064	16 357 827	(45 271 451)	215 095	98 162 535
Acidentes de trabalho	666 598	438 267	(179 683)	10 282	935 464
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 357 467	224 596	(344 250)	(7 490)	7 230 323
Doença	530 073	543 676	(633 193)	117 589	558 145
Incêndio e outros danos	62 916 419	14 734 323	(31 411 665)	44 598	46 283 675
Automóvel	15 803 919	(3 580 508)	(5 810 814)	48 209	6 460 806
Marítimo, aéreo e transportes	8 897 647	2 335 976	(2 620 506)	751	8 613 868
Responsabilidade civil geral	22 744 127	427 307	(1 351 802)	1 156	21 820 788
Crédito e cauções	23 186	150 341	(145 614)	-	27 913
Diversos	7 923 227	1 082 250	(2 773 924)	-	6 231 553
	138 110 585	18 188 562	(49 554 074)	215 095	106 960 168

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não se encontram deduzidos da participação dos resseguradores nos reembolsos processados.

17. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2014	
Contas a receber por operações de seguro direto:	
Recibos por cobrar:	
Ramo automóvel	28 411 689
Ramo acidentes de trabalho	7 385 254
Outros ramos	47 268 633
	83 065 576
Reembolsos de sinistros:	
Ramo automóvel - IDS credor	3 005 987
Ramo automóvel - Outros reembolsos	5 958 208
Reembolsos de pensões de acidentes de trabalho	7 577 848
Reembolsos emitidos de outros ramos	3 387 305
	19 929 348
Mediadores:	
Contas correntes	32 496 665
Outros saldos	1 299 362
Cosseguradores:	
Contas correntes	8 383 172
Outros saldos	6 228 098
Outros:	
IFAP	12 996 745
Fundo de Acidentes de Trabalho	2 234 402
Outros	1 732 136
	168 365 504
(Ajustamentos de recibos por cobrar - Nota 41)	(13 272 359)
(Ajustamentos IFAP - Note 41)	(650 826)
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 41)	(28 142 515)
	126 299 804

(Continuação)

(Valores em Euros)

2014	
Contas a receber por outras operações de resseguro:	
Contas correntes de resseguradores	20 657 411
Contas correntes de ressegurados	913 884
	21 571 295
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 41)	(11 815 466)
	9 755 829
Contas a receber por outras operações:	
Empresas associadas	817 657
Outras empresas participadas	266 413
Restantes acionistas	1 256 484
Pessoal	1 294 093
Fundos de pensões	32 913
Clientes - contas correntes	92 203 913
IFAP	8 509 412
Contas de regularização interna	9 739 874
Transações a liquidar	17 894 321
Arrendamentos imobiliários	3 118 230
Outros fornecedores e serviços prestados	4 765 069
Outros devedores e credores diversos	15 017 283
Outros	719 485
	155 635 147
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 41)	(41 075 090)
	114 560 057
	250 615 690

A rubrica "Transações a liquidar" regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

Os saldos a receber do IFAP correspondem, essencialmente, a bonificações e a compensações por excesso de sinistralidade relativos às campanhas do seguro de colheitas dos anos de 2007 a 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, os recibos por cobrar apresentam a seguinte composição de acordo com a respetiva antiguidade:

(Valores em Euros)

2014	
Até 30 dias	41 276 792
Entre 30 e 90 dias	16 248 410
Entre 91 e 180 dias	10 363 935
Entre 181 e 365 dias	10 359 936
Mais de 365 dias	4 816 503
	83 065 576

18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

2014	
Ativos por impostos correntes	
Outros	919 026
	919 026
Passivos por impostos correntes	
Imposto sobre o rendimento a pagar	(27 117 680)
Outros	
Imposto do selo	(8 206 772)
Fundo Garantia Automóvel	(2 283 164)
Fundo Acidentes de Trabalho	(4 205 335)
Taxa Autoridade Nacional para Proteção Civil	(1 717 059)
Taxa para a ASF	(1 961 098)
Instituto Nacional de Emergência Médica	(2 029 706)
Segurança Social	(5 358 548)
Retenções	(7 147 394)
Outros	(1 513 086)
	(61 539 841)
Ativos por impostos diferidos	171 965 301
Passivos por impostos diferidos	(169 548 983)
	2 416 318

Em 2014 a rubrica “Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados” corresponde ao montante da estimativa de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) acrescido da derrama, do valor da tributação autónoma e da Derrama Estadual apurada nos termos da Lei nº66-B/2012, de 31 de dezembro e da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, respetivamente.

Em 2014, o imposto sobre o rendimento registado por contrapartida de reservas resulta da variação da reserva de justo valor dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda afetos a produtos de seguros do ramo vida com participação nos resultados e da variação dos desvios atuariais relativos aos benefícios pós-emprego concedidos aos colaboradores.

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante o exercício de 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014				
	Saldos iniciais	Entrada perímetro	Variação em		Saldos finais
			Capital Próprio	Resultados	
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	(127 157 090)		14 819 621		(112 337 469)
Terrenos e edifícios:					
- De uso próprio	17 503 790	(26 957 643)	(1 150 767)	(6 644 095)	(17 248 713)
- De rendimento	40 579 212	(11 827 246)	-	(2 778 036)	25 973 930
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	87 958 637	13 496 054	(253 016)	(761 663)	100 440 012
Benefícios dos trabalhadores	11 683 366	-	-	(831 717)	10 851 649
Prejuízos Fiscais	1 179 718	99 736	-	(1 562 534)	(283 080)
Outros	(895 782)	(7 070 101)	-	2 985 872	(4 980 011)
	30 851 852	(32 259 199)	13 415 838	(9 592 173)	2 416 318

Em 30 de dezembro de 2011 foi publicada a Lei nº 64-B/2011, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, o qual estabelece no artigo 183º que as variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração da política contabilística de registo dos ganhos e perdas atuariais resultantes do reconhecimento das responsabilidades com pensões

de reforma e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores, não concorrem para os limites de dedutibilidade estabelecidos no artigo 43º do Código do IRC, concorrendo antes, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do exercício de 2012 e dos nove períodos de tributação seguintes.

Os custos/proveitos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para

impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

(Valores em Euros)

2014	
Impostos correntes	
Do exercício	50 994 371
Derrama estadual	13 847 134
Tributação Autónoma	767 597
	65 609 102
Outros	(1 018 941)
	64 590 161
Impostos diferidos	9 592 173
Total de impostos em resultados	74 182 334
Lucro antes de impostos	231 696 972
Carga fiscal	32.02%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercício de 2014 pode ser demonstrada como se segue:

(Valores em Euros)

	2014	
	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		231 696 972
Imposto apurado com base na taxa nominal	31,09%	72 044 546
Diferenças definitivas a deduzir:		
Dividendos de instrumentos de capital	(1,27%)	(2 952 056)
Mais e menos-valias fiscais e imparidades não dedutíveis	0,00%	-
Excesso de estimativa impostos	0,00%	-
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	(0,55%)	(1 270 966)
Outras	0,00%	-
Diferenças definitivas a acrescentar:		
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	0,60%	1 397 510
Menos-valias líquidas e imparidades não dedutíveis	0,02%	41 834
Realizações de utilidade social	0,00%	-
Outras	0,14%	313 450
Benefícios fiscais:		
Criação líquida de postos de trabalho	(0,10%)	(235 975)
Outros	(0,08%)	(178 095)
Tributação autónoma	0,33%	767 597
Ativos por impostos diferidos - alteração taxa	1,84%	4 254 488
	32,02%	74 182 334

As autoridades fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião dos órgãos de gestão das diversas subsidiárias, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais do exercício de 2014 são reportáveis durante um período de 12 anos, após a sua ocorrência e são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Relativamente aos prejuízos recuperáveis relativos a anos anteriores o seu período de recuperação após a sua ocorrência é o seguinte:

- Exercícios de 2013 e 2012 – 5 anos;
- Exercícios de 2011 e 2010 – 4 anos;
- Exercícios de 2009 e anteriores – 6 anos.

No âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades, os prejuízos fiscais gerados na esfera individual de cada Sociedade antes do início da aplicação do regime apenas podem ser deduzidos aos lucros tributáveis gerados pelas sociedades em que foram apurados.

19. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2014	
Acréscimos de rendimento:	
Rendas	241 300
Prestação de serviços de saúde	31 444 365
Outros acréscimos de rendimentos	8 825 553
Gastos diferidos:	
Comissões de emissão de produtos financeiros	9 763 550
Seguros	1 024 920
Rendas e alugueres	2 335 701
Assistência equipamento informático	1 348 491
Publicidade	346 450
Quotizações APS	305 517
Licenças de software	963 563
Comissões	923
Outros	3 314 115
	59 914 448

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Outros Acréscimos de rendimentos" inclui a estimativa das profit commissions a receber de resseguradores do ramo Vida, no montante de 5 594 467 Euros, relativa ao exercício de 2014.

A rubrica "Gastos diferidos - comissões de emissão de produtos financeiros" corresponde a comissões cobradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. na comer-

cialização de produtos de capitalização contabilizados como passivos financeiros, as quais são diferidas ao longo do prazo dos respetivos contratos.

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Gastos diferidos - Seguros", corresponde essencialmente aos custos diferidos relativos ao seguro de doença do pessoal do Grupo pelos períodos compreendidos entre novembro de 2014/outubro de 2015.

20. PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2014, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014		
	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	1 515 796	266 872 799	268 388 595
Provisão matemática do ramo vida	1 667 380 282	-	1 667 380 282
Provisão para sinistros:			
Sinistros declarados	97 964 418	1 554 492 551	1 652 456 969
Sinistros não declarados (IBNR)	25 851 773	85 881 739	111 733 512
	123 816 191	1 640 374 290	1 764 190 481
Provisão para participação nos resultados	109 128 835	59 481	109 188 316
Provisão para compromissos de taxa	7 454 750	-	7 454 750
Provisão para estabilização de carteira	24 502 158	-	24 502 158
Provisão para desvios de sinistralidade	-	20 994 212	20 994 212
Provisão para riscos em curso	-	58 810 205	58 810 205
	1 933 798 012	1 987 110 987	3 920 908 999

Em 31 de dezembro de 2014, as provisões para prêmios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite, apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014		
	Prêmios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros de vida:	1 515 796	-	1 515 796
Seguros não vida:			
Acidentes de trabalho	13 345 392	(2 304 492)	11 040 900
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 036 245	(1 366 041)	5 670 204
Doença	25 921 896	(5 643 993)	20 277 903
Incêndio e outros danos	91 907 877	(15 660 706)	76 247 171
Automóvel	154 767 285	(30 127 098)	124 640 187
Marítimo, aéreo e transportes	2 870 575	(306 893)	2 563 682
Responsabilidade civil geral	9 542 956	(1 509 460)	8 033 496
Crédito e cauções	345 451	(23 398)	322 053
Proteção jurídica	2 446 658	(498 322)	1 948 336
Assistência	11 441 416	(2 339 498)	9 101 918
Diversos	8 697 796	(1 670 847)	7 026 949
	328 323 547	(61 450 748)	266 872 799
	329 839 343	(61 450 748)	268 388 595

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite durante o exercício de 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos:				
Seguros de vida	5 612 182	4 096 386	(8 192 772)	1 515 796
Provisão para prémios não adquiridos:				
Seguros não vida				
Acidentes de trabalho	21 301 786	(7 955 781)	(613)	13 345 392
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 994 161	(961 694)	3 778	7 036 245
Doença	48 587 757	(22 864 727)	198 866	25 921 896
Incêndio e outros danos	108 332 199	(16 648 824)	224 502	91 907 877
Automóvel	154 024 541	160 055	582 689	154 767 285
Marítimo, aéreo e transportes	4 030 500	(1 170 686)	10 761	2 870 575
Responsabilidade civil geral	12 718 021	(3 213 964)	38 899	9 542 956
Crédito e cauções	396 892	(49 280)	(2 161)	345 451
Proteção jurídica	2 466 673	(18 576)	(1 439)	2 446 658
Assistência	11 608 853	(173 593)	6 156	11 441 416
Diversos	7 422 599	1 275 196	1	8 697 796
	378 883 982	(51 621 874)	1 061 439	328 323 547
Custos de aquisição diferidos:				
Seguros não vida				
Acidentes de trabalho	(3 570 405)	1 274 602	(8 689)	(2 304 492)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 571 853)	206 049	(237)	(1 366 041)
Doença	(8 685 128)	3 048 680	(7 545)	(5 643 993)
Incêndio e outros danos	(16 740 508)	1 091 637	(11 835)	(15 660 706)
Automóvel	(29 068 130)	(400 023)	(658 945)	(30 127 098)
Marítimo, aéreo e transportes	(451 070)	144 384	(207)	(306 893)
Responsabilidade civil geral	(1 902 964)	395 386	(1 882)	(1 509 460)
Crédito e cauções	(43 766)	20 368	-	(23 398)
Proteção jurídica	(501 398)	3 103	(27)	(498 322)
Assistência	(1 971 546)	(367 933)	(19)	(2 339 498)
Diversos	(1 285 442)	(757)	(384 648)	(1 670 847)
	(65 792 210)	5 415 496	(1 074 034)	(61 450 748)
	313 091 772	(46 206 377)	(12 596)	266 872 799

Em 31 de dezembro de 2014, as provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014		
	Declarados	Não declarados	Total
Seguros de vida:	97 964 418	25 851 773	123 816 191
Seguros não vida:	1 554 492 551	85 881 739	1 640 374 290
Acidentes de trabalho:	773 425 661	12 735 284	786 160 945
Provisão matemática	558 239 892	1 014 861	559 254 753
Provisão para assistência vitalícia	160 168 426	7 949 314	168 117 740
Provisão para assistência temporária	55 017 343	3 771 109	58 788 452
Outros seguros:	781 066 891	73 146 455	854 213 346
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	15 041 798	428 765	15 470 563
Doença	43 838 673	3 914 959	47 753 632
Incêndio e outros danos	107 931 979	13 515 666	121 447 645
Automóvel	471 160 977	46 079 521	517 240 498
Marítimo, aéreo e transportes	13 442 332	975 988	14 418 320
Responsabilidade civil geral	106 472 259	5 036 413	111 508 672
Crédito e cauções	781 303	76 572	857 875
Proteção jurídica	6 107 565	1 171 135	7 278 700
Assistência	9 465 955	76 483	9 542 438
Diversos	6 824 049	1 870 953	8 695 002
	1 652 456 969	111 733 512	1 764 190 481

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite durante o exercício de 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros de vida:	109 408 485	234 945 212	(220 537 302)	(204)	123 816 191
Seguros não vida:	1 692 927 391	468 006 082	(515 709 506)	(4 849 677)	1 640 374 290
Acidentes de trabalho	784 634 288	88 457 385	(84 731 873)	(2 198 855)	786 160 945
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	15 893 883	5 522 884	(5 945 175)	(1 029)	15 470 563
Doença	43 607 799	110 933 178	(106 017 319)	(770 026)	47 753 632
Incêndio e outros danos	137 688 263	66 062 118	(81 712 393)	(590 343)	121 447 645
Automóvel	554 969 798	157 330 079	(193 780 105)	(1 279 274)	517 240 498
Marítimo, aéreo e transportes	13 826 808	4 820 439	(4 227 983)	(944)	14 418 320
Responsabilidade civil geral	114 405 845	5 832 116	(8 720 083)	(9 206)	111 508 672
Crédito e cauções	607 753	467 151	(217 029)	-	857 875
Proteção jurídica	7 279 238	1 200 191	(1 200 729)	-	7 278 700
Assistência	9 383 438	22 554 680	(22 395 680)	-	9 542 438
Diversos	10 630 278	4 825 861	(6 761 137)	-	8 695 002
	1 802 335 876	702 951 294	(736 246 808)	(4 849 881)	1 764 190 481

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos processados pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2014, as provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2014	
Seguros não vida:	
Acidentes de trabalho	23 277 225
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	252 441
Doença	3 480 006
Incêndio e outros danos	5 174 504
Automóvel	19 452 738
Marítimo, aéreo e transportes	4 909
Responsabilidade civil geral	577 070
Crédito e cauções	3 082
Proteção jurídica	306
Assistência	6 587 924
	58 810 205

O movimento ocorrido nas provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante o exercício de 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Seguros não vida:			
Acidentes de trabalho	19 639 695	3 637 530	23 277 225
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	24 534	227 907	252 441
Doença	942 084	2 537 922	3 480 006
Incêndio e outros danos	5 048 331	126 173	5 174 504
Automóvel	14 299 928	5 152 810	19 452 738
Marítimo, aéreo e transportes	14 439	(9 530)	4 909
Responsabilidade civil geral	127 633	449 437	577 070
Crédito e cauções	138 667	(135 585)	3 082
Proteção jurídica	-	306	306
Assistência	1 237 037	5 350 887	6 587 924
	41 472 348	17 337 857	58 810 205

Em 31 de dezembro de 2014, a provisão matemática do ramo vida e a provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014				
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro:					
Vida Risco Individual	45 769 214	(2 961)	45 766 253	14 912 243	60 678 496
Vida Risco Grupo	162 170 197	-	162 170 197	16 134 452	178 304 649
	207 939 411	(2 961)	207 936 450	31 046 695	238 983 145
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária:					
Vida Capitalização Individual	335 918 251	(67 711)	335 850 540	26 171 721	362 022 261
Vida Capitalização Grupo	274 071 020	-	274 071 020	6 398 546	280 469 566
Vida PPR Individual	849 568 155	(45 883)	849 522 272	45 511 880	895 034 152
	1 459 557 426	(113 594)	1 459 443 832	78 082 147	1 537 525 979
	1 667 496 837	(116 555)	1 667 380 282	109 128 842	1 776 509 124

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014						
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite:							
Provisão matemática:							
- De contratos de seguro	215 678 117	(8 000 638)	-	(1 545)	-	260 516	207 936 450
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1 512 932 079	(54 617 115)	-	(29 707)	677 164	481 411	1 459 443 832
	1 728 610 196	(62 617 753)	-	(31 252)	677 164	741 927	1 667 380 282
Provisão para participação nos resultados:							
- De contratos de seguro	31 453 016	7 331 292	(4 526 033)	-	-	(3 211 587)	31 046 688
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	84 610 710	21 499 164	(31 508 514)	-	-	3 480 787	78 082 147
	116 063 726	28 830 456	(36 034 547)	-	-	269 200	109 128 835
	1 844 673 922	(33 787 297)	(36 034 547)	(31 252)	677 164	1 011 127	1 776 509 117

A provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída é movimentada de acordo com a política descrita na nota 2.16.f).

No decorrer de 2014 o Grupo reconheceu um ganho em resultados no montante de 2 982 083 Euros relativo à parcela das mais-valias líquidas imputadas aos segurados.

21. PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGUROS E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o exercício de 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014					Saldo Final
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e Gastos	Outros	
Valorizados ao Justo Valor						
Contratos Unit linked						
Unit Linked Capitalização Individual	973 934 811	2 428 259	(321 985 302)	14 270 870	-	668 648 638
Unit Linked Capitalização grupo	773 708	-	(52 463)	(52 463)	-	668 782
Unit Linked PPR	42 990 085	171 085	(1 077 877)	357 975	(94 398)	42 346 870
	1 017 698 604	2 599 344	(323 115 642)	14 576 382	(94 398)	711 664 290
Valorizados ao Custo Amortizado						
Outros Contratos de Investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	2 957 951 197	873 832 971	(165 040 966)	62 067 133	(582 766)	3 728 227 569
Vida Taxa Fixa individual	3 193 448 689	1 064 843 938	(1 074 801 968)	63 418 241	-	3 246 908 900
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	6 463 375	-	(1 073 128)	39 030	-	5 429 277
	6 157 863 261	1 938 676 909	(1 240 916 062)	125 524 404	(582 766)	6 980 565 746
	7 175 561 865	1 941 276 253	(1 564 031 704)	140 100 786	(677 164)	7 692 230 036

Os "Outros contratos de investimento" correspondem, na sua maior parte, a responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade fixa ao longo da totalidade do contrato, encontrando-se registados ao custo amortizado. Uma parte significativa destas responsabilidades encontra-se coberta através de investimentos em

títulos da dívida pública Portuguesa, registados como ativos disponíveis para venda (Nota 8), os quais foram adquiridos com taxas de rentabilidade efetivas superiores às taxas garantidas aos segurados. As mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda são reconhecidas em reservas de reavaliação.

22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2014	
Depósitos recebidos de resseguradores:	
Vida	4 286 850
Não Vida	33 665 347
	37 952 197
Outros:	
Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)	
Interest rate swaps	8 609 482
	8 609 482
Passivos financeiros ao custo amortizado:	
Empréstimos bancários	164 751 507
Locações financeiras	28 480 208
Papel comercial - Luz Saúde	159 688 510
	361 529 707
	399 481 904

A rubrica "Empréstimos bancários" em 31 de dezembro de 2014 inclui empréstimos obtidos por empresas do perímetro de consolidação do Grupo Fidelidade, sobre a qual incidem juros a uma taxa média anual de 2,041%.

23. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2014	
Contas a pagar por operações de seguro direto:	
Mediadores:	
Conta corrente	30 127 043
Comissões a pagar	7 362 603
Tomadores de seguro:	
Estornos a pagar	8 673 162
Prémios recebidos antecipadamente	16 843 458
Cosseguradoras:	
Conta corrente	5 691 789
Prémios a pagar	2 103 210
Sinistros a pagar	5 729 585
Outros	139 457
	76 670 307
Contas a pagar por outras operações de resseguro:	
Contas correntes de resseguradores	31 645 347
Contas correntes de ressegurados	2 214 680
	33 860 027
Contas a pagar por outras operações:	
Fornecedores de ativos tangíveis	1 098 068
Fornecedores conta corrente	36 926 802
Pessoal	80 194
Consultores, assessores e intermediários	1 078 931
Fundos de pensões	384 093
Contas de regularização interna	1 716 561
Clientes conta corrente	5 503 828
Devedores e credores diversos	10 698 876
Outros	31 372
	57 518 725
	168 049 059

A rubrica "Contas de regularização interna" regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

24. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2014	
Rendimentos diferidos:	
Rendas e alugueres	6 391 263
Empréstimos	37 761
Outros	658 506
	7 087 530
Acréscimos de gastos:	
Juros a liquidar	479 824
Férias e subsídio de férias a pagar	29 835 487
Seguros	733 027
Remunerações variáveis	16 327 573
Prémio de permanência	1 164 137
Outros custos com pessoal	1 192 176
Provisão para prémios de angariação	1 274 199
Comissões a pagar	20 762 212
Pagamentos diferidos - Marketing	3 766 104
Imposto municipal de imóveis	1 574 886
Auditoria	807 614
Publicidade	167 536
Eletricidade	253 705
Honorários médicos/enfermagem	14 209 051
Serviços de outsourcing	4 215 830
Outros	12 076 796
	108 840 157
	115 927 687

25. OUTRAS PROVISÕES

O movimento nestas rubricas durante o exercício de 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014						Saldos finais
	Saldos iniciais	Entrada no perímetro de consolidação	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Desvíos atuariais por Capital Próprio	
Outras provisões:							
Provisões para impostos	11 730 819	4 048 442	3 457 306	-	-	-	19 236 567
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 34):							
Benefícios de saúde	22 776 379	-	-	(17 698)	-	(737 573)	22 021 108
Encargos com pensões	2 403 909	-	168 054	-	(34 910)	378 062	2 915 115
Provisão para o FAT	44 382 902	-	853 400	-	-	-	45 236 302
Provisão para reestruturação	24 854 764	-	27 299 163	-	-	-	52 153 927
Outras	34 599 647	23 458 208	16 621 324	(3 474 368)	(444 210)	-	70 760 601
	140 748 420	27 506 650	48 399 247	(3 492 066)	(479 120)	(359 511)	212 323 620

Em 30 de abril de 2014, a rubrica "Outras" incluía uma provisão no montante de 24 854 764 Euros para um programa de reestruturação que se consubstanciaria na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma, nos casos em que fosse reconhecida a sua dispensabilidade para o grupo. Neste sentido, o plano decidido seria concretizado nos anos de 2014 e 2015, abrangendo os colaboradores que se encontrassem nas condições indicadas abaixo, e desde que a respetiva saída não implicasse a sua substituição no respetivo posto de trabalho ou, alternativamente, se fizesse sem recurso a recrutamento externo.

A abrangência deste plano era a seguinte:

- Em 2014: 153 saídas, sendo 100 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 53 com mais de 60 anos.
- Em 2015: 110 saídas, sendo 75 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 35 com mais de 60 anos.

Em 2014 o Grupo reviu o desenvolvimento do plano e decidiu ajustá-lo, assumindo que poderá vir a dispensar, entre os anos de 2015 e 2018, cerca de 500 colaboradores, mantendo as mesmas condições de dispensabilidade divulgadas em 2013. Para este efeito a provisão para reestruturação foi reforçada em 27 299 163 Euros.

Em 31 de dezembro para 2014, encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 52 153 927 Euros.

No cálculo da provisão considerou-se o custo efetivo de saídas negociadas de colaboradores ocorridas recentemente, incrementado por um valor que reflete o gasto adicional decorrente do aumento da idade legal de reforma para os 66 anos.

Os outros montantes registados na rubrica "Outras provisões - Outros" destinam-se a fazer face a processos judiciais em curso e a outras contingências decorrentes da atividade do Grupo.

Em 2014, os reforços das rubricas “Provisão para reestruturação” e “Outras provisões” incluem 27 055 032 Euros, que se encontram registados na rubrica “Perdas de Imparidade (líquidas de reversão)”.

A rubrica “Outras provisões – benefícios de saúde” destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pela Companhia relativamente a benefícios de saúde atribuídos aos seus colaboradores. A rubrica “Outras provisões – Encargos com pensões” destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pelo

Grupo decorrentes do complemento de reforma atribuído a alguns dos seus colaboradores e que não se encontra abrangido pelo fundo de pensões constituído pelo Grupo para cobertura das responsabilidades com benefícios pós-emprego do plano de pensões de benefício definido (Nota 34).

No quadro abaixo apresenta-se a evolução da provisão destinada à cobertura da assistência médica nos exercícios de 2014:

(Valores em Euros)

Responsabilidades em 30 de abril de 2014	22 776 379
Gasto do período	(17 697)
Desvio atuarial do período	(737 573)
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2014	22 021 108
Desvios atuarias reconhecidos no Capital Próprio	
Desvio atuarial em 30 de abril de 2014	4 172 450
Desvio atuarial do período	(737 573)
Desvio atuarial em 31 de dezembro de 2014	3 434 876

26. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2014, o capital da Longrun Portugal, SGPS, S.A. é integralmente detido pela Millennium Gain Limited, estando representado por 50 000 ações com o valor nominal unitário de 1,00 Euro e está integralmente realizado.

Em 7 de maio de 2014 e através da ata da Assembleia Geral foram realizadas prestações acessórias, pela

acionista única, no montante total de 1 037 800 000 Euros, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

A 15 de maio de 2014 a empresa procedeu à conclusão da compra dos investimentos financeiros, tendo nesta data sido cumpridas, tanto pelo vendedor como pelo comprador, todas as formalidades de transmissão.

27. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2014, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014
Reservas de reavaliação:	
Por ajustamentos no justo valor:	
- De ativos financeiros disponíveis para venda	
Valias brutas (Nota 8)	508 674 054
Montante atribuível aos segurados	(73 751 555)
	434 922 499
- De outros ativos financeiros	1 933 013
	436 855 512
- Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio (Nota 10)	70 139 464
	506 994 976
Diferenças de câmbio:	
Valias brutas (Nota 8)	30 072 829
Montante atribuível aos segurados	96 923
	30 169 752
	537 164 728
Reserva por impostos diferidos:	
- De ativos financeiros disponíveis para venda	(112 319 455)
- De terrenos e edifícios de uso próprio	(26 155 252)
- Desvios atuariais:	
Pensões de reforma	12 899 366
Benefícios de saúde	2 023 719
- Imposto já (liquidado) / deduzido sobre valias potenciais em ativos	(14 211 710)
	(137 763 332)
Outras reservas:	
- Reserva legal	95 985
- Desvios atuariais:	
Pensões de reforma	(42 345 099)
Benefícios de saúde	(3 434 877)
- Outras reservas	(339 831 162)
	(385 515 153)
Resultados transitados	(8 397 886)
Resultado do exercício	123 823 399
	129 311 756

As "Reservas de reavaliação" refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros e em terrenos e edifícios de uso próprio.

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% ou a 5% dos lucros líquidos de cada exercício, consoante se trate de uma empresa de seguros ou de outra empresa, deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital ou até que atinja 20% do

capital, respetivamente. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

O resultado consolidado dos exercícios de 2014 foi determinado da seguinte forma:

(Valores em Euros)

2014	
Contributo para o Lucro Consolidado	
Seguros	
Longrun	3 040
Fidelidade	159 108 031
Multicare	4 796 525
Via Directa	539 822
Companhia Portuguesa de Resseguros	438 394
Cares Seguros	6 002 621
Universal Seguros	1 278 139
Garantia	472 192
Imobiliário	
Fidelidade - Property Europe, S.A.	1 325 165
Fidelidade - Property International, S.A.	66 461
Fundo SaudeInveste	9 517 264
Fundo Bonança I	447 313
GK Kita Aoyoma Support 2	(6 483)
Highgrove (método de equivalência patrimonial)	(40 376)
Saúde	
Luz Saúde	3 571 210
Outros setores	
GEP	35 283
Safemode (EAPS)	38 752
Cetra	12 591
Cares RH	915 827
Cares Multiassistance	2 106 080
FCM	(279 669)
FID I (HK) LIMITED	3 198 267
FID II (HK) LIMITED	(2 832)
FID III (HK) LIMITED	100 655
Audatex (método de equivalência patrimonial)	600 751
Eliminação de dividendos	(5 719 067)

(Continuação)

(Valores em Euros)

2014	
Outros ajustamentos de consolidação	
Interesses minoritários	(34 188 309)
Anulação de perdas por imparidade líquidas de reversões	454 483
Ajustamentos em imobiliário	(47 057)
Correção de resultados de anos anteriores	(136 092)
Outros	4 679 092
Resultado de Pré-aquisição (30 de abril 2014)	(35 464 674)
	123 823 399

28. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

(Valores em Euros)

2014	
Sub-perímetro CARES	
Cares Multiassistance, S.A.	1 572 063
Sub-perímetro Fidelidade	
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	4 102 496
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudelveste	18 530 274
Universal Seguros, S.A.	1 399 054
FCM Beteiligungs GmbH	11 644 553
Luz Saúde, S.A.	1 858 317
Cliria - Hospital Privado	844 974
RML - Residência Medicalizada de Loures, SGPS	702 777
SGHL - Soc. Gestora do Hospital de Loures	(9 407)
Higashi Shinagawa Teo TMK	2 294 613
	41 367 651
Perímetro Longrun	
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	258 798 999
CARES - Companhia de Seguros, S.A.	4 692 798
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	10 060 277
Ajustes entre subperímetros	(298 857)
	273 253 217
	316 192 932

A parcela do lucro consolidado atribuível a acionistas minoritários em 2014 apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

2014	
Sub-perímetro CARES	
Cares Multiassistance, S.A.	(1 018 800)
Sub-perímetro Fidelidade	
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	(208 263)
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado SaudelInveste	(1 719 080)
Universal Seguros	(409 004)
FCM Beteiligungs GmbH	137 038
Luz Saúde, S.A.	(77 664)
Cliria - Hospital Privado	(57 324)
RML - Residência Medicalizada de Loures, SGPS	30 388
SGHL - Soc. Gestora do Hospital de Loures	2 826
	(2 301 084)
Perímetro Longrun	
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(29 470 938)
CARES - Companhia de Seguros, S.A.	(714 772)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(760 707)
Adjustments between subperimeters	562 070
	(30 384 347)
	(33 704 230)

29. PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014		
	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos:			
Ramo vida	196 047 973	(5 859 672)	190 188 301
Ramo não vida:			
Acidentes de trabalho	77 353 782	(766 625)	76 587 157
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	16 655 142	(5 528 980)	11 126 162
Doença	117 194 321	(3 555 308)	113 639 013
Incêndio e outros danos	143 489 391	(48 635 387)	94 854 004
Automóvel	265 626 897	1 295 832	266 922 729
Marítimo, aéreo e transportes	11 231 256	(7 530 813)	3 700 443
Responsabilidade civil geral	17 462 208	(4 693 476)	12 768 732
Crédito e cauções	445 627	(244 628)	200 999
Proteção jurídica	3 900 710	(717)	3 899 993
Assistência	18 363 047	(1 560 451)	16 802 596
Diversos	17 526 863	(5 508 451)	12 018 412
	689 249 244	(76 729 004)	612 520 240
	885 297 217	(82 588 676)	802 708 541
Varição da provisão para prémios não adquiridos:			
Ramo vida	4 096 386	121 619	4 218 005
Ramo não vida:			
Acidentes de trabalho	7 955 781	(4 325)	7 951 456
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	961 694	10 659	972 353
Doença	22 864 727	(643 500)	22 221 227
Incêndio e outros danos	16 648 824	(14 906 450)	1 742 374
Automóvel	(160 055)	(2 409 199)	(2 569 254)
Marítimo, aéreo e transportes	1 170 686	(1 209 899)	(39 213)
Responsabilidade civil geral	3 213 964	(1 368 442)	1 845 522
Crédito e cauções	49 280	(17 227)	32 053
Proteção jurídica	18 576	403	18 979
Assistência	173 593	3 488	177 081
Diversos	(1 275 196)	718 857	(556 339)
	51 621 874	(19 825 635)	31 796 239
	55 718 260	(19 704 016)	36 014 244

(Continuação)

(Valores em Euros)

	2014		
	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios adquiridos:			
Ramo vida	200 144 359	(5 738 053)	194 406 306
Ramo não vida:			
Acidentes de trabalho	85 309 563	(770 950)	84 538 613
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	17 616 836	(5 518 321)	12 098 515
Doença	140 059 048	(4 198 808)	135 860 240
Incêndio e outros danos	160 138 215	(63 541 837)	96 596 378
Automóvel	265 466 842	(1 113 367)	264 353 475
Marítimo, aéreo e transportes	12 401 942	(8 740 712)	3 661 230
Responsabilidade civil geral	20 676 172	(6 061 918)	14 614 254
Crédito e cauções	494 907	(261 855)	233 052
Proteção jurídica	3 919 286	(314)	3 918 972
Assistência	18 536 640	(1 556 963)	16 979 677
Diversos	16 251 667	(4 789 594)	11 462 073
	740 871 118	(96 554 639)	644 316 479
	941 015 477	(102 292 692)	838 722 785

Nos exercícios de 2014, os prémios de contratos de seguro do ramo vida podem ser decompostos da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2014
Prémios brutos emitidos de seguro direto	195 983 643
Relativos a contratos individuais	73 470 711
Relativos a contratos de grupo	122 512 932
	195 983 643
Periódicos	153 184 912
Não periódicos	42 798 731
	195 983 643
De contratos sem participação nos resultados	100 203 552
De contratos com participação nos resultados	95 780 091
	195 983 643
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	64 330
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	196 047 973
Saldo de resseguro	(693 314)

30. COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No exercício de 2014 as comissões recebidas relativas a contratos de seguro e a operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, ascenderam a 1 381 360 Euros.

31. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

No exercício de 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014		
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total
Ramo vida:			
Seguro direto e resseguro aceite	220 537 302	14 415 069	234 952 371
Resseguro cedido	(4 282 623)	2 451 888	(1 830 735)
	216 254 679	16 866 957	233 121 636
Ramo não vida:			
Seguro direto e resseguro aceite:			
Acidentes de trabalho	84 731 873	2 086 691	86 818 564
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	5 945 175	441 273	6 386 448
Doença	106 017 319	3 932 766	109 950 085
Incêndio e outros danos	81 712 393	(18 163 687)	63 548 706
Automóvel	193 780 105	(39 346 279)	154 433 826
Marítimo, aéreo e transportes	4 227 983	696 797	4 924 780
Responsabilidade civil geral	8 720 083	(2 326 756)	6 393 327
Crédito e cauções	217 029	54 556	271 585
Proteção Jurídica	1 200 729	(538)	1 200 191
Assistência	22 395 680	143 434	22 539 114
Diversos	6 761 137	(1 937 909)	4 823 228
	515 709 506	(54 419 652)	461 289 854

(Continuação)

(Valores em Euros)

	2014		
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total
Resseguro cedido:			
Acidentes de trabalho	(179 683)	76 532	(103 151)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(344 250)	114 484	(229 766)
Doença	(633 193)	(23 491)	(656 684)
Incêndio e outros danos	(31 411 665)	17 079 667	(14 331 998)
Automóvel	(5 810 814)	9 839 895	4 029 081
Marítimo, aéreo e transportes	(2 620 506)	(315 713)	(2 936 219)
Responsabilidade civil geral	(1 351 802)	895 052	(456 750)
Crédito e cauções	(145 614)	(4 728)	(150 342)
Diversos	(2 773 925)	1 690 076	(1 083 849)
	(45 271 452)	29 351 774	(15 919 678)
	470 438 054	(25 067 878)	445 370 176
	686 692 733	(8 200 921)	678 491 812

O desenvolvimento dos custos com sinistros registados pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. para os ramos de negócio em que existem incertezas significativas sobre o montante e o momento dos

pagamentos a efetuar e quando essa incerteza não é normalmente eliminada no prazo de um ano é o que se apresenta nos quadros seguintes:

Ramo: Acidentes de Trabalho

(Valores em Euros)

Valores Acumulados / Ano de ocorrência										
Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	176 190 491	-	-	-	-	-	-	-	-	176 190 491
2007	191 213 483	177 349 291	-	-	-	-	-	-	-	368 562 774
2008	193 905 355	178 954 783	186 689 308	-	-	-	-	-	-	559 549 446
2009	195 042 890	173 906 090	172 994 681	149 704 562	-	-	-	-	-	691 648 223
2010	199 172 358	178 315 507	173 814 297	140 844 323	137 556 544	-	-	-	-	829 703 029
2011	202 217 697	179 368 039	176 182 831	141 388 182	130 524 735	116 138 424	-	-	-	945 819 908
2012	207 162 252	183 344 130	180 690 311	148 623 231	134 729 234	118 157 742	107 133 256	-	-	1 079 840 156
2013	204 296 231	183 791 831	181 190 222	151 024 431	136 644 123	121 778 064	113 442 448	104 269 909	-	1 196 437 259
2014	203 126 897	180 074 101	177 547 092	153 490 332	136 129 424	125 932 393	117 949 980	108 389 841	111 534 380	1 314 174 440

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:		
- Sinistros dos anos de 2006 a 2014		117 737 181
- Sinistros de anos anteriores a 2006		2 174 823
- Custos imputados à regularização de sinistros		13 352 067
- Custos com sinistros de resseguro aceite		416 594
		133 680 665

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	34 205 314	34 298 977	34 012 249	44 147 033	38 684 741	37 057 345	40 514 930	45 944 315	75 076 271	383 941 175
	Provisão para sinistros de anos anteriores a 2006									395 084 076
	Total de seguro direto									779 025 251
	Provisão para sinistros de resseguro aceite									859 214
	Total do ramo									779 884 465

Ramo: Incêndio e Outros Danos em Coisas

(Valores em Euros)

Valores Acumulados / Ano de ocorrência										
Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	105 012 503	-	-	-	-	-	-	-	-	105 012 503
2007	109 469 320	85 026 447	-	-	-	-	-	-	-	194 495 767
2008	103 821 107	86 438 921	131 357 405	-	-	-	-	-	-	321 617 433
2009	102 400 770	85 154 875	130 743 392	154 665 094	-	-	-	-	-	472 964 131
2010	103 206 904	85 658 531	128 060 709	159 206 978	126 078 379	-	-	-	-	602 211 501
2011	104 679 493	85 697 958	127 616 286	166 069 986	126 952 108	122 605 880	-	-	-	733 621 711
2012	101 029 054	84 220 578	125 492 545	168 567 606	125 464 375	112 432 664	91 597 848	-	-	808 804 670
2013	101 162 185	84 459 630	123 350 086	170 952 560	126 215 051	112 154 715	107 991 708	16 393 860	133 438 302	976 118 097
2014	100 677 076	84 273 786	123 249 098	169 624 640	125 183 080	106 497 467	104 684 348	14 922 450	235 986 814	1 065 098 759

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:		
- Sinistros dos anos de 2006 a 2014		88 980 662
- Sinistros de anos anteriores a 2006		115 357
- Custos imputados à regularização de sinistros		8 087 683
- Custos com sinistros de resseguro aceite		1 192 682
		98 376 384

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	1 427 137	1 917 494	1 575 800	10 923 854	6 556 551	6 796 300	8 886 463	17 767 569	47 376 903	103 228 071
	Provisão para sinistros de anos anteriores a 2006									10 286 554
	Total de seguro direto									113 514 625
	Provisão para sinistros de resseguro aceite									6 563 421
	Total do ramo									120 078 046

Ramo: Automóvel

(Valores em Euros)

Valores Acumulados / Ano de ocorrência										
Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	437 107 503	-	-	-	-	-	-	-	-	437 107 503
2007	430 397 467	400 099 059	-	-	-	-	-	-	-	830 496 526
2008	424 124 583	396 008 332	372 257 010	-	-	-	-	-	-	1 192 389 925
2009	437 320 594	412 637 283	372 969 725	347 599 847	-	-	-	-	-	1 570 527 449
2010	425 659 251	408 752 742	373 166 802	346 790 372	319 684 516	-	-	-	-	1 874 053 683
2011	428 242 183	405 151 091	370 794 584	348 491 358	319 177 270	295 207 592	-	-	-	2 167 064 078
2012	419 049 657	397 981 248	364 668 581	347 994 159	321 518 277	284 668 767	269 165 328	-	-	2 405 046 017
2013	416 379 462	392 313 307	357 273 671	334 085 131	319 726 721	283 035 836	265 061 668	(4 103 660)	250 231 412	2 614 003 548
2014	407 527 334	377 270 703	344 149 002	326 167 120	306 376 387	284 919 349	267 935 175	(6 113 697)	505 280 109	2 813 511 482

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:		
- Sinistros dos anos de 2006 a 2014		199 507 934
- Sinistros de anos anteriores a 2006		(9 768 675)
- Custos imputados à regularização de sinistros		24 982 343
- Custos com sinistros de resseguro aceite		1 640 091
		216 361 693

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	12 325 618	19 595 873	30 491 110	34 850 603	41 241 682	55 571 254	57 620 947	58 897 898	118 473 223	429 068 208
	Provisão para sinistros de anos anteriores a 2006									54 988 817
	Total de seguro direto									484 057 025
	Provisão para sinistros de resseguro aceite									2 144 036
	Total do ramo									486 201 061

Ramo: Marítimo e Transportes

(Valores em Euros)

Valores Acumulados / Ano de ocorrência										
Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	2 328 537	-	-	-	-	-	-	-	-	2 328 537
2007	2 658 182	3 654 145	-	-	-	-	-	-	-	6 312 327
2008	2 488 621	3 821 319	2 113 473	-	-	-	-	-	-	8 423 413
2009	2 489 662	3 765 057	2 050 533	1 630 390	-	-	-	-	-	9 935 642
2010	2 567 545	3 555 700	1 911 216	1 941 901	861 683	-	-	-	-	10 838 045
2011	2 547 333	3 519 096	2 195 191	2 857 755	906 490	879 290	-	-	-	12 905 155
2012	2 529 122	3 417 402	2 266 465	2 746 185	887 111	1 002 179	1 140 753	-	-	13 989 217
2013	2 529 122	3 396 421	2 260 936	2 730 548	977 249	1 047 049	1 264 639	123 886	894 586	15 224 436
2014	2 558 108	3 382 599	2 260 936	2 750 810	1 033 687	1 333 904	1 315 846	368 099	1 351 339	16 355 328

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:		
- Sinistros dos anos de 2006 a 2014		1 130 892
- Sinistros de anos anteriores a 2006		(52 823)
- Custos imputados à regularização de sinistros		28 932
- Custos com sinistros de resseguro aceite		250 575
		1 357 576

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	277 337	43 208	500 291	21 476	153 137	37 242	434 872	188 150	105 599	1 761 312
	Provisão para sinistros de anos anteriores a 2006									186 785
	Total de seguro direto									1 948 097
	Provisão para sinistros de resseguro aceite									834 403
Total do ramo										2 782 500

Ramo: Aéreo

(Valores em Euros)

Valores Acumulados / Ano de ocorrência										
Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	882 655	-	-	-	-	-	-	-	-	882 655
2007	985 448	454 388	-	-	-	-	-	-	-	1 439 836
2008	1 031 668	435 546	450 216	-	-	-	-	-	-	1 917 430
2009	1 031 668	463 218	556 875	893 950	-	-	-	-	-	2 945 711
2010	555 387	788 359	941 773	2 005 149	305 359	-	-	-	-	4 596 027
2011	1 111 355	1 231 107	1 293 226	1 963 193	791 827	536 094	-	-	-	6 926 802
2012	1 066 421	1 202 191	1 267 524	1 746 750	800 426	531 251	774 653	-	-	7 389 216
2013	984 552	1 154 411	1 342 535	1 721 109	865 553	435 224	649 744	(124 909)	460 228	7 488 447
2014	983 852	1 141 786	1 326 596	1 706 098	842 969	405 370	627 222	(137 744)	837 380	7 733 529

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:		
- Sinistros dos anos de 2006 a 2014		245 082
- Sinistros de anos anteriores a 2006		191 617
- Custos imputados à regularização de sinistros		77 568
- Custos com sinistros de resseguro aceite		(135 630)
		378 637

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	103	14 313	139 813	43 076	248 839	85 745	38 297	233 066	173 838	977 090
	Provisão para sinistros de anos anteriores a 2006									1 638 824
	Total de seguro direto									2 615 914
	Provisão para sinistros de resseguro aceite									593 668
	Total do ramo									3 209 582

Ramo: Mercadorias Transportadas

(Valores em Euros)

Valores Acumulados / Ano de ocorrência										
Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	3 978 852	-	-	-	-	-	-	-	-	3 978 852
2007	4 597 435	5 643 430	-	-	-	-	-	-	-	10 240 865
2008	4 869 425	5 410 429	4 484 057	-	-	-	-	-	-	14 763 911
2009	5 175 426	5 730 097	5 045 922	5 994 434	-	-	-	-	-	21 945 879
2010	4 852 720	5 682 974	4 576 686	5 065 317	2 393 325	-	-	-	-	22 571 022
2011	4 435 304	5 460 795	4 388 359	4 772 240	3 355 315	2 813 404	-	-	-	25 225 417
2012	4 543 168	5 543 967	4 356 639	4 859 026	3 052 294	2 877 977	2 490 636	-	-	27 723 707
2013	4 442 155	5 491 727	4 315 346	4 823 292	2 907 092	2 811 244	2 993 045	502 409	4 252 218	32 538 528
2014	4 375 573	5 390 228	4 298 220	4 812 518	2 861 019	2 749 773	2 996 743	1 354 814	8 522 345	37 361 233

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:		
- Sinistros dos anos de 2006 a 2014		4 822 705
- Sinistros de anos anteriores a 2006		(37 960)
- Custos imputados à regularização de sinistros		267 364
- Custos com sinistros de resseguro aceite		153 285
		5 205 394

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	17 030	260 282	133 803	115 658	352 963	104 082	830 149	2 423 455	3 394 395	7 631 817
	Provisão para sinistros de anos anteriores a 2006									210 066
	Total de seguro direto									7 841 883
	Provisão para sinistros de resseguro aceite									258 921
	Total do ramo									8 100 804

Ramo: Responsabilidade Civil

(Valores em Euros)

Valores Acumulados / Ano de ocorrência										
Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	13 612 641	-	-	-	-	-	-	-	-	13 612 641
2007	16 350 386	9 614 994	-	-	-	-	-	-	-	25 965 380
2008	17 728 178	13 961 733	10 602 481	-	-	-	-	-	-	42 292 392
2009	18 791 935	15 570 337	13 360 133	14 793 409	-	-	-	-	-	62 515 814
2010	24 659 115	15 917 190	13 480 977	19 846 931	16 987 985	-	-	-	-	90 892 198
2011	21 635 916	19 376 684	14 398 011	19 462 989	17 849 924	14 746 708	-	-	-	107 470 232
2012	22 008 138	20 156 760	14 775 272	21 483 344	20 360 755	14 845 672	10 092 897	-	-	123 722 838
2013	22 162 341	19 815 178	14 250 803	20 360 547	18 866 589	14 382 154	10 544 747	451 850	8 482 500	129 316 709
2014	22 138 297	20 065 204	14 583 069	18 928 582	18 850 705	15 510 648	10 734 101	(53 209)	19 348 468	140 105 865

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:		
- Sinistros dos anos de 2006 a 2014		10 789 156
- Sinistros de anos anteriores a 2006		(1 835 503)
- Custos imputados à regularização de sinistros		1 782 313
- Custos com sinistros de resseguro aceite		1 911 409
		12 647 375

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	2 956 691	8 559 977	4 817 851	8 791 283	8 937 010	8 164 998	5 652 860	3 424 799	8 818 960	60 124 429
	Provisão para sinistros de anos anteriores a 2006									26 511 581
	Total de seguro direto									86 636 010
	Provisão para sinistros de resseguro aceite									25 217 943
	Total do ramo									111 853 953

Ramo: Perdas Pecuniárias Diversas

(Valores em Euros)

Valores Acumulados / Ano de ocorrência										
Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	5 078 842	-	-	-	-	-	-	-	-	5 078 842
2007	6 005 263	8 953 107	-	-	-	-	-	-	-	14 958 370
2008	6 191 498	9 743 578	32 347 667	-	-	-	-	-	-	48 282 743
2009	5 485 318	9 801 845	34 003 134	7 501 694	-	-	-	-	-	56 791 991
2010	5 443 536	9 686 169	34 435 437	14 970 401	13 514 655	-	-	-	-	78 050 198
2011	5 467 115	9 682 571	34 382 207	14 611 746	16 118 820	11 118 721	-	-	-	91 381 180
2012	5 407 414	9 574 989	33 774 638	14 804 098	18 631 421	13 867 586	7 696 802	-	-	103 756 948
2013	5 435 410	9 559 107	32 706 720	14 514 538	15 441 306	14 196 065	8 442 097	745 295	10 766 237	111 806 775
2014	5 437 952	9 559 439	32 706 023	14 603 334	14 894 206	14 150 828	8 297 153	(583 261)	20 908 419	119 974 093

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:		
- Sinistros dos anos de 2006 a 2014		8 167 318
- Sinistros de anos anteriores a 2006		(281)
- Custos imputados à regularização de sinistros		544 218
- Custos com sinistros de resseguro aceite		(630)
		8 710 625

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	1 427	28 805	793 799	89 922	32 777	727 297	307 056	1 574 619	5 059 332	8 615 034
	Provisão para sinistros de anos anteriores a 2006									31 455
	Total de seguro direto									8 646 489
	Provisão para sinistros de resseguro aceite									45 897
	Total do ramo									8 692 386

A variação da provisão para sinistros, da rubrica custos com sinistros liquidados de resseguro, da conta de ganhos e perdas, tem principalmente por contrapartida a provisão para sinistros, da rubrica provisões técnicas, do passivo. Contudo, algumas operações são reconhecidas noutros elementos do

balanço, nomeadamente por via dos reembolsos de sinistros refletidos em outros devedores por operações de seguro direto, pelo que as variações das provisões para sinistros do balanço e da conta de ganhos e perdas não são coincidentes.

No exercício de 2014, os custos com sinistros e com variações das outras provisões técnicas do ramo vida apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014						
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Sub-total	Varição das outras provisões técnicas	Varição da provisão matemática	Participação nos resultados	Total
Seguro direto e resseguro aceite:							
- De contratos de seguro	63 400 910	13 977 412	77 378 322	608 608	(8 000 638)	7 331 292	77 317 584
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	157 136 392	437 657	157 574 049	(547 418)	(54 617 115)	21 499 164	123 908 680
	220 537 302	14 415 069	234 952 371	61 190	(62 617 753)	28 830 456	201 226 264
Resseguro cedido:							
- De contratos de seguro	(4 282 623)	2 451 888	(1 830 735)	-	1 929 447	(39 692)	59 020
	(4 282 623)	2 451 888	(1 830 735)	-	1 929 447	(39 692)	59 020
Líquido:							
- De contratos de seguro	59 118 287	16 429 300	75 547 587	608 608	(6 071 191)	7 291 600	77 376 604
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	157 136 392	437 657	157 574 049	(547 418)	(54 617 115)	21 499 164	123 908 680
	216 254 679	16 866 957	233 121 636	61 190	(60 688 306)	28 790 764	201 285 284

No exercício de 2014, a variação das outras provisões técnicas inclui custos com a dotação da provisão para estabilização de carteira, nos montante de 956 384 Euros.

Neste exercício, esta rubrica inclui ainda o montante de 949 202 Euros, correspondente à variação da provisão para compromissos de taxa.

32. CUSTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS, POR NATUREZA E FUNÇÃO

No exercício de 2014, os custos de exploração incorridos pelo Grupo apresentam a seguinte composição por natureza:

(Valores em Euros)

2014	
Custos com pessoal (Nota 33)	137 524 633
Fornecimentos e serviços externos	
Eletricidade	2 887 997
Combustível	1 215 667
Água	368 147
Impressos	371 314
Material de escritório	471 477
Conservação e reparação	5 729 272
Rendas e alugueres	13 568 708
Despesas de representação	1 038 856
Comunicação	6 615 382
Deslocações e Estadas	3 574 987
Seguros	854 425
Gastos com trabalho independente	17 455 168
Publicidade e propaganda	8 590 083
Contencioso e Notariado	239 726
Vigilância e segurança	1 628 938
Trabalhos especializados	41 025 387
Quotizações	847 793
Limpeza, higiene e conforto	1 436 807
Gastos com cobrança de prémios	3 653 742
Licenças de software	3 218 037
Subcontratos	24 686 546
Outros	4 236 032
	143 714 491
Impostos e taxas	10 118 338
Depreciações e amortizações do exercício (Nota 10, 12 e 15)	16 608 508
Outras provisões	17 852 149
Comissões	4 327 403
Juros suportados	3 409 346
	333 554 868

Em 2014 foi revisto o programa de repartição de custos, por forma a melhorar a alocação de custos entre produtos.

Na demonstração de ganhos e perdas, estes custos foram imputados da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2014			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos com sinistros - Montantes pagos:				
- Custos imputados	4 982 113	60 762 337	-	65 744 450
- Custos técnicos	215 555 189	454 947 169	-	670 502 358
	220 537 302	515 709 506	-	736 246 808
Custos de aquisição:				
- Custos imputados	19 518 789	76 237 418	-	95 756 207
- Comissões de mediação	13 177 691	71318587	-	84 496 278
- Outros	106 276	787 664	-	893 940
	32 802 756	148 343 669	-	181 146 425
Gastos administrativos:				
- Custos imputados	13 718 297	47 998 941	-	61 717 238
- Remunerações de mediação	27 506	5 517 073	-	5 544 579
- Outros	277	31 693	-	31 970
	13 746 080	53 547 707	-	67 293 787
Gastos financeiros (Nota 36):				
- Custos imputados	12 048 187	7 034 660	627 479	19 710 326
- Outros	4 274 439	-	-	4 274 439
	16 322 626	7 034 660	627 479	23 984 765
Outros custos (Nota 43)	-	-	90 626 647	90 626 647
Total dos custos de exploração imputados	50 267 386	192 033 356	91 254 126	333 554 868

33. GASTOS COM PESSOAL

No exercício de 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2014	
Remunerações:	
Órgãos sociais	4 177 164
Pessoal	96 611 065
Encargos sobre remunerações	21 280 376
Benefício pós-emprego:	
Benefício definido	3 765 208
Contribuição definida	896 602
Benefícios de cessação de emprego	1 453 508
Seguros obrigatórios	1 561 079
Gastos de ação social	5 934 363
Outros gastos com pessoal	1 845 268
	137 524 633

No exercício de 2014, os encargos com benefícios pós-emprego apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2014	
Benefícios pós-emprego:	
Plano de benefício definido (Nota 34)	3 682 699
Plano individual de reforma	900 812
Cedência de pessoal	(2 584)
Outros encargos	80 883
	4 661 810

Em 2014, a rubrica “Gastos com pessoal – benefícios pós-emprego – cedência de pessoal” corresponde aos encargos com benefícios pós-emprego de colaboradores do Grupo Longrun Portugal, SGPS, S.A.

que se encontram cedidos a outras entidades do Grupo CGD.

Em 2014, o número de trabalhadores ao serviço, por categorias, é o seguinte:

2014	
Dirigentes	106
Gestores	458
Técnicos	3 170
Operacionais	4 000
Apoio	650
Total	8 384

Durante o exercício de 2014 foram atribuídas as seguintes remunerações aos membros dos órgãos sociais:

(Valores em Euros)

2014	
Conselho de Administração:	
Remunerações	3 985 302
Encargos sociais	558 355
Conselho fiscal	
Remunerações	191 862
Encargos sociais	41 634
Total	4 777 153

No exercício de 2014, o Grupo Longrun registou um reforço da estimativa para prémios de permanência no montante de 441 008 Euros.

De acordo com o novo CCT, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções beneficiarão de um Plano Individual de Reforma (PIR), o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior CCT (Nota 34).

Em 23 de dezembro de 2011 foi celebrado um novo contrato coletivo de trabalho (CCT) para a atividade seguradora, o qual foi publicado no Boletim do Trabalho nº 2 de 15 de janeiro de 2012.

34. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho anteriormente em vigor no setor segurador, o Grupo concedeu aos seus colaboradores, admitidos na atividade seguradora até junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a antiga Império Bonança atribuiu ainda os seguintes benefícios:

Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social.

Assumiu o compromisso de, por um lado alargar os benefícios constantes no contrato coletivo de trabalho aos colaboradores admitidos até junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do fundo de pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millenniumbcp, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do respetivo fundo de pensões.

Para um grupo muito restrito de trabalhadores (4), com "níveis salariais internos XVIII", oriundos da ex-Império, há o compromisso de, na passagem à reforma, ser atribuído um complemento à pensão da Segurança Social, para 80% da remuneração auferida à data da passagem a essa situação.

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por este CCT, tem direito a um plano individual de reforma ("PIR"), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelo contrato coletivo para a atividade seguradora assinado em 23 de dezembro de 2011, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

Em conformidade com as regras previstas no novo CCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pelo Grupo e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições do Grupo Longrun para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no Anexo V do CCT, correspondendo ao valor que resulta da aplicação ao ordenado base anual do empregado das percentagens indicadas na tabela seguinte:

(Valores em Euros)

Ano civil	Contribuição PIR
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	3,25%

Adicionalmente, de acordo com o disposto na cláusula 49.ª, n.º 1, do CCT, a primeira contribuição anual do Grupo Longrun para o PIR verificar-se-á:

- No ano de 2015, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995;
- No ano de 2012, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009;

- No ano seguinte aquele em que completem dois anos de prestação de serviço efetivo no Grupo, para os trabalhadores admitidos depois de 1 de janeiro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2014	
Plano de benefício definido	10 550 136
Plano de contribuição definida	(1 005 821)
	9 544 315

O Plano de contribuição definida evoluiu de 30 de abril de 2014 para 31 de dezembro de 2014 de acordo com a demonstração abaixo.:

(Milhões de Euros)

	Responsabilidades	Ativos
Em 30 abril de 2014	17 285 692	16 877 707
Gastos do Ano	855 488	-
Contribuições feitas ao fundo	-	257 653
Posição em 31 de dezembro de 2014	18 141 180	17 135 360
A reconhecer em 2015 relativo a 2014		
Contribuição extraordinária, a título de rentabilidade, por pagamento diferido	2 568 675	2 568 675
Valorização do Fundo	468 149	468 149
Pensões, capital e prémios únicos vencidos	(623 399)	(623 399)
Contribuições por transferência	26 897	26 897
A regularizar por resultados	(187 783)	198 364
Contribuição a efetuar em janeiro de 2015	-	619 674
	20 393 720	20 393 720

Determinação das responsabilidades com planos de benefício definido

As responsabilidades com pensões em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2014, foram

determinadas pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades foram as seguintes:

2014	
Método atuarial	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	
. Homens	TV 7377(-2)
. Mulheres	TV 8890(-2)
Tábua de invalidez	0,00%
Taxa de desconto	2,50%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%
Taxa de crescimento das pré-reformas	1,25%
Tabela de saídas	n/a

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões para o exercício de 2014 e os valores

efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

(Valores em Euros)

	2014	
	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	0,16%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,00%

Em 31 de dezembro de 2014, as responsabilidades com serviços passados do Grupo, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e

as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(Valores em Euros)

	2014		Total
	Fidelidade	Outros	
Responsabilidades por serviços passados:			
Ativos	6 088 826	36 895	6 125 721
Reformados e pré-reformados	187 345 661	252 152	187 597 813
	193 434 487	289 047	193 723 534
Fundos de pensões autónomos	149 530 103	632 540	150 162 643
Provisões matemáticas	54 111 027	-	54 111 027
	203 641 130	632 540	204 273 670
Diferencial	10 206 643	343 493	10 550 136
Nível de financiamento	105,28%	218,84%	105,45%

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

a) o financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e

b) o financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2014, as responsabilidades do Grupo encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões do Grupo.

Dado o atual nível de financiamento do fundo, não é previsível que sejam necessárias contribuições no próximo ano.

Os fundos de pensões de benefício definido do Grupo apresentam as seguintes durações médias:

Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	
Fundo de Pensões da Fidelidade	9 anos
Fundo de Pensões da Mundial Confiança	8 anos
Fundo de Pensões da Império Bonança	10 anos
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros	6 anos

Em 31 de dezembro de 2014, o número de beneficiários era o seguinte:

(Valores em Euros)

2014	
Ativos	1 225
Reformados e pré-reformados	2 091
Rendeiros	621
	3 937

No exercício de 2014, o aumento no número de beneficiários ativos decorre da entrada em vigor da Portaria nº 134/2013, de 28 de março, que veio definir a exclusão dos colaboradores no ativo filiados no sindicato SINAPSA dos termos previstos no novo CCT, uma vez que este sindicato não aderiu ao referido CCT, pelo que o Grupo voltou a incluir estes

colaboradores, com efeitos retroativos, no plano de benefício definido, do qual haviam sido retirados e transferidos para o plano de contribuição definida na sequência da entrada em vigor do novo CCT em 2012.

O movimento nos fundos de pensões e nas provisões matemáticas durante o exercício de 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	Fidelidade	Outros	Total
Saldos em 30 de abril de 2014	202 175 040	642 023	202 817 063
Transferência de responsabilidades - colaboradores SINAPSA	-	-	-
Contribuições	11 654 803	-	11 654 803
Varição nas provisões matemáticas	(2 137 780)	-	(2 137 780)
Pensões pagas	(12 026 474)	(28 042)	(12 054 516)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(491 041)	-	(491 041)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	4 466 583	18 559	4 485 142
Saldos em 31 de dezembro de 2014	203 641 130	632 540	204 273 670

Em 31 de dezembro de 2014, os Fundos de Pensões das empresas do Grupo são geridos pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de dezembro de 2014, os ativos do fundo de pensões apresentavam a seguinte composição de acordo com as respectivas fontes de valorização:

(Valores em Euros)

	2014								
	Preço de mercado			Outros			Total da carteira		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes									
de caixa	39 912 071	98 892	40 010 963	-	-	-	39 912 071	98 892	40 010 963
Instrumentos de capital	1 071 421	-	1 071 421	-	-	-	1 071 421	-	1 071 421
Instrumentos de dívida									
De dívida pública	20 126 366	-	20 126 366	-	-	-	20 126 366	-	20 126 366
De outros emissores	52 467 191	-	52 467 191	-	-	-	52 467 191	-	52 467 191
	72 593 557	-	72 593 557	-	-	-	72 593 557	-	72 593 557
Imóveis	-	-	-	10 814 101	-	10 814 101	10 814 101	-	10 814 101
Fundos de investimento									
Ações Europeias	1 686 372	58 631	1 745 003	-	-	-	1 686 372	58 631	1 745 003
Imóveis	3 932 217	28 084	3 960 301	-	14 177	14 177	3 932 217	42 261	3 974 478
Obrigações									
De dívida pública	13 874 597	105 728	13 980 325	-	-	-	13 874 597	105 728	13 980 325
De outros emissores	4 039 072	175 789	4 214 861	-	-	-	4 039 072	175 789	4 214 861
Tesouraria	1 606 695	-	1 606 695	-	-	-	1 606 695	-	1 606 695
	25 138 953	368 232	25 507 185	-	14 177	14 177	25 138 953	382 409	25 521 362
Outros	-	151 434	151 434	-	(195)	(195)	-	151 239	151 239
	138 716 002	618 558	139 334 560	10 814 101	13 982	10 828 083	149 530 103	632 540	150 162 643

Nestas datas, as carteiras dos fundos de pensões continham os seguintes ativos emitidos ou geridos por entidades do Grupo CGD:

(Valores em Euros)

	2014		Total
	Fidelidade	Outros	
Caixa e equivalentes de caixa	39 912 071	98 892	40 010 963
Instrumentos de dívida	10 744 926	-	10 744 926
Fundos de investimento			
Imóveis	2 082 715	14 175	2 096 890
Obrigações			
De outros emissores	-	112 392	112 392
Tesouraria	1 606 695	-	1 606 695
	3 689 410	126 567	3 815 977
	54 346 407	225 459	54 571 866

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados do Grupo Longrun e as respetivas coberturas, bem como o correspondente

impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, podem ser demonstrados da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	Responsabilidades			Cobertura			Diferencial		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Situação em 30 de									
Abril de 2014	208 057 366	334 142	208 391 508	202 175 040	642 023	202 817 063	(5 882 326)	307 881	(5 574 445)
Impacto da alteração									
da idade de reforma	(8 512 881)	284	(8 512 597)	-	-	-	8 512 881	(284)	8 512 597
Custo do serviço									
corrente	62 764	591	63 355	-	-	-	(62 764)	(591)	(63 355)
Juro líquido de									
benefício definido	2 798 963	7 279	2 806 242	3 216 128	15 002	3 231 130	417 165	7 723	424 888
Custo do exercício	2 861 727	7 870	2 869 597	3 216 128	15 002	3 231 130	354 401	7 132	361 533
Acréscimos de									
responsabilidades por									
pré-reformas	3 553 192	-	3 553 192	-	-	-	(3 553 192)	-	(3 553 192)
Outras variações									
em resultados	-	-	-	(491 040)	-	(491 040)	(491 040)	-	(491 040)
Variações com									
impacto em									
resultados (Nota 33)	6 414 919	7 870	6 422 789	2 725 088	15 002	2 740 090	(3 689 831)	7 132	(3 682 699)
Retorno dos ativos do									
plano não incluído no									
rendimento dos juros		-	-	1 250 454	3 559	1 254 013	1 250 454	3 559	1 254 013
Ganhos e perdas									
atuariais:									
resultantes de									
alterações nos									
pressupostos									
financeiros	1 793 248	21 585	1 814 833	-	-	-	(1 793 248)	(21 585)	(1 814 833)
resultantes de									
diferenças entre os									
pressupostos e os									
valores realizados	(153 911)	(47 398)	(201 309)	-	-	-	153 911	47 398	201 309
Variações com									
impacto em capitais									
próprios	1 639 337	(25 813)	1 613 524	1 250 454	3 559	1 254 013	(388 883)	29 372	(359 511)

(Continuação)

(Valores em Euros)

	Responsabilidades			Cobertura			Diferencial		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Contribuições									
para o plano:									
efetuadas pela									
Companhia	-	-	-	11 654 802	-	11 654 802	11 654 802	-	11 654 802
Varição das provisões									
matemáticas	(2 137 780)	-	(2 137 780)	(2 137 780)	-	(2 137 780)	-	-	-
Pagamentos efetuados									
pelo plano:									
pensões pagas	(12 026 474)	(27 436)	(12 053 910)	(12 026 474)	(28 044)	(12 054 518)	-	(608)	(608)
Situação em 31 de									
dezembro de 2014	193 434 487	289 047	193 723 534	203 641 130	632 540	204 273 670	10 206 643	343 493	10 550 136

Assistência médica

O Grupo comparticipa os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder benefícios com assistência médica vitalícia aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação, entre junho de 1998 e julho de 2005. Em 31 de dezembro de 2014, estas responsabilidades ascendem a 22 021 108 Euros, encontrando-se cobertas por provisões (Nota 25).

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2014, a sensibilidade das responsabilidades de benefício definido assumidas pela Fidelidade face a variações dos pressupostos significativos, excluindo as responsabilidades cobertas por rendas vitalícias, corresponde a:

Cenários	2014	A	B	C
Pressupostos Financeiros				
Taxa de Desconto	2.50%	2.00%	3.00%	2.50%
Taxa de Crescimento Salarial	2.00%	2.00%	2.00%	2.00%
Taxa de Crescimento Salarial Pré-Reformados	1.25%	1.25%	1.25%	1.25%
Taxa de Crescimento de Pensões	0.75%	0.75%	0.75%	0.75%
Pressupostos Demográficos				
Tábua de Mortalidade				
> Mulheres	TV 8890(-2)	TV 8890(-2)	TV 8890(-2)	TV 8890(-2)
> Homens	TV 7377(-2)	TV 7377(-2)	TV 7377(-2)	TV 8890(-2)
Idade de Reforma	DL 167/2013	DL 167/2013	DL 167/2013	DL 167/2013

Responsabilidades em 31-12-2014		2014	A	B	C
Cenários					
Reformados	Velhice	58 872 714	61 358 060	56 559 281	63 938 262
	Antecipação	16 569 862	17 393 194	15 808 115	17 732 772
	Invalidez	16 962 166	18 086 977	15 945 250	17 783 090
Pensionistas	Viuvez	4 237 366	4 430 889	4 058 789	4 257 696
	Orfandade	150 852	164 202	139 224	151 725
Pré-Reformados	Pensão até INR	28 364 220	28 712 192	28 024 473	28 445 085
	Encargos até INR	4 200 367	4 256 384	4 145 735	4 213 253
	Pensão após INR				
	> Plano CCT	3 674 494	3 939 171	3 433 635	3 901 424
	> Plano Complementar	202 594	219 755	187 218	211 489
Ativos	Plano CCT	3 014 626	3 350 355	2 720 334	3 238 882
	Plano Complementar	3 074 199	3 522 887	2 691 164	3 256 691
Totais		139 323 460	145 434 066	133 713 218	147 130 369

A preparação da informação incluída no quadro acima teve por base o método de cálculo utilizado para a avaliação de responsabilidades utilizada para efeitos de contabilização.

35. RENDIMENTOS

No exercício de 2014, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014				Total
	Juros	Dividendos	Rendas	Outros	
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:					
Terrenos e edifícios	-	-	3 211	4	3 215
Partes de capital em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	4	4
Ativos financeiros detidos para negociação	2 018	6 850	-	-	8 868
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor					
através de ganhos e perdas	5 181	-	-	-	5 181
Ativos financeiros disponíveis para venda	26 022 094	6 784 312	-	-	32 806 406
Empréstimos concedidos e contas a receber	2 178 057	-	-	-	2 178 057
Depósitos à ordem em instituições de crédito	11 264	-	-	-	11 264
	28 218 614	6 791 162	3 211	8	35 012 995
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:					
Terrenos e edifícios	-	-	-	2	2
Ativos financeiros detidos para negociação	(439 241)	-	-	-	(439 241)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor					
através de ganhos e perdas	19 784 202	110 397	-	-	19 894 599
Ativos financeiros disponíveis para venda	106 050 475	1 109 748	-	-	107 160 223
Empréstimos concedidos e contas a receber	4 069 722	-	-	-	4 069 722
Depósitos à ordem em instituições de crédito	132 198	-	-	-	132 198
	129 597 356	1 220 145	-	2	130 817 503
	157 815 970	8 011 307	3 211	10	165 830 498
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não-vida:					
Terrenos e edifícios	-	-	12 221 825	2	12 221 827
Ativos financeiros detidos para negociação	-	6 850	-	-	6 850
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor					
através de ganhos e perdas	475 236	-	-	-	475 236
Ativos financeiros disponíveis para venda	17 766 670	4 270 246	-	-	22 036 916
Empréstimos concedidos e contas a receber	1 491 197	-	-	-	1 491 197
Depósitos à ordem em instituições de crédito	129 920	-	-	-	129 920
	19 863 023	4 277 096	12 221 825	2	36 361 946

(Continuação)

(Valores em Euros)

	2014				Total
	Juros	Dividendos	Rendas	Outros	
Investimentos não afetos:					
Terrenos e edifícios	-	-	9 252 414	2	9 252 416
Ativos financeiros detidos para negociação	(39 728)	-	-	-	(39 728)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor					
através de ganhos e perdas	56 078	5 207	-	-	61 285
Ativos financeiros disponíveis para venda	13 903 425	1 211 474	-	-	15 114 899
Empréstimos concedidos e contas a receber	483 862	-	-	-	483 862
Depósitos à ordem em instituições de crédito	84 490	-	-	-	84 490
	14 488 127	1 216 681	9 252 414	2	24 957 224
	192 167 120	13 505 084	21 477 450	14	227 149 668

36. GASTOS FINANCEIROS

No exercício de 2014, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Gastos de investimentos (Nota 32):				
Custos imputados	12 048 187	7 034 660	627 479	19 710 326
Outros gastos de investimentos	4 274 439	-	-	4 274 439
	16 322 626	7 034 660	627 479	23 984 765

37. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

No exercício de 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014		Líquido
	Ganhos	Perdas	
Afetos às provisões técnicas do ramo vida:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	49 161 385	(1 499 244)	47 662 141
	49 161 385	(1 499 244)	47 662 141
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	122 781 676	(285 218)	122 496 458
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado (Nota 21)	378	(125 524 782)	(125 524 404)
	122 782 054	(125 810 000)	(3 027 946)
	171 943 439	(127 309 244)	44 634 195
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	72 499 215	(1 232 239)	71 266 976
	72 499 215	(1 232 239)	71 266 976
Investimentos não afetos:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 824 734	(52 400)	1 772 334
	1 824 734	(52 400)	1 772 334
	246 267 388	(128 593 883)	117 673 505

38. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

No exercício de 2014 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas realizados	2014		Líquido
	Ganhos	Perdas	
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(2 736)	(2 736)
	-	(2 736)	(2 736)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	757 171	(2 877 702)	(2 120 531)
	757 171	(2 877 702)	(2 120 531)
	757 171	(2 880 438)	(2 123 267)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(9 619)	(9 619)
	-	(9 619)	(9 619)
Investimentos não afetos:			
Ativos financeiros detidos para negociação	1 967	(26 148)	(24 181)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(128)	(128)
	1 967	(26 276)	(24 309)
	759 138	(2 916 333)	(2 157 195)

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	2014		Líquido
	Ganhos	Perdas	
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor			
através de ganhos e perdas	571 770	-	571 770
	571 770	-	571 770
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:			
Ativos financeiros detidos para negociação	751 600	(2 981 482)	(2 229 882)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor			
através de ganhos e perdas	1 447 220	(14 135 975)	(12 688 755)
	2 198 820	(17 117 457)	(14 918 637)
	2 770 590	(17 117 457)	(14 346 867)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor			
através de ganhos e perdas	2 461 585	(690 245)	1 771 340
	2 461 585	(690 245)	1 771 340
Investimentos não afetos:			
Ativos financeiros detidos para negociação	22 651 703	(22 713 913)	(62 210)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor			
através de ganhos e perdas	120 228	(35 112)	85 116
	22 771 931	(22 749 025)	22 906
	28 004 106	(40 556 727)	(12 552 621)

(Valores em Euros)

Total	2014		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor			
através de ganhos e perdas	571 770	(2 736)	569 034
	571 770	(2 736)	569 034
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:			
Ativos financeiros detidos para negociação	751 600	(2 981 482)	(2 229 882)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor			
através de ganhos e perdas	2 204 391	(17 013 677)	(14 809 286)
	2 955 991	(19 995 159)	(17 039 168)
	3 527 761	(19 997 895)	(16 470 134)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor			
através de ganhos e perdas	2 461 585	(699 864)	1 761 721
	2 461 585	(699 864)	1 761 721
Investimentos não afetos:			
Ativos financeiros detidos para negociação	22 653 670	(22 740 061)	(86 391)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor			
através de ganhos e perdas	120 228	(35 240)	84 988
	22 773 898	(22 775 301)	(1 403)
	28 763 244	(43 473 060)	(14 709 816)

39. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

No exercício de 2014 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:	
Ativos financeiros disponíveis para venda	354 308
Empréstimos concedidos e contas a receber	2 359 578
Depósitos à ordem em instituições de crédito	364 293
Outros	1 916
	3 080 095
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1 960 607
Ativos financeiros disponíveis para venda	391 287
Depósitos à ordem em instituições de crédito	1 780 430
Outros	16
	4 132 340
	7 212 435
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6 999 808
Ativos financeiros disponíveis para venda	795 648
Depósitos à ordem em instituições de crédito	(1 023 112)
Empréstimos concedidos e contas a receber	1 596 824
Outros	194
	8 369 362
Investimentos não afetos:	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	72 779
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 194
Depósitos à ordem em instituições de crédito	(402 687)
Empréstimos concedidos e contas a receber	532
Outros	3
	(327 179)
	15 254 618

40. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS QUE NÃO ESTEJAM CLASSIFICADOS COMO ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

No exercício de 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas realizados	Perdas	Líquido (Nota 10)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida:		
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	-	2 024
	-	2 024

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	Perdas	Líquido (Nota 10)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:		
Terrenos e edifícios de rendimento	(6 681 804)	1 793 626
	(6 681 804)	1 793 626
Investimentos não afetos:		
Terrenos e edifícios de rendimento	(2 588 588)	7 837 613
	(2 588 588)	7 837 613
	(9 270 392)	9 631 239

(Valores em Euros)

Total	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida:		
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	-	2 024
	-	2 024
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:		
Terrenos e edifícios de rendimento	(6 681 804)	1 793 626
	(6 681 804)	1 793 626
Investimentos não afetos:		
Terrenos e edifícios de rendimento	(2 588 588)	7 837 613
	(2 588 588)	7 837 613
	(9 270 392)	9 633 263

41. PERDAS DE IMPARIDADE (LÍQUIDAS DE REVERSÃO)

O movimento nas perdas por imparidade durante o exercício de 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014					Saldos finais
	Saldos iniciais	Entradas no Perímetro de Consolidação	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)						
Instrumentos de dívida	47 976 065		2 648	-	-	47 978 713
Instrumentos de capital	87 936 467		5 676 123	-	(38 280 028)	55 332 562
Outros Instrumentos	89 917 221		6 350 233	-	(24 641 090)	71 626 364
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 9)	-		2 589 054			2 589 054
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 10)	13 809 861	2 068 839	-	(1 357 001)	(2 687 323)	11 834 376
Imparidade de Inventários (Nota 13)	3 507	-	-	-	-	3 507
Imparidade de ativos intangíveis (Nota 15)	-	8 103 161	-	-	-	8 103 161
Ajustamentos para recibos por cobrar (Nota 17)	17 306 355	-	-	(1 370 020)	(2 663 976)	13 272 359
Ajustamentos- IFAP (Nota 17)	4 529 028	-	-	(3 878 202)	-	650 826
Ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa (Nota 17)	55 411 478	10 366 831	18 888 446	-	(3 633 684)	81 033 071
	316 889 982	20 538 831	33 506 504	(6 605 223)	(71 906 101)	292 423 993

No exercício de 2014, a rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)” inclui custos por dotações de “Provisões para reestruturação” (Nota 25), no montantes de 27 055 032 Euros.

42. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

No exercício de 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014		
	Rendimentos	Gastos	Líquido
Relativos ao ramo vida:			
- Comissões de gestão de cosseguro	12 894	(11 536)	1 358
- Comissões de gestão de fundos de pensões	276 440	-	276 440
- Outros	16 771	(12 291)	4 480
	306 105	(23 827)	282 278
Relativos aos ramos não vida:			
- Comissões de gestão de cosseguro	571 057	(75 903)	495 154
- Outros	1 554 826	(1 173)	1 553 653
	2 125 883	(77 076)	2 048 807
	2 431 988	(100 903)	2 331 085

43. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

No exercício de 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2014	
Rendimentos e ganhos não correntes	
Restituição de impostos	903 448
Outros	43 195
	946 643
Rendimentos e ganhos financeiros	
Juros obtidos	928 063
Diferenças de câmbio favoráveis	7 139 171
Descontos de pronto pagamento	169 277
Outros	222 494
	8 459 005
Rendimentos de outros ativos	
Ganhos em outros ativos tangíveis	21 530
	21 530
Ganhos com benefícios pós-emprego	
Ganhos atuariais	13 469
Outros	55 283
	68 752
Outros Rendimentos não técnicos	
Regularização de saldos	806 037
Prestação de serviços - saúde	97 839 778
Prestação de serviços - outros	9 669 803
	108 315 618
Gastos e perdas não correntes	
Donativos	(144 981)
Mecenato	(423 863)
Ofertas a clientes	(622)
Multas e penalidades	100 124
Quotizações diversas	(57 133)
Insuficiência estimativa impostos	(294 096)
Correções a exercícios anteriores	(67 517)
Dívidas incobráveis	(2 024 503)
Regularização de saldos	(282 571)
Outros	(944 704)
	(4 139 866)

(Continuação)

(Valores em Euros)

2014	
Gastos e perdas financeiras	
Juros suportados	(235 655)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(3 728 961)
Serviços Bancários	(111 561)
Outros gastos e perdas financeiras	391 281
	(3 684 896)
Perdas em outros ativos	
Perdas em outros ativos tangíveis	(19 573)
	(19 573)
Outros Gastos não técnicos	
Alocação de Gastos não Técnicos (Nota 32):	
Custos com Pessoal	(28 466 708)
Fornecimento de Serviços Externos	(49 747 535)
Amortizações do Exercício	(6 210 958)
Juros	(2 896 789)
Outros	(3 304 656)
	(90 626 646)
Custo das mercadorias vendidas	(15 908 606)
	(106 535 252)
	3 431 961

44. GANHOS E PERDAS DE ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (MEP)

No exercício de 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2014	
Audatex Portugal - Peritagens Informat. Derivadas de Acidentes, S.A.	620 410
HIGHGROVE - Invest. Part. SGPS, S.A.	68 290
GENOMED - Diagnósticos de Medicina Molecular	(3 754)
	684 946

45. RELATO POR SEGMENTOS

O Grupo determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis

de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Para efeito de relato por segmentos de negócio, o Grupo designou os segmentos “Saúde” e “Segurador”. No segmento segurador elegeu os seguintes sub-segmentos:

Sub-segmento:	Ramos do sub-segmento:
Vida	Risco
	Capitalização com participação nos resultados
	Contratos de Investimento
Acidentes de Trabalho	Acidentes de Trabalho
Doença	Doença
Patrimoniais	Incêndio e outros danos
	Crédito
	Caução
	Perdas pecuniárias diversas por riscos patrimoniais
Automóvel	Pessoas transportadas
	Veículos terrestres
	Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor
	Perdas pecuniárias diversas associadas a automóvel
	Proteção jurídica automóvel
	Assistência automóvel
Mercadorias Transportadas	Mercadorias transportadas
	Marítimo e transportes
	Aéreo
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil
Diversos	Acidentes pessoais
	Proteção jurídica - outras
	Assistência - outras
	Seguros diversos

Para efeito de relato por segmentos geográficos, o Grupo elegeu os seguintes:

Portugal
 Resto da União Europeia
 Resto do Mundo

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2014 é a seguinte:

dez-14

(Valores em Euros)

	Segmento			Total
	Vida	Não Vida	Não Afetos	
Prémios Brutos Seguro Direto	196 170 775	687 697 099	-	883 867 874
Prémios Adquiridos Seguro Direto	200 267 161	736 747 661	-	937 014 822
Sinistralidade Seguro Direto	(229 959 376)	(405 397 401)	-	(635 356 777)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(11 890 529)	(71 831 033)	-	(83 721 562)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	33 991 432	(25 451 191)	-	8 540 241
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(635 324)	(60 571 635)	-	(61 206 959)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	329 904 559	108 966 735	26 733 080	465 604 374
Valias Não Realizadas e Imparidade	(1 114 054)	8 680 101	(36 109 559)	(28 543 512)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	(140 100 786)	-	-	(140 100 786)
Custos por Natureza	(50 283 787)	(193 499 695)	(89 771 385)	(333 554 867)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	(100 898)	4 661 896	64 769 761	69 330 759
Imposto sobre Rendimento	(22 648 642)	(35 749 126)	(15 784 566)	(74 182 334)
Resultado	107 429 756	66 556 312	(50 162 669)	123 823 399
Ativos				
Investimentos afetos a provisões técnicas	1 888 816 517	2 013 636 483	892 589 617	4 795 042 617
Ativos Financeiros afetos a contratos "Unit Linked"	683 905 528	-	-	683 905 528
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	7 183 733 755	-	-	7 183 733 755
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	19 653 805	128 727 141	-	148 380 946
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	25 917 822	100 453 242	-	126 371 064
Ressegurados e Resseguradores	675 335	13 486 784	33 970	14 196 089
Outros Devedores e Credores	313 082 996	30 754 723	114 998 334	458 836 053
Impostos Correntes	1 848 031	465 923	3 780 565	6 094 519
Impostos Diferidos	72 636 818	81 897 840	17 430 643	171 965 301
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	6 635 105	26 985 916	46 023 495	79 644 516
Goodwill	-	-	448 244 916	448 244 916
Acréscimos e Diferimentos	10 348 494	3 268 149	46 297 805	59 914 448
Disponibilidades	263 070 795	85 923 642	42 459 322	391 453 759
Total do Ativo	10 470 325 001	2 485 599 843	1 611 858 667	14 567 783 511
Passivos				
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	1 515 796	266 872 799	-	268 388 595
Provisão Matemática	1 667 380 282	-	-	1 667 380 282
Provisão para Participação Resultados	109 128 835	59 481	-	109 188 316
Provisão para Sinistros	123 816 191	1 640 374 290	-	1 764 190 481
Outras Provisões Técnicas	31 956 908	79 804 417	-	111 761 325
Passivos Financeiros de contratos "Unit Linked"	711 664 289	-	-	711 664 289
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	6 980 565 747	-	-	6 980 565 747
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	25 831 316	50 910 251	-	76 741 567
Ressegurados e Resseguradores	979 598	37 320 689	-	38 300 287
Outros Devedores e Credores	73 234 724	68 059 938	250 955 744	392 250 406
Impostos Correntes	18 414 613	37 833 029	10 467 692	66 715 334
Impostos Diferidos	55 983 974	58 376 221	55 188 788	169 548 983
Outros Passivos Financeiros	12 885 270	34 009 439	352 587 195	399 481 904
Outras provisões	-	67 738 911	144 584 709	212 323 620
Acréscimos e diferimentos	15 077 574	46 106 510	54 743 603	115 927 687
Total do Passivo	9 828 435 117	2 387 465 975	868 527 731	13 084 428 823
Total Segmentos				1 359 531 289
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos				1 359 531 289

	Vida			TOTAL VIDA
	Vida Risco	Vida Capitalização com participação nos resultados	Vida Passivos Financeiros	
Prémios Brutos Seguro Direto	122 686 214	73 465 335	19 226	196 170 775
Prémios Adquiridos Seguro Direto	126 781 416	73 466 519	19 226	200 267 161
Sinistralidade Seguro Direto	(74 450 972)	(155 508 404)	-	(229 959 376)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(8 880 769)	(1 133 321)	(1 876 439)	(11 890 529)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	292 255	33 694 697	4 480	33 991 432
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(634 417)	(907)	-	(635 324)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	16 634 583	61 708 114	251 561 862	329 904 559
Valias Não Realizadas e Imparidade	(505 177)	(3 618 518)	3 009 641	(1 114 054)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	-	-	(140 100 786)	(140 100 786)
Custos por Natureza	(15 981 450)	(8 000 729)	(26 301 608)	(50 283 787)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	210	(101 097)	(11)	(100 898)
Imposto sobre Rendimento	(8 515 104)	(849 522)	(13 284 016)	(22 648 642)
Resultado	34 740 575	(343 168)	73 032 349	107 429 756
Ativos				
Investimentos afetos a provisões técnicas	340 269 952	1 548 546 104	461	1 888 816 517
Ativos Financeiros afetos a contratos "Unit Linked"	-	-	683 905 528	683 905 528
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	-	-	7 183 733 755	7 183 733 755
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	19 653 805	-	-	19 653 805
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	1 818 539	2 553 952	21 545 331	25 917 822
Ressegurados e Resseguradores	675 335	-	-	675 335
Outros Devedores e Credores	1 777 083	34 306 082	276 999 831	313 082 996
Impostos Correntes	16 103	1 831 928	-	1 848 031
Impostos Diferidos	22 159 092	5 668 558	44 809 168	72 636 818
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	2 616 339	1 078 544	2 940 222	6 635 105
Goodwill	-	-	-	-
Acréscimos e Diferimentos	246 519	227 388	9 874 587	10 348 494
Disponibilidades	35 833 785	53 381 156	173 855 854	263 070 795
Total do Ativo	425 066 552	1 647 593 712	8 397 664 737	10 470 325 001
Passivos				
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	1 462 948	52 848	-	1 515 796
Provisão Matemática	207 936 450	1 459 443 832	-	1 667 380 282
Provisão para Participação Resultados	31 046 688	78 082 147	-	109 128 835
Provisão para Sinistros	103 744 726	20 071 465	-	123 816 191
Outras Provisões Técnicas	24 502 158	7 454 750	-	31 956 908
Passivos Financeiros de contratos "Unit Linked"	-	-	711 664 289	711 664 289
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	-	-	6 980 565 747	6 980 565 747
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	4 968 043	2 640 883	18 222 390	25 831 316
Ressegurados e Resseguradores	979 545	53	-	979 598
Outros Devedores e Credores	16 399 897	13 920 029	42 914 798	73 234 724
Impostos Correntes	5 192 921	2 216 658	11 005 034	18 414 613
Impostos Diferidos	17 958 408	4 669 850	33 355 716	55 983 974
Outros Passivos Financeiros	4 283 173	-	8 602 097	12 885 270
Outras provisões	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	3 926 758	2 335 446	8 815 370	15 077 574
Total do Passivo	422 401 715	1 590 887 961	7 815 145 441	9 828 435 117

	Não Vida							Total
	Acidentes Trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade Civil	Diversos	
Prémios Brutos Seguro Direto	80 023 968	121 297 494	141 839 055	298 437 813	11 660 705	17 776 344	16 661 720	687 697 099
Prémios Adquiridos Seguro Direto	87 780 460	141 996 967	162 279 639	293 696 470	12 740 349	20 625 902	17 627 874	736 747 661
Sinistralidade Seguro Direto	(77 222 849)	(106 914 793)	(48 858 666)	(132 275 323)	(4 516 494)	(4 253 675)	(31 355 601)	(405 397 401)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(7 370 837)	(9 264 044)	(20 132 648)	(30 336 956)	(781 234)	(1 999 463)	(1 945 851)	(71 831 033)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	(6 080 039)	(4 266 781)	(521 625)	(13 064 500)	(60 364)	(1 037 055)	(420 827)	(25 451 191)
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(815 006)	(5 129 514)	(42 689 007)	(23 324 115)	(5 030 433)	(5 871 977)	22 288 417	(60 571 635)
Rendimentos Gastos e Valias Realizadas	45 390 952	4 902 059	11 711 744	38 007 888	991 273	6 298 089	1 664 730	108 966 735
Valias Não Realizadas e Imparidade	1 811 300	(390 545)	(600 222)	(8 896 781)	(270 282)	(907 096)	17 933 734	8 680 101
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos por Natureza	(25 345 370)	(20 927 279)	(43 125 404)	(85 825 330)	(1 352 129)	(6 324 483)	(10 599 700)	(193 499 695)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	(657 383)	(943 009)	1 941 613	3 749 590	4 374	11 975	554 736	4 661 896
Imposto sobre Rendimento	(4 849 023)	(2 190 306)	(8 884 856)	(15 413 916)	(429 586)	(1 897 122)	(2 084 317)	(35 749 126)
Resultado	12 642 205	(3 127 245)	11 120 561	26 317 027	1 295 474	4 645 095	13 663 195	66 556 312
Ativos								
Investimentos afetos a provisões técnicas	888 852 787	89 329 689	204 310 827	656 045 545	17 200 258	90 894 446	67 002 931	2 013 636 483
Ativos Financeiros afetos a contratos "Unit Linked"	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	935 869	873 964	77 147 183	6 784 519	10 337 405	23 929 708	8 718 493	128 727 141
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	17 505 320	15 151 146	33 101 374	29 485 199	1 472 649	2 800 595	936 959	100 453 242
Ressegurados e Resseguradores	307 754	1 854 583	5 504 926	2 080 032	521 835	613 940	2 603 714	13 486 784
Outros Devedores e Credores	16 001 054	683 075	3 322 950	9 113 784	135 387	1 000 960	497 513	30 754 723
Impostos Correntes	-	-	313 722	-	204	6 974	145 023	465 923
Impostos Diferidos	16 347 429	3 038 738	18 729 951	35 793 422	955 673	4 137 385	2 895 242	81 897 840
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	2 882 618	2 911 947	6 252 021	12 310 868	122 988	1 060 634	1 444 840	26 985 916
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Acréscimos e Diferimentos	388 668	402 683	721 147	1 350 607	12 076	72 847	320 121	3 268 149
Disponibilidades	20 351 560	25 016 986	7 343 987	21 833 406	279 984	1 622 587	9 475 132	85 923 642
Total do Ativo	963 573 059	139 262 811	356 748 088	774 797 382	31 038 459	126 140 076	94 039 968	2 485 599 843
Passivos								
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	11 040 900	20 258 431	81 407 502	138 133 566	2 595 825	8 033 496	5 403 079	266 872 799
Provisão Matemática	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para Participação Resultados	-	-	-	-	-	-	59 481	59 481
Provisão para Sinistros	786 160 945	47 679 355	129 409 398	519 840 263	14 419 661	111 508 673	31 355 995	1 640 374 290
Outras Provisões Técnicas	23 277 225	3 480 006	25 876 520	26 367 008	4 909	636 992	161 757	79 804 417
Passivos Financeiros de contratos "Unit Linked"	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	6 614 462	10 484 021	17 458 876	11 289 785	1 088 264	2 626 859	1 347 984	50 910 251
Ressegurados e Resseguradores	1 124 668	8 374 098	14 089 701	6 052 641	1 389 968	1 736 619	4 552 994	37 320 689
Outros Devedores e Credores	63 342 977	280 121	878 656	3 460 190	-	-	97 994	68 059 938
Impostos Correntes	6 183 096	2 815 468	9 279 547	17 082 200	392 604	1 100 673	979 441	37 833 029
Impostos Diferidos	7 002 022	2 310 010	14 922 861	27 401 727	712 274	3 309 565	2 717 762	58 376 221
Outros Passivos Financeiros	-	119 826	18 953 572	2 723 483	2 206 785	1 814 519	8 191 254	34 009 439
Outras provisões	65 497 316	1 413 136	-	272 099	-	-	556 360	67 738 911
Acréscimos e diferimentos	6 201 101	6 699 769	10 545 071	18 253 029	400 563	1 557 826	2 449 151	46 106 510
Total do Passivo	976 444 712	103 914 241	322 821 704	770 875 991	23 210 853	132 325 222	57 873 252	2 387 465 975

Mercados geográficos

dez-14

(Valores em Euros)

	Portugal	Resto da União Europeia	Resto do Mundo	Total
Prémios Brutos Seguro Direto	727 576 924	70 816 681	85 474 269	883 867 874
Prémios Adquiridos Seguro Direto	791 063 561	70 211 451	75 739 810	937 014 822
Sinistralidade Seguro Direto	(542 551 442)	(49 177 306)	(43 628 029)	(635 356 777)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(70 185 268)	(10 979 062)	(2 557 232)	(83 721 562)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	23 338 925	(3 168 814)	(11 629 870)	8 540 241
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(48 173 547)	(10 170 786)	(2 862 626)	(61 206 959)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	444 056 949	17 543 590	4 003 835	465 604 374
Valias Não Realizadas e Imparidade	(64 414 714)	(788 783)	36 659 985	(28 543 512)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	(139 396 866)	(703 920)	-	(140 100 786)
Custos por Natureza	(281 073 130)	(16 748 304)	(35 733 433)	(333 554 867)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	69 141 065	(405 082)	594 776	69 330 759
Imposto sobre Rendimento	(68 782 653)	(104 155)	(5 295 526)	(74 182 334)
Resultado	113 022 880	(4 491 171)	15 291 690	123 823 399
Ativos				
Investimentos afetos a provisões técnicas	3 961 315 680	383 556 313	450 170 624	4 795 042 617
Ativos Financeiros afetos a contratos "Unit Linked"	681 059 591	2 845 937	-	683 905 528
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	7 146 886 023	36 847 732	-	7 183 733 755
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	83 474 308	34 470 226	30 436 412	148 380 946
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	100 107 083	8 217 258	18 046 723	126 371 064
Ressegurados e Resseguradores	9 360 465	4 408 315	427 309	14 196 089
Outros Devedores e Credores	436 015 610	1 363 653	21 456 790	458 836 053
Impostos Correntes	77 390	644 750	5 372 379	6 094 519
Impostos Diferidos	164 129 758	549 070	7 286 473	171 965 301
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	74 580 614	1 918 037	3 145 865	79 644 516
Goodwill	445 703 826	-	2 541 090	448 244 916
Acréscimos e Diferimentos	56 468 698	992 439	2 453 311	59 914 448
Disponibilidades	359 977 598	16 510 847	14 965 314	391 453 759
Total do Ativo	13 519 156 644	492 324 577	556 302 290	14 567 783 511
Passivos				
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	235 663 495	10 197 007	22 528 093	268 388 595
Provisão Matemática	1 349 305 857	299 694 452	18 379 973	1 667 380 282
Provisão para Participação Resultados	105 172 180	3 947 406	68 730	109 188 316
Provisão para Sinistros	1 686 423 272	39 386 409	38 380 800	1 764 190 481
Outras Provisões Técnicas	109 947 928	1 664 810	148 587	111 761 325
Passivos Financeiros de contratos "Unit Linked"	708 104 450	3 559 839	-	711 664 289
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	6 954 844 932	25 720 815	-	6 980 565 747
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	65 051 633	6 282 811	5 407 123	76 741 567
Ressegurados e Resseguradores	24 947 532	8 327 098	5 025 657	38 300 287
Outros Devedores e Credores	258 515 073	1 071 720	132 663 613	392 250 406
Impostos Correntes	64 018 846	1 579 708	1 116 780	66 715 334
Impostos Diferidos	153 686 869	3 475 241	12 386 873	169 548 983
Outros Passivos Financeiros	274 605 977	10 427 440	114 448 487	399 481 904
Outras provisões	190 325 698	344 903	21 653 019	212 323 620
Acréscimos e diferimentos	112 202 409	907 961	2 817 317	115 927 687
Total do Passivo	12 292 816 151	416 587 620	375 025 052	13 084 428 823
Total Segmentos				1 359 531 289
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos				1 359 531 289

46. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 2014 são consideradas entidades relacionadas do Grupo Longrun os órgãos de gestão, as empresas subsidiárias e associadas do Grupo Fosun e a Caixa Geral de Depósitos.

Em 31 de dezembro de 2014 as demonstrações financeiras da Longrun Portugal, SGPS, S.A. incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

2014

(Valores em Euros)

	CGD	CGD	Sucursal de França	Sucursal de Londres	Sucursal do Luxemburgo
Ativo					
Ativos disponíveis para venda	748 337 448	717 009 899	31 327 549	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	70 440 528	62 362 299	8 078 229	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-
Mediadores	827 034	-	826 933	-	101
Acionistas - Empresas do grupo	22 477	22 477	-	-	-
Devedores Diversos	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	18 910	18 910	-	-	-
Outros depósitos	188 935 186	188 935 186	-	-	-
Depósito à ordem moeda nacional	146 571 988	146 571 988	-	-	-
Depósito à ordem moeda estrangeira	14 055 160	14 055 160	-	-	-
Passivo					
Mediadores	4 054 926	4 054 926	-	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-
Acionistas - Empresas do grupo	10 948	-	-	-	10 948
Outros passivos financeiros	8 609 482	-	-	8 609 482	-
Fornecedores c/c	13 304	13 304	-	-	-
Outros credores	37 222 825	37 222 825	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	6 995 340	6 995 340	-	-	-
Perdas					
Prémios resseguro cedido	-	-	-	-	-
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	(6 989 058)	(2 284 786)	(188 206)	(4 516 066)	-
Gastos de exploração - Remuneração Mediação	(32 169 644)	(31 773 046)	(394 320)	-	(2 278)
Gastos com pessoal	(335 246)	(335 246)	-	-	-
Fornecimentos e Serviços Externos	(2 159 671)	(2 128 065)	(19 093)	-	(12 513)
Juros Suportados	(1 624 904)	(1 624 904)	-	-	-
Comissões	(3 001 500)	(3 001 500)	-	-	-
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	(142 635)	(142 635)	-	-	-
Perdas de ativos e passivos financeiros	(22 740 409)	(347)	-	(22 740 062)	-
Perdas por Diferenças Cambiais	(2 270 637)	(2 270 637)	-	-	-
Outros gastos não Técnicos	(4 919)	(4 919)	-	-	-
Ganhos					
Comissões de resseguro cedido	-	-	-	-	-
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	18 925 647	17 513 195	1 100 093	312 359	-
Rendimentos de Investimentos	37 112 189	33 589 071	3 562 846	(39 728)	-
Ganhos de ativos e passivos financeiros	22 718 777	65 110	-	22 653 667	-
Ganhos por Diferenças Cambiais	2 976 110	2 976 110	-	-	-
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	2 993 576	2 989 216	4 360	-	-
Rendimentos não técnicos	79 336	79 336	-	-	-

(Continuação)

(Valores em Euros)

	Xingtao Assets Limited	Tom Tailor	Bona Film Group Ltd	Sogrupa-Serv Admin	Sogrupa-SI
Ativo					
Ativos disponíveis para venda	977 475 000	71 884 496	48 746 185	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	30 100	-
Mediadores	-	-	-	-	-
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	266 413	-
Devedores Diversos	-	-	-	-	154 332
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-
Outros depósitos	-	-	-	-	-
Depósito à ordem moeda nacional	-	-	-	-	-
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	-	-
Passivo					
Mediadores	-	-	-	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-
Fornecedores c/c	-	-	-	26 876	326 283
Outros credores	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-
Perdas					
Prémios resseguro cedido	-	-	-	-	-
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	-	-	-	-
Gastos de exploração - Remuneração Mediação	-	-	-	-	-
Gastos com pessoal	-	-	-	9 008	1 105 660
Fornecimentos e Serviços Externos	-	-	-	(691 603)	(2 238 118)
Juros Suportados	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	-	-	-	-
Perdas de ativos e passivos financeiros	-	-	-	-	-
Perdas por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-
Outros gastos não Técnicos	-	-	-	-	-
Ganhos					
Comissões de resseguro cedido	-	-	-	-	-
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	4 096 967	-	-	-	-
Rendimentos de Investimentos	319 320	-	-	674 479	-
Ganhos de ativos e passivos financeiros	-	-	-	-	-
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	-	-	-	-
Rendimentos não técnicos	-	-	-	-	-

(Continuação)

(Valores em Euros)

	Sogruppo IV - Gestão Imóveis	Xsource, ACE	Peak Reinsurance Company	Fosun International Ltd	TOTAL
Ativo					
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	1 846 443 129
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	70 440 528
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	30 100
Mediadores	-	-	-	-	827 034
Acionistas - Empresas do grupo	2 396	-	-	-	291 286
Devedores Diversos	-	48 249	-	3 150	205 731
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	18 910
Outros depósitos	-	-	-	-	188 935 186
Depósito à ordem moeda nacional	-	-	-	-	146 571 988
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	-	14 055 160
Passivo					
Mediadores	-	-	-	-	4 054 926
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	290 296	-	290 296
Acionistas - Empresas do grupo	-	39	-	1 586	12 573
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	8 609 482
Fornecedores c/c	6 744	-	-	-	373 207
Outros credores	-	-	-	-	37 222 825
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	6 995 340
Perdas					
Prémios resseguro cedido	-	-	(642 826)	-	(642 826)
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	-	-	-	(6 989 058)
Gastos de exploração - Remuneração Mediação	-	-	-	-	(32 169 644)
Gastos com pessoal	-	614 661	-	-	1 394 083
Fornecimentos e Serviços Externos	(130 215)	-	-	529	(5 219 078)
Juros Suportados	-	-	-	-	(1 624 904)
Comissões	-	-	-	-	(3 001 500)
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	-	-	-	(142 635)
Perdas de ativos e passivos financeiros	-	-	-	-	(22 740 409)
Perdas por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	(2 270 637)
Outros gastos não Técnicos	-	-	-	-	(4 919)
Ganhos					
Comissões de resseguro cedido	-	-	19 987	-	19 987
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	-	-	-	23 022 614
Rendimentos de Investimentos	-	-	-	-	38 105 988
Ganhos de ativos e passivos financeiros	-	-	-	-	22 718 777
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	2 976 110
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	-	-	-	2 993 576
Rendimentos não técnicos	-	-	-	-	79 336

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

Em 2014, não houve remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais.

Os honorários pagos à Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Sociedade, relativos ao exercício de 2014, ascendem a 50 000 Euros, relativos à Revisão Oficial de Contas da Longrun Portugal, SGPS, S.A.,

47. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2014, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

(Valores em Euros)

	2014		Valor de balanço
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	391 453 759	391 453 759
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	124 421 079	124 421 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas	863 556 675	-	863 556 675
Ativos disponíveis para venda	9 193 323 659	131 282 830	9 324 606 489
Empréstimos e contas a receber	-	1 316 624 152	1 316 624 152
Outros devedores	-	119 743 176	119 743 176
	10 056 880 334	2 083 524 996	12 140 405 330
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1 459 443 832	1 459 443 832
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de investimento	627 583 326	7 064 646 710	7 692 230 036
Depósitos recebidos de resseguradores	-	37 952 197	37 952 197
Outros passivos financeiros	8 610 084	352 919 623	361 529 707
Outros credores	-	110 530 334	110 530 334
	636 193 410	9 025 492 696	9 661 686 106

O montante relativo a instrumentos financeiros registados na rubrica "Provisão matemática do ramo vida" corresponde ao valor das provisões matemáticas de produtos de capitalização do ramo vida com participação nos resultados.

O montante considerado nas rubricas de "Outros devedores e "Outros credores" corresponde essencialmente aos saldos a receber e a pagar de segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores e agentes e de outras entidades externas.

GANHOS E PERDAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014		
	resultados	Por contrapartida de capitais próprios	total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	62 462 065	-	62 462 065
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(157 574 049)	-	(157 574 049)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	54 617 115	-	54 617 115
Rendimentos de instrumentos financeiros:			
de ativos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas	20 436 301	-	20 436 301
de ativos detidos para negociação	(463 251)	-	(463 251)
de ativos financeiros disponíveis para venda	177 118 444	-	177 118 444
de empréstimos e contas a receber	8 222 838	-	8 222 838
de depósitos à ordem	357 872	-	357 872
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados			
ao justo valor através de ganhos e perdas de:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	243 197 909	(6 129 847)	237 068 062
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(125 524 404)	-	(125 524 404)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados			
ao justo valor através de ganhos e perdas:			
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(2 316 273)	-	(2 316 273)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento			
inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(12 393 543)	-	(12 393 543)
Diferenças de câmbio	15 254 618	-	15 254 618
Perdas de imparidade (líquidas de reversão):			
de ativos financeiros disponíveis para venda	(12 029 004)	-	(12 029 004)
de empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	(2 589 054)	-	(2 589 054)
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	(461 988)	-	(461 988)
	268 315 596	(6 129 847)	262 185 749

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e

passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

2014	
Ativo	
Ativos disponíveis para venda	163 742 664
Empréstimos e contas a receber	8 222 838
Depósitos à ordem em instituições de crédito	357 872
	172 323 374
Passivo	
Provisão matemática do ramo vida	(35 680 554)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	(185 911 191)
Depósitos recebidos de resseguradores	461 988
	(221 129 757)

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras do Grupo, pode ser resumida como se segue:

(Valores em Euros)

	2014				
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	391 453 759	391 453 759
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	124 421 079	124 421 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	21 658 907	813 130 578	28 767 190	-	863 556 675
Ativos disponíveis para venda	990 845 793	7 355 038 710	847 439 156	131 282 830	9 324 606 489
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1 316 624 152	1 316 624 152
Outros devedores	-	-	-	119 743 176	119 743 176
	1 012 504 700	8 168 169 288	876 206 346	2 083 524 996	12 140 405 330
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1 459 443 832	1 459 443 832
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos					
de seguros e de contratos de investimento	21 658 907	580 757 618	25 166 801	7 064 646 710	7 692 230 036
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	37 952 197	37 952 197
Outros passivos financeiros	-	8 610 084	-	352 919 623	361 529 707
Outros credores	-	-	-	110 530 334	110 530 334
	21 658 907	589 367 702	25 166 801	9 025 492 696	9 661 686 106
	990 845 793	7 578 801 586	851 039 545	(6 941 967 700)	2 478 719 224

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Justo valor, dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2014 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que o Grupo tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.

- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.

- Nível 3 - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

O movimento ocorrido em 31 de dezembro de 2014, nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor pode ser detalhado da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	Ativos disponíveis para venda	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas
Saldo em 30 de abril de 2014	919 256 478	53 006 951
Revalorizações		
- por contrapartida de resultados	11 672 638	(4 523 371)
- por contrapartida de capitais próprios	(3 761 196)	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	(6 433 087)	-
Alienações	(73 295 677)	(19 716 390)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	847 439 156	28 767 190

Em 31 de dezembro de 2014 não ocorreram reclassificações de ativos financeiros entre os níveis da hierarquia de justo valor.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor de balanço e o justo valor dos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014		
	Valor de balanço	Justo Valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	391 453 759	391 453 759	-
Ativos disponíveis para venda	131 282 830	131 282 830	-
Empréstimos e contas a receber	1 316 624 152	1 316 624 152	-
Outros devedores	119 743 176	119 743 176	-
	1 959 103 917	1 959 103 917	-

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos financeiros foram os seguintes:

– O justo valor das aplicações financeiras registadas na rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo.

– A rubrica “Empréstimos e contas a receber” inclui:

i) Depósitos a prazo – o justo valor é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;

ii) Empréstimos hipotecários – não foi calculado o justo valor atendendo à sua imaterialidade e ao facto de serem essencialmente empréstimos efetuados a empregados, com garantias reais.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à Atividade do Grupo

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado no Grupo estão regulados através da Política de Investimentos definida com base em orientações do Conselho de Administração. Esta é atualizada regularmente e revista obrigatoriamente de três em três anos.

A Política de Investimentos define os princípios orientadores para a gestão de investimentos e apoia a totalidade do processo de investimento do Grupo, desde o processo de gestão de ativos e passivos (ALM), alocação estratégica de ativos (SAA), alocação tática de ativos (TAA), gestão dinâmica do portfólio de investimento bem como as atividades de controlo e reporte da atividade de investimento. A Política de Investimentos visa assegurar um alinhamento com os objetivos e respetiva estratégia de investimento, bem como potenciar um eficaz processo de acompanhamento e supervisão da atividade.

O processo de investimento a seguir pelo Grupo tem por base as melhores práticas de governance de forma a potenciar decisões racionais e sustentadas na seleção dos ativos, uma relação adequada entre risco e retorno.

A atividade de investimento do Grupo deverá seguir um processo estruturado contendo 5 passos fundamentais:

- **Identificação da oportunidade:** identificação de oportunidades de investimento pela equipa ou entidade responsável pela gestão dos ativos, que se enquadrem na Política de Investimentos, nas orientações aprovadas pelo Comité ALM, e que apresentem uma relação entre rendibilidade e risco adequada para o Grupo;
- **Avaliação da oportunidade:** a avaliação da oportunidade deverá ser realizada ainda pela equipa ou entidade responsável pela gestão dos ativos, tendo em conta tanto aspetos qualitativos (e.g. tendência esperada para determinada classe de ativo, indústria ou geografia), como aspetos quantitativos (e.g. retorno esperado, risco de crédito);
- **Proposta de investimento:** a proposta redigida pela equipa ou entidade gestora dos ativos deverá ser submetida a apreciação do responsável pela respetiva tomada de decisão (de acordo com a delegação de competências), de acordo com as seguintes orientações:

a. Para investimentos em ativos financeiros, e até ao limite de autonomia do diretor da Direção de Investimentos (DIV) (de acordo com a delegação de competências em vigor), as operações terão de ser documentadas e validadas pelo responsável pela aprovação da operação, num formato simples (referindo a operação, o montante, a data e a assinatura do responsável pela aprovação). Tanto quanto possível, e para não gerar complexidade adicional ao processo de investimento, este processo deve estar informatizado;

b. Para investimentos em ativos financeiros que superem o limite de autonomia do Diretor da DIV de acordo com a delegação de competências em vigor, deverá ser redigida uma proposta de investimento;

c. Para todos os investimentos ou desinvestimentos em ativos imobiliários deverá ser preenchida a proposta de investimento.

- **Execução da transação:** caso a proposta de investimento recolha parecer positivo, o órgão de estrutura responsável pelo seu acompanhamento deverá autorizar e verificar a concretização da operação, incluindo a execução e liquidação da mesma, através das entidades responsáveis pelo processo;

- **Controlo:** o controlo eficaz do investimento deverá ser assegurado pela Direção de Risco, garantindo que se encontra em cumprimento das normas vigentes e coerente com os níveis de risco e retorno definidos pelo Grupo.

No quadro do desenvolvimento da atividade de investimento do Grupo são ainda determinantes:

1. Definição do objetivo da carteira

O objetivo primário da carteira de investimentos é geração de rendimento para o Grupo tendo por restrição os riscos e demais constrangimentos definidos no âmbito dos Comités Estratégicos e Táticos de Gestão de Ativos e Passivos.

Do ponto de vista operacional, o principal objetivo da atividade traduz-se na criação de valor através da seleção de ativos com melhor perfil de risco vs. retorno. Especificamente, a atividade de gestão de ativos do Grupo pretende:

- Apoiar a geração de rendimento financeiro para o Grupo;
- Garantir a competitividade da oferta seguradora do Grupo;
- Assegurar a mitigação do risco da atividade seguradora;
- Cumprir com os regulamentos em vigor no Grupo e na ASF em relação à atividade.

2. Definição das classes de ativos e respetivo universo de investimento

As classes de ativos elegíveis para investimento por parte da Fidelidade, bem como os respetivos universos de investimento.

- Tesouraria: instrumentos essencialmente orientados à gestão de liquidez no curto prazo.
- Rendimento Fixo: instrumentos de dívida de médio ou longo prazo.
- Rendimento variável: instrumentos que proporcionam ganhos variáveis e que devem estar cotados numa bolsa de valores sujeita a regulação e supervisão.
- Imobiliário: categoria de investimentos associado ao mercado imobiliário.
- Investimentos alternativos.
- Private Equity: categoria de investimento de fundos de capital de risco privado.
- Infraestruturas: categoria de investimento exclusivamente destinada a fundos com foco no investimento em infraestruturas.

- Hedge Funds: categoria de investimento em fundos de cobertura.

- Commodities: investimento em ativos ligados à evolução do valor de mercadorias comuns como por exemplo, metais preciosos ou cereais.

- Fundos não alocáveis a uma classe única de ativos: incluem-se nesta categorias fundos de fundos e fundos que abarquem várias classes de ativos e para os quais não existe um "look through" mensal do fundo.

- Outros instrumentos equivalentes aprovados pelo Conselho de Administração.

3. Definição de limites de exposição no quadro da gestão do risco dos ativos

A carteira de investimento de ativos financeiros e imobiliários deverá estabelecer uma equilibrada exposição às diferentes classes de ativos, considerando sempre o binómio de retorno vs risco. Para assegurar uma adequada gestão do risco e uma carteira equilibrada, é essencial a definição de limites máximos de exposição da carteira, bem como dos mecanismos que permitam um controlo e gestão adequados dos níveis de risco e de perdas potenciais. Neste âmbito importa recordar a importância de assegurar o cumprimento com o normativo legal aplicável da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Como tal, foram definidos limites máximos de exposição para a carteira do Grupo em qualquer ponto do tempo, com base em 5 critérios específicos:

- Classe de ativo;
- Nível de rating;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição.

4. Definição do processo de controlo e gestão de risco

Gestão do risco dos ativos

Estão definidos limites quanto à exposição às diferentes classes de ativos, considerando o binómio risco vs. retorno, que permitem uma adequada gestão do risco e uma carteira equilibrada. Encontram-se também estabelecidos, mecanismos que permitem um controlo e gestão dos níveis de risco e de perdas potenciais.

Processo de controlo e gestão do risco

O acompanhamento dos limites de exposição às diferentes classes de ativos é efetuado pela Direção de Gestão de Risco, através da produção de relatórios de monitorização da atividade. Neste contexto, são identificadas situações de incumprimento efetivo ou de incumprimento potencial. Enquanto as primeiras decorrem da violação do limite fixado, as segundas resultam da aproximação da observação relevante da carteira de ativos ao limite máximo que lhe está definido. Para qualquer das tipologias de incumprimento, está estabelecido o processo de identificação, aprovação e aplicação de medidas corretivas.

Mecanismos de controlo de perdas nos ativos

Encontram-se instituídos mecanismos de controlo das perdas na atividade de investimento do Grupo em resultado de variações de condições de mercado, de forma a desencadear ações tendentes à sua limitação. Neste sentido, quando é atingido o limite de perda, são desencadeados procedimentos semelhantes aos previstos para o incumprimento dos limites de exposição. Foram também determinados limites de perda que restringem o impacto da atividade de investimento no rácio de Solvência, medido num ambiente Solvência II. O controlo dos limites de perda é efetuado regularmente pela Direção de Gestão de Risco, de forma a permitir uma reação preventiva a flutuações.

Reporte e monitorização da atividade de investimento

Encontra-se estabelecido um processo de reporte regular para os vários níveis do Grupo envolvidos na atividade de gestão de ativos, de forma a permitir um adequado acompanhamento da atividade de investimento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o destinatário, o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2014, a exposição a risco de crédito do Grupo Longrun apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	385 297 723	-	385 297 723
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	840 134 284	-	840 134 284
Ativos disponíveis para venda	7 844 723 890	(47 978 713)	7 796 745 177
Empréstimos e contas a receber	1 316 624 152	-	1 316 624 152
Outros devedores	172 973 516	(53 230 340)	119 743 176
Exposição máxima a risco de crédito	10 559 753 565	(101 209 053)	10 458 544 512

Em 2014, o valor líquido contabilístico, dos ativos disponíveis para venda apresentados no mapa inclui títulos de participação com risco de crédito, no valor de 16 694 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica de outros instrumentos (Nota 8).

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2014, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2014			
	País de origem			Total
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	
Depósitos em Instituições de Crédito				
A- até A+	251 064 899	3 237 560	-	254 302 459
BBB- até BBB+	200 215 591	9 847	-	200 225 438
BB- até BB+	595 035 723	261 259 315	6 369 954	862 664 992
B- até B+	316 034 368	151 830	25 160 433	341 346 631
Sem rating	2 422 330	4 209 797	29 610 355	36 242 482
	1 364 772 911	268 868 349	61 140 742	1 694 782 002
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
Sem rating	968 804	-	-	968 804
	968 804	-	-	968 804
Total	1 365 741 715	268 868 349	61 140 742	1 695 750 806

Na rubrica "Depósitos em Instituições de Crédito" estão a ser incluídos outros depósitos que constam da rubrica "Empréstimos e contas a receber" no valor de 1 309 484 279 Euros, em 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor's, ou

equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Classe de Ativo	2014				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Corporate					
AA					
AA- até AA+	-	2 793 415	801 285	-	3 594 700
A- até A+	-	1 815 374	202 338	-	2 017 712
BBB- até BBB+	1 980 924	1 307 714	-	-	3 288 638
BB- até BB+	-	2 168 937	-	-	2 168 937
Sem rating	-	-	-	183 408 867	183 408 867
	1 980 924	8 085 440	1 003 623	183 408 867	194 478 854
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	1 507 684	-	-	1 507 684
AA- até AA+	-	4 323 436	-	-	4 323 436
BBB- até BBB+	-	7 525 598	-	-	7 525 598
BB- até BB+	487 434 372	-	-	-	487 434 372
Sem rating	299 224	-	-	-	299 224
	487 733 596	13 356 718	-	-	501 090 314
Instituições Financeiras					
AAA	-	225 321	-	-	225 321
AA- até AA+	-	331 658	292 266	343 398	967 322
A- até A+	-	29 633 787	95 686	119 268	29 848 741
BBB- até BBB+	2 506 089	1 473 148	913 701	-	4 892 938
BB- até BB+	60 618 982	8 078 229	-	-	68 697 211
	63 125 071	39 742 143	1 301 653	462 666	104 631 533
Outros emitentes					
A- até A+	-	38 446 548	-	-	38 446 548
BBB- até BBB+	125 196	-	-	-	125 196
BB- até BB+	1 359 626	-	-	-	1 359 626
Sem rating	-	2 213	-	-	2 213
	1 484 822	38 448 761	-	-	39 933 583
Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	554 324 413	99 633 062	2 305 276	183 871 533	840 134 284

(Valores em Euros)

Classe de Ativo	2014				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-	-	60 588	-	60 588
AA- até AA+	-	7 038 499	1 142 768	-	8 181 267
A- até A+	-	100 117 381	26 747 179	5 283 404	132 147 964
BBB- até BBB+	159 507	117 678 686	-	-	117 838 193
BB- até BB+	72 939 837	317 635 199	-	-	390 575 036
B- até B+	-	29 457 548	-	-	29 457 548
Sem rating	150 541 289	-	-	981 087 497	1 131 628 786
	223 640 633	571 927 313	27 950 535	986 370 901	1 809 889 382
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	42 251 487	-	-	42 251 487
AA- até AA+	-	112 423 023	-	-	112 423 023
BBB- até BBB+	-	1 719 907 800	-	-	1 719 907 800
BB- até BB+	2 285 236 479	-	-	-	2 285 236 479
	2 285 236 479	1 874 582 310	-	-	4 159 818 789
Instituições Financeiras					
AAA	-	25 299 788	-	15 697 434	40 997 222
AA- até AA+	-	15 166 777	-	26 575 440	41 742 217
A- até A+	-	327 455 644	36 001 893	102 643	363 560 180
BBB- até BBB+	165 495 160	205 813 338	82 201 427	-	453 509 925
BB- até BB+	588 679 658	62 567 059	-	-	651 246 717
B- até B+	154 397 670	30 108 118	-	-	184 505 788
Menor que B-	8 706 533	-	-	28 866 793	37 573 326
Sem rating	5 000 000	-	-	2 530 387	7 530 387
	922 279 021	666 410 724	118 203 320	73 772 697	1 780 665 762
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	18 127 479	18 127 479
AA- até AA+	-	124 463	-	979 249	1 103 712
A- até A+	-	277 032	-	-	277 032
BBB- até BBB+	18 654 213	-	-	-	18 654 213
BB- até BB+	-	8 208 808	-	-	8 208 808
	18 654 213	8 610 303	-	19 106 728	46 371 244
Total Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	3 449 810 346	3 121 530 650	146 153 855	1 079 250 326	7 796 745 177

Em 31 de dezembro de 2014, a exposição do Grupo a dívida soberana tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Dívida soberana	2014			
	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	Custo amortizado	Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço
Portugal				
. Vencimento até 2015	6 598 818	258 959	59 661	6 917 438
. Vencimento entre 2016 e 2018	472 427 930	57 612 826	16 320 638	546 361 394
. Vencimento entre 2019 e 2022	278 188 674	35 056 657	7 193 606	320 438 937
. Vencimento após 2022	1 296 171 887	66 511 763	48 835 060	1 411 518 710
	2 053 387 309	159 440 205	72 408 965	2 285 236 479
Espanha				
. Vencimento até 2015	3 957 030	37 807	79 682	4 074 519
. Vencimento entre 2016 e 2018	345 133 113	11 347 297	5 132 302	361 612 712
. Vencimento entre 2019 e 2022	298 565 943	33 234 791	5 318 165	337 118 899
. Vencimento após 2022	6 530 172	1 542 721	132 901	8 205 794
	654 186 258	46 162 616	10 663 050	711 011 924
Itália				
. Vencimento até 2015	47 928 645	358 756	2 982 183	51 269 584
. Vencimento entre 2016 e 2018	420 661 273	13 422 731	2 133 083	436 217 087
. Vencimento entre 2019 e 2022	459 080 319	49 259 001	5 962 569	514 301 889
. Vencimento após 2022	2 782 604	386 433	29 481	3 198 518
	930 452 841	63 426 921	11 107 316	1 004 987 078
Alemanha				
. Vencimento até 2015	5 551 109	(11 931)	205 844	5 745 022
. Vencimento entre 2016 e 2018	4 000 842	158 825	142 016	4 301 683
. Vencimento entre 2019 e 2022	18 456 616	1 863 584	166 585	20 486 785
. Vencimento após 2022	2 933 565	1 792 104	111 496	4 837 165
	30 942 132	3 802 582	625 941	35 370 655
França				
. Vencimento até 2015	12 830 072	149 813	1 295 720	14 275 605
. Vencimento entre 2016 e 2018	2 650 125	208 833	23 384	2 882 342
. Vencimento entre 2019 e 2022	4 206 869	798 499	840 413	5 845 781
. Vencimento após 2022	25 442 521	7 342 763	2 325 636	35 110 920
	45 129 587	8 499 908	4 485 153	58 114 648
Bélgica				
. Vencimento até 2015	7 656 621	265 193	19 836 789	27 758 603
. Vencimento entre 2016 e 2018	20 804 986	306 070	59 250	21 170 306
. Vencimento entre 2019 e 2022	3 084 743	388 453	-	3 473 196
. Vencimento após 2022	962 736	499 833	35 243	1 497 812
	32 509 086	1 459 549	19 931 282	53 899 917
Outros	6 578 423	623 664	87 203	7 289 290
Total	3 753 185 636	283 415 445	119 308 910	4 155 909 991

(Valores em Euros)

Dívida soberana	2014	
	Ativos financeiros ao justo valor via ganhos e perdas	
	Juros a receber	Valor de balanço
Portugal		
. Vencimento até 2015	687 329	100 527 951
. Vencimento entre 2016 e 2018	5 111 703	385 834 837
. Vencimento entre 2019 e 2022	3 817	157 959
. Vencimento após 2022	15 289	1 212 848
	5 818 138	487 733 595
Espanha		
. Vencimento até 2015	1 529	424 420
. Vencimento entre 2016 e 2018	37 972	1 551 948
. Vencimento entre 2019 e 2022	16 952	878 799
. Vencimento após 2022	12 377	648 747
	68 830	3 503 914
Itália		
. Vencimento até 2015	3 074	1 311 036
. Vencimento entre 2016 e 2018	10 111	772 391
. Vencimento entre 2019 e 2022	6 411	481 627
. Vencimento após 2022	16 104	1 456 630
	35 700	4 021 684
Alemanha		
. Vencimento entre 2016 e 2018	69	2 138
. Vencimento entre 2019 e 2022	1 491	187 327
. Vencimento após 2022	3 210	319 876
	4 770	509 341
França		
. Vencimento entre 2016 e 2018	46	306 370
. Vencimento entre 2019 e 2022	681	985 475
. Vencimento após 2022	2 045	1 424 764
	2 772	2 716 609
Bélgica		
. Vencimento entre 2016 e 2018	35 654	1 306 429
	35 654	1 306 429
Outros	20 880	1 298 742
Total	5 986 744	501 090 314

Periodicamente, o Grupo efetua uma análise coletiva do risco de cobrabilidade dos recibos por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas por imparidade a registar como

“Ajustamentos de recibos por cobrar” (Nota 41). Em 31 de dezembro de 2014, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014					Valor Bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano			
Ramo vida:								
Produtos de capitalização	3 398 650	157 995	91 424	48 517	333 982	4 030 568	(27 533)	4 003 035
Produtos vida risco	133 005	602 754	755 292	1 210 535	1 625 478	4 327 064	(2 462 438)	1 864 626
Ramo não vida:								
Automóvel	13 286 186	5 463 583	5 711 628	3 028 230	922 062	28 411 689	(5 407 158)	23 004 531
Acidentes de trabalho	3 636 587	1 343 536	718 170	1 398 152	288 809	7 385 254	(1 451 589)	5 933 665
Doença	5 529 247	2 885 875	1 652 690	2 729 411	224 297	13 021 520	(1 383 030)	11 638 490
Incêndio e outros danos	9 034 666	2 311 866	593 262	1 170 310	616 341	13 726 445	(1 377 590)	12 348 855
Transportes	1 424 146	435 240	348 867	300 206	608 807	3 117 266	(304 023)	2 813 243
Responsabilidade civil	1 076 959	393 571	80 510	42 130	44 241	1 637 411	(318 940)	1 318 471
Outros (inclui Acidentes pessoais)	3 757 346	2 653 990	412 092	432 445	152 486	7 408 359	(540 058)	6 868 301
	41 276 792	16 248 410	10 363 935	10 359 936	4 816 503	83 065 576	(13 272 359)	69 793 217

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2014, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	391 453 759	-	-	-	-	-	-	-	-	391 453 759
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	124 421 079	124 421 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	382 729	1 778 438	4 850 775	179 217 896	408 189 046	247 125 623	30 811 463	1 141 638	25 308 903	898 806 511
Ativos disponíveis para venda	174 073 342	403 295 499	128 933 303	379 439 455	2 950 138 113	2 144 336 713	2 193 134 710	15 827 797	1 527 863 415	9 917 042 347
Empréstimos e contas a receber	956 525 128	213 496 521	20 618 526	42 995 868	94 540 938	31 702 688	3 769 687	188 560	3 034 483	1 366 872 399
Outros devedores	119 743 176	-	-	-	-	-	-	-	-	119 743 176
	1 642 178 134	618 570 458	154 402 604	601 653 219	3 452 868 097	2 423 165 024	2 227 715 860	17 157 995	1 680 627 880	12 818 339 271
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	24 095 166	21 769 350	24 807 359	110 758 743	334 726 184	258 468 835	350 416 987	298 776 932	25 002 076	1 448 821 632
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	869 666 579	266 617 959	421 273 014	792 995 146	1 965 288 142	2 036 421 972	1 544 172 106	418 156 262	2 849 791	8 317 440 971
Depósitos recebidos de resseguradores	10 279	20 557	30 836	38 013 869	-	-	-	-	-	38 075 541
Outros passivos financeiros	5 171 650	16 341 603	44 978 604	11 030 896	52 550 614	151 447 995	112 924 697	-	-	394 446 059
Outros credores	110 530 334	-	-	-	-	-	-	-	-	110 530 334
	1 009 474 008	304 749 469	491 089 813	952 798 654	2 352 564 940	2 446 338 802	2 007 513 790	716 933 194	27 851 867	10 309 314 537

Os valores apresentados acima não são comparáveis com os saldos contabilísticos dado incluírem fluxos de caixa projetados e não se encontrarem descontados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pela Fidelidade na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificados como exigíveis à vista, incluídos no "Até 1 mês";
- O valor de "Empréstimos e contas a receber", classificado com maturidade "Indeterminado", diz respeito a operações com empresas do grupo, sem prazo de reembolso definido e taxa de juro definida, assim como a depósitos de materiais preciosos;
- Os valores que constam das rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade "Até 1 mês";
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade "Indeterminado";
- Foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade;
- Os passivos subordinados, dado que não têm prazo de reembolso definido foram classificados como maturidade "Indeterminado";
- Os montantes registados na rubrica "Depósitos recebidos de resseguradores" correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- No apuramento dos cash-flows previsionais da provisão matemática do ramo vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:
 - i) o valor de balanço dos contratos "Unit Linked" foram considerados com maturidade "à vista";
 - ii) no cálculo dos cash-flow's não foram considerados resgates antecipados.

Risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2014, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(Valores em Euros)

	2014			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	385 297 723	6 156 036	391 453 759
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	124 421 079	124 421 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial				
ao justo valor através de ganhos e perdas	704 260 996	133 986 776	25 308 903	863 556 675
Ativos disponíveis para venda	7 280 396 014	516 347 060	1 527 863 415	9 324 606 489
Empréstimos e contas a receber	-	1 316 223 953	400 199	1 316 624 152
Outros devedores	-	-	119 743 176	119 743 176
	7 984 657 010	2 351 855 512	1 803 892 808	12 140 405 330
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1 459 443 832	-	1 459 443 832
Passivos financeiros da componente de depósito de				
contratos de seguros e de contratos de investimento	7 064 646 710	627 583 326	-	7 692 230 036
Depósitos recebidos de resseguradores	-	37 952 197	-	37 952 197
Outros passivos financeiros	13 299 635	348 230 072	-	361 529 707
Outros credores	-	-	110 530 334	110 530 334
	7 077 946 345	2 473 209 427	110 530 334	9 661 686 106

Em 31 de dezembro de 2014, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa juro, a variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 basis points (bp's), respetivamente, corresponde a:

(Valores em Euros)

	2014					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(13 382 213)	(6 850 960)	(3 466 657)	3 460 874	6 727 626	9 305 275
Ativos disponíveis para venda	(617 012 392)	(320 547 772)	(163 469 022)	168 114 329	330 804 650	609 356 005
Empréstimos e contas a receber	(3 575 605)	(1 814 546)	(914 127)	784 704	1 313 847	1 485 539
	(633 970 210)	(329 213 278)	(167 849 806)	172 359 907	338 846 123	620 146 819
Passivo						
Provisão matemática do ramo vida	(73 087 585)	(45 387 811)	(25 288 830)	27 052 648	55 494 613	111 834 487
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	(309 882 574)	(149 458 661)	(73 498 981)	75 745 340	144 187 141	228 828 770
Outros passivos financeiros	(2 161)	(1 087)	(545)	340	340	340
	(382 972 320)	(194 847 559)	(98 788 356)	102 798 328	199 682 094	340 663 597

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros e passivos técnicos foi efetuado considerando os cash-flows futuros descontados à curva de taxa de juro da dívida pública Portuguesa de 31 de dezembro de 2014, com variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 bp's, nas respetivas curvas de taxa de juro.

Em 31 de dezembro de 2014, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(Valores em Euros)

	2014		
	Euros	Outras moedas	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	346 696 147	44 757 612	391 453 759
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	16 332 210	108 088 869	124 421 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	679 648 466	183 908 209	863 556 675
Ativos disponíveis para venda	8 617 828 401	706 778 088	9 324 606 489
Empréstimos e contas a receber	1 255 096 188	61 527 964	1 316 624 152
Outros devedores	98 556 574	40 530 683	139 087 257
	11 014 157 986	1 145 591 425	12 159 749 411
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	1 441 521 500	17 922 332	1 459 443 832
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	7 692 230 036	-	7 692 230 036
Depósitos recebidos de resseguradores	32 332 589	5 619 608	37 952 197
Outros passivos financeiros	258 244 660	103 285 047	361 529 707
Outros credores	99 077 142	30 797 274	129 874 416
	9 523 405 927	157 624 261	9 681 030 188

48. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A RISCO DE CONTRATOS DE SEGURO

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

48.1. SUBSCRIÇÃO DE RISCOS

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em dois níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo nível, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulados standard;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade equilibrado;
- Universo de risco homogêneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O primeiro nível corresponde às Direções Técnicas, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções Técnicas estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções Técnicas, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarificação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela empresa, estes são remetidos para os Gabinetes de Underwriting dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções Técnicas têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado, identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções Técnicas, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

48.2. GESTÃO TÉCNICA

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cúmulos de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, da distribuição da carteira por segmentos de risco e garantias, dos prémios médios, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica.

Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

48.3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA CONTROLO DO RISCO

Riscos Internos da Organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de Perfil da Carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipos de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises Periódicas da Evolução da Carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidades de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos Produtos sob gestão.

Nos casos específicos do ramo automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas na exploração do ramo, e suas causas, quer de uma perspectiva comercial, quer de uma perspectiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas.

Seleção e Saneamento de Carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que

permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção do grupo. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cumulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

Comportamento da carteira não vida – seguro direto Seguro Direto Fidelidade (Atividade em Portugal)

(Valores em Euros)

Ramos	2014			2013		
	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.
Acidentes	139 832 342	1,34	1,33	144 130 240	1,36	1,35
Doença	188 737 694	0,92	0,9	183 628 182	0,95	0,93
Incêndio e Outros Danos	211 095 058	0,67	0,66	221 142 046	1,02	1,01
Automóvel	327 523 641	0,91	0,9	344 587 882	0,87	0,85
Marítimo	3 350 877	0,47	0,46	4 887 471	0,33	0,31
Aéreo	5 439 501	0,14	0,12	6 877 103	0,6	0,59
Mercadorias Transportadas	6 467 655	1	0,98	6 981 565	0,86	0,85
Responsabilidade Civil Geral	27 760 210	0,7	0,69	29 004 259	0,5	0,49
Outros Ramos (Crédito e Caução + Diversos)	35 658 174	0,59	0,57	36 629 355	0,17	0,16

Nota: Rácios relativos aos anos de ocorrência de 2014 e 2013.

Nos últimos 12 meses registaram-se algumas variações no rácio de sinistros e despesas após investimentos. Os grupos de ramos Aéreo, Incêndio e Outros Danos, Doença e Acidentes registaram um desagravamento do rácio em 78,7%, 34,8%, 3,1% e 1,2% respetivamente.

Nos grupos de ramos Outros Ramos (Crédito e Caução + Diversos), Marítimo, Responsabilidade Civil, Mercadorias Transportadas e Automóvel a tendência é no sentido do agravamento do rácio, atingindo 260,1%, 48,1%, 40,9%, 16,2% e 5,1% respetivamente.

Da análise do quadro anterior, constata-se que analisando os últimos 12 meses os prémios dos ramos Acidentes e Mercadorias Transportadas não foram suficientes para compensar as responsabilidades.

Na Fidelidade Portugal os resultados técnicos não-vida antes de impostos, em dezembro de 2014, foram positivos em cerca de 62 milhões de Euros.

Suficiência dos prémios e Constituição de Provisão para riscos em curso

Seguro Direto

Na Fidelidade os prémios de seguro direto não-vida, para o ramo Acidentes, revelaram-se insuficientes para fazer face às responsabilidades associadas aos sinistros, aos custos de exploração e aos investimentos. Seria necessário uma redução de 24,8% nos custos, para eliminar a insuficiência de prémios registada nestes ramos. Esta insuficiência deve-se ao ramo Acidentes de Trabalho.

Para os restantes grupos de ramos os prémios adquiridos de seguro direto foram suficientes para satisfazer as responsabilidades assumidas.

Nos ramos não-vida, nos últimos 12 meses, o resultado operacional de seguro direto foi globalmente suficiente para satisfazer as responsabilidades associadas à sua exploração.

Líquido de Resseguro

À exceção dos ramos Marítimo, Aéreo e Mercadorias Transportadas os prémios líquidos de resseguro da seguradora revelaram-se, na anuidade de 2014, insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração da generalidade dos ramos.

Consequentemente foi constituída provisão para riscos em curso, de acordo com os normativos em vigor, a qual apresenta um ligeiro aumento face à provisão constituída no período homólogo de 2013.

Provisão Para Prémios Não Adquiridos

A provisão é calculada de acordo com os normativos em vigor, sendo efetuados testes por forma a determinar a adequação do nível do provisionamento.

Provisão para Desvios de Sinistralidade

O cálculo da provisão para desvios de sinistralidade encontra-se definido em normativos da ASF (anteriormente designado por ISP) que são aplicados, quer no que concerne aos algoritmos, quer no que respeita aos ramos a considerar. Os critérios enunciados são seguidos pela Seguradora.

Provisão para Sinistros

As provisões para sinistros são calculadas de acordo com a descrição constante nas políticas contabilísticas.

Ao longo do ano é efetuado o acompanhamento atuarial dos níveis de provisões constituídas, sendo utilizadas, metodologias estatísticas adequadas à natureza dos riscos usados, nomeadamente a estimação por métodos estocásticos dos cash flows futuros associados às responsabilidades assumidas.

Concentração e mitigação dos riscos

Na Fidelidade, os ramos Acidentes, Doença, Incêndio e Outros Danos e Automóvel representam aproximadamente 91,7% dos Prémios Brutos Adquiridos e 95,6% dos custos com sinistros.

Tendo em vista o controlo dos riscos assumidos, a seguradora possui regras de subscrição e de aceitação que procuram efetuar uma seleção e controlar o nível de exposição a que fica sujeita.

Nos ramos não vida a mitigação do risco é efetuada principalmente através do recurso a programas de resseguro específicos para cada tipo de risco e com uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores envolvidos.

A tabela seguinte apresenta o rating dos principais resseguradores que foi atualizado no final de dezembro de 2014.

Distribuição dos Resseguradores por Rating – Fidelidade (Atividade em Portugal)

(Valores em Euros)

Rating	% Resseguradores	
	2014	2013
A-	13,9%	13,5%
A	25,0%	21,6%
A+	36,1%	37,8%
AA-	16,7%	18,9%
AA	2,8%	5,4%
AA+	2,8%	-
Sem Rating	2,8%	2,7%

Existe um tratado específico do tipo “Excess of Loss” para garantia de riscos catastróficos, com uma retenção de 100 000 000 Euros e capacidade de 750 000 000 Euros.

Na Fidelidade 61,5% dos capitais seguros retidos com cobertura de Fenómenos Sísmicos situam-se na Zona I, a mais gravosa em termos de risco sísmico. Os capitais seguros retidos considerados nesta análise foram obtidos por aproximação.

Análises de sensibilidade

A Fidelidade efetua análises de sensibilidade no âmbito dos habituais trabalhos atuariais, nomeadamente para aferir a adequabilidade dos níveis de prémios e de provisionamento e respetivos impactos ao nível da solvência.

Em dezembro 2014 a taxa de cobertura de solvência da Fidelidade ascendia a 200,01%. Caso os custos com sinistros dos ramos não vida sofressem um acréscimo de 20%, a margem de cobertura recuaria para 177,70%.

É calculado anualmente, no âmbito do “Quantitative Impact Study”, o capital económico da empresa para os diversos riscos de subscrição dos ramos não vida.

Comparação dos Sinistros Estimados e Efetivos

Na Fidelidade, a provisão para sinistros em 31 de dezembro de 2013 ascendia a 1 611 milhões de Euros. Durante o exercício de 2014, para sinistros ocorridos em 2013 e anos anteriores, foram pagos 270 098 963 Euros.

Em dezembro de 2014 resultaria do consumo natural, um provisionamento de 1 341 005 285 Euros. No entanto, assistiu-se a um reajustamento negativo superior a 83 milhões de Euros, sendo a provisão, no final em dezembro de 2014, no valor de 1 258 001 353 Euros.

Para os ramos de Incêndio e Outros Danos, Automóvel, Aéreo, Responsabilidade Civil, Crédito e Caução e Diversos ocorreram reajustes negativos. O mais significativo, em termos absolutos, foi o efetuado em Automóvel que ultrapassou os 70 milhões de Euros.

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

Fidelidade (Atividade em Portugal)

(Valores em Euros)

Rubricas	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2013 (1)	Montantes Pagos no Exercício* (2)	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2014* (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Acidentes e Doença	823 804 574	111 846 914	715 711 818	3 754 158
Incêndio e Outros Danos	129 552 441	47 562 017	67 655 945	(14 334 479)
Automóvel	534 316 002	99 388 124	364 332 936	(70 594 942)
Marítimo e Transportes	3 167 305	1 351 773	2 673 289	857 757
Aéreo	3 545 243	421 664	3 035 744	(87 835)
Mercadorias transportadas	5 950 666	1 910 545	4 568 529	528 408
Responsabilidade Civil Geral	106 705 501	6 441 741	98 487 339	(1 771 421)
Crédito e Cauções	450 957	(55 190)	451 790	(54 357)
Proteção Jurídica	5 767	906	38 079	33 218
Assistência	383	1 730	59 263	60 610
Diversos	3 605 409	1 223 739	986 621	(1 395 049)
Total	1 611 104 248	270 098 963	1 258 001 353	(83 003 932)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

48.4. POLÍTICAS DE RESSEGURO

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e valores dos riscos a segurar, distinguindo-se entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multiriscos Habitação), e os ramos de tratamento mais casuístico como são os restantes ramos Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e riscos Diversos.

O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de tipos de riscos.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

O Grupo tem pautado a sua política de Resseguro pela existência de Tratados de Resseguro Proporcional e Resseguro Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo, e outras modalidades de Resseguro que se revelam necessárias para obtenção de proteção de Resseguro adequada aos riscos aceites.

Nos ramos de Incêndio e Anexos, Engenharia, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Aviação, o Grupo opera com Tratados Proporcionais.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo e também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação Retenção/Prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira do Grupo, suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

No que se refere a ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Responsabilidade Civil, os riscos são cobertos por um tratado de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira bem como à capacidade financeira do Grupo. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas em consequência dos diferentes níveis que a mesma pode ter.

Os "Cúmulos de Risco" das Retenções encontram-se protegidos por Tratados de Excesso de Perdas adequados a cada situação.

As acumulações resultantes da "Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza", de carácter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira do Grupo.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais do Grupo e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário conservador dum período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

Os critérios de seleção de Resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços e a constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no Mercado Internacional, nomeadamente as divulgadas pelas Agências de Rating, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos Resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores, a análise de "rating" atribuído, a cada Ressegurador, pela Agência de Rating S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody's). O "rating" mínimo exigido a um Ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de "A-".

48.5. RAMO VIDA

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pelo IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de Risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte significativa dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeira do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionabilidade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de Rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeira do tipo:

$(\text{Porcentagem dos Rendimentos} - \text{Rendimentos Técnicos} - \text{Encargos de Gestão} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionabilidade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de Capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade do Grupo.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

(Percentagem dos Rendimentos - Rendimentos Técnicos - Encargos de Gestão - Eventual Saldo Negativo do exercício anterior) x Coeficiente de Participação.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os cash inflows e outflows, esperados para os próximos três anos (PR - Participação nos resultados).

(Valores em Euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2015	145 023 174	90 733 141	0	15 514 162	24 094 433	187 177 271
2016	126 744 939	78 186 426	0	14 600 452	21 229 927	174 332 064
2017	118 476 344	73 311 158	0	13 865 766	18 444 534	176 033 419

Os quadros seguintes apresentam a alteração destes cash inflows e outflows, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

(Valores em Euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2015	141 606 895	88 714 580	0	15 514 162	23 467 305	239 905 532
2016	117 024 830	72 278 274	0	14 600 452	19 606 485	209 606 847
2017	103 539 014	64 099 820	0	13 865 766	16 156 060	194 422 906

49. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos de gestão do capital no Grupo Longrun obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que o Grupo está obrigado pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pela ASF;
- Gerar uma rentabilidade adequada para o Grupo, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Grupo está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, o Grupo efetua um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao auto financiamento.

As exigências regulamentares em vigor decorrem do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 251/2003, de 14 de outubro, e das Normas da ASF, nomeadamente da Norma Regulamentar n.º 6/2007-R, de 27 de abril, com as alterações decorrentes das Normas Regulamentares n.º 12/2009-R, de 30 de outubro, n.º 21/2010-R, de 16 de dezembro e n.º 4/2011-R de 2 de junho, salientando-se:

- Obrigatoriedade da manutenção em permanência de uma margem de solvência suficiente face ao conjunto das atividades do Grupo. Para este efeito, a margem de solvência disponível é determinada nos termos do disposto na legislação acima referida, sendo aplicáveis os ajustamentos prudenciais previstos nas normas regulamentares da ASF.
- Obrigatoriedade da manutenção de um fundo de garantia, que faz parte integrante da margem de solvência e que corresponde a um terço do valor da margem de solvência exigida, não podendo, no entanto, ser inferior aos limites mínimos legalmente estabelecidos.

- Caso a ASF verifique a insuficiência, mesmo circunstancial ou previsivelmente temporária, da margem de solvência de uma empresa de seguros, esta deve, no prazo que lhe vier a ser fixado pela Autoridade, submeter à sua aprovação um plano de recuperação com vista ao restabelecimento da sua situação financeira.

- Obrigatoriedade de as provisões técnicas serem a qualquer momento representadas na sua totalidade por ativos equivalentes, sujeitos a um conjunto de regras de diversificação e dispersão prudenciais, cujo cumprimento é monitorado pela ASF. Os ativos representativos das provisões técnicas constituem um património que garante especialmente os créditos emergentes dos contratos de seguro, não podendo ser penhorados ou arrestados, salvo para pagamento desses mesmos créditos. Em caso de liquidação, estes créditos gozam de um privilégio mobiliário especial sobre os bens móveis ou imóveis que representem as provisões técnicas, sendo graduados em primeiro lugar.

Para o efeito, as empresas de seguros devem, no prazo máximo de 15 dias após o final de cada trimestre, ter disponível para consulta e para reporte à ASF o respetivo apuramento da situação da margem de solvência.

O plano de representação das provisões técnicas é comunicado à ASF no prazo de 20 dias após o final de cada trimestre.

Para além destas exigências, há ainda outras regras prudenciais a que as companhias de seguros estão sujeitas, as quais, em conjunto com as apresentadas, devem ser entendidas como um complemento importante de uma gestão prudente por parte das Instituições, a qual se deverá basear, essencialmente, nos dispositivos internos de avaliação e controlo por si montados, tendo em conta as responsabilidades perante os acionistas, segurados e restantes credores.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais e prudenciais a que se encontra sujeito, o Grupo dispõe de diversos órgãos que desempenham funções-chave em matéria de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- a. Direção de Gestão de Risco (DGR);
- b. Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance (DIC);
- c. Direção de Auditoria (DAU);
- d. Comité de Risco;
- e. Comité de Gestão de Ativos e Passivos;
- f. Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição.

Direção de Gestão de Riscos

A Direção de Gestão de Riscos (DGR) é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva das Companhias de Seguros do Grupo. A sua missão assenta na definição, implementação e manutenção de um sistema de gestão de riscos que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, incluindo os riscos não considerados no requisito de capital de solvência, permitindo à Comissão Executiva e às várias Direções envolvidas incorporar este conhecimento na sua tomada de decisão

A DGR tem como principais funções:

- a. Assegurar e controlar a adequacidade da informação de suporte à tomada de decisões;
- b. Gerir os Sistemas de Gestão de Riscos e Controlo Interno:
 - Avaliar e monitorizar a situação de solvência, corrente e prospetiva, bem como os instrumentos de mitigação de risco;
 - Monitorizar o cumprimento do grau de liquidez e de cobertura dos pagamentos estimados pelos recebimentos estimados, face ao definido;

- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de mercado e de crédito de contraparte, os riscos de subscrição e de crédito dos respetivos instrumentos de mitigação e preparar informação que suporte a tomada de decisões;

- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de natureza operacional incorridos, identificando e caracterizando adicionalmente os dispositivos de controlo existentes;

- Elaborar, propor e rever as Políticas de Provisionamento, bem como a Política de Gestão de Capital, incluindo o Plano de Gestão de Capital de médio prazo e os respetivos Planos de Contingência;

- Colaborar na elaboração e revisão das Políticas de Investimento e de Liquidez, assim como das Políticas de Subscrição e de Resseguro;

- c. Proceder à avaliação atuarial das carteiras Vida e Não Vida.

Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance

A Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance (DIC) é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva, cuja principal missão é a de contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura diretiva e os colaboradores, cumpram a legislação, as regras, os códigos e os normativos em vigor, externos e internos, por forma a evitar situações que prejudiquem a imagem das Seguradoras da Longrun e a sua reputação no mercado, bem como eventuais prejuízos de ordem financeira.

A DIC tem como principais funções:

a. Prevenção de Branqueamento de Capitais

Assegurar a prevenção e a deteção de atividades de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, garantindo a execução dos procedimentos internos nesta matéria através dos seguintes processos e controlos:

- Implementação de um Programa de Identificação de Clientes (Customer Identification Program);

- Filtragem de Clientes;
- Monitorização de transações e reporte às autoridades judiciárias e policiais;
- Implementação de um Programa de Formação em Prevenção do Branqueamento de Capitais.

b. Compliance

Assegurar a coordenação da função compliance nos termos previstos no Manual de Compliance das seguradoras do Grupo, através dos seguintes processos e controlos:

- Manutenção e divulgação do Manual de Compliance, incluindo o código de Conduta Ética e Profissional;
- Implementação de Programa de Visitas aos órgãos de estrutura, de forma a intensificar a apreensão da Cultura de Compliance;
- Criação e manutenção de um Espaço Compliance na Intranet;
- Análise Regulamentar;
- Implementação de Programas de Compliance visando a identificação, monitorização e minimização de pontos críticos nos macro-processos da empresa;
- Implementação e promoção de uma cultura "Tratar os Clientes com Lealdade (Treat Your Customers Fairly)";
- Aprovação de novos produtos;
- Elaboração de Planos anuais e Relatórios trimestrais de atividades de compliance e prevenção de branqueamento de capitais;
- Desenvolvimento de Formação em compliance.

Direção de Auditoria

A Direção de Auditoria (DAU) é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva das Companhias de Seguros do Grupo. A sua missão passa por garantir a avaliação e monitorização dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno do

Grupo, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e da legislação em vigor. Tem, assim, como finalidade geral, contribuir para a criação de valor e melhoria de circuitos e procedimentos, visando o aumento de eficácia e eficiência das operações, salvaguarda dos ativos, confiança no relato financeiro e compliance legal e regulamentar.

Enquanto função-chave na gestão de riscos e controlo interno, a DAU desempenha as seguintes funções:

- Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno.
- Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia.
- Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade.
- Elaborar e apresentar à Comissão Executiva e aos Órgãos de Fiscalização um relatório, de periodicidade pelo menos anual, sobre Questões de Auditoria, com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria e que identifique as recomendações que foram seguidas.

Comité de Risco

Cabe ao Comité de Risco, pronunciar-se sobre assuntos de Gestão de Risco e de Controlo Interno que lhe sejam submetidos pela Comissão Executiva, apoiando-o na definição da estratégia de risco a ser seguida pelo Grupo. Neste contexto, o Comité de Risco propõe à Comissão Executiva políticas de risco e objetivos globais a serem considerados na Gestão de Risco e no Controlo Interno das Companhias de Seguros do Grupo.

Comité de Gestão de Ativos e Passivos

O Comité de Gestão de Ativos e Passivos tem como principais objetivos a definição da estratégia a seguir para a gestão de ativos e passivos, da estratégia de riscos a ser seguida, de políticas de risco e objetivos

globais de rentabilidade e de alocação objetiva da carteira global de ativos.

Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição

O Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição tem como principais funções a aceitação de riscos que ultrapassem as competências das Direções Técnicas, o acompanhamento de processos

de cotação que careçam da sua intervenção e a análise de índices de competitividade e rentabilidade de diversos ramos e segmentos.

A margem de solvência consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2014, medida em função da cobertura das responsabilidades decorrentes da atividade desenvolvida pelas companhias de seguros do Grupo Longrun, por elementos patrimoniais elegíveis para este efeito, apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2014	
Margem de solvência disponível:	
Capital Social Realizado	50 000
Outros instrumentos de capital	1 037 800 000
Reservas	
Reservas de Reavaliação	537 164 728
Reservas por Impostos Diferidos	(137 763 332)
Reserva Legal	95 985
Outras Reservas	(385 611 138)
Resultado de Ganhos e Perdas, deduzido de distribuições	
Resultados transitados	(8 397 886)
Resultado líquido do exercício	123 823 399
	1 167 161 756
Interesses minoritários	316 192 932
Deduções prudenciais	
Ativos intangíveis	(475 004 873)
	(475 004 873)
Total dos elementos constitutivos da margem de solvência	1 008 349 815

(Continuação)

(Valores em Euros)

2014	
Requisitos de solvência:	
Ramo vida	
Fidelidade	411 512 303
Universal Seguros	1 155 007
Garantia	2 444 965
Ramos não-vida	
Fidelidade	199 978 017
Multicare	36 959 898
Via Directa	7 547 279
Cares	7 896 318
Companhia Portuguesa de Resseguros	3 600 000
Universal Seguros	4 870 584
Garantia	226 726
Total da Margem de Solvência a constituir	676 191 097
Excesso na margem de solvência individual de cada empresa participada que corresponde aos interesses minoritários	69 869 828
Excedente de cobertura	262 288 890
Taxa de cobertura	139%

Nesta data, as companhias de seguros pertencentes ao perímetro de consolidação da Longrun, cumpriam individualmente com os imperativos legais de solvência a que cada uma estava sujeita.

50. FUNDOS DE PENSÕES GERIDOS

Em 31 de dezembro de 2014, a Sucursal de Macau, da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., tem sob gestão efetiva sete fundos de pensões. Nestas datas, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos:

(Valores em Euros)

	2014						
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement"	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities
Valores expressos em Euros							
Caixa e Depósitos	2 660 027	2 353 301	1 491 193	4 217	10 496	13 226	12 654
Instrumentos de dívida	10 754 585	26 675 583	-	218 926	172 303	310 315	212 150
Instrumentos de capital	1 324 479	12 817 798	-	73 502	262 068	460 702	391 667
Derivados	(2 891)	-	-	-	-	-	-
Outros	(8 656)	(21 684)	(10 087)	(2 598)	(3 720)	(6 659)	(5 495)
	14 327 544	41 824 997	1 481 106	294 046	441 147	777 583	610 977
Valores expressos em Patacas							
Caixa e Depósitos	25 553 188	26 090 423	15 977 646	45 131	113 196	143 224	138 057
Instrumentos de dívida	121 597 613	295 745 158	-	2 343 032	1 858 167	3 360 475	2 314 549
Instrumentos de capital	14 975 328	142 107 554	-	786 645	2 826 225	4 989 051	4 273 086
Derivados	(32 685)	-	-	-	-	-	-
Outros	(97 872)	(240 408)	(108 084)	(27 809)	(40 112)	(72 116)	(59 946)
	161 995 572	463 702 726	15 869 562	3 147 000	4 757 475	8 420 635	6 665 746

51. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 8 de janeiro de 2015, a Longrun Portugal, SGPS, S.A., adquiriu à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A, nos termos estabelecidos no "Acordo de Venda Direta de Referência" como referido na Nota 1 acima, um lote de 6.033.140 ações representativas de 4,98607% do capital social da Fidelidade, correspondente às ações não transacionadas no âmbito da Oferta Pública de Aquisição destinada aos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, em conformidade com o artigo 5º do Decreto-Lei nº 80/2013.

Após esta aquisição, a Longrun Portugal, SGPS, S.A., passou a deter 102.833.140 ações da Fidelidade, representativas de uma participação de 84,9861%. A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., por seu turno, é titular de 18.150.000 ações representativas de 15% do capital social da Companhia.

Em 18 de dezembro de 2014 foi constituída a FPI (UK) 1 LIMITED detida integralmente pela Fidelidade Property International, S.A. e em 19 de dezembro de 2014 foi constituída a FPI (US) 1 LLC detida integralmente pela FPI (UK) 1 LIMITED.

No início de janeiro de 2015 a Fidelidade Property International, S.A. dotou a FPI (UK) 1 LIMITED com o montante de 61.115.516 USD destinados à realização do capital.

A operação inglesa, FPI (UK), para efeitos de investimento no projeto Madison, investiu na sua subsidiária FPI (US) 1 LLC este montante, sendo 48.664.000 USD para realização do capital e 12.451.516 USD como empréstimo.

A Fidelidade Property International, S.A. constituiu em 17 de dezembro de 2014 a sociedade FPI (AU) 1 PTY LIMITED sediada na Austrália. Em 18 de dezembro de 2014 a FPI (AU) 1 PTY LIMITED sinalizou com o pagamento de 5.800.000 AUD (dólares australianos), correspondente a 3.815.031 Euros, a aquisição de 95% de uma propriedade a adquirir em regime de copropriedade, localizada em 73 Miller Street, Norte de Sidney, Austrália.

Este investimento da FPI (AU) 1 PTY LIMITED será concretizado durante o primeiro trimestre de 2015 e ascenderá a cerca de 212 milhões de AUD.

FIDELIDADE

SEGUROS DESDE 1808

**ANEXOS
CONSOLIDADOS**



Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
1 - SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
AUDATEX PORTUGAL	2 490			193,34	481 415	554,05	1 379 584
AUDATEX Portugal (Cautelas 98)	540			249,40	134 675	249,40	134 675
GENOMED - Diagnósticos de Medicina Molecular, SA	1			241 071,94	241 072	241 071,94	241 072
HIGHGROVE-INVEST.PART.SGPS,SA -PTE	65 461			26,79	1 753 541	0,00	0
HL - Sociedade Gestora do Edifício, SA - ações	1			14 400,00	14 400	14 400,00	14 400
sub-total	68 493				2 625 103		1 769 731
1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
LATINA	3 222			3,10	9 986	0,00	0
sub-total	3 222				9 986		0
sub-total	71 715	0			2 635 089		1 769 731
1.2.2 - Partes de capital em associadas							
Nanxiang Holding Ltd.	11 200			9 179,63	102 811 862	9 650,79	108 088 869
sub-total	11 200	0			102 811 862	9 651	108 088 869
1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
ACE - GP	3			4 854 157,67	14 562 473	4 854 157,67	14 562 473
sub-total	3				14 562 473		14 562 473
sub-total	0			0		0	
sub-total	11 203	0			117 374 335		122 651 342
total	82 918	0			120 009 424		124 421 073
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
AÇORTUR	6 838			4,99	34 122	0,00	0
AIR COLUMBUS	24 000			0,08	2 040	0,00	0
ALTRI SGPS, PL	3 213			2,14	6 884	2,48	7 971
ARGOGEST GEST INV EMP TUR	2 100			0,00	10	0,00	0
ARGOGEST GEST INV EMP TUR 2	7 000			0,00	35	0,00	0
B.S.V. - MÁQUINAS E AUTOMATISMOS	5 264			4,99	26 257	0,00	0
BANIF, PL	222 796			0,01	2 842	0,01	1 270
BCA	76 322			9,07	692 173	28,94	2 208 854
BCP, PL	3 566 370			0,63	2 231 345	0,07	234 311
BEIRA VOUGA INV IMOB COM IND	42 790			3,88	165 887	0,00	0
BES, PL	1 563 158			1,02	1 592 993	0,00	0
BORGES & IRMÃO COMERCIAL	10			4,99	50	0,00	0
BPI, PL	17 115			1,40	24 013	1,02	17 516
C. P. COBRE SGPS	38 240			0,00	191	0,00	0
C.N.B./CAMAC-C.NAC BORRACHA	5 000			12,40	61 976	0,00	0
CERAMICA ESTACO PORT	13 600			18,46	250 995	0,00	0
CIPAN	38 666			0,52	20 200	0,09	3 480
COMP AGRIC. VINHAS ALTO DOURO	17 500			2,22	38 799	2,22	38 799
COMUNDO - CONS.MUND.EXPORT.IMPORT.	15 850			0,97	15 391	0,00	0
CONSTRUÇÕES MITCHELL	648			4,99	3 232	0,00	0
CORTICEIRA AMORIM, PL	9 163			2,10	19 224	3,00	27 532
COTEL - CAT. A	3 000			4,99	14 964	0,00	0
CTT, PL	1 556 828			7,90	12 297 379	7,99	12 431 388
CVC	2 637			75,55	199 229	61,18	161 335
EDP, PL	5 305 560			3,11	16 479 047	3,22	17 073 292
EMP.JORNAL DO COMÉRCIO	3 000			3,66	10 992	0,00	0
ESPIRITO SANTO FINANCIAL GROUP, PL	1 077			5,18	5 584	1,21	1 298
FIAÇÃO TEC. TORRES NOVAS	1 380			18,79	25 929	0,00	0
FIMOVE	320			0,86	274,86	0,00	0
FNACINVEST - SGPS	141 000			5,95	838 432	0,00	0
FUNFRAP - FUNDIÇÃO PORTUGUESA	30 000			4,99	149 639	4,99	149 639
G.A.P. - SGPS	38 665			4,94	190 932	0,00	0
GALERIA NASONI	15 000			9,78	146 647	0,00	0
GALP, PL	137 885			14,28	1 969 061	8,41	1 159 593

(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
GRUPO DIMENSAO-ACT IND COM EDIT	8 550			9,98	85 337	0,00	0
Hiperpeças	3 775			13,69	51 697	0,00	0
HOTAL	1 868			6,98	13 045	0,00	0
IMPERMARKETING - S.P.E.MERC.	1			0,00	0	0,00	0
IMPRESA, PL	832			1,68	1 400	0,79	656
INCAL PORTUGAL	220			1,03	227	0,00	0
JERÓNIMO MARTINS, PL	142 847			13,48	1 925 083	8,33	1 189 804
LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS	7			24,95	175	24,95	175
MACHITUR	100			4,99	499	0,00	0
MATUR	223			12,21	2 723	0,00	0
MATUR PORT	575			8,55	4 914	0,00	0
MOTA ENGL, PL	3 469			3,10	10 770	2,66	9 229
NIT-NEG. INOV. TECNOLOGIA	1 000			0,00	5	0,00	0
NORVALOR-INV. GESTAO VALORES (FP)	1 650			12,34	20 357	12,34	20 357
NOS, PL	8 404			4,05	34 011	5,22	43 908
NOVABASE SGPS SA	1 188			2,99	3 547	2,21	2 630
PORTUCEL, PL	130 084			2,44	317 361	3,07	399 494
PORTUGAL TELECOM, PL	21 382			3,00	64 237	0,86	18 449
PORTUGAL VENTURE CAPITAL INITIATIVE	1 029 590			1,00	1 029 590	0,58	596 060
PRESTAMISTA - Cª PREST.PORTUGUESA	91			4,85	441	0,00	0
PromoLeasing					27 207		27 207
Promotora	50 000			9,01	450 378	7,21	360 314
PUBLICULTURA	1 000			4,99	4 988	0,00	0
REN, PL	26 421 424			2,67	70 478 200	2,41	63 543 527
SAG, PL	148			0,47	70	0,20	30
SALVOR	1 001			11,19	11 202	0,00	0
SEGE	1 200			4,99	5 986	0,00	0
SEMAPA, PL	473			5,97	2 825	9,98	4 721
SERVIBANCA EMP PRESTAÇÃO SERV ACE	2 250			1,00	2 250		2 250
SGS INDUSTRIA MADEIRA	20 000			4,99	99 760		0
SOC.IND.RAIONE	100			4,99	499		0
Sociedade Tabacos C.Verde	2 417			58,18	140 612		141 077
SODIMUL -SOC.COMÉRCIO E TURISMO	104			3,07	319		0
SONAE CAPITAL, PL	97			0,22	21		25
SONAE, PL	30 954			0,98	30 216		31 673
SONAGI	3 100			0,11	338		3 565
SONAGI - PORTADOR	3 700			0,11	393		4 255
SONAREPE (PETROLEO)	2 262			3,89	8 805		0
SOTIMA	8 494			52,99	450 096		0
TEIXEIRA DUARTE, PL	1 040			1,14	1 188		739
TELGECOM	72 023			19,90	1 433 466		0
TÊXTEIS ATMA	5			20,08	100		0
TÊXTIL LOPES DA COSTA	15 000			10,08	151 154		0
UNIFA-UNIAO F FARMACEUTICA	841			0,50	419		0
UNITED INVESTMENTS (PORTUGAL)	270 000			10,53	2 843 148		537 078
UNITENIS - SOC EMPR TENIS	1			7 980,77	7 981		0
URBIPOR-S.PORT.URB.RAC.	69			5,33	368		0
VILATEXTEL SOC IND TEXTIL PREF S/ VOTO	7 440			0,01	48		0
sub-total	41 182 994				117 234 225		100 453 501
2.1.1.2 - Títulos de participação							
BFN, FRN, 1987, TP		14 964	100,00		14 964	58,18	8 706
BFN, FRN, 1987-2ª EMISSÃO, TP		12 470	100,00		12 470	64,06	7 989
sub-total		27 434			27 434		16 694
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
7 COLINAS, FII	376 437			47,52	17 889 720	27,35	10 293 858
AF PORTFÓLIO IMOBILIÁRIO, FII	995 742			6,33	6 307 125	8,75	8 708 560
ALVES RIBEIRO-MÉDIAS EMPRESAS(FIM)	15 000			49,88	748 197	45,51	682 719
CAIXA ARRENDAMENTO, FIAH	10 000			1 000,00	10 000 000	1 026,99	10 269 888
CAIXA ARRENDAMENTO, FIAH	3 500			1 028,68	3 600 388	1 028,68	3 600 388
CAIXA FUNDO MONETÁRIO, FEI	480 309			5,43	2 606 681	5,56	2 671 672

(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
CAIXGEST AÇÕES EMERGENTES, (FIM)	754 350			8,24	6 213 382	7,91	5 969 237
CAIXGEST AÇÕES EUROPA, FIM	155 006			8,59	1 332 239	8,37	1 296 843
CAIXGEST AÇÕES PORTUGAL, FIM	35 105			10,45	366 689	9,97	349 842
CAIXGEST ATIVOS CURTO PRAZO, FIM	0			14,29	0	14,29	0
CAIXGEST IMOBILIÁRIO INTERNACIONAL, FII	19 270 391			4,04	77 825 604	3,36	64 808 252
CAIXGEST INFRAESTRUTURAS, FEI	7 295 129			4,35	31 740 045	4,93	35 972 281
CAIXGEST LIQUIDEZ, FIM	72 350			5,00	361 678	5,31	384 258
CAIXGEST MATERIAS PRIMAS, FEI	2 000 000			5,00	10 000 000	3,64	7 276 400
CAIXGEST OBRIGAÇÕES LONGO PRAZO, FIM	477 051			8,98	4 285 335	11,54	5 506 600
CAIXGEST OBRIGAÇÕES MAIS, FIM	1 092 720			4,79	5 232 069	5,82	6 360 096
CAIXGEST OBRIGAÇÕES, FIM	1 216 947			3,79	4 610 518	4,34	5 283 150
CAIXGEST PRIVATE EQUITY, FEI	6 784 761			4,37	29 673 443	5,01	34 008 615
EUROFUNDO (FII)	8 000			3 049,74	24 397 946	2 369,31	18 954 485
EXPLORER III (FCR)	160			24 928,45	3 996 906	21 056,94	3 376 168
FUNDICAPITAL(FII)	2 024			987,86	1 999 437	869,36	1 759 583
FUNDIESTAMO I, FII	4 000			1 000,00	4 000 000	1 001,22	4 004 895
FUNDIMO (FII)	1 492 394			7,44	11 109 005	7,30	10 893 432
FUNDO ALBUQUERQUE (FIQ)	710			7 566,54	5 374 849	10 331,63	7 339 011
Fundo de Compensação do Trabalho	45 422			1,01	45 828	1,01	45 828
IBÉRIA, FII	1 700 000			4,93	8 382 909	0,00	170
IMOPROMOÇÃO, FII	5 693			1 004,55	5 718 926	661,84	3 767 855
IMORECUPERAÇÃO, FII	120 000			50,00	6 000 000	46,16	5 539 620
IMOSAÚDE, FII	490 000			10,10	4 950 470	11,20	5 488 882
IMOSOCIAL (FII)	4 764 251			4,75	22 626 177	5,19	24 726 463
LUSIMOVEST, FII	263 720			53,44	14 092 959	54,96	14 494 816
LUSO CARBON FUND (FEIF)	100			49 618,30	4 961 830	22 894,78	2 289 478
MAXIRENT, FII	254 557			7,86	2 000 003	9,53	2 426 259
NEW ENERGY FUND, FEIF	150			38 119,26	5 717 890	11 344,32	1 701 648
VIP, FII	133 945			8,30	1 111 582	9,41	1 260 543
VISION ESCRITÓRIOS (FII)	2 328 177			3,83	8 913 500	3,39	7 902 997
sub-total	52 648 101				348 193 330		319 414 792
2.1.1.4 - Outros							
CONCENTRA -CONCENTRADOS SUMOS DE FRUTA	1			329 206,61	329 207	0,00	0
FÁB.LANIFÍCIOS LORDELO	1			249,40	249	0,00	0
sub-total	2				329 456		0
sub-total	93 831 097	27 434			465 784 445		419 884 987
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
BT, CZ, 20/11/2015, GOVT		300 000	99,69		299 082	99,74	299 224
CONSOLIDADO, 2.75%, 1943 PERP, GOVT		54 748	85,67		46 902	57,11	31 269
CONSOLIDADO, 3%, 1942 PERP, GOVT		75 518	78,89		59 579	67,49	50 968
CONSOLIDADO, 3.5%, 1941 PERP, GOVT		37 879	83,18		31 508	50,28	19 046
CONSOLIDADO, 4%, 1940 PERP, GOVT		101 805	82,93		84 422	89,99	91 613
PGB (ME), 3.5%, 25/03/2015, GOVT, USD		5 353 760	94,84		5 077 659	101,39	5 428 156
PGB, 3.35%, 15/10/2015, GOVT		98 700 994	93,96		92 738 127	103,06	101 718 009
PGB, 3.85%, 15/04/2021, GOVT		29 045 900	99,30		28 843 197	113,60	32 996 911
PGB, 3.875%, 15/02/2030, GOVT		139 000	105,11		146 100	106,15	147 552
PGB, 4.1%, 15/04/2037, GOVT		8 000 000	50,50		4 040 000	108,95	8 716 044
PGB, 4.2%, 15/10/2016, GOVT		55 354 064	98,45		54 497 005	107,56	59 539 400
PGB, 4.35%, 16/10/2017, GOVT		225 557 278	87,86		198 175 039	110,17	248 486 875
PGB, 4.45%, 15/06/2018, GOVT		378 418 684	94,81		358 790 242	113,43	429 225 799
PGB, 4.75%, 14/06/2019, GOVT		193 728 000	101,84		197 287 084	116,67	226 027 766
PGB, 4.8%, 15/06/2020, GOVT		51 915 000	102,79		53 364 547	118,60	61 572 221
PGB, 4.95%, 25/10/2023, GOVT		143 970 500	108,91		156 801 012	119,25	171 690 099
PGB, 5.65%, 15/02/2024, GOVT		957 975 700	119,02		1 140 139 806	128,60	1 231 984 965
PGB, 6.4%, 15/02/2016, GOVT		173 736 752	99,59		173 021 510	112,21	194 944 158
sub-total		2 322 465 582			2 463 442 821		2 772 970 075
2.1.2.3 - De outros emissores							
AGERG, 24/08/1999, CORP, INCUMPR)		24 940	100,00		24 940	0,00	0
ALTRI, FRN, 06/11/2018, CORP		20 000 000	100,00		20 000 000	107,86	21 571 950

(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
BANCO BPI, 3.25%, 15/01/2015, CORP		13 500 000	97,88		13 213 200	103,18	13 929 498
BANCO SANTANDER TOTTA, 1.625%, 11/06/2019, CORP		200 000	104,10		208 200	105,02	210 049
BCP, 3.375%, 27/02/2017, CORP		2 800 000	102,05		2 857 268	104,07	2 914 008
BCP, 3.75%, 08/10/2016, CORP		2 000 000	100,05		2 000 940	105,60	2 112 060
BCP, 4.75%, 22/06/2017, CORP		4 800 000	100,56		4 826 791	111,30	5 342 574
BES, FRN, 27/05/2018, CORP, CALL)		50 000 000	99,77		49 886 282	100,00	5 000 000
BPSM - TOPS, FRN, PERP, CORP		2 669 963	97,01		2 590 131	32,08	856 471
BRISA, 4.5%, 05/12/2016, CORP		2 000 000	95,11		1 902 132	107,02	2 140 431
C MOÇAMBIQUE, 5%, 1953 emiss, CORP, INCUMP)		863	100,00		863	0,00	0
CGD (Ren Energy Managed15), EQLNK, 18/09/2015, EST)		2 500 000	100,00		2 500 000	121,21	3 030 194
CGD (Ren Energy Vanilla), EQLNK, 18/09/2015, EST)		2 500 000	100,00		2 500 000	106,90	2 672 444
CGD Series 727, 4.669%, 10/09/2015, CORP		34 402 000	97,31		33 476 203	98,98	34 050 598
CGD Series 757, FRN, 17/12/2017, CORP, CALL)		9 000 000	97,72		8 794 777	96,74	8 706 533
CGD Series 884, 3.71% STEP UP, 03/11/2017, CORP		62 500 000	98,11		61 320 843	105,75	66 091 615
CGD Series 918, 4.5%, 19/01/2016, CORP		60 000 000	100,00		60 000 000	112,16	67 297 636
CGD Series 920, 4.75%, 14/02/2016, CORP		50 000 000	100,00		50 000 000	112,60	56 299 913
CGD Series 933, 4.75%, 14/03/2016, CORP		50 000 000	100,00		50 000 000	112,43	56 217 447
CGD Series 934, 5.05%, 26/04/2016, CORP		50 000 000	100,00		50 000 000	113,03	56 516 428
CGD Series 936, 5.09%, 08/06/2016, CORP		40 000 000	100,00		40 000 000	113,17	45 266 859
CGD Series 938, 5.165%, 08/07/2016, CORP		36 000 000	100,00		36 000 000	112,66	40 557 146
CGD Series 940, 4.57%, 12/08/2016, CORP		20 700 000	100,00		20 700 000	110,87	22 949 084
CGD Series 941, 4.85%, 14/09/2016, CORP		48 350 000	100,00		48 350 000	111,49	53 904 189
CGD Series 944, 4.9%, 13/10/2016, CORP		21 000 000	100,00		21 000 000	110,49	23 203 797
CGD Series 946, 5.12%, 03/11/2016, CORP		39 000 000	100,00		39 000 000	111,24	43 383 405
CGD, 3.75%, 18/01/2018, CORP		75 100 000	100,61		75 561 742	112,83	84 736 952
CGD, 3.875%, 06/12/2016, CORP		65 100 000	97,58		63 527 041	106,18	69 124 750
CGD, 5.625%, 04/12/2015, CORP		39 400 000	103,82		40 903 142	104,44	41 150 580
CGD, 8%, 28/09/2015, CORP		3 900 000	108,38		4 226 756	107,12	4 177 535
FAB NAC MARGARINA, 02/01/1996, CORP, INCUMP)		174 579	98,50		171 961	0,00	0
FRAPEC, 22/01/1999, CORP, INCUMP)		124 699	100,00		124 699	0,00	0
GALP ENERGIA, 4.125%, 25/01/2019, CORP		17 800 000	102,26		18 201 674	107,79	19 185 813
GALP ENERGIA, FRN, 18/02/2018, CORP		88 000 000	101,00		88 880 000	103,47	91 051 026
MATRENA, 02/11/1999, CORP, INCUMP)		249 399	99,00		246 905	0,00	0
MOTA ENGL, 5.5%, 22/04/2019, CORP		18 000 000	100,00		18 000 000	104,07	18 732 500
NOVO BANCO, 3.375%, 17/02/2015, CORP		24 300 000	94,51		22 966 362	103,12	25 058 443
NOVO BANCO, 3.875%, 21/01/2015, CORP		36 450 000	100,31		36 562 305	103,50	37 726 499
NOVO BANCO, 4%, 21/01/2019, CORP		100 000	103,12		103 116	100,71	100 714
NOVO BANCO, 4.75%, 15/01/2018, CORP		84 500 000	99,86		84 379 201	103,15	87 163 266
NOVO BANCO, 5.875%, 09/11/2015, CORP		25 200 000	101,39		25 551 075	101,73	25 636 713
OLIVEIRA & FERREIRINHAS 1998, CORP, INCUMP)		49 880	97,67		48 719	0,00	0
PARPUBLICA, 5.25%, 28/09/2017, CONV		1 250 000	100,00		1 250 000	108,77	1 359 626
PORTUCEL, 5.375%, 15/05/2020, CORP, CALL)		10 700 000	100,84		10 790 000	107,78	11 532 982
REFER, 4%, 16/03/2015, CORP		200 000	100,10		200 200	103,22	206 448
REGISCONTA, FRN, 18/05/1998, CORP, INCUMP)		252 329	0,10		249	0,00	0
REN, 4.125%, 31/01/2018, CORP		54 600 000	101,11		55 205 497	112,09	61 200 407
SOMECE, FRN, 1994 emiss, CORP, INCUMP)		2 094 951	99,47		2 083 895	0,00	0
T.LUÍS CORREIA, 1997, CORP, INCUMP)		24 940	0,10		25	0,00	0
TUROPA, 15/04/1999, CORP, INCUMP)		249 399	99,50		248 152	0,00	0
VOLTA, 4.172%, 16/02/2017, MTGE		18 278 177	100,00		18 278 176	102,74	18 779 409
sub-total		1 190 046 119			1 188 663 462		1 231 147 992
sub-total		3 512 511 701			3 652 106 283		4 004 118 067
total	93 831 097	3 512 511 701			3 652 106 283		4 004 118 067
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
21VIANET ADR, US, USD	100			12,72	1 272	12,73	1 273
AEGON, NA	7 892			6,69	52 761	6,26	49 382
AFRICADOS-AFRICA SUP	500			4,99	2 494	0,00	0
AGEAS, BB	34 400			29,01	997 853	29,50	1 014 800
AGRAN - AGRO QUIMICA ANGOLA	500			2,49	1 247	0,00	0

(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
AIR LIQUIDE, FP	25 114			90,26	2 266 844	102,80	2 581 723
AIRBUS GROUP, FP	1 094			43,94	48 075	41,33	45 220
AKZO NOBEL, NA	101 983			44,59	4 547 312	57,54	5 868 102
ALAR - MATERIAL AERONÁUTICO	1 000			9,93	9 926	0,00	0
ALAR-EMP. ANGOLANA MAT. AERONAUTICO	200			4,99	998	0,00	0
ALLIANZ, GY	70 602			104,94	7 408 712	138,05	9 746 442
ANGOL (Exp. Petroleo)	7 653			1,08	8 230	0,00	0
ANGOL (EXPL.PETRÓLEO)	555			4,99	2 768	0,00	0
ANHEUSER-BUSCH INBEV, BB	127 535			65,99	8 415 605	93,55	11 931 114
ARPEM - (ARM.PESCAS)	1 000			5,09	5 089	0,00	0
ASSOCIATED BRITISH FOODS, LN, GBP	591			34,61	20 454	40,48	23 924
ATLANTIA, IM	3 271			18,06	59 072	19,33	63 228
AXA, FP	240 739			16,05	3 862 786	19,21	4 623 393
BANCA INTESA, IM	2 289 314			1,67	3 812 088	2,42	5 544 719
BANCO COMERCIAL ANGOLA	10 848			4,40	47 767	0,00	0
BANCO CRED. COM. INDUS.	12 943			5,21	67 443	0,00	0
BANCO SANTANDER, SM	1 098 557			6,79	7 463 029,69	7,00	7 685 505
BANCO STANDART TOTTA	1 491			2,63	3 917	0,00	0
BARCLAYS, LN, GBP	551 089			3,00	1 650 587	3,13	1 722 816
BASF, GY	166 844			69,30	11 562 720	70,08	11 692 245
BAYER, GY	68 609			80,90	5 550 545	113,45	7 783 448
BBVA, SM	533 492			7,58	4 043 796	7,85	4 190 046
BELGACOM, BB	177 754			22,26	3 956 841	30,06	5 342 397
BMW, GY	954			86,37	82 396	89,81	85 675
BNP PARIBAS, FP	203 315			52,52	10 677 439	49,21	10 004 174
BRITISH TELECOM, LN, GBP	5 019			5,19	26 035	5,15	25 871
BONA ADR, US, USD	39 116			4,35	170 103	5,82	227 782
BONA, US, USD	4 165 926			8,66	36 073 917	11,65	48 518 403
C. CERVEJAS REF. MAC. MAHON	14 955			2,91	43 584	0,00	0
C. CIMENTOS MOÇAMBIQUE	2			399,04	798	0,00	0
C. SEGUROS ANGOLA	1 650			6,51	10 743	0,00	0
C.A.D.A (AGRICULTURA)	500			21,43	10 714	0,00	0
C.BOROR - NOMINATIVAS	1 500			1,83	2 738	0,00	0
C.BOROR - PORTADOR	500			2,49	1 245	0,00	0
C.BOROR COMERCIAL	1 500			0,10	150	0,00	0
C.CABINDA	2 600			0,50	1 297	0,00	0
C.RESSEGURO MOÇAMBIQUE	500			4,99	2 494	0,00	0
C.S. MUND. CONF. MOÇAMBIQUE	6 978			11,18	77 987	0,00	0
C.SEGUROS LUSITANA	100			1,50	150	0,00	0
C.TEXTIL PUNGUE	1 735			4,98	8 644	0,00	0
Cª SEGUROS NAUTICUS	155 275			0,59	91 763	0,00	0
Cª SEGUROS NAUTICUS ANGOLA	3 000			0,00	0	0,00	0
CAP GEMINI, FP	741			53,21	39 427	59,45	44 051
CARREFOUR, FP	106 125			25,32	2 687 560	25,28	2 682 316
CHINA HUARONG ASSET MANAGEMENT, CH, CNY	500 000 000			0,26	130 456 172	0,26	130 456 172
CHINA YUCHAI, US, USD	582 662			14,53	8 463 994	15,64	9 113 542
CICOMO (CORDOARIAS)	6 302			4,48	28 216	0,00	0
COMMERZBANK, GY	4 568			11,28	51 515	10,98	50 157
COMP GERAL ANGOLA	41			7,37	302	0,00	0
COMP. AGRÍCOLA NEVES	400			1,95	781	0,00	0
COMP. ILHA DO PRÍNCIPE	700			4,48	3 139	0,00	0
COMP. SEG. UNIVERSAL ANGOLA	103 628			1,16	120 250	0,00	0
COMP. VIDREIRA MOÇAMBIQUE	420			3,80	1 596	0,00	0
COMP. ZAMBEZIA	10 000			0,64	6 399	0,00	0
COMP.AÇÚCAR DE ANGOLA	670			13,16	8 819	0,00	0
COMP.BUZI	2 000			1,32	2 640	0,00	0
COMP.CELULOSE U.PORT.	9 461			4,99	47 191	0,00	0
COMP.SEGUROS FIDELIDADE ATLÂNTICA	2 060			12,25	25 239	0,00	0
COMPª DE MOÇAMBIQUE	4 018			1,42	5 718	0,00	0
CONFABRIL-C.FABRIL	4 000			2,49	9 976	0,00	0

(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
CONTINENTAL S.A. S.A.	750			6,03	4 519	0,00	0
CONTINENTAL S.A. S.B	1 250			1,21	1 506	0,00	0
CREDIT SUISSE GROUP, VX, CHF	2 600			21,49	55 872	20,85	54 218
DAIICHI SANKYO, JP, JPY	29 800			11,85	353 045	11,62	346 261
DAIMLER, GY	17 460			61,15	1 067 745	69,20	1 208 256
DANONE, FP	177 120			48,04	8 509 081	54,35	9 626 472
DASSAULT, FP	482			47,57	22 930	50,48	24 331
DEUTSCHE BANK, GY	267 506			39,80	10 647 169	25,06	6 703 700
DEUTSCHE POST, GY	1 122			26,86	30 138	27,08	30 389
DEUTSCHE TELEKOM, GY	6 428			12,05	77 464	13,28	85 364
DIA, SM	240 025			4,66	1 118 546	5,63	1 350 621
DIAMANG	7 600			2,73	20 758	0,00	0
DNB, NO, NOK	2 493			14,88	37 091	12,24	30 521
E.ON, GY	172 204			25,18	4 335 285	14,25	2 453 046
EDF, FP	950 365			23,13	21 982 425	22,83	21 692 081
EDP RENOVAVEIS, PL	10 607			4,68	49 680	5,40	57 305
ENAGAS, SM	68 163			15,31	1 043 693	26,13	1 780 759
ENEL, IM	683 811			3,79	2 588 925	3,70	2 527 365
ENI SPA, IM	621 400			17,12	10 636 486	14,51	9 016 514
FERROVIAL, SM	2 023			16,12	32 620	16,42	33 210
FINMECCANICA, IM	7 129			7,05	50 279	7,73	55 122
FOMENTO PREDIAL DE MOÇAMBIQUE	635			4,27	2 708	0,00	0
FRESENIUS MEDICARE, GY	20 468			49,78	1 018 978	61,74	1 263 694
FRESENIUS, GY	582			38,34	22 314	43,14	25 107
GDF (EX. SUEZ), FP	93 600			36,68	3 433 351	19,43	1 818 648
HENNES & MAURITZ, SS, SEK	1 038			33,77	35 057	34,66	35 981
HERMES, FP	3			0,00	0	294,80	884
HIDRO ELECT. A. CATUMBELA	8 991			4,99	44 847	0,00	0
HIDRO ELECTRICA REVUE	127			4,61	586	0,00	0
HOSPITAL CORACAO CAUT 90	50			49,88	2 494	0,00	0
HUABAO INTERNATIONAL, HK, HKD	25 086 000			0,59	14 890 446	0,67	16 862 523
HUGO BOSS, GY	398			102,25	40 695	101,79	40 512
IBERDROLA, SM	10 931			4,92	53 834	5,60	61 181
ICBC 6% PREFERED SHARES, HK	99 000 000			1,00	99 000 000	1,03	101 625 480
ILIAD, FP	14 944			117,54	1 756 481	198,40	2 964 890
INDITEX, SM	2 995			23,51	70 400	23,71	70 996
INDIVIOR, LN, GBP	216			1,49	322	1,92	414
INFINEON, GY	4 132			7,98	32 987	8,83	36 483
ING Groep, NA	640 743			8,64	5 536 158	10,83	6 939 247
INST INVESTIGATION REPARACION DE VEHICULOS	11			2 957,45	32 532	2 957,45	32 532
IRISH BANK RESOLUTION, ID	446			15,21	6 784	0,00	0
JAZZTEL, SM	1 771			10,31	18 268	12,55	22 226
JIMMY CHOO, LN, GBP	181 218			1,76	318 925	2,21	400 639
K+S, GY	2 512			23,34	58 639	22,92	57 570
KAZMUNAIGAS GDR, LI, USD	2 240			12,04	26 977	11,49	25 738
KBC GROUPE, BB	1 327			42,57	56 490	46,46	61 647
L' OREAL, FP	296			122,43	36 241	139,15	41 190
LIBERBANK, SM	75 536			0,72	54 046	0,67	50 971
LVMH, FP	20 373			130,70	2 662 815	132,15	2 692 299
MABOR (M.ANG.BORRACHA)	145			4,99	723	0,00	0
MABOR MOÇAMBIQUE	1 000			5,02	5 023	0,00	0
MARINE HARVEST, NO, NOK	522 224			10,05	5 248 707	11,37	5 937 251
METALURGIA CASAL	64			3,77	241	0,00	0
MINDRAY MEDICAL ADR, US, USD	173 378			24,22	4 198 978	21,74	3 768 482
MOELLER MAERSK, DC, DKK	37			1 703,90	63 044	1 605,04	59 386
MOTA ENGLIL AFRICA, NA	53			0,00	0	7,10	376
MUNCHENER RUCK, GY	23 878			135,50	3 235 570	166,05	3 964 870
NATIXIS, FP	6 780			5,55	37 598	5,48	37 184
NESTE OIL, FH	1 333			19,91	26 538	20,06	26 740
NEW CHINA LIFE INSURANCE, HK, HKD	39 907 100			2,88	114 749 542	4,13	164 849 335

(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
NEW ORIENTAL EDUCATION ADR, US, USD	490 797			14,30	7 015 997	16,81	8 250 693
NIKKISO, JP, JPY	1 346 500			8,91	11 997 424	7,71	10 384 080
NOKIA, FH	197 819			7,72	1 526 690	6,56	1 297 693
NORSK HYDRO, NO, NOK	12 398			4,66	57 741	4,69	58 192
NOVARTIS, VX, CHF	532			56,97	30 308	76,78	40 847
NOVINVEST (SOC.N.INVEST.)	500			10,49	5 245	0,00	0
OCADO, LN, GBP	2 351			4,11	9 674	5,13	12 068
ONIAGUAS EMP.A.M.MAÇÃO	1 500			0,17	249	0,00	0
PADDY POWER, ID	654			62,53	40 898	68,42	44 747
PANDORA, DC, DKK	737			50,13	36 945	67,68	49 881
PERFECT WORLD ADR, US, USD	520 614			16,04	8 349 609	12,98	6 757 991
PETRANGOL (PETROLEOS ANGOLA)	44			2,49	110	0,00	0
PHILIPS, NA	77 440			24,87	1 925 805	24,15	1 870 176
PING AN INSURANCE, HK, HKD	12 506 818			6,44	80 515 713	8,39	104 920 741
PLANTACAO CUEMBA	190			0,00	0	0,00	0
PLAYTECH, LN, GBP	4 525			8,37	37 880	8,82	39 923
POOL ESP. RIESGOS AMBIENTAL	1			29 780,73	29 781	0,00	0
POOL ESPANOL GRANDES RIESGOS	1			137 935,99	137 936	0,00	0
PRODIS	34			0,25	9	0,00	0
QIHOO 360 TECHNOLOGY ADR, US, USD	573 577			52,10	29 883 324	47,14	27 037 157
RECKITT BENCKISER, LN, GBP	543			65,30	35 456	66,89	36 321
RED ELECTRICA, SM	415			61,05	25 338	73,21	30 382
RENAULT, FP	38 740			44,44	1 721 592	60,53	2 344 932
REPSOL, SM	100 874			19,14	1 930 593	15,54	1 567 582
RHJ, BB	2 683 246			3,90	10 469 152	4,61	12 369 764
RYANAIR, ID	6 171			9,54	58 845	9,79	60 421
SAFRAN, FP	1 146			48,36	55 418	51,17	58 643
SALVATORE FERRAGAMO, IM	1 281			21,46	27 486	20,39	26 122
SANAD (C. ASSURANCE)	423			5,06	2 142	0,00	0
SANOFI-SYNTHELABO, FP	173 696			68,86	11 960 940	75,50	13 114 105
SAP, GY	176 958			57,98	10 260 905	58,31	10 318 397
SAUL (SOC.ADM.URD.M.)	1 147			2,10	2 405	0,00	0
SHIRE, LN, GBP	816			57,02	46 528	58,20	47 489
SHUI ON DEVELOPMENT PERPETUAL, USD	5 000 000			0,83	4 153 361	0,82	4 087 390
SIEMENS, GY	162 769			86,87	14 140 484	93,95	15 292 092
SINA, US, USD	1 598 654			34,74	55 529 874	30,80	49 232 908
SOC. ALGODOEIRA DO AMBRIZ- NOM.	111			0,50	56	0,00	0
SOC.AGRÍCOLA DO CASSEQUEL	8 260			4,35	35 971	0,00	0
SOC.AGRÍCOLA DO INCOMATI	100			8,73	873	0,00	0
SOCAJU-SOC.COM.IND.CAJU	66 000			0,50	32 921	0,00	0
SOCIETE GENERALE, FP	82 507			37,07	3 058 202	34,99	2 886 920
SOGERE SOC.G.SERV.REF.	100			5,01	501	0,00	0
SONEFE - NOMINATIVAS	5 371			1,83	9 823	0,00	0
SONEFE - PORTADOR	282			1,60	451	0,00	0
SOUFUN ADR, US, USD	5 047 165			7,44	37 558 243	6,08	30 679 580
ST.GOBAIN, FP	54 342			34,27	1 862 442	35,23	1 914 469
SUEZ ENVIRONNEMENT, FP	2 105			11,51	24 221	14,43	30 379
SUNCOKE ENERGY PARTNERS, US, USD	119 049			21,74	2 588 365	22,26	2 649 456
TCMF	22 222			9,07	201 535	9,45	210 087
TELEFONICA, SM	437 996			18,96	8 302 916	11,90	5 212 217
TOM TAILOR, GY	6 028 050			9,95	60 000 004	11,93	71 884 496
TOTAL FINA, FP	422 351			44,03	18 594 535	42,52	17 956 257
TRANSPORT INFRASTRUCTURE INVESTMENT COMPANY	1 281 000			5,00	6 403 813	5,60	7 173 600
UNICREDIT, IM	340 873			8,09	2 757 515	5,34	1 818 558
UNILEVER, NA	152 409			28,09	4 281 025	32,64	4 973 878
UNIONE DI BANCHE ITALIANE, IM	30			11,92	358	5,96	179
UPM KYMMENE, FH	4 230			13,68	57 877	13,61	57 587
URALKALI GDR, LI, USD	349 659			9,79	3 424 027	9,64	3 369 583
VALEO, FP	50 201			55,24	2 773 071	103,60	5 200 824
VERIZON COMMUNICATIONS, US, USD	11			23,11	254	38,84	427

(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
VINCI, FP	135 780			41,10	5 580 343	45,51	6 179 348
VIVENDI, FP	114 690			17,57	2 015 429	20,69	2 372 363
VODAFONE, LN, GBP	233			2,31	539	2,86	666
VOLKSWAGEN PFD, GY	42 188			171,38	7 230 233	184,90	7 800 561
YOUKU ADR, US, USD	500 902			14,02	7 022 119	14,66	7 343 757
sub-total	721 008 627				1 000 395 478		1 101 033 860
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
AXA EUROPE ACTIONS C, FIM	46			84,30	3 878	120,61	5 548
BCP GLOBAL SICAV INSTITUTIONAL EURO EQUITIES - I, FIM	25 600			57,64	1 475 499	91,12	2 332 672
CAAM OBL. INTL. (EUR) I SI, FIM	46			307,85	14 161	547,59	25 189
DB X-TRACKERS EURO STOXX 50 ETF - 1C, FIM	8 543			29,04	248 101	39,65	338 730
DB X-TRACKERS II EUROPE SY ETF, FIM	5 961			106,11	632 507	116,56	694 814
DB X-TRACKERS SOV. EUROZONE ETF, FIM	597			166,88	99 629	219,31	130 928
GREFF, FII	26 242			78,98	2 072 534	91,94	2 412 688
HYPO DOW DJ EURO STOXX 50 ETF, FIM	34 163			30,27	1 034 177	31,74	1 084 334
INVESCO ABSOLUTE RETURN BOND FUND E, FIM	11 142			2,20	24 484	2,82	31 420
INVESCO ACTIONS EUROPE SI., FIM	13 345			42,01	560 634	54,28	724 380
INVESCO FUNDS GREATER CHINA EQUITY FD A, FIM	484			33,13	16 033	38,35	18 561
INVESCO MULTI PATRIMOINE A, FIM	3 787			9,11	34 494	9,98	37 794
INVESCO MULTI PATRIMOINE E, FIM	21 921			20,41	447 467	22,90	501 993
INVESCO MULTI STRATEGIE E, FIM	1 229			22,71	27 915	29,00	35 641
INVESCO NIPPON SMALL / MID CAP EQUITY A, FIM	1 362			12,28	16 731	7,08	9 641
ISHARES EURO CORPORATE (FIM)	5 041			123,30	621 578	134,85	679 779
ISHARES IBOXX EUR LIQUID SOVEREIGNS (FIM)	3 199			113,88	364 298	122,00	390 278
LYXOR ETF, FIM	711			109,87	78 115	101,93	72 472
MAGNUM CAPITAL, FIM	9 563 253			1,00	9 533 285	0,78	7 418 200
MARGUERITE FUND, FEI	1 957 500			1,00	1 957 500	1,12	2 183 406
PALATINE MONETAIRE-D, FIM	3			522,78	1 336	477,13	1 219
SIMBAD ACTIONS EUROPE C FCP SDEC, FIM	58			200,91	11 676	231,72	13 467
TISHMAN SPEYER ESOF SCOTS FEEDER (FII)	5 848 861			0,96	5 634 050	0,91	5 310 415
TISHMAN SPEYER EUROPEAN CORE FUND (FII)	1 067 189			9,18	9 791 814	7,34	7 828 853
sub-total	18 600 283				34 701 896		32 282 422
sub-total	739 608 910				1 035 097 374		1 133 316 282
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BGB, 3.25%, 28/09/2016, GOVT		1 850 000	104,58		1 934 799	106,51	1 970 472
BGB, 4%, 28/03/2017, GOVT		2 117 276	103,14		2 183 763	111,63	2 363 549
BGB, 5.5%, 28/03/2028, GOVT		841 300	98,13		825 595	156,47	1 316 416
BGB, FRN, 15/02/2016, GOVT		18 000 000	99,66		17 938 800	100,79	18 142 716
BOTS, CZ, 13/11/2015, GOVT		340 000	99,68		338 914	99,69	338 952
BTPS IL, 2.1% INFL, 15/09/2017, GOVT		488 000	105,71		515 874	121,32	592 039
BTPS IL, 2.35% INFL, 15/09/2019, GOVT		807 000	101,78		821 396	120,18	969 836
BTPS, 3%, 01/11/2015, GOVT		599 000	99,29		594 754	102,55	614 246
BTPS, 3%, 15/06/2015, GOVT		59 000	102,49		60 471	101,25	59 735
BTPS, 3.5%, 01/06/2018, GOVT		297 022 000	107,06		318 001 653	109,09	324 014 383
BTPS, 3.5%, 01/11/2017, GOVT		1 900 000	107,56		2 043 602	108,10	2 053 812
BTPS, 3.75%, 01/03/2021, GOVT		116 570 000	106,59		124 251 307	115,72	134 892 648
BTPS, 3.75%, 01/08/2016, GOVT		596 000	104,23		621 186	106,29	633 514
BTPS, 3.75%, 01/08/2021, GOVT		18 358 000	98,26		18 038 821	116,04	21 303 342
BTPS, 3.75%, 15/04/2016, GOVT		4 150 000	96,43		4 001 679	104,62	4 341 658
BTPS, 4%, 01/02/2017, GOVT		6 075 000	104,66		6 357 949	108,48	6 589 988
BTPS, 4%, 01/09/2020, GOVT		10 031 000	109,01		10 934 961	117,01	11 736 875
BTPS, 4.25%, 01/02/2015, GOVT		485 000	101,45		492 033	102,02	494 777
BTPS, 4.25%, 01/09/2019, GOVT		1 598 000	110,77		1 770 047	116,06	1 854 584
BTPS, 4.5%, 01/03/2019, GOVT		119 350 000	108,36		129 326 237	115,99	138 439 011
BTPS, 4.5%, 01/03/2024, GOVT		182 000	118,40		215 491,64	124,38	226 379
BTPS, 4.5%, 01/05/2023, GOVT		502 000	112,01		562 307	122,14	613 161
BTPS, 4.5%, 01/08/2018, GOVT		2 344 000	105,71		2 477 885	114,62	2 686 662
BTPS, 4.75%, 01/08/2023, GOVT		670 000	108,42		726 392,92	125,90	843 514
BTPS, 4.75%, 01/09/2021, GOVT		49 971 000	100,02		49 978 595	122,72	61 324 240

(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
BTPS, 4.75%, 15/09/2016, GOVT		11 402 000	108,76		12 400 446	108,09	12 324 133
BTPS, 5%, 01/03/2022, GOVT		34 100 000	116,41		39 694 105	125,35	42 743 509
BTPS, 5.25%, 01/08/2017, GOVT		40 726 000	111,74		45 508 998	113,61	46 268 189
BTPS, 5.5%, 01/09/2022, GOVT		46 199 000	112,21		51 838 698	130,07	60 089 828
BTPS, 9%, 01/11/2023, GOVT		1 754 000	145,01		2 543 546	160,66	2 818 054
BTPS, CZ, 01/08/2016, GOVT		30 000	92,35		27 705	99,01	29 702
BTPS, CZ, 01/11/2017, GOVT		30 000	87,01		26 103	97,98	29 395
BTPSH, CZ, 01/08/2018, GOVT		20 041 000	88,44		17 724 807	96,84	19 408 306
BTPSH, CZ, 01/08/2021, GOVT		27 532 000	76,29		21 003 671	90,64	24 955 831
BTPSH, CZ, 01/11/2015, GOVT		146 565	96,73		141 777	99,65	146 056
BTPSH, CZ, 01/11/2022, GOVT		16 945 000	75,16		12 735 361	87,32	14 795 696
BTPSH, CZ, 01/11/2023, GOVT		5 380	66,12		3 557	84,38	4 540
BTPSH, CZ, 01/11/2027, GOVT		111 000	53,14		58 984	70,89	78 691
BTPSH, CZ, 01/11/2029, GOVT		108 400	48,10		52 136	65,32	70 807
BTPSR, 4.25%, CZ, PD, 01/02/2015, GOVT		8 483 624	66,43		5 635 346	99,99	8 482 776
BTPSS, CZ, 01/02/2016, GOVT		2 089 100	95,74		2 000 043	99,48	2 078 153
BTPSS, CZ, 01/05/2015, GOVT		362 920	99,14		359 792	99,87	362 437
BTPSS, CZ, 01/05/2021, GOVT		1 850 000	76,68		1 418 594	90,71	1 678 117
BTPSS, CZ, 01/11/2018, GOVT		16 500 000	82,83		13 666 959	95,97	15 835 380
CCTS, FRN, 01/11/2018, GOVT		100 000	104,08		104 083	104,16	104 165
CCTS, FRN, 15/12/2015, GOVT		41 900 000	100,26		42 009 977	100,43	42 081 641
DBR, 1.5%, 04/09/2022, GOVT		15 900 000	99,70		15 852 936	109,77	17 454 214
DBR, 1.5%, 15/05/2023, GOVT		214 000	104,60		223 839	110,39	236 243
DBR, 1.75%, 04/07/2022, GOVT		165 000	103,29		170 425	112,08	184 938
DBR, 1.75%, 15/02/2024, GOVT		74 000	108,52		80 306	113,02	83 633
DBR, 3.25%, 04/01/2020, GOVT		995 000	101,57		1 010 608	119,41	1 188 173
DBR, 3.5%, 04/01/2016, GOVT		1 278 000	106,57		1 361 946	106,90	1 366 203
DBR, 3.75%, 04/01/2015, GOVT		5 550 000	106,29		5 898 908	103,51	5 745 022
DBR, 3.75%, 04/01/2017, GOVT		2 604 000	107,03		2 787 092	111,38	2 900 437
DBR, 3.75%, 04/01/2019, GOVT		1 552 000	105,01		1 629 799	118,99	1 846 785
DBR, 4%, 04/01/2018, GOVT		32 000	101,92		32 614	116,19	37 181
DBR, 4%, 04/01/2037, GOVT		1 615 000	92,42		1 492 515	156,30	2 524 264
DBR, 4.75%, 04/07/2028, GOVT		554 000	94,65		524 380	151,69	840 376
DBR, 4.75%, 04/07/2034, GOVT		300 000	104,04		312 114	164,81	494 422
DBR, 6%, 20/06/2016, GOVT		0	121,18		0	112,52	0
DBR, 6.25%, 04/01/2030, GOVT		368 130	105,58		388 680	180,97	666 210
DBR, 6.5%, 04/07/2027, GOVT		150 250	109,99		165 261	171,47	257 639
DBR, CZ, 04/07/2038, GOVT		30 000	51,71		15 513	70,26	21 078
DBR, CZ, 04/07/2039, GOVT		30 100	51,81		15 595	70,12	21 107
DBR, CZ, 04/07/2040, GOVT		17 560	50,59		8 884	68,73	12 069
FRTR, 1.75%, 25/05/2023, GOVT		15 800 000	95,43		15 077 150	110,10	17 396 558
FRTR, 3%, 25/04/2022, GOVT		33 000	114,26		37 705	119,89	39 565
FRTR, 3%, 25/10/2015, GOVT		500 000	105,59		527 965	102,95	514 728
FRTR, 3.25%, 25/04/2016, GOVT		242 000	102,77		248 703	106,08	256 716
FRTR, 3.5%, 25/04/2015, GOVT		1 400 000	107,35		1 502 891	103,45	1 448 332
FRTR, 3.5%, 25/04/2026, GOVT		300 000	104,25		312 750	128,34	385 012
FRTR, 4.25%, 25/04/2019, GOVT		2 366 000	107,32		2 539 153	120,22	2 844 428
FRTR, 4.25%, 25/10/2017, GOVT		1 089 000	100,46		1 093 980	112,76	1 227 958
FRTR, 4.25%, 25/10/2018, GOVT		365 000	107,30		391 634	116,27	424 386
FRTR, 4.25%, 25/10/2023, GOVT		1 338 000	104,58		1 399 308	131,70	1 762 195
FRTR, 5%, 25/10/2016, GOVT		730 000	113,39		827 730	110,01	803 094
FRTR, 5.5%, 25/04/2029, GOVT		931 570	100,49		936 137	158,48	1 476 325
FRTR, 5.53% CZ, CP05/02/01 25/10/2019, GOVT		1 742 935	36,45		635 279	99,11	1 727 458
FRTR, 5.576% CZ, CP05/02/01 25/04/2029, GOVT		7 272 250	21,61		1 571 366	81,15	5 901 576
FRTR, 5.75%, 25/10/2032, GOVT		67 000	111,57		74 751	167,06	111 927
FRTR, 6%, 25/10/2025, GOVT		250 000	131,97		329 915	152,75	381 866
FRTR, 8.5%, 25/10/2019, GOVT		0	150,81		1	142,11	0
FRTR, CZ, 25/04/2030, GOVT		51 720	60,15		31 111	78,52	40 611
FRTR, CZ, 25/04/2038, GOVT		14 197	43,81		6 220	62,95	8 937
FRTR, CZ, 25/04/2042, GOVT		203 697	38,32		78 054	56,99	116 095

(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
FRTR, CZ, 25/04/2043, GOVT		195 738	37,10		72 612	55,72	109 059
FRTR, CZ, 25/04/2044, GOVT		177 793	35,97		63 950	54,40	96 712
FRTR, CZ, 25/04/2045, GOVT		173 524	34,70		60 210	53,27	92 433
FRTR, CZ, 25/04/2046, GOVT		160 505	33,61		53 940	51,99	83 442
FRTR, CZ, 25/04/2047, GOVT		150 733	32,63		49 186	50,73	76 465
FRTR, CZ, 25/04/2048, GOVT		145 501	31,54		45 888	49,48	71 998
FRTR, CZ, 25/04/2049, GOVT		139 421	30,51		42 542	48,19	67 183
FRTR, CZ, 25/04/2050, GOVT		134 175	29,42		39 469	47,06	63 145
FRTR, CZ, 25/04/2051, GOVT		129 541	28,46		36 868	45,88	59 432
FRTR, CZ, 25/04/2052, GOVT		125 426	27,48		34 469	44,71	56 080
FRTR, CZ, 25/04/2053, GOVT		120 926	26,64		32 211	43,57	52 687
FRTR, CZ, 25/04/2054, GOVT		110 000	25,87		28 460	42,37	46 609
FRTR, CZ, 25/04/2055, GOVT		89 380	23,04		20 589	41,80	37 359
FRTR, CZ, 25/04/2056, GOVT		86 399	21,99		18 997	40,13	34 668
FRTR, CZ, 25/04/2057, GOVT		82 154	21,22		17 434	39,09	32 111
FRTR, CZ, 25/04/2058, GOVT		78 689	20,41		16 064	37,93	29 846
FRTR, CZ, 25/04/2059, GOVT		75 555	19,71		14 890	36,91	27 885
FRTR, CZ, 25/04/2060, GOVT		758 969	19,32		146 656	36,29	275 430
FRTR, CZ, 25/10/2015, GOVT		30 000	99,05		29 716	100,00	30 001
FRTR, CZ, 25/10/2019, GOVT		492 362	93,88		462 234	99,17	488 251
FRTR, CZ, 25/10/2020, GOVT		380 986	91,29		347 813	98,25	374 300
FRTR, CZ, 25/10/2021, GOVT		364 966	88,11		321 582	97,06	354 236
FRTR, CZ, 25/10/2022, GOVT		343 865	84,79		291 554	95,62	328 800
FRTR, CZ, 25/10/2023, GOVT		307 294	81,18		249 462	93,98	288 786
FRTR, CZ, 25/10/2024, GOVT		414 858	77,85		322 962	91,42	379 280
FRTR, CZ, 25/10/2025, GOVT		325 015	74,14		240 951	88,86	288 795
FRTR, CZ, 25/10/2026, GOVT		260 349	71,82		186 985	86,48	225 142
FRTR, CZ, 25/10/2027, GOVT		322 577	69,11		222 918	84,71	273 239
FRTR, CZ, 25/10/2028, GOVT		297 642	65,99		196 409	81,82	243 534
FRTR, CZ, 25/10/2029, GOVT		244 564	63,47		155 215	79,59	194 639
FRTR, CZ, 25/10/2030, GOVT		294 231	59,40		174 783	77,45	227 894
FRTR, CZ, 25/10/2031, GOVT		317 179	57,61		182 737	75,27	238 750
FRTR, CZ, 25/10/2032, GOVT		345 490	55,18		190 638	73,25	253 075
FRTR, CZ, 25/10/2033, GOVT		278 111	52,98		147 335	71,20	198 018
FRTR, CZ, 25/10/2034, GOVT		367 896	51,28		188 641	69,45	255 507
FRTR, CZ, 25/10/2035, GOVT		260 043	49,15		127 816	67,59	175 766
FRTR, CZ, 25/10/2036, GOVT		278 684	47,07		131 171	65,76	183 271
FRTR, CZ, 25/10/2037, GOVT		139 828	46,70		65 298	64,00	89 497
FRTRD, CZ, 25/04/2016, GOVT		476 591	99,23		472 923	99,99	476 558
FRTRD, CZ, 25/04/2039, GOVT		210 034	43,59		91 554	61,40	128 965
FRTRD, CZ, 25/04/2040, GOVT		180 562	41,67		75 244	60,04	108 413
FRTRD, CZ, 25/04/2041, GOVT		159 583	40,09		63 969	58,80	93 835
FRTRD, CZ, 25/10/2038, GOVT		185 181	44,14		81 737	62,49	115 712
NETHER, 2.75%, 15/01/2015, GOVT		200 000	105,30		210 598	102,69	205 374
NETHER, 7.5%, 15/01/2023, GOVT		661 120	115,37		762 750	162,35	1 073 340
NETHERLANDS, 3.5%, 15/07/2020, GOVT		9 000	111,52		10 037	119,95	10 795
NETHERLANDS, 3.75%, 15/01/2023, GOVT		13 000	113,72		14 784	129,41	16 823
NETHERLANDS, 4%, 15/07/2019, GOVT		1 144 000	104,86		1 199 649	119,67	1 368 991
NETHERLANDS, 4.5%, 15/07/2017, GOVT		1 295 557	110,48		1 431 280	113,48	1 470 244
NETHERLANDS, CZ, 15/01/2026, GOVT		52 262	75,09		39 245	89,76	46 913
NETHERLANDS, CZ, 15/01/2028, GOVT		20 850	70,41		14 681	85,68	17 864
NETHERLANDS, CZ, 15/01/2031, GOVT		51 542	64,62		33 309	80,80	41 645
NETHERLANDS, CZ, 15/01/2035, GOVT		50 819	57,40		29 168	74,23	37 725
NETHERLANDS, CZ, 15/07/2015, GOVT		3 590 000	94,56		3 394 841	99,99	3 589 462
OAT IL, 1.6% INFL, 25/07/2015, GOVT		10 150 000	107,23		10 883 769	121,01	12 282 544
OAT IL, 2.25% INFL, 25/07/2020, GOVT		480 000	115,64		555 084	140,46	674 218
OAT IL, 3.4% INFL, 25/07/2029, GOVT		1 948 000	144,96		2 823 749	188,91	3 679 921
OLOD, CZ, 28/03/2021, GOVT		5 140	86,92		4 468	97,26	4 999
OLOD, CZ, 28/03/2029, GOVT		51 974	62,09		32 270	80,65	41 919
OLOD, CZ, 28/03/2033, GOVT		30 650	52,16		15 986	72,35	22 174

(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
OLOD, CZ, 28/03/2038, GOVT		38 005	42,72		16 237	63,31	24 061
OLOD, CZ, 28/03/2039, GOVT		51 827	41,34		21 426	61,68	31 968
OLOD, CZ, 28/03/2040, GOVT		51 735	39,86		20 622	59,93	31 007
OLOD, CZ, 28/03/2041, GOVT		51 482	38,84		19 995	58,79	30 267
OLOD, CZ, 28/09/2021, GOVT		3 580 000	83,68		2 995 799	96,88	3 468 197
OLOR, 8% CZ, PD 28/03/2015, GOVT		27 750 000	40,19		11 152 573	100,03	27 758 603
RAGB, 3.5%, 15/07/2015, GOVT		21 000	103,52		21 740	103,47	21 728
RAGB, 3.5%, 15/09/2021, GOVT		553 000	99,21		548 608	122,11	675 296
RAGB, 4.65%, 15/01/2018, GOVT		10 000	110,40		11 040	118,31	11 831
SGLT, CZ, 20/11/2015, GOVT		332 000	99,69		330 966	99,72	331 083
SPGB, 3%, 30/04/2015, GOVT		3 960 000	98,63		3 905 805	102,84	4 072 610
SPGB, 3.15%, 31/01/2016, GOVT		174 000	97,27		169 251	105,84	184 157
SPGB, 3.8%, 30/04/2024, GOVT		20 000	108,11		21 621	122,25	24 450
SPGB, 3.8%, 31/01/2017, GOVT		9 228 000	99,98		9 226 110	109,89	10 140 858
SPGB, 4%, 30/07/2015, GOVT		87 000	103,75		90 263	103,74	90 252
SPGB, 4.10%, 30/07/2018, GOVT		258 442 000	109,95		284 168 825	113,35	292 943 653
SPGB, 4.2%, 31/01/2037, GOVT		117 000	98,18		114 866	129,21	151 174
SPGB, 4.25%, 31/10/2016, GOVT		32 775 000	107,43		35 208 919	107,68	35 290 571
SPGB, 4.3%, 31/10/2019, GOVT		36 937 000	110,08		40 659 241	116,83	43 152 991
SPGB, 4.4%, 31/10/2023, GOVT		261 000	113,19		295 422	124,81	325 759
SPGB, 4.6%, 30/07/2019, GOVT		56 060 000	111,53		62 521 116	118,49	66 424 653
SPGB, 4.8%, 31/01/2024, GOVT		338 000	108,63		367 157	132,10	446 482
SPGB, 5.5%, 30/04/2021, GOVT		107 851 000	117,76		127 010 261	130,35	140 585 699
SPGB, 5.50%, 30/07/2017, GOVT		6 071 000	110,87		6 731 187	114,57	6 955 676
SPGB, 5.75%, 30/07/2032, GOVT		5 090 000	122,19		6 219 548	149,72	7 620 800
SPGBR, CZ, 30/04/2021, GOVT		33 500 000	76,43		25 602 627	93,15	31 204 915
SPGBR, CZ, 30/07/2018, GOVT		16 100 000	85,68		13 794 123	97,46	15 691 382
SPGBS, CZ, 30/04/2015, GOVT		5 000	98,42		4 921	99,88	4 994
SPGBS, CZ, 30/07/2017, GOVT		207 761	91,33		189 749	98,38	204 389
SPGBS, CZ, 30/07/2018, GOVT		510 385	91,43		466 657	97,20	496 099
SPGBS, CZ, 30/07/2019, GOVT		64 262	84,85		54 526	95,97	61 675
SPGBS, CZ, 30/07/2020, GOVT		63 438	79,76		50 596	94,26	59 797
SPGBS, CZ, 30/07/2021, GOVT		60 800 000	70,25		42 712 102	92,26	56 096 512
SPGBS, CZ, 30/07/2025, GOVT		5 593	59,36		3 320	81,19	4 541
SPGBS, CZ, 31/01/2016, GOVT		1 226 200	95,68		1 173 180	99,52	1 220 253
SPGBS, CZ, 31/01/2022, GOVT		451 527	77,62		350 457	91,13	411 454
SPGBS, CZ, 31/01/2024, GOVT		5 472	64,73		3 542	85,95	4 703
SPGBS, CZ, 31/01/2025, GOVT		120 375	60,93		73 348	82,68	99 530
SPGBS, CZ, 31/01/2026, GOVT		119 306	57,31		68 369	78,99	94 241
SPGBS, CZ, 31/01/2028, GOVT		116 700	49,33		57 563	71,00	82 862
SPGBS, CZ, 31/10/2016, GOVT		38 000	98,17		37 305	99,01	37 623
sub-total		1 684 597 276			1 727 325 152		1 884 030 231
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
BASQUE GOVT, 4.15%, 28/10/2019, GOVT		3 400 000	99,75		3 391 602	114,96	3 908 799
sub-total		3 400 000			3 391 602		3 908 799
2.2.2.3 - De outros emissores							
21VIANET, 6.875%, 26/06/2017, CORP, CNY		3 715 598	92,95		3 453 603	97,23	3 612 496
ABBEEY NATIONAL, 1.75%, 15/01/2018, CORP		6 300 000	99,77		6 285 628	105,18	6 626 156
ABBEEY NATIONAL, 3.375%, 08/06/2015, CORP		900 000	104,58		941 220	103,19	928 753
ABBEEY NATIONAL, 3.375%, 20/10/2015, CORP		2 250 000	99,09		2 229 570	102,88	2 314 749
ABBEEY NATIONAL, 3.625%, 05/10/2017, CORP		1 000 000	105,49		1 054 900	110,15	1 101 470
ABBEEY NATIONAL, 3.625%, 08/09/2016, CORP		200 000	101,25		202 490	106,85	213 690
ABBEEY NATIONAL, 3.625%, 14/10/2016, CORP		10 400 000	101,25		10 529 764	106,30	11 054 956
ABENGOA FINANCE, 8.875%, 05/02/2018, CORP		175 000	108,00		189 000	98,68	172 693
ABENGOA, 8.5%, 31/03/2016, CORP		200 000	109,30		218 608	101,52	203 045
ABN AMRO, 3.625%, 06/10/2017, CORP		2 278 000	107,11		2 440 031	109,66	2 497 943
ABN AMRO, CMS, 10/06/2019, CORP, FLOOR 4.7%, EST]		5 000 000	99,10		4 955 211	106,25	5 312 311
ABN AMRO, FRN, 05/12/2017, CORP		100 000	100,19		100 191	101,01	101 007
ABN AMRO, FRN, 06/03/2019, CORP		100 000	100,20		100 195	101,98	101 979
AKZO, 4%, 17/12/2018, CORP		500 000	112,79		563 950	112,99	564 967

(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
ANHEUSER-BUSCH INBEV, 1.25%, 24/03/2017, CORP		1 230 000	99,67		1 225 916	103,02	1 267 118
ANHEUSER-BUSCH INBEV, FRN, 29/03/2018, CORP		100 000	100,00		100 000	100,28	100 281
ANZ BANK, 5.125%, 10/09/2019, CORP		100 000	100,15		100 155	119,27	119 268
AT&T, 1.45%, 01/06/2022, CORP, CALL		100 000	99,71		99 714	102,21	102 205
AT&T, FRN, 04/06/2019, CORP		100 000	100,00		100 000	100,13	100 133
AUTOROUTES PARIS, FRN, 31/03/2019, CORP		100 000	100,47		100 473	100,72	100 725
BANCA CARIGE, 3.75%, 25/11/2016, CORP		8 000 000	100,59		8 047 114	105,53	8 442 789
BANCA INTESA, FRN, 27/10/2015, CORP		650 000	90,20		586 321	99,81	648 758
BANCAJA FIN CAVALE, 4.375%, 14/02/2017, CORP		1 800 000	92,97		1 673 395	110,56	1 990 073
BANCO FINANTIA, FRN, 04/05/2015, CORP, CALL		5 000 000	99,99		4 999 563	50,57	2 528 285
BANCO POPULAR ESPANHOL, 3.5%, 11/09/2017, CORP		100 000	99,78		99 776	108,82	108 824
BANCO POPULAR ESPANHOL, 3.75%, 22/01/2019, CORP		2 400 000	99,45		2 386 848	115,60	2 774 447
BANCO POPULAR ESPANHOL, 4%, 18/10/2016, CORP		1 500 000	101,68		1 525 249	106,96	1 604 339
BANCO SABADELL, 3.375%, 23/01/2018, CORP		4 500 000	100,70		4 531 500	111,82	5 032 005
BANCO SABADELL, 3.625%, 16/02/2015, CORP		5 000 000	99,10		4 954 850	103,34	5 167 161
BANCO SABADELL, 4.25%, 24/01/2017, CORP		1 900 000	102,54		1 948 264	111,50	2 118 510
BANCO SABADELL, 6.25%, 26/04/2020, CORP		23 950 000	107,00		25 627 648	117,40	28 118 045
BANCO SANTANDER, 3.125%, 28/01/2015, CORP		2 100 000	100,50		2 110 500	103,00	2 163 006
BANCO SANTANDER, 3.125%, 28/09/2015, CORP		2 500 000	93,65		2 341 236	102,85	2 571 370
BANCO SANTANDER, 4.125%, 09/01/2017, CORP		1 600 000	100,90		1 614 460	111,71	1 787 333
BANKINTER, 2.75%, 26/07/2016, CORP		500 000	99,65		498 240	104,40	521 995
BANKINTER, 3.875%, 30/10/2015, CORP		200 000	99,69		199 372	103,34	206 673
BANKINTER, 4.125%, 22/03/2017, CORP		50 000	99,72		49 861	111,34	55 668
BARCLAYS, 4%, 20/01/2017, CORP		11 650 000	108,08		12 591 682	111,28	12 964 449
BARCLAYS, FRN, 02/11/2015, TRANCHE A, CORP, EST		32 000 000	97,30		31 135 168	109,27	34 965 333
BARCLAYS, FRN, 02/11/2015, TRANCHE B, CORP, EST		2 000 000	99,73		1 994 507	109,27	2 185 333
BASF, 5.125%, 09/06/2015, CORP		250 000	105,06		262 655	104,97	262 416
BBVA SENIOR FIN, 3.25%, 21/03/2016, CORP		2 000 000	101,06		2 021 260	105,85	2 117 093
BBVA SENIOR FINANCE, 3.25%, 23/04/2015, CORP		18 250 000	99,15		18 094 148	102,64	18 732 135
BBVA SENIOR FINANCE, 3.75%, 17/01/2018, CORP		10 900 000	102,55		11 178 102	112,74	12 288 915
BBVA SENIOR FINANCE, 3.875%, 06/08/2015, CORP		6 600 000	99,90		6 593 571	103,55	6 834 275
BBVA, 3.5%, 24/01/2021, CORP		2 600 000	100,03		2 600 780	120,40	3 130 396
BBVA, 3.625%, 18/01/2017, CORP		5 250 000	99,61		5 229 338	110,24	5 787 402
BBVA, 4.25%, 30/03/2015, CORP		500 000	102,97		514 850	104,12	520 578
BBVSM (HIPOTECARIAS), 3.5%, 25/02/2015, CORP		5 500 000	96,92		5 330 379	103,38	5 686 066
BCP FINANCE BANK, FRN, 21/12/2016, CORP, CALL		100 000	100,27		100 265	88,65	88 647
BEI, 2.625%, 15/03/2018, CORP		195 000	101,50		197 925	110,43	215 330
BEI, 4%, 15/10/2037, CORP		11 210 000	99,30		11 130 984	150,26	16 844 576
BEI, 4.625%, 15/04/2020, CORP		100 000	104,29		104 290	126,46	126 465
BEI, 8%, 11/10/2016, CORP		819 525	112,77		924 176	114,84	941 106
BELFIUS BANK, 1.125%, 22/05/2017, CORP		100 000	99,97		99 968	101,80	101 798
BFCM, FRN, 10/02/2016, CORP		1 500 000	96,38		1 445 700	100,06	1 500 919
BFCM, FRN, 20/03/2019, CORP		100 000	99,85		99 852	101,11	101 112
BMW FINANCE, 2.125%, 13/01/2015, CORP		1 830 000	99,83		1 826 798	102,09	1 868 216
BNP PARIBAS, 2.875%, 13/07/2015, CORP		2 055 000	101,15		2 078 617	102,70	2 110 504
BNP PARIBAS, 2.875%, 24/10/2022, CORP		2 500 000	99,83		2 495 700	114,86	2 871 515
BNP PARIBAS, 2.875%, 27/11/2017, CORP		4 000 000	99,70		3 987 960	107,40	4 296 112
BNP PARIBAS, 3%, 24/02/2017, CORP		1 000 000	101,71		1 017 100	108,25	1 082 469
BNP PARIBAS, 3.75%, 25/11/2020, CORP		5 487 000	99,77		5 474 528	117,53	6 448 973
BNP PARIBAS, 4.125%, 14/01/2022, CORP		230 000	106,14		244 127	125,90	289 579
BP, 2.177%, 16/02/2016, CORP		2 880 000	100,00		2 880 000	103,98	2 994 643
BPCE, 1.75%, 14/03/2016, CORP		2 500 000	99,57		2 489 275	103,09	2 577 350
BPCE, 2%, 24/04/2018, CORP		1 600 000	101,49		1 623 840	106,25	1 700 005
BPCE, 2.75%, 16/02/2017, CORP		1 500 000	99,95		1 499 310	107,90	1 618 528
BPCE, 2.875%, 22/09/2015, CORP		650 000	101,88		662 220	102,63	667 119
BPCE, 3.75%, 21/07/2017, CORP		8 850 000	108,52		9 603 589	110,11	9 744 705
BPCE, FRN, 28/05/2018, CORP		100 000	99,88		99 880	100,88	100 879
BPE FINANCIACIONES, 2.5%, 01/02/2017, CORP		1 600 000	100,25		1 603 970	104,48	1 671 735
BPE FINANCIACIONES, 2.875%, 19/05/2016, CORP		1 900 000	101,78		1 933 820	103,94	1 974 920
BPU BANCA, FRN, 30/10/2018, CORP, CALL		100 000	100,49		100 487	97,94	97 937

(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
BULGARIAN ENERGY, 4.25%, 07/11/2018, CORP		200 000	98,20		196 400	97,69	195 376
CAISSE CC IMMOB, 3.75%, 22/01/2015, CORP		6 740 000	101,58		6 846 365	103,66	6 986 480
CAIXABANK, 4%, 16/02/2017, CORP		2 000 000	99,53		1 990 600	111,13	2 222 699
CAIXABANK, 4.625%, 04/06/2019, CORP		150 000	117,15		175 725	120,65	180 969
CAJAMM, 3.625%, 05/10/2016, CORP		3 050 000	98,30		2 998 080	106,50	3 248 373
CAJAMM, 4.375%, 30/11/2015, CORP		3 900 000	99,12		3 865 740	103,57	4 039 253
CBA, 2.625%, 12/01/2017, CORP		4 250 000	99,64		4 234 870	107,45	4 566 825
CBA, 4.25%, 06/04/2018, CORP		700 000	110,82		775 726	115,40	807 808
CBA, 4.25%, 10/11/2016, CORP		50 000	103,01		51 505	107,99	53 994
CBA, 4.375%, 25/02/2020, CORP		3 500 000	100,34		3 511 740	123,44	4 320 456
CBA, FRN, 17/09/2017, CORP		200 000	99,85		199 698	100,19	200 377
CELF 2007-1X B, FRN, 03/05/2023, MTGE		100 000	100,52		100 517	94,05	94 046
CGD Suc Paris, FRN, 31/05/2016, CORP, EST)		40 000 000	98,82		39 527 195	98,51	39 405 778
CITIGROUP, 3.5%, 05/08/2015, CORP		5 000 000	94,29		4 714 502	103,28	5 163 759
CITIGROUP, 4.75%, 31/05/2017, CORP, CALL)		28 250 000	98,31		27 771 459	98,88	27 934 448
COMMERZBANK, 4.125%, 13/09/2016, CORP, CALL)		200 000	98,88		197 752	99,05	198 093
COMPAGNIE DES AUTOROUTES, 5%, 24/05/2021, CORP		50 000	123,61		61 803	127,02	63 512
CORSAIR, CMS, 16/01/2017, CORP, CAP 4.78%, EST)		15 000 000	98,17		14 725 427	110,00	16 500 383
CREDIT AGRICOLE, 1.75%, 12/03/2018, CORP		100 000	99,95		99 953	105,50	105 500
CREDIT AGRICOLE, 3%, 20/07/2015, CORP		5 500 000	99,77		5 487 497	102,81	5 654 657
CREDIT AGRICOLE, 3.875%, 12/01/2021, CORP		600 000	98,20		589 188	124,12	744 748
CREDIT AGRICOLE, 4.5%, 29/01/2016, CORP		1 000 000	107,80		1 078 000	108,80	1 088 025
CREDIT SUISSE, 2.875%, 24/09/2015, CORP		100 000	99,71		99 708	102,64	102 643
DAIMLER, 2%, 05/05/2017, CORP		3 040 000	99,35		3 020 362	105,23	3 198 842
DAIMLER, 2.125%, 27/06/2018, CORP		1 660 000	99,53		1 652 277	107,12	1 778 270
DAIMLER, 4.125%, 19/01/2017, CORP		340 000	110,79		376 686	111,69	379 744
DAIMLER, 6.125%, 08/09/2015, CORP		250 000	99,50		248 738	105,90	264 760
DANSKE BANK, 2.5%, 09/07/2015, CORP		1 455 000	100,68		1 464 867	102,34	1 489 071
DANSKE BANK, 3.875%, 18/05/2016, CORP		3 600 000	99,47		3 581 075	107,34	3 864 346
DANSKE BANK, 3.875%, 28/02/2017, CORP		510 000	101,55		517 885	110,86	565 374
DANSKE BANK, 4.1%, 16/03/2018, CORP, CALL)		119 000	86,58		103 027	103,65	123 344
DB (Silver Creek), CZ HF, 30/09/2016, CORP, EST)		10 000 000	99,43		9 942 740	88,34	8 834 000
DEUTSCH BAHN FIN, 4.75%, 14/03/2018, CORP		1 019 000	109,76		1 118 410	117,93	1 201 704
DEXIA MUN AGENCY, 4.5%, 13/11/2017, CORP		360 000	106,08		381 902	112,95	406 608
DIAGEO FINANCE, 1.125%, 20/05/2019, CORP, CALL)		150 000	99,80		149 703	103,47	155 206
DNB NOR, 2.75%, 20/04/2015, CORP		1 605 000	102,04		1 637 742	102,24	1 640 924
DONG, 4%, 16/12/2016, CORP		2 210 000	107,41		2 373 695	106,54	2 354 631
E.ON, 5.25%, 08/09/2015, CORP		1 533 000	99,92		1 531 804	105,01	1 609 845
E.ON, 5.5%, 19/01/2016, CORP		1 290 000	99,70		1 286 187	110,51	1 425 614
EADS FINANCE, 4.625%, 12/08/2016, CORP		5 100 000	109,22		5 570 400	108,24	5 520 069
EDF, 3.875%, 18/01/2022, CORP		4 900 000	98,99		4 850 314	124,59	6 104 807
EDF, 5.125%, 23/01/2015, CORP		2 100 000	109,64		2 302 377	105,04	2 205 799
EDF, 5.5%, 25/10/2016, CORP		2 000 000	112,47		2 249 340	109,95	2 199 072
EDF, 6.25%, 25/01/2021, CORP		4 250 000	112,07		4 762 898	137,97	5 863 849
EDP FINANCE, 2.625%, 15/04/2019, CORP		20 200 000	99,30		20 057 696	105,28	21 267 561
EDP FINANCE, 3.25%, 16/03/2015, CORP		93 503 000	96,36		90 102 345	102,96	96 271 803
EDP FINANCE, 3.75%, 22/06/2015, CORP		14 559 000	97,71		14 225 607	103,06	15 004 011
EDP FINANCE, 4.625%, 13/06/2016, CORP		15 539 000	104,48		16 234 937	107,19	16 656 552
EDP FINANCE, 4.75%, 26/09/2016, CORP		44 112 000	101,37		44 717 868	107,10	47 245 947
EDP FINANCE, 4.875%, 14/09/2020, CORP		1 900 000	110,23		2 094 370	115,94	2 202 793
EDP FINANCE, 5.75%, 21/09/2017, CORP		29 272 000	104,64		30 629 845	112,95	33 062 167
EDP FINANCE, 5.875%, 01/02/2016, CORP		17 680 000	107,36		18 981 808	110,37	19 512 874
E-HOUSE, 2.75%, 15/12/2018, CORP, USD, CONV		1 647 311	90,16		1 485 192	88,51	1 457 989
ENBW, 4.25%, 19/10/2016, CORP		2 000 000	108,41		2 168 240	107,33	2 146 500
ENEL FINANCE INTL, 4%, 14/09/2016, CORP		918 000	98,58		905 001	106,61	978 713
ENEL FINANCE INTL, 4.625%, 24/06/2015, CORP		1 282 000	99,81		1 279 500	104,37	1 337 979
ENEL, 3.5%, 26/02/2016, CORP		2 500 000	103,38		2 584 375	106,26	2 656 461
ENEL, 4.125%, 12/07/2017, CORP		360 000	108,78		391 597	110,71	398 563
ENEL, 4.875%, 20/02/2018, CORP		8 760 000	108,72		9 523 807	116,44	10 199 764
ENEL, 5.25%, 14/01/2015, CORP		15 457 000	105,46		16 301 521	105,17	16 255 761

(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
ENEL, 5.25%, 20/06/2017, CORP		9 915 000	101,39		10 053 233	114,18	11 320 889
ENEL, FRN, 14/01/2015, CORP		250 000	99,50		248 750	100,53	251 331
ENEL, FRN, 20/02/2018, CORP		45 000	108,24		48 708	108,96	49 033
ENI, 4%, 29/06/2015, CORP		250 000	105,42		263 550	103,76	259 396
ENI, 4.75%, 14/11/2017, CORP		17 800 000	110,76		19 714 465	112,55	20 034 727
ENI, 4.875%, 11/10/2017, CORP		2 200 000	108,78		2 393 250	112,69	2 479 243
ENI, 5%, 28/01/2016, CORP		400 000	108,05		432 202	109,41	437 622
ENI, FRN, 11/10/2017, CORP		140 000	108,22		151 510	107,24	150 137
ENI, FRN, 29/06/2015, CORP		14 140 000	102,02		14 425 232	100,30	14 182 832
EUROC VII-X A, FRN, 17/04/2023, MTGE		35 758	100,08		35 787	99,08	35 429
EUROPEAN COMMUNITY, 3.125%, 27/01/2015, CORP		950 000	100,87		958 272	103,08	979 249
FGA CAPITAL IRELAND, 2.875%, 26/01/2018, CORP		800 000	101,33		810 650	106,25	850 011
FORTIS BANK, 4%, 03/02/2015, CORP		6 250 000	102,71		6 419 515	103,93	6 495 833
FORTIS BANK, 4.25%, 23/03/2021, CORP, CALL)		9 320 000	95,13		8 865 652	106,50	9 925 540
GAS NATURAL, 4.375%, 02/11/2016, CORP		350 000	108,43		379 512	107,39	375 876
GAS NATURAL, 5%, 13/02/2018, CORP		1 800 000	113,85		2 049 352	117,77	2 119 883
GDF SUEZ, 5%, 23/02/2015, CORP		8 920 000	106,52		9 501 983	104,90	9 357 104
GDF SUEZ, 6.375%, 18/01/2021, CORP		2 861 000	100,60		2 878 247	139,49	3 990 693
GE CAPITAL FNDNG, 2.875%, 18/06/2019, CORP		295 000	100,00		294 989	111,95	330 246
GE CAPITAL FNDNG, 4.125%, 27/10/2016, CORP		13 250 000	104,33		13 823 665	107,15	14 197 983
GE CAPITAL FNDNG, 4.25%, 01/03/2017, CORP		330 000	101,13		333 738	111,96	369 479
GE CAPITAL FNDNG, 5.375%, 16/01/2018, CORP		995 000	111,00		1 104 421	119,91	1 193 128
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 22/02/2016, CORP		15 812 000	98,71		15 608 412	100,10	15 827 613
GIE SUEZ ALLIANCE, 5.75%, 24/06/2023, CORP		57 000	99,32		56 613	141,15	80 457
GLOBAL SHIP, 10%, 01/10/2019, CORP, USD		8 236 554	100,72		8 295 445	106,50	8 771 930
GLORIOUS PROPERTY, 13%, 25/10/2015, CORP, USD		14 413 969	82,31		11 864 434	93,99	13 548 170
GOLDMAN SACHS, CMS, 06/02/2018, CORP, EST)		25 000 000	96,75		24 186 520	114,54	28 635 366
GRAN MORTGAGES 2003-3 2A, FRN, 20/01/2044, MTGE		2 217	92,85		2 059	99,79	2 213
GRAN MORTGAGES 2004-3 2A, FRN, 20/09/2044, MTGE		2 273	104,84		2 383	99,57	2 263
HARBM 9X B, FRN, 08/05/2023, MTGE		100 000	101,44		101 441	92,13	92 126
HBOS, FRN, 01/09/2016, CORP, CALL)		50 000	101,27		50 637	99,83	49 914
HIDRO E. REVUE, 5%, 1955, CORP, INCUMP)		90	97,66		88	0,00	0
HIDRO E. REVUE, 5%, 1957, CORP, INCUMP)		75	98,36		74	0,00	0
HIDRO E. REVUE, 5%, 1959, CORP, INCUMP)		269	92,72		250	0,00	0
HOME INNS, 2%, 15/12/2015, CORP, USD, CONV		40 359 114	92,74		37 429 880	98,34	39 688 704
HOPSON, 11.75%, 21/01/2016, CORP, USD, CALL)		14 413 969	93,82		13 523 828	105,66	15 229 976
HSBC, 3.375%, 20/01/2017, CORP, COV		550 000	100,60		553 285	109,91	604 478
HSBC, 3.875%, 24/10/2018, CORP		2 500 000	99,30		2 482 450	113,90	2 847 573
HSBC, 4%, 15/01/2021, CORP		2 050 000	99,50		2 039 667	123,78	2 537 503
HSBC, 4.875%, 30/05/2017, CORP		8 200 000	90,61		7 429 699	113,24	9 285 481
HSBC, FRN, 30/09/2020, CORP, CALL)		100 000	94,44		94 440	99,19	99 190
IBERDROLA, 3.5%, 01/02/2021, CORP		300 000	101,24		303 723	117,67	353 013
IBERDROLA, 3.5%, 13/10/2016, CORP		2 600 000	96,41		2 506 670	105,76	2 749 826
ING BANK, 1.25%, 13/12/2019, CORP		100 000	99,75		99 750	103,25	103 254
ING BANK, 3.375%, 03/03/2015, CORP		4 950 000	103,34		5 115 163	103,07	5 101 951
ING BANK, 4.25%, 13/01/2017, CORP		590 000	106,79		630 045	111,92	660 326
ING BANK, 4.75%, 31/05/2017, CORP		14 365 000	112,11		16 104 819	113,00	16 232 153
ING BANK, 5.25%, 06/05/2018, CORP		170 000	114,19		194 123	120,40	204 673
ING GROEP, FRN, 11/04/2016, CORP		9 340 000	97,29		9 087 038	100,05	9 344 848
INTESA SANPAOLO, 3%, 28/01/2019, CORP		200 000	99,71		199 428	110,27	220 532
INTESA SANPAOLO, 3.25%, 28/04/2017, CORP		520 000	105,23		547 178	108,59	564 659
INTESA SANPAOLO, 3.375%, 19/01/2015, CORP		3 400 000	100,12		3 404 052	103,33	3 513 163
INTESA SANPAOLO, 3.375%, 24/01/2025, CORP		500 000	99,42		497 090	124,17	620 840
INTESA SANPAOLO, 3.625%, 05/12/2022, CORP		200 000	99,03		198 060	121,17	242 343
INTESA SANPAOLO, 3.75%, 23/11/2016, CORP		24 700 000	87,75		21 674 250	105,43	26 040 076
INTESA SANPAOLO, 3.875%, 01/04/2015, CORP		3 300 000	101,54		3 350 820	103,74	3 423 516
INTESA SANPAOLO, 4%, 09/11/2017, CORP		7 662 000	106,38		8 150 486	109,10	8 359 385
INTESA SANPAOLO, 4.125%, 19/09/2016, CORP		9 200 000	106,27		9 777 140	106,97	9 840 876
INTESA SANPAOLO, 4.75%, 15/06/2017, CORP		9 950 000	98,53		9 803 970	111,97	11 140 590
INTESA SANPAOLO, 4.875%, 10/07/2015, CORP		6 400 000	105,11		6 726 980	104,46	6 685 630

(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
INTESA SANPAOLO, FRN, 11/01/2016, CORP		100 000	99,79		99 793	100,93	100 927
INTESA SANPAOLO, FRN, 18/05/2017, CORP		1 000 000	98,85		988 522	98,70	987 004
INTESA SANPAOLO, FRN, 30/03/2015, CORP		100 000	99,93		99 925	100,22	100 222
ITALCEMENTI FINANCE, 6.125%, 21/02/2018, CORP		170 000	108,39		184 255	116,42	197 911
JOHNSON & JOHSON, 4.75%, 06/11/2019, CORP		50 000	99,47		49 735	121,18	60 588
JPM, 3.75%, 15/06/2016, CORP		3 530 000	100,80		3 558 410	106,96	3 775 565
JPM, 5.25%, 14/01/2015, CORP		2 850 000	105,84		3 016 303	105,17	2 997 277
JPM, FRN, 02/03/2015, CORP		13 950 000	93,41		13 030 476	100,06	13 958 334
JPM, FRN, 31/03/2018, CORP, CALL)		100 000	98,00		98 000	99,89	99 888
KBC, 2%, 31/01/2023, CORP		200 000	99,24		198 480	112,66	225 321
KBC, 4.375%, 26/10/2015, CORP		600 000	105,11		630 660	103,89	623 311
KBC, 4.5%, 27/03/2017, CORP		2 000 000	111,00		2 220 000	112,52	2 250 315
KPN, 4.75%, 17/01/2017, CORP		980 000	108,89		1 067 079	112,77	1 105 193
LA CAIXA, 4.25%, 26/01/2017, CORP		1 800 000	102,99		1 853 871	111,91	2 014 421
LAFARGE, 5.375%, 26/06/2017, CORP		1 800 000	110,78		1 994 030	113,43	2 041 667
LAFARGE, 5.375%, 29/11/2018, CORP		1 047 000	116,20		1 216 591	117,13	1 226 349
LAFARGE, 7.625%, 24/11/2016, CORP		1 528 000	118,70		1 813 736	115,05	1 757 948
LANDSBANKI ISLAND, FRN, 18/05/2012, CORP, INCUMP)		50 000	99,85		49 925	4,20	2 102
LINDE FINANCE, 6.75%, 08/12/2015, CORP		1 500 000	114,95		1 724 280	106,45	1 596 800
LLOYDS, 3.375%, 17/03/2015, CORP		600 000	105,35		632 100	103,01	618 044
LLOYDS, 3.375%, 20/04/2015, CORP		1 330 000	104,06		1 383 988	103,25	1 373 197
LLOYDS, 3.75%, 07/09/2015, CORP		4 700 000	98,82		4 644 536	103,52	4 865 276
LLOYDS, 4.625%, 02/02/2017, CORP		10 583 000	109,46		11 584 220	112,97	11 955 599
LLOYDS, 6.375%, 17/06/2016, CORP		720 000	104,30		750 965	112,01	806 485
LLOYDS, FRN, 10/09/2019, CORP		100 000	99,85		99 850	99,98	99 983
MALIN 2007-1X D, FRN, 07/05/2023, MTGE		100 000	100,27		100 268	88,72	88 715
MAN AG, 1%, 21/09/2015, CORP		750 000	99,75		748 125	100,64	754 783
MAN AG, 2.125%, 13/03/2017, CORP		3 300 000	99,68		3 289 341	105,70	3 488 127
MEDIOBANCA, 6.5%, 12/02/2018, CORP, EST)		300 000	99,02		297 064	118,02	354 069
MET LIFE, 2.375%, 11/01/2023, CORP		260 000	96,53		250 975	112,41	292 266
METRO FINANCE, 4.25%, 22/02/2017, CORP		172 000	108,91		187 323	111,28	191 405
MORGAN STANLEY, 2.375%, 31/03/2021, CORP		335 000	99,62		333 720	109,15	365 653
MORGAN STANLEY, CMS, 04/02/2018, CORP , EST)		10 000 000	96,21		9 621 150	113,80	11 380 139
MORGAN STANLEY, FRN, 13/04/2016, CORP		150 000	97,14		145 710	100,23	150 347
MORGAN STANLEY, FRN, 19/11/2019, CORP		100 000	99,98		99 975	100,05	100 047
NAB, 2.625%, 13/01/2017, CORP		4 250 000	100,05		4 251 935	107,52	4 569 664
NAB, 2.75%, 08/08/2022, CORP		185 000	106,00		196 095	115,08	212 906
NAB, 3.5%, 23/01/2015, CORP		13 095 000	100,64		13 179 355	103,44	13 545 134
NAB, 4.75%, 15/07/2016, CORP		270 000	104,77		282 881	109,05	294 443
NAB, 5.5%, 20/05/2015, CORP		300 000	99,57		298 703	105,34	316 027
NATIONWIDE BLDG, 3.125%, 03/04/2017, CORP		7 310 000	106,73		7 801 808	108,36	7 921 245
NEDERLANDSE GAS, 5.125%, 31/03/2017, CORP		4 900 000	101,43		4 970 218	114,47	5 609 241
NORDEA BANK, 2.75%, 11/08/2015, CORP		100 000	99,74		99 738	102,58	102 582
NORDEA BANK, 3.5%, 18/01/2017, CORP		2 000 000	99,76		1 995 272	110,21	2 204 268
NORDEA BANK, 3.75%, 24/02/2017, CORP		6 940 000	100,86		6 999 943	110,50	7 668 487
NORDEA BANK, 4%, 29/06/2020, CORP		50 000	110,67		55 335	120,49	60 247
NOSTRUM 2003 1A, FRN, 15/06/2046, MTGE		8 343 135	99,87		8 332 188	95,80	7 992 621
OHECP 2007-1X B, FRN, 15/08/2023, MTGE		90 457	100,13		90 571	98,43	89 034
OHECP 2007-1X C1, FRN, 15/08/2023, MTGE		90 457	99,39		89 907	97,94	88 597
PEUGEOT, 7.375%, 06/03/2018, CORP		160 000	112,00		179 200	121,33	194 124
PFIZER, 4.55%, 15/05/2017, CORP		5 000 000	104,46		5 223 108	112,63	5 631 506
PFIZER, 4.75%, 03/06/2016, CORP		1 700 000	106,10		1 803 706	109,03	1 853 542
PFIZER, 5.75%, 03/06/2021, CORP		5 750 000	112,23		6 453 156	133,76	7 691 428
POHJOLA BANK, 3%, 08/09/2017, CORP		2 650 000	99,57		2 638 553	108,13	2 865 339
PORTUGAL TELECOM INT FIN, 4.375%, 24/03/2017, CORP		6 332 000	99,87		6 323 913	106,65	6 753 087
PORTUGAL TELECOM INT FIN, 4.625%, 08/05/2020, CORP		1 100 000	105,99		1 165 934	104,30	1 147 312
PORTUGAL TELECOM INT FIN, 5.625%, 08/02/2016, CORP		38 035 000	106,69		40 580 365	108,50	41 266 443
PORTUGAL TELECOM INT FIN, 5.875%, 17/04/2018, CORP		10 700 000	108,26		11 584 337	111,66	11 947 271
PROCTER & GAMBLE, 5.125%, 24/10/2017, CORP		1 696 000	111,86		1 897 135	114,63	1 944 053
QIHOO, 0.5%, 15/08/2020, CORP, USD, CONV		22 650 523	84,75		19 196 005	86,99	19 704 684

(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
RABOBANK, 3.5%, 17/10/2018, CORP		4 740 000	99,27		4 705 398	112,10	5 313 311
RABOBANK, 3.75%, 09/11/2020, CORP		200 000	96,88		193 768	112,30	224 596
RABOBANK, 4%, 11/01/2022, CORP		4 850 000	99,09		4 805 817	125,78	6 100 497
RABOBANK, 4.125%, 14/01/2020, CORP		8 260 000	99,61		8 227 920	121,32	10 021 344
RABOBANK, 4.25%, 16/01/2017, CORP		18 050 000	99,96		18 043 332	112,00	20 216 848
RABOBANK, 4.375%, 05/05/2016, CORP		1 000 000	99,73		997 305	108,34	1 083 387
RABOBANK, 4.75%, 06/06/2022, CORP		39 000	120,55		47 014	129,99	50 698
RABOBANK, 4.75%, 15/01/2018, CORP		1 987 000	107,46		2 135 187	117,63	2 337 403
RED ELECTRICA FIN, 3.5%, 07/10/2016, CORP		8 850 000	99,83		8 835 148	105,59	9 344 810
RED ELECTRICA FIN, 4.75%, 16/02/2018, CORP		5 900 000	95,70		5 646 300	116,82	6 892 637
REN FINANCE, 4.75%, 16/10/2020, CORP		1 950 000	106,69		2 080 405	115,13	2 244 977
RENAULT CREDIT BANQUE, 5.625%, 13/03/2015, CORP		500 000	107,26		536 280	105,19	525 937
RENAULT CREDIT BANQUE, FRN, 13/06/2017, CORP		50 000	100,33		50 163	100,50	50 249
REPSOL INTL FINANCE, 4.25%, 12/02/2016, CORP		2 000 000	99,64		1 992 840	107,79	2 155 786
REPSOL INTL FINANCE, 4.875%, 19/02/2019, CORP		100 000	115,87		115 867	119,44	119 442
RHIPO 8 B, FRN, 19/01/2044, MTGE		200 000	100,75		201 506	63,74	127 472
ROBERT BOSCH, 4.375%, 19/05/2016, CORP		50 000	103,59		51 795	108,32	54 159
ROBERT BOSCH, 5.125%, 12/06/2017, CORP		1 100 000	110,57		1 216 298	114,68	1 261 461
ROCHE, 5.625%, 04/03/2016, CORP		239 000	110,52		264 141	110,89	265 018
ROCHE, 6.5%, 04/03/2021, CORP		8 030 000	119,26		9 576 186	140,79	11 305 684
ROYAL BANK SCOTLAND, 4.375%, 10/02/2015, CORP		1 150 000	100,69		1 157 929	104,21	1 198 398
ROYAL BANK SCOTLAND, 4.875%, 20/01/2017, CORP		10 429 000	110,05		11 476 894	113,51	11 838 466
ROYAL MAIL, 2.375%, 29/07/2024, CORP, CALL)		100 000	99,48		99 482	106,82	106 824
RWE FINANCE, 5%, 10/02/2015, CORP		11 991 000	106,40		12 758 630	104,91	12 579 201
SAMPO HOUSING 2.75%, 19/10/2016, CORP		3 850 000	99,83		3 843 609	105,21	4 050 701
SANOFI-AVENTIS, 4.125%, 11/10/2019, CORP		277 000	101,60		281 428	118,56	328 398
SANOFI-AVENTIS, 4.5%, 18/05/2016, CORP		1 000 000	105,60		1 056 025	108,54	1 085 446
SANPAOLO IMI, FRN, 20/02/2018, CORP		1 878 000	98,25		1 845 096	97,21	1 825 567
SANTANDER INTL DEBT, 3.5%, 10/03/2015, CORP		6 650 000	100,00		6 650 000	103,13	6 858 435
SANTANDER INTL DEBT, 4.625%, 21/03/2016, CORP		4 700 000	104,25		4 899 700	108,53	5 101 018
SANTANDER ISSUAN, 4.5%, 30/09/2019, CORP, CALL)		17 800 000	97,59		17 371 691	97,22	17 305 803
SCHNEIDER ELECTRIC, 5.375%, 08/01/2015, CORP		2 600 000	104,36		2 713 421	105,30	2 737 779
SHELL INT FIN, 4.375%, 14/05/2018, CORP		4 483 000	104,32		4 676 840	116,18	5 208 163
SHELL INT FIN, 4.5%, 09/02/2016, CORP		1 000 000	105,69		1 056 917	108,69	1 086 898
SHELL INT FIN, 4.625%, 22/05/2017, CORP		250 000	98,46		246 156	113,05	282 627
SINA, 1%, 01/12/2018, CORP, USD, CONV		90 602 092	86,02		77 933 013	92,58	83 882 437
SKANDINAV ENSKIL, 1.875%, 14/11/2019, CORP		900 000	99,27		893 425	106,90	962 068
SKANDINAV ENSKIL, 3.75%, 19/05/2016, CORP		3 250 000	100,75		3 274 375	107,10	3 480 715
SKANDINAV ENSKIL, 3.875%, 12/04/2017, CORP		2 050 000	105,00		2 152 500	110,86	2 272 694
SNAM, 4.375%, 11/07/2016, CORP		450 000	107,39		483 246	107,87	485 404
SNAM, FRN, 17/10/2016, CORP		100 000	99,91		99 910	100,82	100 818
SOCIETE GENERAL, 2.375%, 13/07/2015, CORP		3 000 000	99,93		2 997 780	102,20	3 065 872
SOCIETE GENERAL, 3%, 31/03/2015, CORP		3 200 000	101,09		3 234 914	102,56	3 281 801
SOCIETE GENERAL, 4%, 20/04/2016, CORP		800 000	104,45		835 624	107,58	860 620
SOCIETE GENERAL, 5%, 27/03/2019, CORP		700 000	116,97		818 811	123,92	867 453
SODEXO, 1.75%, 24/01/2022, CORP, CALL)		150 000	99,95		149 921	106,40	159 603
SONEFE, 5%, 1960 emis, CORP, INCUMP)		499	49,90		249	0,00	0
SOUFUN, 2%, 15/12/2018, CORP, USD, CONV		41 182 769	86,13		35 469 780	89,29	36 771 637
STANDARD CHARTERED, 1.625%, 20/11/2018, CORP		100 000	99,51		99 506	103,59	103 587
STANDARD CHARTERED, 1.75%, 29/10/2017, CORP		2 000 000	99,88		1 997 540	103,66	2 073 141
STANDARD CHARTERED, 3.875%, 20/10/2016, CORP		2 400 000	99,62		2 390 904	106,91	2 565 945
SVENSKA HANDELSBANKEN, 4.375%, 20/10/2021, CORP		1 500 000	99,87		1 498 095	125,03	1 875 435
TELEFONICA, 3.661%, 18/09/2017, CORP		50 000	108,37		54 185	109,20	54 598
TELEFONICA, 4.375%, 02/02/2016, CORP		900 000	105,11		946 016	108,14	973 273
TELEFONICA, 4.797%, 21/02/2018, CORP		8 400 000	110,42		9 275 552	116,98	9 826 370
TELEFONICA, 5.496%, 01/04/2016, CORP		5 900 000	106,89		6 306 481	110,28	6 506 801
TELEFONICA, FRN, 02/06/2015, CORP		5 100 000	102,47		5 226 115	100,74	5 137 517
TELEFONICA, FRN, 26/03/2016, CORP		100 000	99,90		99 900	100,16	100 161
TELENOR ASA, 1.75%, 15/01/2018, CORP		5 000 000	99,10		4 955 050	105,67	5 283 404
TERNA, 2.875%, 16/02/2018, CORP		6 410 000	104,22		6 680 346	109,32	7 007 527

(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
TERNA, 4.125%, 17/02/2017, CORP		2 150 000	100,78		2 166 813	111,21	2 390 983
TOTAL CAPITAL, 4.875%, 28/01/2019, CORP		600 000	108,24		649 440	122,82	736 902
TOYOTA, 2.375%, 01/02/2023, CORP		40 000	99,13		39 650	114,07	45 626
TOYOTA, 6.625%, 03/02/2016, CORP		1 922 000	113,78		2 186 760	112,90	2 169 993
TWINKLE PIZZA, 6.625%, 01/08/2021, CORP, GBP, CALL)		19 257 928	99,10		19 083 820	104,45	20 115 756
UBS AG LONDON, 3.875%, 02/12/2019, CORP		100 000	105,63		105 632	117,21	117 208
UNICREDITO ITALIANO, 1.875%, 31/01/2019, CORP		1 300 000	99,54		1 294 072	107,51	1 397 666
UNICREDITO ITALIANO, 3.25%, 14/01/2021, CORP		125 000	99,43		124 285	112,40	140 503
UNICREDITO ITALIANO, 3.375%, 11/01/2018, CORP		5 980 000	99,98		5 978 699	110,11	6 584 356
UNICREDITO ITALIANO, 4%, 31/01/2018, CORP		2 000 000	109,30		2 186 000	114,56	2 291 265
UNICREDITO ITALIANO, 5%, 31/10/2021, CORP		600 000	122,87		737 190	128,98	773 854
UNICREDITO ITALIANO, CMS, 04/12/2017, CORP		10 000 000	95,50		9 550 267	106,18	10 618 322
UNICREDITO ITALIANO, FRN, 18/02/2015, CORP		10 870 000	96,89		10 531 520	100,02	10 871 667
UNICREDITO ITALIANO, FRN, 22/01/2016, CORP		200 000	99,88		199 759	101,21	202 419
UNICREDITO ITALIANO, FRN, 31/07/2015, CORP		6 100 000	97,11		5 923 960	99,76	6 085 073
UNLEVERAGED EUROPEAN ABS 11 (127), FRN, 24/10/2018, CORP		873 163	68,43		597 536	114,75	1 001 922
UNLEVERAGED EUROPEAN ABS 12 (131), FRN, 24/10/2018, CORP		498 627	86,80		432 832	112,94	563 148
UNLEVERAGED EUROPEAN ABS 13 (137), FRN, 24/10/2018, CORP		32 639 105	124,12		40 512 832	114,72	37 444 625
VERBUND, 4.75%, 17/04/2015, CORP		1 400 000	105,56		1 477 784	104,58	1 464 099
VINCI, 3.375%, 30/03/2020, CORP		100 000	112,25		112 251	115,77	115 766
VOLKSWAGEN FIN, 2.125%, 19/01/2015, CORP		400 000	101,92		407 672	102,08	408 302
VOLKSWAGEN FIN, 3.5%, 02/02/2015, CORP		930 000	104,40		970 883	103,44	961 951
VOLKSWAGEN FIN, FRN, 15/04/2019, CORP		100 000	100,00		100 000	101,22	101 224
VOLKSWAGEN LEASING, 2.625%, 15/01/2024, CORP		30 000	107,77		32 332	115,63	34 688
VOLKSWAGEN LEASING, 2.75%, 13/07/2015, CORP		2 200 000	99,49		2 188 832	102,59	2 257 010
VOLKSWAGEN LEASING, 3.375%, 03/06/2016, CORP		4 600 000	99,88		4 594 689	106,29	4 889 433
VOLVO, FRN, 16/05/2016, CORP		100 000	100,00		100 000	100,77	100 770
WELLS FARGO, 4.125%, 03/11/2016, CORP		1 200 000	100,25		1 202 976	107,13	1 285 590
WELLS FARGO, FRN, 23/03/2016, CORP		11 850 000	95,72		11 343 154	100,13	11 865 193
WESTPAC SECURITIES, FRN, 10/03/2017, CORP		130 000	99,85		129 805	100,38	130 492
WESTPAC, 2.125%, 09/07/2019, CORP		2 500 000	99,78		2 494 375	108,86	2 721 546
WESTPAC, 2.125%, 16/02/2016, CORP		2 000 000	99,88		1 997 560	104,06	2 081 267
WESTPAC, 3.875%, 20/03/2017, CORP		6 300 000	102,94		6 484 956	110,84	6 983 167
WESTPAC, 4.25%, 22/09/2016, CORP		50 000	99,74		49 869	108,06	54 032
XINGTAO ASSETS, 3.3%, 09/10/2022, CORP		1 000 000 000	100,00		1 000 000 000	97,75	977 475 000
YY, 2.25%, 01/04/2019, CORP, USD, CONV		2 059 138	89,61		1 845 176	92,44	1 903 416
sub-total		2 668 672 615			2 666 156 147		2 744 805 671
sub-total		4 356 669 891			4 396 872 901		4 632 744 701
total	833 440 007	4 356 669 891			5 431 970 275		5 766 060 983
2.4 - Derivados de cobertura							
SWAP 5753307 PA CGD LONDRES 2021		40 000 000	0,00		-	11,35	4 540 640
SWAP 5753307 PP CGD LONDRES 2021		-40 000 000	0,00			32,87	-13 147 198
SWAP 5578 PA CGD LONDRES 2023		668 155	0,00			22,38	149 513
SWAP 5578 PP CGD LONDRES 2023		(668 155)	0,00			22,81	-152 437
sub-total		0,00					-8 609 482
3 - TOTAL GERAL	833 522 925	7 869 209 026			9 669 870 427		10 305 875 628

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativos a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (Correções) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores em Euros)

Rubricas	Provisão para Sinistros em 30 de Abril de 2014 (1)	Custos com Sinistros Montantes Pagos no Exercício * (3)	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2014* (4)	Reajustamentos (3)+(2)-(-1)
Vida	109 408 485	19 735 511	70 030 476	(19 642 498)
Não vida				
Acidentes e doença				
Acidentes de trabalho	784 634 188	45 796 758	708 225 857	(30 611 573)
Acidentes pessoais	15 893 883	2 407 484	13 066 801	(419 598)
Doença	43 607 899	4 008 050	8 360 372	(31 239 477)
Incêndio e outros danos	137 688 263	21 588 849	73 156 898	(42 942 516)
Automóvel				
Responsabilidade civil	514 249 982	41 694 828	367 577 638	(104 977 516)
Outros	40 719 816	(5 031 897)	16 767 203	(28 984 510)
Marítimo e transportes	3 246 720	1 129 447	2 415 031	297 758
Aviação	3 210 004	31 422	3 044 498	(134 084)
Mercadorias transportadas	7 370 084	1 367 351	4 572 626	(1 430 107)
Responsabilidade civil	114 405 845	5 372 444	102 609 442	(6 423 959)
Crédito e cauções	607 753	(63 597)	704 214	32 864
Proteção Jurídica	7 279 238	292 520	3 398 151	(3 588 567)
Assistência	9 383 438	696 143	1 577 869	(7 109 426)
Outros	10 630 278	2 032 803	3 635 670	(4 961 805)
Total	1 692 927 391	121 322 605	1 309 112 270	(262 492 516)
Total	1 802 335 876	141 058 116	1 379 142 746	(282 135 014)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Discriminação dos custos com sinistros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores em Euros)

Rubricas	Montantes Pagos Prestações (1)	Montantes Pagos Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros* (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e doença				
Acidentes de trabalho	74 076 706	10 551 450	1 803 102	86 431 258
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	4 821 117	1 123 948	435 498	6 380 563
Doença	102 020 255	5 551 627	3 703 519	111 275 401
Incêndio e outros danos	68 001 622	13 325 440	(17 937 582)	63 389 480
Automóvel				
Responsabilidade civil	121 614 165	14 783 001	(40 230 692)	96 166 474
Outras coberturas	46 534 804	10 707 489	859 250	58 101 543
Marítimo e transportes	1 402 256	12 228	(394 858)	1 019 626
Aviação	235 073	64 679	(14 112)	285 640
Mercadorias transportadas	2 306 769	168 099	977 192	3 452 060
Responsabilidade civil	6 779 446	1 209 114	(2 525 869)	5 462 691
Crédito e cações	95 761	121 240	56 642	273 643
Proteção jurídica	375 363	1 166 873	(301 372)	1 240 864
Assistência	28 098 616	4 786 459	(1 872 026)	31 013 049
Diversos	6 413 617	345 985	(1 936 861)	4 822 741
Total de seguro direto	462 775 570	63 917 632	(57 378 169)	469 315 033
Resseguro Aceite	(7 828 401)	(3 155 295)	2 958 518	(8 025 178)
Total	454 947 169	60 762 337	(54 419 651)	461 289 855

* Sem dedução da partes dos resseguradores

Discriminação de alguns valores por ramos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores em Euros)

Rubricas	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos*	Custos de Exploração Brutos*	Saldo de Resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e doença					
Acidentes de trabalho	77 330 624	85 087 115	86 431 258	23 207 659	(607 414)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	16 608 945	17 522 179	6 380 563	8 422 966	(4 109 573)
Doença	117 194 765	140 121 058	111 275 401	29 299 346	(2 786 575)
Incêndio e outros danos	142 710 036	158 737 869	63 389 480	49 000 768	(37 457 671)
Automóvel					
Responsabilidade civil	174 794 685	174 970 975	96 166 474	50 883 648	(6 605 709)
Outras coberturas	90 334 913	88 356 561	58 101 543	22 917 329	1 632 554
Marítimo e transportes	1 882 180	2 420 525	1 019 626	375 108	(931 013)
Aviação	4 428 254	4 546 924	285 640	134 866	(4 182 561)
Mercadorias transportadas	4 859 754	5 357 723	3 452 060	1 422 489	539 567
Responsabilidade civil geral	17 392 692	20 510 153	5 462 691	7 192 262	(4 980 415)
Crédito e cauções	445 625	494 687	273 643	102 447	(104 860)
Proteção jurídica	3 830 512	3 849 088	1 240 864	2 324 280	(217)
Assistência	18 363 810	18 517 674	31 013 049	5 422 823	(1 554 010)
Diversos	17 520 304	16 255 129	4 822 741	7 040 508	(3 299 935)
Total seguro direto	687 697 099	736 747 660	469 315 033	207 746 499	(64 447 832)
Resseguro aceite	1 552 145	4 123 458	(8 025 178)	(439 627)	(3 010 159)
Total	689 249 244	740 871 118	461 289 855	207 306 872	(67 457 991)

* Sem dedução da partes dos resseguradores

Inventário consolidado dos terrenos e edifícios em 31 de dezembro de 2014

(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO							
R. Major Neutel Abreu, 9 B r/c Loja Fr. B	Lisboa	2013	439 047	419 332	-	(85 565)	333 767
L. do Calhariz, 22 a 25	Lisboa	2013	14 372 874	19 813 759	(130 000)	(3 773 292)	15 910 467
L. do Calhariz, 26 a 34	Lisboa	2013	21 145 485	32 549 779	(378 700)	(6 287 120)	25 883 959
L. do Calhariz, 26 a 34 (Elevadores)	Lisboa	2013	157 464	157 464	-	(94 478)	62 986
Av. da Igreja, 65 r/c Loja Fr. B	Lisboa	2013	416 903	684 817	(56 250)	(129 691)	498 876
R. Gonçalo Sampaio, 379	Porto	2014	2 325 080	2 323 154	-	(484 588)	1 838 566
R. do Vilar, 235 2ª cave Fr. GW	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. GX	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. GY	Porto	2013	9 812	12 947	(3 300)	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. GZ	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HA	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HB	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HC	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HD	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HE	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HF	Porto	2013	9 812	9 633	-	(837)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HG	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HH	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HI	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HJ	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HK	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HL	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HM	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HN	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HO	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HP	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HQ	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HR	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HS	Porto	2013	8 992	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HT	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HU	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HV	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HW	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HX	Porto	2013	9 812	12 992	(150)	(1 114)	11 728
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HY	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HZ	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IA	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IB	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IC	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. ID	Porto	2013	101 514	160 784	-	(14 189)	146 595
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IE	Porto	2013	275 961	272 476	(4 500)	(23 651)	244 324
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IF	Porto	2013	318 889	313 880	(3 000)	(27 464)	283 416
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IG	Porto	2013	39 861	69 689	-	(6 165)	63 524
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IH	Porto	2013	404 701	390 424	(4 500)	(34 097)	351 827
R. do Vilar, 235 1º Fr. JA	Porto	2013	93 214	112 065	(4 667)	(23 950)	83 448
R. do Vilar, 235 1º Fr. JB	Porto	2013	70 523	85 147	(3 585)	(18 122)	63 440
R. do Vilar, 235 1º Fr. JC	Porto	2013	74 816	88 569	(4 139)	(18 550)	65 880
R. do Vilar, 235 1º Fr. JD	Porto	2013	208 504	205 902	(120 028)	(22 434)	63 440
R. do Vilar, 235 1º Fr. JE	Porto	2013	24 530	29 665	(1 267)	(6 438)	21 960
R. do Vilar, 235 1º Fr. JF	Porto	2013	30 662	36 080	(1 756)	(7 484)	26 840
R. do Vilar, 235 1º Fr. JG	Porto	2013	38 021	44 230	(2 281)	(9 252)	32 696
R. do Vilar, 235 1º Fr. JH	Porto	2013	31 276	37 424	(1 599)	(8 009)	27 816
R. do Vilar, 235 1º Fr. JI	Porto	2013	24 530	28 535	(1 516)	(6 035)	20 984
R. do Vilar, 235 1º Fr. JJ	Porto	2013	17 171	21 439	(640)	(4 695)	16 104
R. do Vilar, 235 1º Fr. JK	Porto	2013	17 171	21 439	(640)	(4 695)	16 104
R. do Vilar, 235 1º Fr. JL	Porto	2013	24 530	28 535	(1 516)	(6 035)	20 984
R. do Vilar, 235 1º Fr. JM	Porto	2013	31 276	47 798	-	(10 222)	37 576
R. do Vilar, 235 1º Fr. JN	Porto	2013	38 021	44 230	(2 281)	(9 252)	32 696
R. do Vilar, 235 1º Fr. JO	Porto	2013	30 662	36 889	(1 456)	(7 617)	27 816

(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. do Vilar, 235 1º Fr. JP	Porto	2013	24 530	29 639	(1 267)	(6 412)	21 960
R. do Vilar, 235 1º Fr. JQ	Porto	2013	208 504	205 902	(97 928)	(44 535)	63 440
R. do Vilar, 235 1º Fr. JR	Porto	2013	74 816	88 569	(4 139)	(18 550)	65 880
R. do Vilar, 235 1º Fr. JS	Porto	2013	70 523	85 147	(3 585)	(18 122)	63 440
R. do Vilar, 235 1º Fr. JT	Porto	2013	91 907	107 797	(679)	(24 159)	82 960
Av. Cidade de Orense, Lote 1 r/c Fr. AC	Vila Real	2013	312 636	414 877	(34 375)	(87 872)	292 631
R. D. João IV, 1	Abrantes	2013	225 899	264 118	-	(53 952)	210 167
Av. Dr. Eugénio Ribeiro, 75 A r/c Fr. A	Águeda	2013	165 596	310 087	(12 302)	(63 452)	234 333
Av. D. Nuno Álvares Pereira, Lote 4 B r/c esq Fr. B	Almada	2013	92 755	451 836	-	(89 503)	362 333
R. Elias Garcia, 229 1º esq Fr. O	Amadora	2013	50 958	90 000	(14 176)	(17 224)	58 600
R. Herculano Carvalho, 5 2ª sub cave Fr. A	Amadora	2013	92 292	393 136	(22 150)	(88 652)	282 333
R. Herculano Carvalho, 3 cave Fr. A	Amadora	2013	64 751	284 929	(32 150)	(62 265)	190 513
R. Herculano de Carvalho, 17 1ª e 2ª subcave Fr. A	Amadora	2013	58 186	242 297	(6 770)	(53 260)	182 267
R. Ary dos Santos, 19 A r/c Fr. A	Amadora	2013	52 575	272 459	(15 800)	(61 993)	194 667
R. Elias Garcia, 229 1º dto Fr. V	Amadora	2013	21 995	246 193	-	(50 859)	195 333
R. Elias Garcia, 229 r/c esq fte Fr. B	Amadora	2013	88 866	265 084	(24 402)	(45 349)	195 333
R. Elias Garcia, 229 1º centro fte Fr. X	Amadora	2013	96 501	217 000	(45 354)	(33 025)	138 621
R. 5 de Outubro, 22	Amarante	2014	248 266	356 067	(2 923)	(88 743)	264 401
R. Stara Zagora, 4 a 8 r/c esq e cave Fr. B	Barreiro	2013	254 672	233 065	-	(47 065)	186 000
P. da República, 40	Beja	2013	143 324	225 539	-	(20 144)	205 395
Av. Nuno Álvares, 2 B r/c dto Fr. A	C. Branco	2013	121 293	146 373	(33 310)	(30 397)	82 667
Av. Fernão Magalhães, 465 B Fr. B	Coimbra	2013	127 653	445 243	-	(93 410)	351 833
Av. Fernão Magalhães, 439 a 451 r/c e cave Fr. B	Coimbra	2013	589 263	1 301 512	(31 172)	(293 006)	977 333
R. da Cadeia, 34 D r/c Fr. D	Elvas	2013	138 239	161 511	(49 886)	(30 617)	81 008
R. da Cadeia, 34 C 1º dto Fr. H	Elvas	2013	81 047	17 109	(7 268)	(3 187)	6 654
R. da Cadeia, 34 C 1º dto Fr. I	Elvas	2013	136 696	100 707	(39 753)	(18 688)	42 266
P. D. Francisco Gomes, 7 a 9	Faro	2014	357 123	524 608	(29 519)	(89 701)	405 388
R. do Aljube, 59 a 63	Funchal	2013	290 443	2 146 360	(3 710)	(367 453)	1 775 197
Rossio da Trindade, Bloco E Lote 11 1º esq	Lagos	2014	1 908	101 781	-	(21 943)	79 838
Rossio da Trindade, Bloco E Lote 11 1º dto	Lagos	2014	1 908	101 674	-	(21 836)	79 838
Rossio da Trindade, Bloco E Lote 10 1º esq	Lagos	2014	1 908	103 232	-	(20 383)	82 849
R. da República, 96	Loures	2013	736 141	813 831	(190 933)	(136 264)	486 633
Av. Vitor Gallo, 36 r/c Lj. 14 Fr. U	Marinha Grande	2013	111 088	160 000	(29 312)	(13 179)	117 509
Av. Vitor Gallo, 36 r/c Lj. 13 Fr. T	Marinha Grande	2013	73 041	75 000	(31 229)	(4 602)	39 170
R. José Joaquim Marques, 103 r/c Fr. B	Montijo	2013	190 352	247 732	(71 097)	(41 001)	135 633
R. Prof. António R. G. Vasconcelos, 33 r/c Fr. V	Oliveira do Hospital	2014	297 792	273 574	(46 676)	(57 291)	169 607
R. Prof. António R. G. Vasconcelos, 33 gar. Fr. A	Oliveira do Hospital	2014	8 354	9 890	(4 007)	(1 643)	4 240
R. Prof. António R. G. Vasconcelos, 33 gar. Fr. B	Oliveira do Hospital	2014	11 139	13 055	(5 155)	(2 164)	5 736
R. José Falcão, 26 C r/c esq Fr. A	Oeiras	2013	257 183	324 762	(46 783)	(57 146)	220 833
R. Agostinho José Taveira, C. Ibérico r/c Fr. AC	Ponte de Lima	2013	166 042	244 411	(105 833)	(11 303)	127 276
R. Direita, 84 r/c Fr. A	Portimão	2014	195 213	316 862	(63 199)	(72 969)	180 694
Av. Mouzinho Albuquerque, 48 a 52 r/c Fr. AL	Povoas do Varzim	2013	402 430	519 677	-	(109 510)	410 167
R. Serpa Pinto, 79	Santarém	2013	274 199	452 909	(110 233)	(88 342)	254 333
Av. Afonso Costa, 8 A cave fte Fr. AT	Queluz	2014	59 670	450 818	(62 450)	(103 062)	285 306
Av. Afonso Costa, 8 B cave fte Fr. AU	Queluz	2014	59 670	426 219	(55 215)	(98 667)	272 337
R. S. João de Deus, 118 r/c Fr. C	V. N. Famalicão	2013	150 518	159 532	(8 906)	(33 626)	117 000
R. Dr. Azeredo Perdigão-B. Serrado, 6 r/c Fr. A	Viseu	2013	155 344	534 563	(19 474)	(125 256)	389 833
R. de Santa Luzia, 76 r/c esq Fr. B	Pombal	2013	180 263	281 582	-	(66 916)	214 667
Av. Dr. Renato Araújo, 291 r/c e cave Fr. A	São João Madeira	2013	221 603	306 229	(3 713)	(68 682)	233 833
Rossio Marquês de Pombal, 33	Estremoz	2013	530 971	287 728	-	(58 062)	229 667
R. Mouzinho de Albuquerque, 10 r/c dto Fr. B	Guarda	2013	55 728	229 447	(82 272)	(40 008)	107 167
R. Joaquim José Delgado, Post. Caldas, cave Fr. A	Chaves	2013	171 564	235 029	(734)	(54 105)	180 190
R. Joaquim José Delgado, Postigo Caldas, r/c Fr. B	Chaves	2013	202 194	292 145	(8 244)	(64 751)	219 150
Av. Guerra Junqueiro, 15 r/c Loja Fr. B	Lisboa	2013	158 516	481 404	(18 048)	(90 956)	372 400
R. Oliveira ao Carmo, 1 e 3	Lisboa	2013	1 764 932	5 307 019	(427 188)	(626 680)	4 253 150
R. da Imprensa Nacional, 67 e 69	Lisboa	2013	438 345	2 383 133	(141 772)	(425 894)	1 815 467
Trav. do Noronha, 23	Lisboa	2013	149 185	1 753 402	(54 524)	(291 138)	1 407 741
Av. da Boavista, 253 a 267	Porto	2014	2 209 318	11 814 594	(1 217 898)	(2 111 980)	8 484 716
P. Guilherme Gomes Fernandes, 2 a 18	Porto	2013	3 125 527	5 226 855	-	(1 021 680)	4 205 175
R. Eng. Ferreira Dias, 860 a 896 r/c Fr. A	Porto	2014	261 587	1 301 225	(93 970)	(258 976)	948 278

(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Viela da Carvalhosa, 184 B	Porto	2013	2 196	90 501	(38 501)	(2 251)	49 750
Trav. Símplicio Sousa, 10 r/c Fr. I	Barcelos	2013	175 983	131 953	-	(29 578)	102 375
Trav. Símplicio Sousa, 10 r/c Fr. H	Barcelos	2013	45 000	66 762	(3 250)	(19 662)	43 849
R. Dr. Justino Cruz, 78 1º Fr. M	Braga	2013	70 984	244 326	(66 994)	(41 082)	136 250
Av. Fernão Magalhães, 485 r/c e cave Fr. C	Coimbra	2013	399 606	887 599	-	(204 564)	683 036
R. Manuel Belmarço, 30 r/c Fr. A	Faro	2013	245 091	261 871	-	(15 763)	246 108
Av. de Londres, 433 r/c dto sul Fr. N	Guimarães	2014	390 329	543 524	-	(119 397)	424 127
Av. Eng. José Costa Mealha, 129 r/c dto Fr. A	Loulé	2014	518 718	482 402	(119 742)	(88 061)	274 599
Av. Visconde Barreiros, 73 r/c Fr. B	Maia	2013	362 833	344 171	(83 563)	(52 153)	208 455
R. Brito Capelo, 685 r/c Fr. A	Matosinhos	2014	258 629	357 033	-	(67 578)	289 455
R. da República, 199 r/c esq cave dta Fr. B	Mirandela	2013	71 243	280 860	(20 039)	(66 487)	194 333
R. 5 de Outubro, 71 a 77	Montemor-o-Novo	2013	361 079	833 533	-	(187 503)	646 030
R. Dr. Manuel Arriaga, 3 e 5 r/c e cave Fr. A	Algés	2014	387 975	324 559	(30 381)	(64 582)	229 596
Av. Sacadura Cabral, 88 r/c Fr. AB	Penafiel	2013	312 176	182 409	(36 324)	(33 769)	112 317
Av. Sacadura Cabral, 88 r/c Fr. AC	Penafiel	2013	112 818	178 243	(32 420)	(33 506)	112 317
R. das Flores, 4 A r/c esq Fr. A	Seixal	2013	204 956	138 889	(25 639)	(24 846)	88 404
Av. 22 de Dezembro, 21 r/c dto Fr. A	Setúbal	2014	178 343	385 039	(59 350)	(21 124)	304 565
R. 5 de Outubro, 35 r/c Fr. A	Silves	2013	185 888	189 540	-	(37 706)	151 833
R. da Alegria, 2 r/c esq Fr. A	Sines	2013	263 812	428 819	(168 870)	(53 737)	206 212
R. Ulisses Alves, 9 r/c esq Fr. A	Sintra	2013	258 843	516 791	(121 303)	(75 355)	320 133
R. 25 de Abril, 15 a 21 r/c dto Fr. H	Torres Novas	2013	166 404	224 459	(23 841)	(44 452)	156 167
R. Manuel Afonso de Carvalho, 22 r/c fte Fr. I	V. F. Xira	2013	261 373	161 386	(3 000)	(13 726)	144 659
Av. da República, 628 a 634 r/c esq Fr. B	Vila Nova de Gaia	2013	213 581	364 069	(76 110)	(57 959)	230 000
R. Sousa Prado, 16 A r/c Fr. A	Odemira	2013	142 703	172 085	(56 400)	(22 503)	93 182
R. de Santarém , Edif. Jardim r/c Fr. S	Coruche	2013	241 794	214 000	(37 171)	(37 329)	139 500
R. Dr. Caetano de Andrade, 5 r/c dto Fr. J	Ponta Delgada	2013	332 588	324 102	(41 660)	(67 275)	215 167
P. da República, 51 a 53 r/c Fr. A	Montijo	2014	51 573	154 732	(40 118)	(8 816)	105 798
Trav. do Noronha, 25	Lisboa	2013	209 639	2 613 344	-	(423 196)	2 190 148
R. António Barbudo, 16 r/c Fr. A	Portimão	2014	19 874	71 953	-	(17 050)	54 903
R. Dr. Justino Cruz, 78 r/c Fr. L	Braga	2013	4 542	15 633	(9 809)	(1 931)	3 893
R. Dr. Justino Cruz, 78 2º Fr. N	Braga	2013	70 984	244 326	(66 808)	(41 268)	136 250
R. das Flores, 4 B r/c dto Fr. B	Seixal	2013	179 361	128 034	(8 822)	(21 282)	97 930
R. Prof. Mira Fernandes, Lt 17 Fr. L	Lisboa	2014	7 926 243	6 658 331	(281 875)	(383 577)	5 992 879
R. dos Clerigos, 3 a 7 - R. de Trás, 8	Porto	2013	1 692 726	2 149 655	-	(325 224)	1 824 432
R. Luis de Queiroz, 8 a 8 A Fr. A	Almada	2013	293 013	214 999	(47 969)	(18 429)	148 602
R. Luis de Queiroz, 8 a 8 A Fr. B	Almada	2013	293 013	214 999	(47 969)	(18 429)	148 602
R. Brito Capelo, 385	Matosinhos	2013	468 503	545 526	(131 827)	(73 924)	339 775
R. Mértola, 68 a 74 Fr. A	Beja	2013	82 503	260 139	(20 000)	(13 101)	227 039
R. Mértola, 68 a 74 Fr. D	Beja	2013	18 191	45 000	(3 207)	(2 385)	39 408
R. Mértola, 68 a 74 Fr. E	Beja	2013	12 538	33 386	(2 000)	(1 824)	29 562
Av. Independência Nacional, 6 Lj Esq. Fr. M	Caldas da Rainha	2013	385 499	274 852	(6 401)	(36 490)	231 961
R. Srª. Piedade, Lt. 4 Fr. L	Castelo Branco	2013	446 228	293 104	(19 887)	(51 679)	221 538
Rua Santa Luzia, 60 r/c esq Fr. B	Pombal	2013	185 433	173 115	(1 826)	(33 675)	137 614
R. Fanares, 7 Fr. P	Sintra	2013	267 179	250 159	(36 592)	(34 086)	179 481
R. Paiva Andrade, 619 4 Fr. A	Torres Vedras	2014	665 532	416 225	-	(66 572)	349 654
Av. Dr. Manuel G. Lemos, cv Fr. A	Figueira da Foz	2014	3 835	6 198	(861)	(1 342)	3 994
Av. Dr. Manuel G. Lemos, 1º Fr. D	Figueira da Foz	2014	55 921	101 666	-	(16 768)	84 898
Av. Dr. Manuel G. Lemos, 1º Fr. E	Figueira da Foz	2014	94 962	71 164	(5 411)	(9 820)	55 933
Av. Dr. Manuel G. Lemos, Fr. C	Figueira da Foz	2014	239 168	159 485	(7 534)	(22 102)	129 850
Av. Eng. Arantes e Oliveira, 1041 Lj. 3 Fr. C	S. João da Madeira	2013	432 929	508 684	(339 680)	(53 642)	115 362
Av. Eng. Arantes e Oliveira, 1041 Lj. 4 Fr. D	S. João da Madeira	2013	197 565	131 637	-	(20 188)	111 449
Av. Eng. Arantes e Oliveira, 1041 Lj. 9 Fr. I	S. João da Madeira	2013	281 521	194 531	(72 915)	(20 277)	101 340
Av. Eng. Arantes e Oliveira, 1041 Lj. 10 Fr. J	S. João da Madeira	2013	290 750	134 676	(50 337)	(14 067)	70 272
R. Açoreano Oriental, 41	Ponta Delgada	2013	1 516 612	1 185 501	(362 502)	(140 979)	682 019
Av. Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, 19 r/c Fr. A	Tavira	2014	263 281	234 435	(82 446)	(23 111)	128 878
R. Comendador Cupertino de Miranda, 35 r/c Fr. D	V. N. Famalicão	2013	918 455	600 894	(118 544)	(78 091)	404 259
R. Batalha Reis, 6 cave parqueamento Fr. A	Guarda	2013	22 659	47 052	(22 653)	(18 483)	5 917
R. Batalha Reis, 6 r/c Fr. B	Guarda	2013	652 787	404 185	(168 751)	(38 180)	197 254
R. Fernando Magalhães, Ed. Barrocas sub cave Fr. B	Barcelos	2014	11 088	9 278	(1 277)	(1 509)	6 493
R. Fernando Magalhães, Ed. Barrocas r/c Fr. T	Barcelos	2014	562 499	500 152	-	(77 130)	423 022

(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Av. José Júlio, Fr. F	Penafiel	2013	154 255	57 128	(14 546)	(8 037)	34 546
Av. José Júlio, Fr. O	Penafiel	2013	381 769	213 554	(11 869)	(28 954)	172 731
R. Sapateiros, 21 r/c Fr. B	Élvas	2013	129 725	409 559	(92 652)	(50 180)	266 727
R. Comb. Grande Guerra, 168 Fr. BH	Gondomar	2013	461 496	294 242	(6 975)	(40 660)	246 607
R. Comb. Grande Guerra, 168 Fr. CA	Gondomar	2013	5 567	15 801	(1 395)	(2 076)	12 330
R. Comb. Grande Guerra, 168 Fr. CB	Gondomar	2013	5 567	15 801	(1 395)	(2 076)	12 330
Av. 1º Dezembro de 1640, 529 r/c esq Fr. A	Seixal	2013	234 693	288 013	(125 124)	(23 327)	139 561
Av. 1º Dezembro de 1640, 529 r/c dto Fr. B	Seixal	2013	234 654	288 014	(135 686)	(22 591)	129 737
Terr. D. João V, 11 r/c Fr. A	Mafra	2013	513 793	457 100	(150 690)	(49 238)	257 172
Av. 5 Outubro, 7 r/c Fr. B (Av.D.Nuno A.Per., 43 45)	Santiago do Cacém	2013	472 500	389 999	(181 741)	(40 068)	168 190
Av. da República, 2122 r/c Fr. B	V. N. Gaia	2013	498 331	224 276	-	(26 627)	197 649
Av. da República, 2122 parqueamento Fr. BF	V. N. Gaia	2013	11 120	26 652	(15 374)	(1 396)	9 882
Av. da República, 2130 r/c Fr. A	V. N. Gaia	2013	384 622	372 599	(127 874)	(32 166)	212 558
R. Romão Ramalho, 26 A r/c Fr. A	Évora	2013	639 385	349 059	(28 325)	(48 996)	271 737
R. Romão Ramalho, 26 A 1º Fr. E	Évora	2013	116 361	151 336	(13 000)	(17 783)	120 553
R. Romão Ramalho, 26 A 1º e 2º Fr. F	Évora	2013	71 548	152 721	(30 375)	(15 628)	106 719
R. 5 de Outubro, 14 a 18 r/c esq Fr. A	Portalegre	2013	154 130	81 802	(24 557)	(7 922)	49 322
R. 5 de Outubro, 14 a 18 r/c dto Fr. B	Portalegre	2013	231 245	93 892	(13 499)	(11 342)	69 051
R. Dr. Alfredo Pimenta, 82 r/c Fr. A	Guimarães	2013	717 078	656 659	-	(88 863)	567 797
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. C	Leiria	2013	342 561	258 751	(85 073)	(25 509)	148 169
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. D	Leiria	2013	342 561	266 251	(92 116)	(25 966)	148 169
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. AC	Leiria	2013	42 980	33 118	(12 159)	(3 178)	17 780
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. AD	Leiria	2013	42 980	33 120	(12 159)	(3 181)	17 780
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. AE	Leiria	2013	42 980	33 120	(12 159)	(3 181)	17 780
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. AF	Leiria	2013	42 980	51 859	(18 822)	(5 378)	27 658
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. AG	Leiria	2013	42 980	51 856	(18 822)	(5 375)	27 658
R. Simão Bolivar, 241 Fr. AQ	Maia	2013	455 194	320 623	(36 469)	(37 120)	247 034
R. Simão Bolivar, 241 Fr. P	Maia	2013	13 044	20 878	(11 888)	(1 579)	7 411
Av. Dr. Cândido Madureira, 40 a 42 Fr. A	Tomar	2014	546 363	414 007	(36 366)	(52 923)	324 717
R. Serpa Pinto, 1 a 5	V. Franca de Xira	2014	697 390	423 979	(31 754)	(52 591)	339 634
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 r/c esq Fr. A	Aveiro	2013	176 197	780 351	-	(386 046)	394 306
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 1º esq Fr. F	Aveiro	2013	9 247	55 323	-	(27 723)	27 600
R. João Dias, 12 a 19 / R. 1º Dezembro, 30 cave Fr. B	Faro	2013	267 243	542 683	-	(129 494)	413 189
R. João Dias, 12 a 19 / R. 1º Dezembro, 30 1º Fr. C	Faro	2013	229 721	588 981	-	(121 684)	467 297
R. Salgado Zenha, 18 Fr. BQ (Est.Ext.Circunv.3876)	Gondomar	2013	10 004	9 842	(465)	(1 501)	7 876
R. Salgado Zenha, 18 Fr. BR (Est.Ext.Circunv.3876)	Gondomar	2013	10 004	9 842	(465)	(1 501)	7 876
R. Salgado Zenha, 18 (Est.Exterior Circunvalação, 3872) Fr. ED	Gondomar	2013	470 733	288 305	(27 060)	(38 740)	222 505
R. D. Manuel I, Ed. Império, Bl. B, Lj. 4 Fr. E	Mirandela	2013	386 413	315 365	-	(49 400)	265 965
R. Mouzinho de Albuquerque, 10 B r/c e cave Fr. B	Portimão	2013	126 056	282 063	-	(45 670)	236 392
R. Combatentes G. Guerra, 22 r/c esq Fr. B	Odivelas	2013	111 314	99 760	(18 099)	(12 589)	69 071
Av. Central, 102 a 104 r/c e 1º (S/Lj.) Fr. A	Braga	2013	1 161 312	1 018 105	(18 736)	(130 824)	868 545
P. do Brasil, Bl. 2 r/c Lj. 4 Fr. CJ	Chaves	2013	327 504	254 620	(23 650)	(38 516)	192 455
R. Francisco Lemos, 11 a 17 r/c Fr. B	Condeixa-a-Nova	2013	63 920	64 800	(19 467)	(7 792)	37 541
R. Serpa Pinto, 129 Lj. 21 Fr. V	Paredes	2013	310 000	270 258	(63 603)	(28 712)	177 943
R. Serpa Pinto, 129 Lj. 22 Fr. X	Paredes	2013	175 656	154 177	(33 651)	(16 726)	103 800
Av. Maria da Conceição, 49 e 49 B Fr. B	Carcavelos	2013	47 700	318 933	-	(63 548)	255 385
R. Martim Velho / L. Almas, 17 a 23 Lj.27 r/c Fr.H	Viana do Castelo	2013	223 360	253 193	-	(31 988)	221 206
Rua Vasco da Gama, 23 r/c esq - Fr. A	Loures	2013	359 773	359 773	(142 915)	(18 600)	198 258
R. do Loreto, 112 2º dto Fr. O	Bragança	2013	269 547	297 734	(27 387)	(24 954)	245 393
R. Mário Azevedo Gomes, 6 r/c dto Fr. B	Lisboa	2013	752 095	1 199 071	(323 131)	(5 748)	870 192
R. Dr. Silvestre Falcão, 15 r/c dto Fr. C	Tavira	2013	146 579	185 217	-	(18 838)	166 379
Trav. dos Remédios, 8 r/c Fr. A	Peniche	2013	358 077	329 143	(67 546)	(20 956)	240 641
R. das Gáles, Lote 4.43.01 Lj 52 E Fr. BD	Lisboa	2013	244 094	253 262	(17 624)	(16 968)	218 670
R. das Gáles, Lote 4.43.01 Lj 55 E Fr. BG	Lisboa	2013	361 230	407 685	-	(29 107)	378 578
L. da Estação, 2 r/c Fr. B	Valença	2013	177 219	214 871	-	(18 446)	196 425
R. Dr. Justino Pinto de Oliveira, 7 r/c Fr. E	Lamego	2013	456 361	437 201	(142 018)	(25 064)	270 119
Av. Rainha D. Armélia, 22 e 24 r/c Fr. D	Guarda	2013	375 866	367 634	(179 790)	(15 751)	172 093
P. da Concórdia, 54 r/c esq Fr. A	Montijo	2013	121 014	119 176	(3 095)	(9 298)	106 783
P. da Concórdia, 54 r/c fte Fr. C	Montijo	2013	147 731	140 045	-	(14 192)	125 853
R. Dr. Anibal Bettencourt, 242 piso 1 Fr. N	Angra do Heroísmo	2013	93 413	144 201	-	(11 710)	132 491

(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. Dr. Aníbal Bettencourt, 242 piso 1 Fr. O	Angra do Heroísmo	2013	143 211	140 961	(15 513)	(10 758)	114 690
Urbanização dos Plátanos, 3 1º C. Fr. E	Abrantes	2013	214 973	212 280	(13 743)	(16 833)	181 704
R do Lagedo, 53 e 55 Fr. K	Ponta Delgada	2013	203 996	226 158	(15 999)	(18 795)	191 364
Estrada do Fidalgo Loteamento dos Cedros, bloco A r/c Fr. H	Santiago do Cacém	2013	118 284	206 607	(115 743)	(7 924)	82 940
Estrada do Fidalgo Loteamento dos Cedros, bloco A r/c Fr. G	Santiago do Cacém	2013	118 284	120 267	(11 145)	(8 822)	100 300
R. Cidade de Bolama	Olivais	2013	138 176	4 909 546	-	(1 814 917)	3 094 629
Na Sede-Praia	Santiago	2013	239 122	239 122	-	(24 010)	215 112
Edifício da Sede Chã d'Areia	Santiago	2011	2 165 931	1 911 137	-	(187 469)	1 723 668
Armazém A.Grande	Santiago	2013	136 320	215 517	-	(21 640)	193 878
Edifício na Filial S.Vte	S.Vicente	2013	457 772	552 843	-	(55 510)	497 333
Espaço Comercial p/Escritório-Boavista	Boa Vista	0	122 269	172 351	-	(17 165)	155 186
Edifício Para Agência - Palmarejo	Santiago	2013	151 453	157 666	-	(15 831)	141 835
Espaço Garantia Sta Maria - Sal	Sal	2013	46 185	68 906	-	(6 906)	62 000
Delegação do Sal - Espargos	Sal	2013	508	78 629	-	-	78 629
Assomada	Santiago	2008	15 684	54 414	-	-	54 414
S.Filipe	Fogo	0	5 171	5 171	-	-	5 171
Palha Sé - AGF - Praia	Santiago	0	57 916	57 916	-	-	57 916
*Hospital do Mar							
Rua dos Girassóis Lote: 381"	Bobadela	2014	10 708 072	14 113 613	-	(3 504 888)	10 608 724
*CLUBE DE REPOUSO CASA DOS LEÕES							
R.Monte Flor, nº 35"	Carnaxide	2014	7 853 731	11 402 791	-	(3 553 163)	7 849 628
*HOSPITAL DA ARRÁBIDA							
S. Pedro Afurada, Praceta Henrique Moreira, nº 150"	Vila Nova de Gaia	2014	20 311 917	31 479 925	-	(11 711 743)	19 768 182
*Tivoli - Porto Ramalde, Gaveto da R Afonso Lopes Vieira Nºs 46/154							
com a R Fernando Pessoa Nºs 50/72 - Fração C"	Porto	2014	5 800 000	5 874 061	-	-	5 874 061
*CLÍNICA PARQUE DOS POETAS Rua Coro de Santo Amaro de Oeiras, nº 12"	Oeiras	2014	8 904 788	12 144 341	-	(3 352 726)	8 791 615
*CENTRO CLÍNICO DA AMADORA Praça Ernesto Melo Antunes nº 1, com traseiras para a Rua Machado Santos nº 5, Venteira"	Amadora	2014	5 802 468	7 061 961	-	(1 324 219)	5 737 742
*HOSPITAL PRIVADO DE AVEIRO Setor H da Urbanização Forca Vouga, Rua do Brasil, nº21, Lote nº16"	Aveiro	2014	7 906 711	13 013 304	-	(5 278 759)	7 734 545
*CENTRO MÉDICO DE ÁGUEDA Av Calouste Gulbenkian Nº: 14 "	Águeda	2014	266 042	489 887	-	(229 100)	260 787
*CENTRO MÉDICO DE OIÃ Oiã, Rua Dr. Angêlo Graça "	Oiã	2014	3 554 511	5 116 908	-	(1 600 305)	3 516 603
*CLIPÓVOA - HOSPITAL PRIVADO Lugar de Penouce "	Póvoa do Varzim	2014	18 148 241	29 306 686	-	(11 444 165)	17 862 522
*CLIPÓVOA - CLÍNICA DO FOCO Rua Beato Inácio de Azevedo, Nº 61"	Porto	2014	2 839 924	4 178 540	-	(1 360 572)	2 817 969
*CLIPÓVOA - CLÍNICA DE AMARANTE Avenida General Vitorino Laranjeira - Bloco B"	Amarante	2014	1 346 767	2 266 073	-	(927 669)	1 338 404
*HOSPITAL DE SANTIAGO Estrada Nacional 10, km 37, Casal do Brejo"	Setúbal	2014	20 650 655	26 678 459	-	(6 103 937)	20 574 522
*INSTALAÇÕES DOS BOMBEIROS - SAPADORES - 3ª COMPANHIA AVENIDA LUSIADA QUARTEL RSB R/C,"	Lisboa		-	15 070 797	-	-	15 070 797
*LOTE DE TERRENO Av. Marechal Teixeira Rebelo, Lote 27, Carnide"	Lisboa	2014	1 930 448	4 230 771	(2 068 839)	-	2 161 932
*HOSPITAL DA LUZ Av. Lusíada Nº: 100 (Hospital) -							
Direito de superfície por 100 anos"	Lisboa	2014	102 022 018	131 435 820	-	(28 941 154)	102 494 666
*CASAS DA CIDADE Av. Lusíada Nº: 100 (Residências) -							
Direito de superfície por 100 anos"	Lisboa	2014	31 381 177	35 072 555	-	(3 867 196)	31 205 359
Obras realizadas em edifícios de terceiros	V. N. Cerveira	-	131 861	205 299	-	(74 039)	131 260
Obras realizadas em edifícios de terceiros	Lisboa	-	5 278	393 403	-	(391 146)	2 257
Estudos e projetos	Oeiras	-	50 848	115 970	-	-	115 970
Total de Serviço Próprio			352 912 102	505 787 195	(11 834 376)	(110 812 583)	383 140 236
IMÓVEIS DE RENDIMENTO							
Av. 5 de Outubro, 17	Lisboa	2013	1 671 544	5 198 611	-	-	5 198 611
Av. 5 de Outubro, 214	Lisboa	2013	1 911 301	3 978 062	-	-	3 978 062
Av. D. Carlos I, 1 a 25	Lisboa	2013	560 131	4 908 731	-	-	4 908 731
Av. João XXI, 47	Lisboa	2013	128 171	1 600 110	-	-	1 600 110
Av. da Liberdade, 227	Lisboa	2013	143 473	3 453 281	-	-	3 453 281
Av. Manuel da Maia, 50	Lisboa	2013	504 972	3 615 188	-	-	3 615 188
R. Luis Manuel Noronha, 10 a 10 C.cave Fr. C	Algés	2013	4 415	98 512	-	-	98 512
P. Duque de Terceira, 14 a 19	Lisboa	2013	243 329	1 873 592	-	-	1 873 592
P. da Figueira, 18	Lisboa	2013	125 519	2 925 900	-	-	2 925 900
P. Francisco Morais, 2	Lisboa	2013	124 618	1 014 589	-	-	1 014 589
P. Francisco Sá Carneiro, 6	Lisboa	2013	260 563	2 271 857	-	-	2 271 857

(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. Almeida e Sousa, 34	Lisboa	2013	155 808	833 359	-	-	833 359
R. António Perreira Carrilho, 3	Lisboa	2013	90 363	1 022 833	-	-	1 022 833
R. Augusta, 98 a 104	Lisboa	2013	14 696	598 790	-	-	598 790
R. Augusto dos Santos, 2	Lisboa	2013	180 786	1 183 663	-	-	1 183 663
R. Azedo Gneco, 47	Lisboa	2013	191 679	1 371 864	-	-	1 371 864
R. D. Domingos Jardo, 8	Lisboa	2013	53 267	543 441	-	-	543 441
R. D. Fuas Roupinho, 52	Lisboa	2013	85 630	384 143	-	-	384 143
R. da Bempostinha, 35	Lisboa	2013	149 204	640 651	-	-	640 651
R. da Beneficência, 99	Lisboa	2013	23 112	741 882	-	-	741 882
R. da Prata, 233 a 241	Lisboa	2013	220 335	1 157 058	-	-	1 157 058
R. das Picoas, 4	Lisboa	2013	386 289	2 133 244	-	-	2 133 244
R. das Trinas, 2 a 10	Lisboa	2013	167 032	1 031 464	-	-	1 031 464
R. do Século, 68 a 84	Lisboa	2013	95 355	628 111	-	-	628 111
R. Ferreira Borges, 193	Lisboa	2013	176 952	2 470 119	-	-	2 470 119
R. Infantaria 16, 77	Lisboa	2013	205 273	1 261 460	-	-	1 261 460
R. Jau, 23	Lisboa	2013	191 271	1 139 797	-	-	1 139 797
R. José Estevão, 31	Lisboa	2013	442 865	2 859 812	-	-	2 859 812
R. Luis Derouet, 9	Lisboa	2013	173 038	627 385	-	-	627 385
R. Martins Barata, 3	Lisboa	2013	495 306	2 502 536	-	-	2 502 536
R. Nova do Almada, 1 a 15	Lisboa	2013	197 235	3 299 111	-	-	3 299 111
R. Oliveira Martins, 11	Lisboa	2013	143 480	440 650	-	-	440 650
R. das Pedras Negras, 34 a 36	Lisboa	2013	199 985	974 059	-	-	974 059
R. Pinheiro Chagas, 99	Lisboa	2013	142 019	1 243 609	-	-	1 243 609
R. do Possolo, 61 a 67	Lisboa	2013	44 543	320 187	-	-	320 187
R. de São Marçal, 41	Lisboa	2013	67 311	449 778	-	-	449 778
R. Sampaio Bruno, 29	Lisboa	2013	149 877	643 084	-	-	643 084
R. Santana a Lapa, 157	Lisboa	2013	97 990	591 915	-	-	591 915
R. Saraiva de Carvalho, 5	Lisboa	2013	55 291	1 033 468	-	-	1 033 468
R. do Telhal, 70	Lisboa	2013	511 169	1 866 973	-	-	1 866 973
R. Tenente Ferreira Durão, 39	Lisboa	2013	133 377	748 589	-	-	748 589
R. Aliança Operária, 112 B Fr. B	Lisboa	2013	6 743	157 837	-	-	157 837
Av. José Malhoa, 13	Lisboa	2014	12 004 953	9 081 034	-	-	9 081 034
R. do Campo Alegre, 1340 a 1386 cave 7 Fr. G	Porto	2013	90 861	245 921	-	-	245 921
Prcta. da Árvore, 3 cave Fr. A	Amadora	2013	14 925	78 000	-	-	78 000
R. José Gomes Ferreira, 10 sub cave Fr. A	Amadora	2013	14 794	165 670	-	-	165 670
R. José Gomes Ferreira, 7 cave G Fr. G	Amadora	2013	16 954	124 300	-	-	124 300
R. Herculano Carvalho, 7 cave F Fr. I	Amadora	2013	12 960	68 558	-	-	68 558
R. Herculano Carvalho, 7 cave A Fr. D	Amadora	2013	2 834	12 000	-	-	12 000
Av. D. José I, Lote 79	Amadora	2013	92 044	1 816 000	-	-	1 816 000
Av. António Sérgio, 14 cave H fte esq Fr. I	Amadora	2013	3 953	40 000	-	-	40 000
P. D. João I, 4 ex-lote 155	Amadora	2013	51 036	453 904	-	-	453 904
R. Carlos Amaro Matos, 36	Amadora	2013	11 509	360 186	-	-	360 186
R. Elias Garcia, 229 cave e sub cave Fr. A	Amadora	2013	143 365	715 480	-	-	715 480
R. Elias Garcia, 229 1º esq fte Fr. N	Amadora	2013	26 975	163 880	-	-	163 880
R. Elias Garcia, 229 r/c Fr. C	Amadora	2013	3 148	52 000	-	-	52 000
R. Elias Garcia, 229 1º esq Fr. P	Amadora	2013	6 743	62 000	-	-	62 000
R. Nossa Senhora da Lapa, 7	Amadora	2013	3 263	200 429	-	-	200 429
Pcta. Nascente à R. Prof. J. Vic. França, Letra CC	Verdeira	2013	14 674	145 614	-	-	145 614
P. da República, 38 e 39	Beja	2013	88 048	100 000	-	-	100 000
R. José Veríssimo Duarte, 9 a 13	Bombarral	2013	188 165	884 401	-	-	884 401
R. José Veríssimo Duarte, 1 a 7	Bombarral	2013	499 138	1 215 251	-	-	1 215 251
R. Justino Cruz, 90 1º Esc. 13 Fr. D	Braga	2013	36 460	69 201	-	-	69 201
R. Justino Cruz, 90 1º Esc. 12 Fr. C	Braga	2013	36 460	57 337	-	-	57 337
R. Justino Cruz, 90 1º Esc. 14 Fr. E	Braga	2013	49 136	93 915	-	-	93 915
R. Justino Cruz, 90 1º Esc. 11 Fr. B	Braga	2013	36 460	66 234	-	-	66 234
R. Combatentes Grande Guerra, 203 e 205	Bragança	2014	127 779	222 000	-	-	222 000
Lugar Campo de Bico - Refojos, r/c dto Fr. C	Cabeceiras de Basto	2013	99 083	67 200	-	-	67 200
P. da República, 63 e 65	Caldas da Rainha	2013	526 552	400 000	-	-	400 000
Av. das Comunidades Europeias, 415 10º Fr. BA	Cascais	2013	5 583	63 366	-	-	63 366
Av. das Comunidades Europeias, Torre 3 1º Fr. C	Cascais	2013	4 064	63 000	-	-	63 000

(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
P. Município Centro Cívico	Covilhã	2013	510 723	900 000	-	-	900 000
R. Vasco da Gama, 47 e 49	Faro	2014	46 264	339 454	-	-	339 454
R. da Alfândega, 44 a 46	Funchal	2013	637 943	1 498 227	-	-	1 498 227
R. do Estanco Velho, 2 a 10	Funchal	2013	35 592	993 329	-	-	993 329
R. Capitão Mouzinho Albuquerque, 94	Leiria	2013	392 400	1 464 423	-	-	1 464 423
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 10º D Fr. J2	Sto Antº.Cavaleiros	2013	2 764	37 564	-	-	37 564
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 1º D Fr. A4	Sto Antº.Cavaleiros	2013	2 764	37 564	-	-	37 564
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 6º D Fr. F4	Sto Antº.Cavaleiros	2013	2 764	37 564	-	-	37 564
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 8º A Fr. H1	Sto Antº.Cavaleiros	2013	2 556	31 412	-	-	31 412
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 8º C Fr. H3	Sto Antº.Cavaleiros	2013	2 556	31 412	-	-	31 412
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 8º D Fr. H4	Sto Antº.Cavaleiros	2013	2 764	34 679	-	-	34 679
R. Artur Ferreira da Silva, 2	Moscavide	2013	152 997	628 513	-	-	628 513
R. José Rodrigues Silva Júnior, 393 r/c Fr. A	Maia	2013	268 886	225 000	-	-	225 000
R. de São Tiago, 23 r/c e cave esq. Fr. A	Mirandela	2014	78 252	87 000	-	-	87 000
L. Brito Paes, 7	Odemira	2014	57 405	82 713	-	-	82 713
Av. Ivens, 56	Dafundo	2013	29 939	451 970	-	-	451 970
Av. Ivens, 54	Dafundo	2013	47 798	380 292	-	-	380 292
C. C. Bairro Com. Joaquim Matias, r/c Lj. 29 Fr. L	Paço d'Arcos	2013	16 547	5 000	-	-	5 000
C. C. Bairro Com. Joaquim Matias, r/c Lj. 30 Fr. J	Paço d'Arcos	2013	16 547	5 000	-	-	5 000
C. C. Bairro Com. Joaquim Matias, r/c Lj. 28 Fr. M	Paço d'Arcos	2013	16 547	5 000	-	-	5 000
C. C. Bairro Com. Joaquim Matias, r/c Lj. 49 Fr. X	Paço d'Arcos	2013	17 729	5 000	-	-	5 000
C. C. Bairro Com. Joaquim Matias, r/c Lj. 50 Fr. V	Paço d'Arcos	2013	18 320	5 000	-	-	5 000
R. Adelino Amaro da Costa, 13 cave fte Fr. B	Paço d'Arcos	2013	12 724	62 614	-	-	62 614
R. 1º de Maio, 25	Dafundo	2013	151 552	1 055 686	-	-	1 055 686
R. Lino de Assunção, 20 r/c e cave Fr. A	Paço d'Arcos	2013	25 683	285 000	-	-	285 000
R. Policarpo Anjos, 29	Dafundo	2013	62 649	429 402	-	-	429 402
R. Policarpo Anjos, 29 A	Dafundo	2013	84 647	488 845	-	-	488 845
Av. da Liberdade, 13 e 15	Portalegre	2013	778 316	1 025 800	-	-	1 025 800
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 22 Fr. AL	Praia da Rocha	2014	45 605	144 000	-	-	144 000
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 23 Fr. AM	Praia da Rocha	2014	35 297	121 714	-	-	121 714
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 32 Fr. AV	Praia da Rocha	2014	31 056	92 946	-	-	92 946
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 33 Fr. AX	Praia da Rocha	2014	29 844	75 426	-	-	75 426
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 34 Fr. AZ	Praia da Rocha	2014	28 758	92 996	-	-	92 996
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 35 Fr. BA	Praia da Rocha	2014	23 616	44 880	-	-	44 880
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 36 Fr. BB	Praia da Rocha	2014	21 303	46 492	-	-	46 492
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 37 Fr. BC	Praia da Rocha	2014	24 335	104 000	-	-	104 000
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 27 Fr. AQ	Praia da Rocha	2014	165 222	457 143	-	-	457 143
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 29 Fr. AS	Praia da Rocha	2014	39 767	118 207	-	-	118 207
Av João Paulo II, 64 - Cotovia	Sesimbra	2014	19 279	251 307	-	-	251 307
R. de Santiago, 3 r/c dto Fr. C	Setúbal	2014	1 474	34 444	-	-	34 444
R. de Santiago, 3 1º dto Fr. E	Setúbal	2014	1 312	34 293	-	-	34 293
R. de Santiago, 3 2º dto Fr. G	Setúbal	2014	1 312	33 434	-	-	33 434
L. dos Pescadores, 3 r/c dto Fr. B	Setúbal	2014	1 053	31 418	-	-	31 418
L. dos Pescadores, 3 2º dto Fr. E	Setúbal	2014	1 050	41 190	-	-	41 190
L. dos Pescadores, 3 3º dto Fr. G	Setúbal	2014	1 050	41 182	-	-	41 182
L. dos Pescadores, 3 3º esq Fr. H	Setúbal	2014	1 299	32 601	-	-	32 601
L. dos Pescadores, 3 r/c esq Fr. A	Setúbal	2014	1 125	32 225	-	-	32 225
L. dos Pescadores, 3 1º esq Fr. D	Setúbal	2014	1 299	32 218	-	-	32 218
R. de Santiago, 3 cave Fr. A	Setúbal	2014	1 251	62 000	-	-	62 000
R. Cap. Mário A. Soares Pimentel, 17 r/c esq Fr. B	Sintra	2014	200 364	311 000	-	-	311 000
R. das Camélias, 5	Massamá	2014	33 961	358 452	-	-	358 452
Av. 5 de Outubro, 9	Torres Vedras	2013	1 045 854	1 772 234	-	-	1 772 234
Banda 17, Lote B r/c esq Fr. B	Vialonga	2013	18 421	42 000	-	-	42 000
Banda 17, Lote B r/c dto Fr. A	Vialonga	2013	12 693	28 000	-	-	28 000
P. da Liberdade, Torre 13 r/c 1 Fr. C	Vialonga	2013	58 763	73 937	-	-	73 937
P. da Liberdade, Torre 13 r/c 2 Fr. D	Vialonga	2013	25 828	48 912	-	-	48 912
P. da Liberdade, Torre 6 r/c A2 Fr. B	Vialonga	2013	24 225	37 000	-	-	37 000
P. da Liberdade, Torre 6 r/c A1 Fr. A	Vialonga	2013	24 225	43 000	-	-	43 000
Av. da República, 313 a 337	Vila Nova de Gaia	2013	1 620 403	6 570 061	-	-	6 570 061
R. de Angola, 28 a 40 r/c esq Fr. A	Vila Nova de Gaia	2013	530 195	328 000	-	-	328 000

(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Av. Beato Nuno, 20 r/c Fr. F	Fátima	2013	426 853	437 000	-	-	437 000
R. General Humberto Delgado, 49	Grandola	2013	192 225	106 188	-	-	106 188
Av. 5 de Outubro, 259	Lisboa	2013	117 213	2 167 090	-	-	2 167 090
Av. 5 de Outubro, 35	Lisboa	2013	1 730 376	11 148 981	-	-	11 148 981
Av. Almirante Reis, 89	Lisboa	2014	161 294	2 016 192	-	-	2 016 192
Av. Visconde Valmor, 66	Lisboa	2013	1 209 375	2 807 028	-	-	2 807 028
Av. Leopoldo de Almeida, 9 Fr. Q	Lisboa	2013	1 000 000	452 286	-	-	452 286
Calçada da Ajuda, 72	Lisboa	2013	181 018	1 313 512	-	-	1 313 512
R. Almirante Barroso, 13	Lisboa	2014	332 922	1 868 107	-	-	1 868 107
R. António Enes, 10	Lisboa	2013	79 417	1 426 157	-	-	1 426 157
Av. António Serpa, 11 a 15	Lisboa	2013	3 097 953	7 911 398	-	-	7 911 398
R. Augusta, 226 a 236	Lisboa	2013	20 715	1 557 550	-	-	1 557 550
R. D. Francisco Manuel de Melo, 3	Lisboa	2013	138 660	2 231 105	-	-	2 231 105
R. D. Francisco Manuel de Melo, 5	Lisboa	2014	125 119	3 569 000	-	-	3 569 000
R. da Emenda, 52 a 58	Lisboa	2013	210 710	1 198 361	-	-	1 198 361
R. da Lapa, 106	Lisboa	2013	550 156	1 768 959	-	-	1 768 959
R. da Madalena, 166 a 180	Lisboa	2013	259 029	1 289 326	-	-	1 289 326
R. da Prata, 273 a 283	Lisboa	2013	20 528	938 135	-	-	938 135
R. Forno do Tijolo, 50	Lisboa	2013	226 188	1 432 186	-	-	1 432 186
R. Forno do Tijolo, 40 e 42	Lisboa	2013	12 535	1 232 031	-	-	1 232 031
R. da Imprensa Nacional, 39 e 41	Lisboa	2013	115 698	1 724 387	-	-	1 724 387
R. Latino Coelho, 49 a 59	Lisboa	2013	514 958	2 363 129	-	-	2 363 129
R. Nova da Trindade, 15	Lisboa	2013	216 629	1 527 335	-	-	1 527 335
R. Rodrigues Sampaio, 15	Lisboa	2013	466 207	2 093 270	-	-	2 093 270
R. de S. Bernardo, 106 e 108	Lisboa	2013	122 147	823 405	-	-	823 405
R. S. Julião, 142 e 144	Lisboa	2013	395 221	686 735	-	-	686 735
R. S. Julião, 146 e 148	Lisboa	2013	448 887	760 125	-	-	760 125
R. dos Correiros, 79 a 85	Lisboa	2013	1 194 326	1 237 624	-	-	1 237 624
Av. General Roçadas, 62 A r/c Fr. A	Lisboa	2013	4 370	207 835	-	-	207 835
Av. General Roçadas, 62 B r/c Fr. B	Lisboa	2013	4 671	310 536	-	-	310 536
Av. General Roçadas, 62 2º fte Fr. I	Lisboa	2013	1 055	42 968	-	-	42 968
Av. General Roçadas, 62 3º fte Fr. M	Lisboa	2013	1 055	46 279	-	-	46 279
Av. General Roçadas, 62 4º fte Fr. P	Lisboa	2013	1 055	45 466	-	-	45 466
Av. General Roçadas, 62 5º esq Fr. Q	Lisboa	2013	1 055	67 040	-	-	67 040
Av. General Roçadas, 62 5º dto Fr. R	Lisboa	2013	1 055	48 565	-	-	48 565
Av. General Roçadas, 62 5º fte Fr. S	Lisboa	2013	1 055	38 338	-	-	38 338
Av. General Roçadas, 62 6º esq Fr. T	Lisboa	2013	1 055	50 895	-	-	50 895
Av. General Roçadas, 62 6º fte Fr. V	Lisboa	2013	1 055	45 459	-	-	45 459
Av. General Roçadas, 62 7º esq Fr. X	Lisboa	2013	1 055	63 931	-	-	63 931
Av. Elias Garcia, 105 r/c e cave Fr. A	Lisboa	2013	12 292	616 656	-	-	616 656
Av. Elias Garcia, 105 1º esq Fr. B	Lisboa	2013	6 868	141 428	-	-	141 428
Av. Elias Garcia, 105 1º dto Fr. C	Lisboa	2013	7 799	247 924	-	-	247 924
Av. Elias Garcia, 105 2º esq Fr. D	Lisboa	2013	6 899	105 664	-	-	105 664
Av. Elias Garcia, 105 2º dto Fr. E	Lisboa	2013	68 143	244 000	-	-	244 000
Av. Elias Garcia, 105 3º esq Fr. F	Lisboa	2013	7 048	111 153	-	-	111 153
Av. Elias Garcia, 105 3º dto Fr. G	Lisboa	2013	7 035	121 728	-	-	121 728
Av. Elias Garcia, 105 4º esq Fr. H	Lisboa	2013	6 905	105 088	-	-	105 088
Av. Elias Garcia, 105 4º dto Fr. I	Lisboa	2013	33 140	238 000	-	-	238 000
Av. Elias Garcia, 105 5º esq Fr. J	Lisboa	2013	17 995	216 400	-	-	216 400
Av. Elias Garcia, 105 5º dto Fr. L	Lisboa	2013	7 035	244 000	-	-	244 000
Av. Elias Garcia, 105 6º esq Fr. M	Lisboa	2013	6 871	83 499	-	-	83 499
Av. Elias Garcia, 105 6º dto Fr. N	Lisboa	2013	37 549	243 600	-	-	243 600
R. Filipe Folque, 7 A r/c Fr. A	Lisboa	2014	6 945	58 882	-	-	58 882
R. Filipe Folque, 7 B e 7 C r/c Fr. B	Lisboa	2014	17 784	130 220	-	-	130 220
R. Filipe Folque, 7 E e 7 F r/c Fr. C	Lisboa	2014	18 628	325 514	-	-	325 514
R. Filipe Folque, 7 1º dto Arrec. F e Fr. D	Lisboa	2014	40 903	253 060	-	-	253 060
R. Filipe Folque, 7 1º esq Arrec. E e Fr. E	Lisboa	2014	64 071	202 834	-	-	202 834
R. Filipe Folque, 7 2º dto Arrec. D e Fr. F	Lisboa	2014	25 703	320 556	-	-	320 556
R. Filipe Folque, 7 2º esq Arrec. C e Fr. G	Lisboa	2014	57 270	244 895	-	-	244 895
R. Filipe Folque, 7 3º dto Arrec. B e Fr. H	Lisboa	2014	29 831	280 533	-	-	280 533

(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. Filipe Folque, 7 3º esq Arrec. A e Fr. I	Lisboa	2014	57 839	211 357	-	-	211 357
R. Filipe Folque, 7 4º dto Fr. J	Lisboa	2014	19 796	275 067	-	-	275 067
R. Filipe Folque, 7 4º esq Fr. K	Lisboa	2014	10 320	224 795	-	-	224 795
Av. Defensores de Chaves, 27 A r/c Fr. A	Lisboa	2013	590	19 787	-	-	19 787
Av. Defensores de Chaves, 27 B r/c Fr. B	Lisboa	2013	492	12 477	-	-	12 477
Av. Defensores de Chaves, 27 C r/c Fr. C	Lisboa	2013	644	29 192	-	-	29 192
Av. Defensores de Chaves, 27 D r/c Fr. D	Lisboa	2013	458	15 365	-	-	15 365
Av. Defensores de Chaves, 27 1º esq Fr. E	Lisboa	2013	135 861	287 856	-	-	287 856
Av. Defensores de Chaves, 27 1º dto Fr. F	Lisboa	2013	74 501	136 532	-	-	136 532
Av. Defensores de Chaves, 27 2º esq Fr. G	Lisboa	2013	76 372	276 197	-	-	276 197
Av. Defensores de Chaves, 27 2º dto Fr. H	Lisboa	2013	140 674	356 001	-	-	356 001
Av. Defensores de Chaves, 27 3º esq Fr. I	Lisboa	2013	35 250	271 656	-	-	271 656
Av. Defensores de Chaves, 27 3º dto Fr. J	Lisboa	2013	75 024	175 512	-	-	175 512
Av. Defensores de Chaves, 27 4º esq Fr. L	Lisboa	2013	85 933	333 260	-	-	333 260
Av. Defensores de Chaves, 27 4º dto Fr. M	Lisboa	2013	77 109	330 992	-	-	330 992
R. Tomás Anunciação, 38 A e 38 B r/c Fr. A	Lisboa	2013	899	99 000	-	-	99 000
R. Tomás Anunciação, 38 D r/c Fr. B	Lisboa	2013	566	49 123	-	-	49 123
R. Coelho da Rocha, 85 A r/c Fr. C	Lisboa	2013	550	90 769	-	-	90 769
R. Coelho da Rocha, 85 r/c Fr. D	Lisboa	2013	466	182 000	-	-	182 000
R. Tomás Anunciação, 38 C r/c Fr. E	Lisboa	2013	633	90 013	-	-	90 013
R. Tomás Anunciação, 38 1º dto Fr. F	Lisboa	2013	1 765	88 013	-	-	88 013
R. Tomás Anunciação, 38 1º esq Fr. G	Lisboa	2013	2 748	32 989	-	-	32 989
R. Tomás Anunciação, 38 2º dto Fr. H	Lisboa	2013	1 765	42 665	-	-	42 665
R. Tomás Anunciação, 38 2º esq Fr. I	Lisboa	2013	2 748	61 367	-	-	61 367
R. Tomás Anunciação, 38 3º dto Fr. J	Lisboa	2013	1 765	126 920	-	-	126 920
R. Tomás Anunciação, 38 3º esq Fr. L	Lisboa	2013	2 748	141 608	-	-	141 608
R. do Campo Alegre, 1340 a 1386 cave 1 Fr. A	Porto	2013	24 406	39 136	-	-	39 136
R. do Campo Alegre, 1340 a 1386 cave 3 Fr. C	Porto	2013	25 156	43 263	-	-	43 263
R. do Campo Alegre, 1340 a 1386 cave 135 Fr. JD	Porto	2013	1 612	4 126	-	-	4 126
R. de Cedofeita, 442 a 450	Porto	2013	73 111	735 383	-	-	735 383
R. de Cedofeita, 452 a 460	Porto	2013	19 393	295 250	-	-	295 250
R. de Cedofeita, 475 a 477	Porto	2013	3 232	193 832	-	-	193 832
R. Sá da Bandeira, 68 e 70	Porto	2013	24 272	486 764	-	-	486 764
Vielas da Carvalhosa, 184 C4	Porto	2013	97	5 000	-	-	5 000
Vielas da Carvalhosa, 184 C1	Porto	2013	108	5 000	-	-	5 000
Vielas da Carvalhosa, 184 C2	Porto	2013	108	5 000	-	-	5 000
Vielas da Carvalhosa, 184 C3	Porto	2013	108	5 000	-	-	5 000
R. Julio Dinis, 820 r/c Fr. C	Porto	2013	1 147 702	1 000 000	-	-	1 000 000
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 r/c e cave Fr. A	Porto	2013	34 339	21 491	-	-	21 491
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 r/c Fr. B	Porto	2013	20 891	20 000	-	-	20 000
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 sobreloja Fr. C	Porto	2013	80 504	91 428	-	-	91 428
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 1º Fr. D	Porto	2013	80 504	91 428	-	-	91 428
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 2º Fr. E	Porto	2013	75 200	91 428	-	-	91 428
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 3º Fr. F	Porto	2013	76 448	137 143	-	-	137 143
L. Avelar Machado, 11 e 12	Abrantes	2014	60 625	49 832	-	-	49 832
L. Avelar Machado, 9 e 10	Abrantes	2014	18 664	80 000	-	-	80 000
P. Gil Vicente, 2 Loja Fr. A	Almada	2013	344 815	160 000	-	-	160 000
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 146 Fr. BM	Aveiro	2014	37 034	160 000	-	-	160 000
Av. Gen. Humberto Delgado, 83 a 87 r/c Fr. D	C. Branco	2014	166 920	108 000	-	-	108 000
R. da Sofia, 133 e 135	Coimbra	2013	45 428	647 042	-	-	647 042
Arco do Relógio, 4 r/c esq Fr. A	Élvora	2013	37 039	157 000	-	-	157 000
L. Chão das Covas, 24 e 25	Élvora	2013	14 324	135 570	-	-	135 570
L. Dr. Alves Branco, 6 e 8 / R. Fria, 2	Élvora	2013	337 161	563 844	-	-	563 844
P. do Giraldo, 24 e 25	Élvora	2013	11 544	305 162	-	-	305 162
P. do Giraldo, 26 e 28	Élvora	2013	8 401	270 124	-	-	270 124
P. do Giraldo, 86 a 92 / R. Serpa Pinto, 1 a 17	Élvora	2013	92 018	693 576	-	-	693 576
P. do Giraldo, 18 a 20	Élvora	2013	246	226 297	-	-	226 297
P. do Sertório, 1 a 5 / Trav. do Sertório, 6 a 14	Élvora	2013	499	652 865	-	-	652 865
R. da República, 141 a 145	Élvora	2014	85 263	3 980 000	-	-	3 980 000
R. Dr. Joaquim Henrique da Fonseca, 3	Élvora	2013	1 189 355	1 468 116	-	-	1 468 116

(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. Mendo Estevens, 28 e 30	Évora	2013	2 253	315 859	-	-	315 859
R. Serpa Pinto, 72 a 76	Évora	2014	-	-	-	-	-
R. 5 de Outubro, 66	Évora	0	-	-	-	-	-
R. dos Nobres, 23 e 25	Évora	2014	42 650	222 137	-	-	222 137
R. Calvário, 9	Évora	2014	675	76 667	-	-	76 667
R. Eborim, 16 e 18 / R. do Cicioso, 14	Évora	2013	3 001 485	3 850 000	-	-	3 850 000
R. Eborim, 2 a 14	Évora	2014	324 590	1 704 035	-	-	1 704 035
R. João de Deus, 1 a 7	Évora	2014	215 316	600 020	-	-	600 020
R. José Elias Garcia, 17 a 23/R. da Cancela, 2 a 8	Évora	2013	91 115	293 955	-	-	293 955
R. Serpa Pinto, 135	Évora	2014	92	52 240	-	-	52 240
R. Serpa Pinto, 78 a 82	Évora	2014	301 259	953 165	-	-	953 165
Trav. Lagares, 25 / Trav. das Anjinhas, 13	Évora	2014	14 886	68 686	-	-	68 686
Trav. Lagares, 17 / Trav. do Sabugueiro, 15	Évora	2014	42 988	64 311	-	-	64 311
Trav. Paulo Ramalho, 2	Évora	2014	801	94 473	-	-	94 473
R. de João Gago, 6 a 12	Funchal	2013	74 488	2 071 046	-	-	2 071 046
P. da República, 51 a 53 r/c Fr. B	Montijo	2014	92 787	127 000	-	-	127 000
L. 1º de Dezembro, 27 a 29 r/c Loja Fr. B	Portimão	2013	83 590	93 200	-	-	93 200
R. Serpa Pinto, 116 a 120	Santarém	2013	393 147	495 995	-	-	495 995
R. Gonçalo Braga, 7 A r/c Fr. A	Moscavide	2013	215 447	96 347	-	-	96 347
R. Afonso Albuquerque, 32 3º fte Fr. J	Alhandra	2013	17 140	74 000	-	-	74 000
R. Adriano Pinto Basto, 224 r/c Lj. 1 Fr. B	V.N.Famalicao	2013	63 546	174 264	-	-	174 264
Av. Sacadura Cabral, 171	Vila do Conde	2013	1 240	127 748	-	-	127 748
Av. Sacadura Cabral, 173	Vila do Conde	2013	1 240	122 325	-	-	122 325
Av. Infante D. Henrique, 58	Évora	2013	765	55 709	-	-	55 709
P. da República, 51 a 53 1º dto Fr. C	Montijo	2014	24 978	70 000	-	-	70 000
P. da República, 51 a 53 1º fte Fr. D	Montijo	2014	20 528	51 108	-	-	51 108
P. da República, 51 a 53 1º esq Fr. E	Montijo	2014	25 079	71 000	-	-	71 000
P. da República, 51 a 53 2º dto Fr. F	Montijo	2014	21 236	68 000	-	-	68 000
P. da República, 51 a 53 2º fte Fr. G	Montijo	2014	15 978	58 000	-	-	58 000
P. da República, 51 a 53 2º esq Fr. H	Montijo	2014	28 323	59 410	-	-	59 410
P. da República, 51 a 53 3º dto Fr. I	Montijo	2014	19 517	66 790	-	-	66 790
P. da República, 51 a 53 3º fte Fr. J	Montijo	2014	16 888	58 000	-	-	58 000
P. da República, 51 a 53 3º esq Fr. L	Montijo	2014	19 618	69 000	-	-	69 000
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 cave dta Fr. A	C. Branco	2014	546	7 250	-	-	7 250
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 cave esq Fr. B	C. Branco	2014	546	12 200	-	-	12 200
Av. Gen. Humberto Delgado, 81 r/c Fr. C	C. Branco	2014	1 092	29 000	-	-	29 000
Av. Gen. Humberto Delgado, 91 r/c Fr. E	C. Branco	2014	819	18 571	-	-	18 571
Av. Gen. Humberto Delgado, 93 r/c Fr. F	C. Branco	2014	1 366	24 950	-	-	24 950
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 r/c Fr. G	C. Branco	2014	683	25 309	-	-	25 309
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 1º dto Fr. H	C. Branco	2014	2 731	52 500	-	-	52 500
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 1º fte Fr. I	C. Branco	2014	2 321	30 889	-	-	30 889
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 1º esq Fr. J	C. Branco	2014	2 458	37 405	-	-	37 405
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 2º dto Fr. L	C. Branco	2014	3 414	71 500	-	-	71 500
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 2º esq Fr. M	C. Branco	2014	3 687	71 500	-	-	71 500
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 3º dto Fr. N	C. Branco	2014	2 321	67 000	-	-	67 000
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 3º esq Fr. O	C. Branco	2014	2 595	31 700	-	-	31 700
R. José Régio, Banda 5 Lote B 3º dto Fr. G	Vialonga	2014	499	48 000	-	-	48 000
R. do Campo Alegre, 1340 a 1386 cave 140 Fr. JI	Porto	2013	1 608	4 918	-	-	4 918
R. Joaquim da Silva Simplicio, 4 3º Fr. C	Barreiro	2014	106 225	21 987	-	-	21 987
R. Joaquim da Silva Simplicio, 4 r/c Fr. A	Barreiro	2014	50 776	33 000	-	-	33 000
Calçada do Tojal , 49/49A cave Fr. A	Lisboa	2013	133 103	41 491	-	-	41 491
Calçada do Tojal , 49/49A loja Fr. B	Lisboa	2013	152 425	55 049	-	-	55 049
Calçada do Tojal , 49/49A r/c dto Fr. C	Lisboa	2013	91 240	38 244	-	-	38 244
Calçada do Tojal , 49/49A r/c esq Fr. D	Lisboa	2013	121 296	47 233	-	-	47 233
Calçada do Tojal , 49/49A 1º dto Fr. E	Lisboa	2013	138 470	54 621	-	-	54 621
Calçada do Tojal , 49/49A 1º esq Fr. F	Lisboa	2013	138 470	54 746	-	-	54 746
Calçada do Tojal , 49/49A 2º dto Fr. G	Lisboa	2013	138 470	59 665	-	-	59 665
Calçada do Tojal , 49/49A 2º esq Fr. H	Lisboa	2013	138 470	54 621	-	-	54 621
Calçada do Tojal , 49/49A 3º dto Fr. I	Lisboa	2013	138 470	50 598	-	-	50 598
Calçada do Tojal , 49/49A 3º esq Fr. J	Lisboa	2013	138 470	58 621	-	-	58 621

(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Calçada do Tojal , 49/49A 4º dto Fr. K	Lisboa	2013	163 583	116 000	-	-	116 000
Calçada do Tojal , 49/49A 4º esq Fr. L	Lisboa	2013	138 470	54 621	-	-	54 621
Calçada do Tojal , 49/49A 5º dto Fr. M	Lisboa	2013	156 469	102 400	-	-	102 400
Calçada do Tojal , 49/49A 5º esq Fr. N	Lisboa	2013	138 470	58 621	-	-	58 621
Calçada do Tojal , 49/49A desvão cob. Fr. O	Lisboa	2013	36 496	50 800	-	-	50 800
R. Ten. Ferreira Durão, 57 loja (42 Al.S) Fr. A	Lisboa	2013	78 016	57 000	-	-	57 000
R. Ten. Ferreira Durão, 57 loja (42A Al.S) Fr. B	Lisboa	2013	118 537	44 531	-	-	44 531
R. Ten. Ferreira Durão, 57 r/c esq Fr. C	Lisboa	2013	139 275	80 000	-	-	80 000
R. Ten. Ferreira Durão, 57 1º dto Fr. D	Lisboa	2013	132 490	90 000	-	-	90 000
R. Ten. Ferreira Durão, 57 1º esq Fr. E	Lisboa	2013	105 195	39 758	-	-	39 758
R. Ten. Ferreira Durão, 57 1º frente Fr. F	Lisboa	2013	116 465	95 000	-	-	95 000
R. Ten. Ferreira Durão, 57 2º dto Fr. G	Lisboa	2013	118 290	41 258	-	-	41 258
R. Ten. Ferreira Durão, 57 2º esq Fr. H	Lisboa	2013	105 195	42 366	-	-	42 366
R. Ten. Ferreira Durão, 57 2º frente Fr. I	Lisboa	2013	116 465	80 229	-	-	80 229
R. Ten. Ferreira Durão, 57 3º dto Fr. J	Lisboa	2013	118 290	41 258	-	-	41 258
R. Ten. Ferreira Durão, 57 3º esq Fr. K	Lisboa	2013	105 195	46 366	-	-	46 366
R. Ten. Ferreira Durão, 57 3º frente Fr. L	Lisboa	2013	116 465	57 537	-	-	57 537
R. Ten. Ferreira Durão, 57 4º dto Fr. M	Lisboa	2013	144 059	90 000	-	-	90 000
R. Ten. Ferreira Durão, 57 4º esq Fr. N	Lisboa	2013	105 195	39 758	-	-	39 758
R. Ten. Ferreira Durão, 57 4º frente Fr. O	Lisboa	2013	141 945	95 000	-	-	95 000
R. Buenos Aires, 5/5C cave - Sala A Fr. A	Lisboa	2013	45 624	44 514	-	-	44 514
R. Buenos Aires, 5/5C cave - Sala C Fr. B	Lisboa	2013	50 038	45 714	-	-	45 714
R. Buenos Aires, 5/5C cave - Sala B Fr. C	Lisboa	2013	57 925	46 114	-	-	46 114
R. Buenos Aires, 5/5C r/c esq Fr. D	Lisboa	2013	592 642	371 320	-	-	371 320
R. Buenos Aires, 5/5C r/c dto Fr. E	Lisboa	2013	71 728	68 954	-	-	68 954
R. Buenos Aires, 5/5C 1º dto Fr. F	Lisboa	2013	280 463	189 600	-	-	189 600
R. Buenos Aires, 5/5C 1º esq Fr. G	Lisboa	2013	230 022	112 789	-	-	112 789
R. Buenos Aires, 5/5C 2º dto Fr. H	Lisboa	2013	310 147	144 507	-	-	144 507
R. Buenos Aires, 5/5C 2º esq Fr. I	Lisboa	2013	235 309	80 409	-	-	80 409
R. Buenos Aires, 5/5C 3º dto Fr. J	Lisboa	2013	278 393	106 789	-	-	106 789
R. Buenos Aires, 5/5C 3º esq Fr. L	Lisboa	2013	257 879	179 068	-	-	179 068
R. Buenos Aires, 5/5C 4º esq Fr. N	Lisboa	2013	209 414	87 602	-	-	87 602
R. Buenos Aires, 12 A, B loja / cave Fr. A	Lisboa	2013	1 404 610	788 610	-	-	788 610
R. Buenos Aires, 12 A, B 1º Fr. B	Lisboa	2013	428 367	180 374	-	-	180 374
R. Buenos Aires, 12 A, B 2º Fr. C	Lisboa	2013	387 986	176 759	-	-	176 759
R. Buenos Aires, 12 A, B 3º Fr. D	Lisboa	2013	386 895	163 574	-	-	163 574
R. Carvalho Araújo, 93 AB A loja Fr. A	Lisboa	2013	445 184	191 253	-	-	191 253
R. Carvalho Araújo, 93 AB B loja Fr. B	Lisboa	2013	442 577	243 872	-	-	243 872
R. Carvalho Araújo, 93 AB 1º dto Fr. C	Lisboa	2013	127 670	130 000	-	-	130 000
R. Carvalho Araújo, 93 AB 1º esq Fr. D	Lisboa	2013	178 477	71 820	-	-	71 820
R. Carvalho Araújo, 93 AB 2º dto Fr. E	Lisboa	2013	127 670	126 419	-	-	126 419
R. Carvalho Araújo, 93 AB 2º esq Fr. F	Lisboa	2013	181 103	97 779	-	-	97 779
R. Carvalho Araújo, 93 AB 3º dto Fr. G	Lisboa	2013	187 844	130 000	-	-	130 000
R. Carvalho Araújo, 93 AB 3º esq Fr. H	Lisboa	2013	157 239	143 091	-	-	143 091
R. Carvalho Araújo, 93 AB 4º Fr. I	Lisboa	2013	82 243	33 881	-	-	33 881
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 cave dto Fr. A	Lisboa	2013	168 619	120 000	-	-	120 000
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 cave esq Fr. B	Lisboa	2013	149 638	118 857	-	-	118 857
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 r/c dto. Fr. C	Lisboa	2013	162 818	123 000	-	-	123 000
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 r/c esq Fr. D	Lisboa	2013	136 642	58 684	-	-	58 684
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 1º dto Fr. E	Lisboa	2013	164 160	123 000	-	-	123 000
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 2º dto Fr. G	Lisboa	2013	164 160	123 000	-	-	123 000
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 2º esq Fr. H	Lisboa	2013	132 030	123 000	-	-	123 000
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 3º dto Fr. I	Lisboa	2013	136 642	64 511	-	-	64 511
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 3º esq Fr. J	Lisboa	2013	136 642	58 684	-	-	58 684
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 4º dto Fr. K	Lisboa	2013	136 642	58 684	-	-	58 684
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 4º esq Fr. L	Lisboa	2013	136 642	58 684	-	-	58 684
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 5º dto Fr. M	Lisboa	2013	157 295	134 543	-	-	134 543
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 5º esq Fr. N	Lisboa	2013	164 031	123 000	-	-	123 000
R. João Frederico Ludovice, 4 A B A loja Fr. A	Lisboa	2013	229 422	92 584	-	-	92 584
R. João Frederico Ludovice, 4 A B B loja Fr. B	Lisboa	2013	270 036	84 349	-	-	84 349

(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 1º dto Fr. C	Lisboa	2013	131 725	86 451	-	-	86 451
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 1º esq Fr. D	Lisboa	2013	148 191	75 573	-	-	75 573
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 2º dto Fr. E	Lisboa	2013	131 725	55 600	-	-	55 600
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 2º esq Fr. F	Lisboa	2013	148 191	59 775	-	-	59 775
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 3º dto Fr. G	Lisboa	2013	131 725	58 880	-	-	58 880
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 3º esq Fr. H	Lisboa	2013	148 191	56 794	-	-	56 794
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 4º dto Fr. I	Lisboa	2013	131 725	55 600	-	-	55 600
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 4º esq Fr. J	Lisboa	2013	148 191	56 794	-	-	56 794
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 5º dto Fr. K	Lisboa	2013	131 725	58 880	-	-	58 880
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 5º esq Fr. L	Lisboa	2013	165 573	117 120	-	-	117 120
R. Maria Andrade, 48 A Loja C cave Fr. A	Lisboa	2013	820 569	367 118	-	-	367 118
R. Maria Andrade, 48 1º esq Fr. B	Lisboa	2013	249 227	112 118	-	-	112 118
R. Maria Andrade, 48 1º dto Fr. C	Lisboa	2013	60 315	54 000	-	-	54 000
R. Maria Andrade, 48 2º esq Fr. D	Lisboa	2013	173 330	84 295	-	-	84 295
R. Maria Andrade, 48 2º dto Fr. E	Lisboa	2013	179 293	130 400	-	-	130 400
R. Maria Andrade, 48 3º esq Fr. F	Lisboa	2013	178 868	118 000	-	-	118 000
R. Maria Andrade, 48 3º dto Fr. G	Lisboa	2013	154 521	67 711	-	-	67 711
R. Maria Andrade, 48 4º esq Fr. H	Lisboa	2013	175 637	152 146	-	-	152 146
R. Maria Andrade, 48 4º dto Fr. I	Lisboa	2013	154 521	61 477	-	-	61 477
R. Rodrigo Reinel, 3 A B A loja Fr. A	Lisboa	2013	148 189	94 000	-	-	94 000
R. Rodrigo Reinel, 3 A B r/c dto Fr. B	Lisboa	2013	169 780	75 352	-	-	75 352
R. Rodrigo Reinel, 3 A B r/c esq Fr. C	Lisboa	2013	169 780	69 390	-	-	69 390
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 1º dto Fr. D	Lisboa	2013	192 856	86 779	-	-	86 779
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 1º esq Fr. E	Lisboa	2013	221 113	113 545	-	-	113 545
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 2º dto Fr. F	Lisboa	2013	229 966	165 024	-	-	165 024
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 2º esq Fr. G	Lisboa	2013	192 856	84 842	-	-	84 842
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 3º dto Fr. H	Lisboa	2013	192 856	87 375	-	-	87 375
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 3º esq Fr. I	Lisboa	2013	192 856	80 071	-	-	80 071
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 4º dto Fr. J	Lisboa	2013	192 856	85 737	-	-	85 737
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 4º esq Fr. K	Lisboa	2013	192 856	77 836	-	-	77 836
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 5º dto Fr. L	Lisboa	2013	192 856	85 737	-	-	85 737
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 5º esq Fr. M	Lisboa	2013	192 856	87 375	-	-	87 375
R. S. Marçal, 186/188 Cave Fr. A	Lisboa	2013	44 016	40 000	-	-	40 000
R. S. Marçal, 186/188 Cave Fr. B	Lisboa	2013	146 525	96 413	-	-	96 413
R. S. Marçal, 186/188 r/c Fr. C	Lisboa	2013	271 791	140 821	-	-	140 821
R. S. Marçal, 186/188 1º Fr. D	Lisboa	2013	317 511	222 000	-	-	222 000
R. S. Marçal, 186/188 2º Fr. E	Lisboa	2013	280 499	146 216	-	-	146 216
R. S. Marçal, 186/188 3º Fr. F	Lisboa	2013	151 956	68 606	-	-	68 606
R. S. Marçal, 190 r/c Fr. A	Lisboa	2013	165 325	67 246	-	-	67 246
R. S. Marçal, 190 1º Fr. B	Lisboa	2013	185 691	79 404	-	-	79 404
R. S. Marçal, 190 2º Fr. C	Lisboa	2013	185 691	71 179	-	-	71 179
R. Marechal Saldanha, 5	Lisboa	2014	3 000 443	2 276 275	-	-	2 276 275
R. Conceição, 121 a 129	Lisboa	2013	634 457	911 930	-	-	911 930
R. Prata, 75 a 85	Lisboa	2014	426 911	1 342 789	-	-	1 342 789
R. Prata, 149 a 159	Lisboa	2014	190 541	1 519 253	-	-	1 519 253
R. Prata, 174 a 178	Lisboa	2014	4 362	542 585	-	-	542 585
R. Arroios, 263 a 273	Lisboa	2014	115 021	1 177 398	-	-	1 177 398
R. S. Julião, 48 a 50	Lisboa	2014	4 349	718 082	-	-	718 082
R. Dr. António Granjo, 11 e 11 A r/c Dto. Fr. A	Lisboa	2014	559 103	425 000	-	-	425 000
R. Dr. António Martins, 23 e 23 A r/c Esq. Fr. A	Lisboa	2014	563 872	534 000	-	-	534 000
R. Buenos Aires, 7 e 7 C Fr. B	Lisboa	2013	510	45 000	-	-	45 000
R. Buenos Aires, 7 e 7 C Fr. E	Lisboa	2013	1 489	70 558	-	-	70 558
Estrada da Luz, 114 e 114 C Fr. I	Lisboa	2013	7 127	70 592	-	-	70 592
R. S. Sebastião, 122	Lisboa	2013	799 526	3 803 335	-	-	3 803 335
Estrada de Benfica, 403 e 403 A Fr. C	Lisboa	2013	7 631	78 301	-	-	78 301
Estrada de Benfica, 403 e 403 A Fr. E	Lisboa	2013	8 171	84 432	-	-	84 432
Estrada de Benfica, 403 e 403 A Fr. I	Lisboa	2013	7 444	78 301	-	-	78 301
Estrada de Benfica, 403 e 403 A Fr. J	Lisboa	2013	4 217	46 051	-	-	46 051
R. Jacinta Marto, 2 Fr. D (R. Passos Manuel, 1)	Lisboa	2013	25 256	89 111	-	-	89 111
R. Jacinta Marto, 2 Fr. C (R. Passos Manuel, 1)	Lisboa	2013	11 248	290 000	-	-	290 000

(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. Jacinta Marto, 2 Fr. G (R. Passos Manuel, 1)	Lisboa	2013	3 475	43 056	-	-	43 056
R. 4 Infantaria, 1 e 1 B Fr. C(R. Coelho da Rocha, 72 A Lj.)	Lisboa	2014	893	34 928	-	-	34 928
R. D. José Mascarenhas, 71	Almada	2013	129 272	452 883	-	-	452 883
R. Fundação Calouste Gulbenkian, 89 Fr. E	Braga	2013	9 150	60 000	-	-	60 000
R. Fundação Calouste Gulbenkian, 89 Fr. F	Braga	2013	7 208	60 000	-	-	60 000
R. Fundação Calouste Gulbenkian, 89 Fr. G	Braga	2013	4 990	43 000	-	-	43 000
R. Fundação Calouste Gulbenkian, 89 Fr. H	Braga	2013	3 327	25 000	-	-	25 000
R. Almirante Candido dos Reis, 96 e 96 A	Montijo	2013	300 978	235 000	-	-	235 000
Av. República Guiné - Bissau, 17 Lj. 1 Fr. A	Setúbal	2013	608 588	250 704	-	-	250 704
R. S. Pedro, Lt. 33 Fr. B	Guarda	2013	53 629	55 000	-	-	55 000
Av. 25 de Abril, Edifício São João r/c Dto Fr. AF	Abrantes	2014	247 425	89 703	-	-	89 703
Av. 25 de Abril, Edifício São João r/c Dto Fr. AG	Abrantes	2014	247 425	54 068	-	-	54 068
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. G	Aveiro	2013	7 902	36 000	-	-	36 000
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. H	Aveiro	2013	5 716	26 000	-	-	26 000
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. L	Aveiro	2013	22 487	67 534	-	-	67 534
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. P	Aveiro	2013	31 944	115 000	-	-	115 000
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. R	Aveiro	2013	2 774	64 457	-	-	64 457
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. S	Aveiro	2013	2 648	83 000	-	-	83 000
R. João Dias, 13 a 19 3º Dto. Fr. G	Faro	2013	37 507	120 000	-	-	120 000
R. das Cinco Vilas, s/n r/c Fr. A	Ansião	2014	66 592	68 624	-	-	68 624
R. das Cinco Vilas, s/n Garagem 6 Fr. L	Ansião	2014	5 549	4 572	-	-	4 572
R. Infante de Sagres, 15 r/c Lj. D Fr. R	Lagos	2013	98 495	115 745	-	-	115 745
Av. Heliodoro Salgado, 58 r/c dto Fr. C	Sintra	2013	94 978	138 896	-	-	138 896
R. Heróis do Ultramar, Lt. 6 Fr. BD	Arruda dos Vinhos	2013	79 846	102 735	-	-	102 735
Av. Bombeiros Voluntários, 49 A Fr. A	Algés	2013	132 430	128 664	-	-	128 664
R. Jacinta Marto, 64 r/c E Fr. A	Fátima	2013	103 403	150 000	-	-	150 000
Av. da Liberdade, 1 a 7 (R. da Quinta, 81 a 85)	Fundão	2013	71 019	99 249	-	-	99 249
R. Manuel Pontes Horta, Bloco B r/c Fr. B	Quarteira	2013	29 464	116 722	-	-	116 722
R. Pinho Leal, 1 e 1 A r/c loja Arrecad. 6 Fr. B	Amora	2013	385 247	175 000	-	-	175 000
Av. 5 de Outubro, 1 a 3 - A Lj. r/c Dto. Fr. A	Setúbal	2013	796 130	360 000	-	-	360 000
R. Alves Roçadas, 122 cave Garagem 86 Fr. CR	V. N. Famalicão	2013	18 017	8 000	-	-	8 000
R. Alves Roçadas, 122 cave Garagem 87 Fr. CS	V. N. Famalicão	2013	11 323	5 000	-	-	5 000
R. Alves Roçadas, 122 cave Garagem 88 Fr. CT	V. N. Famalicão	2013	8 772	4 000	-	-	4 000
R. Alves Roçadas, 122 cave Garagem 89 Fr. CU	V. N. Famalicão	2013	9 348	4 000	-	-	4 000
R. Alves Roçadas, 122 cave Garagem 70 Fr. CV	V. N. Famalicão	2013	8 772	4 000	-	-	4 000
R. Alves Roçadas, 122 r/c Loja 1 Fr. EB	V. N. Famalicão	2013	359 082	175 000	-	-	175 000
L. Combatentes Grande Guerra, 33 r/c D Lj. E 1º - Fr. B	Cantanhede	2013	405 778	200 000	-	-	200 000
R. de Jesus e R. João António Neves, r/c Lj. 2 Fr. B	Praia da Vitória	2013	81 660	70 000	-	-	70 000
P. da República, 37 a 39 r/c e 1º Fr. A	Tomar	2013	528 229	215 000	-	-	215 000
R. Antero de Quental, 17 c/v Lj. 11 Fr. B	Linda a Velha	2014	119 151	90 000	-	-	90 000
R. Vitor Hugo, 2 B Lj. Fr. C	Lisboa	2014	135 958	66 972	-	-	66 972
R. Campo de Ourique, 50 C Lj. Fr. B	Lisboa	2014	105 843	80 000	-	-	80 000
R. Professor Egas Moniz, 2 r/c Esq. Fr. A	V. R. Sto. António	2013	157 241	133 360	-	-	133 360
R. Angelina Vidal, 33 A Fr. G	Lisboa	2014	66 678	60 000	-	-	60 000
Av. Dr. Fernando Namora, 147 r/c Lj. B Fr. B	Coimbra	2014	116 094	58 000	-	-	58 000
P. da Concorrência, 3 Lj. B Fr. L	Santiago do Cacém	2014	103 242	80 000	-	-	80 000
R de Alpiarça (Estrada 118), 79 r/c 1º Lat Dto Fr. C	Almeirim	2014	91 615	75 000	-	-	75 000
Av. Prof. Vieira Natividade, Lt. 10 r/c C Dto Lj. 2 Fr. B	Alcobaça	2014	83 224	61 861	-	-	61 861
R. de Viseu, Lt. 1 r/c Norte Fr. A	Aveiro	2013	267 173	200 000	-	-	200 000
Av. Miguel Bombarda, 58 C r/c Fr. D	Amadora	2013	116 565	80 000	-	-	80 000
Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 1180 Lt. 13 r/c Fr. A	Carcavelos	2013	197 524	120 000	-	-	120 000
R. Salvador Marques, 43 r/c Fr. A	Alhandra	2013	82 302	56 200	-	-	56 200
R. Soares dos Reis, 1180 r/c Fr. F	V. N. Gaia	2013	104 249	60 000	-	-	60 000
R. D. Afonso Henriques, Bl. A r/c Fr. A	Grandola	2013	101 505	65 000	-	-	65 000
Av. Amélia Guerra, 1 Fr. B	Turquel	2013	54 868	43 000	-	-	43 000
R. José Fontana, 3 Loja 5 piso 0 Fr. X	Paço de Arcos	2013	134 426	55 000	-	-	55 000
R. Coronel Santos Pedrosa, 2 e 2 A cv Fr. A	Lisboa	2013	107 443	85 000	-	-	85 000
R. Mouzinho de Albuquerque, 59 r/c Fr. A	Guarda	2013	96 019	65 000	-	-	65 000
R. Fernando Lopes Graça, 4 Fr. C	Lisboa	2013	74 071	62 000	-	-	62 000
R. dos Russos	Trajouce	2013	82 302	51 600	-	-	51 600

(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. Jacinto Bento Paiva, 42 r/c Fr. A	Nazaré	2013	66 691	40 000	-	-	40 000
Urb. Matinha, lote A Arm. B1 piso 1 Fr. B	Lisboa	2013	3 540 000	1 654 672	-	-	1 654 672
Urb. Matinha, lote A Arm. B4 piso 4 Fr. F	Lisboa	2013	2 383 060	1 712 489	-	-	1 712 489
Urb. Matinha, lote A Arm. C5 piso 5 Fr. I	Lisboa	2013	392 400	298 000	-	-	298 000
Urb. Matinha, lote A Arm. G5 piso 5 Fr. M	Lisboa	2013	268 800	210 000	-	-	210 000
Urb. Matinha, lote A Arm. K5 piso 5 Fr. Q	Lisboa	2013	355 640	410 000	-	-	410 000
Urb. Matinha, lote A Arm. L5 piso 5 Fr. R	Lisboa	2013	658 800	465 000	-	-	465 000
R. Alfredo Keil, 257 A 7º fte Fr. JO	Porto	2013	218 371	200 000	-	-	200 000
R. Júlio de Brito, 86 piso -1 garagem 33 Fr. NH	Porto	2013	23 798	10 000	-	-	10 000
Av. Holanda, 516	Cascais	2013	901 654	600 000	-	-	600 000
Av. Alexandre Herculano, 63 r/c esq. loja Fr. B	Pinhal Novo	2013	102 648	65 000	-	-	65 000
P. Luis de Camões, 47 r/c Fr. C	Estremoz	2013	96 568	59 944	-	-	59 944
Av. dos Bombeiros Voluntários, lote 6 r/c Fr. A	Mortágua	2013	105 253	66 857	-	-	66 857
R. Dr. Francisco Duarte, 321 r/c loja Fr. D	Braga	2013	114 394	50 000	-	-	50 000
R. do Bonfim, 459 r/c loja Fr. A	Porto	2013	100 024	50 914	-	-	50 914
R. Dr. J.A. Peixoto Pereira Machado, 370 r/c Fr. A	Barcelos	2013	177 689	70 000	-	-	70 000
R. Vasco da Gama, 4	Loures	2013	1 417 730	6 000 000	-	-	6 000 000
R. dos Arneiros, 74 4º dto Fr. M	Lisboa	2013	6 968	52 165	-	-	52 165
R. dos Arneiros, 74 4º esq Fr. N	Lisboa	2013	8 532	60 502	-	-	60 502
R. dos Arneiros, 74 5º esq Fr. P	Lisboa	2013	8 812	62 502	-	-	62 502
R. dos Arneiros, 74 7º dto Fr. S	Lisboa	2013	7 015	52 165	-	-	52 165
R. dos Arneiros, 74 7º esq Fr. T	Lisboa	2013	9 008	62 149	-	-	62 149
R. Jardim do Tabaco, 19 a 33	Lisboa	2014	3 382 821	3 520 000	-	-	3 520 000
R. das Flores, 41 a 45 1º Fr. B	Lisboa	2014	172 984	195 800	-	-	195 800
R. das Flores, 41 a 45 2º Fr. C	Lisboa	2014	172 984	180 000	-	-	180 000
R. das Flores, 41 a 45 3º Fr. D	Lisboa	2014	172 984	166 000	-	-	166 000
R. das Flores, 41 a 45 4º Fr. E	Lisboa	2014	172 984	166 000	-	-	166 000
R. das Flores, 41 a 45 5º Fr. F	Lisboa	2014	179 525	149 600	-	-	149 600
Av. Luís Bivar, 77 a 81	Lisboa	2014	1 335 750	1 400 000	-	-	1 400 000
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 0 Loja 1 Fr. AH	Lisboa	2014	864 843	670 800	-	-	670 800
R. Julieta Ferrão, 10 Cave 11,52/1000 Fr. A	Lisboa	2014	73 712	12 000	-	-	12 000
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 1 Lj 102 Fr. AJ	Lisboa	2014	231 490	110 080	-	-	110 080
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 1 Lj 103 Fr. AL	Lisboa	2014	246 359	79 920	-	-	79 920
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 14 Esc 1401 Fr. BO	Lisboa	2014	544 781	420 000	-	-	420 000
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 14 Esc 1402 Fr. BP	Lisboa	2014	544 781	420 000	-	-	420 000
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 15 Esc 1501 Fr. BQ	Lisboa	2014	312 385	770 000	-	-	770 000
R. Julieta Ferrão, 10 Piso -3 47,95/1000 Fr. A	Lisboa	2014	310 784	300 000	-	-	300 000
Urbanização Vale da Telha, Lote 212 Setor D	Aljezur	2013	4 189	1 000	-	-	1 000
Herdade Vale da Telha, Lt. 8 Setor J	Aljezur	2013	14 964	3 000	-	-	3 000
R. Vasco da Gama, 6	Portela LRS	2013	8 093 888	7 900 000	-	-	7 900 000
Trav. Do Noronha, 21	Lisboa	2014	1 159 143	1 564 916	-	-	1 564 916
R. Jorge Colaço, 56	Lisboa	2013	249 399	815 682	-	-	815 682
Av. Óscar Monteiro Torres, 33	Lisboa	2013	468 148	850 022	-	-	850 022
R. Marquês da Fronteira, 82	Lisboa	2013	1 323 394	2 702 554	-	-	2 702 554
R. Passo Manuel, 3	Lisboa	2014	396 602	782 364	-	-	782 364
R. de S. Félix, 19	Lisboa	2014	155 116	370 737	-	-	370 737
R. Tomás da Anunciação, 3	Lisboa	2013	792 380	1 321 983	-	-	1 321 983
R. do Sol ao Rato, 45	Lisboa	2014	701 995	1 092 488	-	-	1 092 488
Trav. Do Convento de Jesus, 10 a 18	Lisboa	2014	394 856	1 228 786	-	-	1 228 786
R. Senhora da Glória, 81	Lisboa	2013	822 195	1 485 327	-	-	1 485 327
R. de Arroios, 52	Lisboa	2013	387 981	798 087	-	-	798 087
R. Dr. Francisco Sá Carneiro, 95 r/c Fr. C	Pareda	2013	77 314	257 000	-	-	257 000
R. 7 de Junho, 23 r/c dto Fr. A	Amadora	2013	14 513	83 680	-	-	83 680
R. 7 de Junho, 23 r/c esq Fr. B	Amadora	2013	14 513	60 394	-	-	60 394
R. 7 de Junho, 23 1º dto Fr. C	Amadora	2013	18 723	32 006	-	-	32 006
R. 7 de Junho, 23 1º esq Fr. D	Amadora	2013	16 883	32 389	-	-	32 389
R. 7 de Junho, 23 2º dto Fr. E	Amadora	2013	49 012	65 000	-	-	65 000
R. 7 de Junho, 23 2º esq Fr. F	Amadora	2013	16 882	28 974	-	-	28 974
Pcta. Armada das Índias, 1 cave Lj 2 Fr. A	Aguilva-Cacém	2013	113 508	67 610	-	-	67 610
R. Costa Cabral, 2405	Porto	2013	270 778	275 347	-	-	275 347

(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. dos Combatentes da Grande Guerra, 42 1º dto	Belas	2013	23 043	46 551	-	-	46 551
R. dos Combatentes da Grande Guerra, 42 1º esq	Belas	2013	23 043	38 872	-	-	38 872
R. dos Combatentes da Grande Guerra, 42 2º dto	Belas	2013	51 313	95 000	-	-	95 000
R. dos Combatentes da Grande Guerra, 42 2º esq	Belas	2013	23 043	42 463	-	-	42 463
R. dos Combatentes da Grande Guerra, 42 3º dto	Belas	2013	75 017	95 000	-	-	95 000
R. dos Combatentes da Grande Guerra, 42 3º esq	Belas	2013	23 043	41 860	-	-	41 860
R. dos Combatentes da Grande Guerra, 42 r/c dto	Belas	2013	23 043	39 229	-	-	39 229
R. dos Combatentes da Grande Guerra, 42 r/c esq	Belas	2013	23 043	85 000	-	-	85 000
R. da Palmeira, 20 r/c dto Fr. A	Amadora	2013	15 822	31 711	-	-	31 711
R. da Palmeira, 20 r/c esq Fr. B	Amadora	2013	21 114	54 263	-	-	54 263
R. da Palmeira, 20 1º dto Fr. C	Amadora	2013	17 039	35 241	-	-	35 241
R. da Palmeira, 20 1º esq Fr. D	Amadora	2013	17 039	40 127	-	-	40 127
R. da Palmeira, 20 2º dto Fr. E	Amadora	2013	41 793	58 000	-	-	58 000
R. da Palmeira, 20 2º esq Fr. F	Amadora	2013	17 039	40 127	-	-	40 127
R. da Palmeira, 20 3º dto Fr. G	Amadora	2013	17 039	37 112	-	-	37 112
R. da Palmeira, 20 3º esq Fr. H	Amadora	2013	17 039	66 000	-	-	66 000
R. da Palmeira, 20 4º dto Fr. I	Amadora	2013	17 039	36 629	-	-	36 629
R. da Palmeira, 20 4º esq Fr. J	Amadora	2013	17 039	38 169	-	-	38 169
R. da Palmeira, 20 5º dto Fr. L	Amadora	2013	34 120	75 081	-	-	75 081
R. da Palmeira, 20 5º esq Fr. M	Amadora	2013	17 039	36 870	-	-	36 870
R. da Palmeira, 20 6º dto Fr. N	Amadora	2013	17 039	36 082	-	-	36 082
R. da Palmeira, 20 6º esq Fr. O	Amadora	2013	17 039	66 000	-	-	66 000
R. da Palmeira, 20 7º dto Fr. P	Amadora	2013	17 039	58 000	-	-	58 000
Pcta. Armada das Índias, 1 cave Lj Fr. B	Agalva-Cacém	2013	113 508	67 610	-	-	67 610
R. da Palmeira, 20 7º esq Fr. Q	Amadora	2013	17 039	37 270	-	-	37 270
R. da Palmeira, 20 8º dto Fr. R	Amadora	2013	17 039	35 035	-	-	35 035
R. da Palmeira, 20 8º esq Fr. S	Amadora	2013	17 039	38 135	-	-	38 135
Estrada das Palmeiras, 1	Barcarena	2013	2 480 168	2 002 857	-	-	2 002 857
Av. Luisa Todi, 33 e 35	Setúbal	2013	2 087 817	2 358 759	-	-	2 358 759
Trav. João de Deus, 2 r/c dto Fr. C	Sintra	2013	22 446	42 763	-	-	42 763
R. Fernão de Magalhães, 4	Portela LRS	2013	1 661 459	2 045 754	-	-	2 045 754
Av. Sacadura Cabral, 14 1º Esq Fr. D	Lisboa	2013	99 195	165 000	-	-	165 000
Av. Marconi, 10 6º esq Fr. O	Lisboa	2013	188 287	218 000	-	-	218 000
Av. 29 de Agosto, 161 r/c Fr. B	Terrugem SNT	2013	201 329	120 000	-	-	120 000
Av. António Augusto Aguiar, 203 a 207	Lisboa	2014	1 045 399	1 061 220	-	-	1 061 220
R. Maria da Fonte, 2 a 16	Lisboa	2013	1 621 093	1 140 000	-	-	1 140 000
L. do Conde Barão, 13 e 14	Lisboa	2013	823 017	6 000 000	-	-	6 000 000
Av. José dos Santos Farias, Lt 82 Fr. A	Almancil	2013	605 051	575 000	-	-	575 000
R. dos Camilos, 90 cave e r/c Fr. A	Peso da Régua	2013	369 165	395 888	-	-	395 888
Sítio da Torre ou Panasqueira, r/c dto Fr. X	Armação de Pera	2013	529 500	550 000	-	-	550 000
R. Gregório Lopes, Lt 1523 9º C	Lisboa	2013	149 160	210 000	-	-	210 000
R. Gregório Lopes, Lt 1523 10º C	Lisboa	2013	122 040	200 000	-	-	200 000
R. Frederico Pinheiro, 2 Fr. A	Almada	2013	766 548	710 000	-	-	710 000
R. José Augusto Seabra, 4 r/c Fr.A	Queijas	2013	242 289	215 000	-	-	215 000
P. Eça de Queiroz, 11 s/c Fr. A	Vialonga	2013	237 196	228 000	-	-	228 000
R. Manuel António de Brito, 4 r/c esq Fr. A	Beja	2013	429 556	384 108	-	-	384 108
Av. Ferrer, r/c dto Fr. A	Odemira	2013	332 946	325 000	-	-	325 000
Gaveto Av. Dr. Manuel Gregório P. Junior, cave Fr. A	Porto Santo	2013	722 095	775 000	-	-	775 000
Gaveto Av. Dr. Manuel Gregório P. Junior, r/c Fr. B	Porto Santo	2013	45 663	76 000	-	-	76 000
R. Poeta Ruy Belo, 1 Fr. A	Rio Maior	2013	240 147	175 000	-	-	175 000
R. da Liberdade, r/c dto Fr. B	S. Bartomeu Messines	2013	376 100	247 000	-	-	247 000
Av. GD. João III, 33 r/c dto Fr. AB	Ponta Delgada	2013	225 155	192 000	-	-	192 000
R. Tristão Vaz Teixeira, 2 r/c Fr. AC	Monte Gordo	2013	286 515	200 000	-	-	200 000
R. da Charneca, 7 r/c esq Fr. A	Pornbal	2013	132 378	120 000	-	-	120 000
R. Frederico George, 23 a 27 Ed B 3º dto CB Fr. AB	Lisboa	2013	84 368	140 000	-	-	140 000
R. Frederico George, 11 a 15 Ed B 1º esq Fr. BM	Lisboa	2013	97 417	130 000	-	-	130 000
R. Frederico George, 11 a 15 Ed B 4º esq Fr. BS	Lisboa	2013	97 324	130 000	-	-	130 000
R. Frederico George, 23 a 27 Ed B 2º dto CB Fr. Z	Lisboa	2013	91 002	136 488	-	-	136 488
R. Frederico George, 11 a 15 Ed C 1º esq Fr. BZ	Lisboa	2013	90 617	145 000	-	-	145 000
R. Álvares Cabral, 118 4º esq fte Fr. S	Porto	2013	98 142	129 000	-	-	129 000

(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Av. General Roçadas, 48 Lj 2 Fr. E	Lisboa	2013	378 354	363 000	-	-	363 000
R. Paz e Amizade, 24 scv Lj Fr. A e B	Belas	2013	312 797	123 000	-	-	123 000
Campo Grande, 46 Estac piso -2 Fr. D	Lisboa	2013	230 093	261 971	-	-	261 971
P. da República, 10 r/c 1 Fr. A	Ericeira	2013	453 997	277 500	-	-	277 500
Av. Combatentes da Grande Guerra, 29	Évora	2013	482 257	525 000	-	-	525 000
Urbanização Olival Basto, lote 10 A 3º fte Fr. M	Benavente	2013	27 557	46 567	-	-	46 567
Urbanização Olival Basto, lote 9 A 3º dto Fr. J	Benavente	2013	19 623	63 000	-	-	63 000
Av. Manuel da Maia, 42 cave Fr. C	Lisboa	2013	84 315	171 877	-	-	171 877
Av. Manuel da Maia, 42 r/c dto Fr. E	Lisboa	2013	75 796	130 911	-	-	130 911
Av. Manuel da Maia, 42 4º esq Fr. M	Lisboa	2013	81 224	110 951	-	-	110 951
Av. Manuel da Maia, 42 6º esq Fr. Q	Lisboa	2013	81 224	132 528	-	-	132 528
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 2 esq Fr. HP	Marinha Grande	2014	49 133	67 000	-	-	67 000
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 cv 61 Fr. BP	Marinha Grande	2014	5 330	4 000	-	-	4 000
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 cv 63 Fr. BR	Marinha Grande	2014	3 299	4 000	-	-	4 000
Pcta. Marquês Castelo Melhor, 3	Sto Antº.Cavaleiros	2014	1 685 465	1 886 606	-	-	1 886 606
R. Quintas das Palmeiras, 47	Oeiras	2014	1 315 492	1 717 817	-	-	1 717 817
R. do Poder Local, 14 6º A Fr. AC	Pontinha	2013	61 705	130 000	-	-	130 000
Av. D. Vicente Afonso Valente, 3 4º C Fr. AI	Póvoa S. Iria	2013	82 972	100 000	-	-	100 000
Av. D. Vicente Afonso Valente, 3 5º A Fr. AL	Póvoa S. Iria	2013	45 786	90 000	-	-	90 000
Av. D. Vicente Afonso Valente, 3 6º C Fr. AR	Póvoa S. Iria	2013	55 350	100 000	-	-	100 000
Pcta. Duque de Cadaval, 1	Sto Antº.Cavaleiros	2014	4 269 902	3 981 140	-	-	3 981 140
R. Dr. Cruz Malpique, 37 sub cave Fr. F	Porto	2013	5 084	3 000	-	-	3 000
R. Dr. Cruz Malpique, 37 sub cave Fr. J	Porto	2013	6 101	3 500	-	-	3 500
R. Prof Antão de Almeida Garrett, 30 r/c Fr. N	Porto	2013	79 051	76 795	-	-	76 795
R. Dr. Paulo Pombo, 16 cave Fr. AB	Porto	2013	5 084	3 500	-	-	3 500
R. Dr. Paulo Pombo, 16 cave Fr. AR	Porto	2013	5 084	3 000	-	-	3 000
R. Dr. Paulo Pombo, 16 cave Fr. N	Porto	2013	5 084	3 500	-	-	3 500
R. Dr. Paulo Pombo, 16 cave Fr. T	Porto	2013	6 101	3 500	-	-	3 500
R. Dr. Paulo Pombo, 32 sub cave Fr. AF	Porto	2013	11 184	6 500	-	-	6 500
R. Dr. Paulo Pombo, 32 sub cave Fr. N	Porto	2013	5 084	3 000	-	-	3 000
R. Fernando Lopes Graça, 19 r/c lJ D Fr. D	Lisboa	2013	419 738	415 000	-	-	415 000
R. Gonçalo Velho, 5 3º esq Fr. 3E	Rio de Mouro	2013	65 941	68 000	-	-	68 000
R. N. Senhora do Amparo, 15	Setúbal	2014	2 135 119	2 287 723	-	-	2 287 723
R. Joaquim Alves, 2	Sto Antº.Cavaleiros	2013	1 245 481	1 701 915	-	-	1 701 915
P. Francisco Sá Carneiro, 9 4º dto Fr. G	Lisboa	2013	88 827	150 454	-	-	150 454
P. Francisco Sá Carneiro, 5º dto Fr. I	Lisboa	2013	146 374	297 600	-	-	297 600
Urbanização Olival Basto, lote 15 A 3º fte Fr. M	Benavente	2013	17 263	50 529	-	-	50 529
R. Tristão Vaz Teixeira, 2 r/c Fr. AD	Monte Gordo	2013	147 599	170 000	-	-	170 000
Campo Grande, 46 1º esq Fr. L	Lisboa	2013	906 167	854 240	-	-	854 240
R. da Charneca, 7 r/c dto Fr. B	Pombal	2013	107 394	100 000	-	-	100 000
R. Álvares Cabral, 118 4º dto fte Fr. V	Porto	2013	98 142	129 000	-	-	129 000
Av. Paulo VI, 11 4º C Fr. AB	Rio Maior	2013	20 927	47 000	-	-	47 000
R. do Poder Local, 14 13º A Fr. BH	Pontinha	2013	66 628	98 626	-	-	98 626
R. Cristino da Silva, 1 7º dto Fr. AF	Queluz	2013	71 423	70 274	-	-	70 274
R. Prof Nery Capucho, 2 r/c e 1º Fr. B	Marinha Grande	2013	274 339	500 000	-	-	500 000
R. Luciano Corfeiro, 90	Lisboa	2013	1 652 138	1 245 142	-	-	1 245 142
R. Maria Andrade, 64 B r/c Fr. B	Lisboa	2013	303 711	273 000	-	-	273 000
P. Luís Ribeiro, 23 sub cave Fr. DF	S. João Madeira	2013	4 198	4 500	-	-	4 500
P. Luís Ribeiro, 23 sub cave Fr. DM	S. João Madeira	2013	4 731	4 500	-	-	4 500
P. Luís Ribeiro, 23 sub cave Fr. DO	S. João Madeira	2013	4 731	4 500	-	-	4 500
R. da Liberdade, 4 r/c N Esc. 101 Fr. B	Figueira da Foz	2013	101 929	92 000	-	-	92 000
R. da Liberdade, 4 r/c Esc. 109 Fr. J	Figueira da Foz	2013	49 944	52 000	-	-	52 000
Av. Paulo VI, 11 cave Fr. B	Rio Maior	2013	3 057	4 000	-	-	4 000
Av. Paulo VI, 11 cave Fr. F	Rio Maior	2013	3 057	4 000	-	-	4 000
Av. D. Vicente Afonso Valente, 1 13º Fr. AAT	Póvoa S. Iria	2013	48 808	85 000	-	-	85 000
R. Marta Sampaio, 18 sub cave Fr. AJ	Porto	2013	6 101	4 000	-	-	4 000
R. Marta Sampaio, 18 sub cave Fr. H	Porto	2013	5 084	3 000	-	-	3 000
R. Marta Sampaio, 18 sub cave Fr. I	Porto	2013	5 084	3 000	-	-	3 000
R. Dr. Cruz Malpique, 37 sub cave Fr. R	Porto	2013	6 101	3 500	-	-	3 500
R. Prof. Antão de Almeida Garret, 76 sub cave Fr. B	Porto	2013	5 084	3 000	-	-	3 000

(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. Prof. Antão de Almeida Garret, 76 sub cave Fr. S	Porto	2013	6 101	3 500	-	-	3 500
R. Prof. Antão de Almeida Garret, 76 r/c Fr. N	Porto	2013	5 084	3 000	-	-	3 000
R. Prof. Antão de Almeida Garret, 76 sub cave Fr. O	Porto	2013	6 101	3 500	-	-	3 500
R. Dr. Paulo Pombo, 32 sub cave Fr. L	Porto	2013	6 448	3 500	-	-	3 500
R. Dr. Paulo Pombo, 32 sub cave Fr. M	Porto	2013	6 101	3 500	-	-	3 500
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 cv 27 Fr. AD	Marinha Grande	2014	3 299	4 000	-	-	4 000
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 cv 93 Fr. DA	Marinha Grande	2014	3 329	5 000	-	-	5 000
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 cv 92 Fr. CZ	Marinha Grande	2014	3 296	5 000	-	-	5 000
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 15 esq Fr. JT	Marinha Grande	2014	42 397	55 000	-	-	55 000
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 cv 22 Fr. X	Marinha Grande	2014	3 299	5 000	-	-	5 000
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 cv 99 Fr. DG	Marinha Grande	2014	2 532	4 000	-	-	4 000
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 cv 5 Fr. DN	Marinha Grande	2014	410	1 500	-	-	1 500
R. Gonçalo Velho, 5 r/c F Fr. RCF	Rio de Mouro	2013	69 467	64 436	-	-	64 436
R. de Santarém, Edif. Jardim r/c Fr. AB	Coruche	2013	40 696	34 000	-	-	34 000
P. Francisco Sá Carneiro, 9 r/c lj 9 A Fr. A	Lisboa	2013	82 776	224 096	-	-	224 096
R. Jardim Tabaco, Av. Infante D. Henrique, edif. K	Lisboa	2014	2 000 441	2 000 441	-	-	2 000 441
IC - R. Jardim do Tabaco 61 a 63	Lisboa	2014	6 798 528	6 798 528	-	-	6 798 528
R. Ivens, 14 e R. Capelo, 1 a 9	Lisboa	2014	1 200 000	1 200 000	-	-	1 200 000
R. Jardim Tabaco, edifício 9A	Lisboa	2014	193 281	193 281	-	-	193 281
"Largo Leonor Faria Gomes, nº 9 r/c"	Paço de Arcos	2013	594 722	520 000	-	-	520 000
Hospital de Lagos	Lagos	2014	6 811 060	6 406 000	-	-	6 406 000
Hospital Boavista	Porto	2014	50 733 504	50 595 359	-	-	50 595 359
Clínica Boavista	Porto	2014	10 980 781	8 172 750	-	-	8 172 750
Hospital Lusitadas	Lisboa	2014	73 918 711	68 818 087	-	-	68 818 087
Rua Palma, Rua da Palma, 272/278	Lisboa	2014	176 412	1 923 850	-	-	1 923 850
Matinha, Urb. da Matinha, Rua 2, Lote A	Lisboa	2014	5 447 919	3 400 600	-	-	3 400 600
R. Dr. António José de Alvor n.º 1 e n.º 3	Alvor	2013	606 026	418 364	-	-	418 364
Leiria, Av.ª 22 de Maio n.º 30	Leiria	2013	535 315	461 262	-	-	461 262
Alameda das Antas, Alameda das Antas, nº 187 - Fração A	Porto	2013	408 612	378 775	-	-	378 775
Expo - Sul, Alameda dos Oceanos Lote 3.13.02 Loja A e B	Lisboa	2013	805 371	737 987	-	-	737 987
Alto de Stª Catarina, Avª Duque de Loulá, nº 11 B	Linda a Velha	2013	522 498	400 300	-	-	400 300
Expo - Norte, Avª dos Oceanos, Lote 4, 43	Lisboa	2013	848 502	690 840	-	-	690 840
Famalicão, Av. Dr. Carlos Bacelar, Edifício Atlanta Park, 120	V. N. de Famalicão	2013	344 166	296 778	-	-	296 778
Colina do Cruzeiro, Praça Cidade de Odivelas, Lote 14 - Loja 14 (Esq.)	Odivelas	2013	585 707	480 660	-	-	480 660
Santo André, Praça da Concórdia - Avª de Santiago, Lote 1	Sines	2013	429 406	363 059	-	-	363 059
Espaço Garantia Sta Maria - Sal1	Sal	2013	343 995	905 876	-	-	905 876
Apartamento Miramar	Santiago	2013	158 494	162 085	-	-	162 085
Apartamento Palmarejo	Santiago	2013	43 137	60 068	-	-	60 068
Espaço Comercial p/Escritório-Boavista Banco Interatl.	Boa Vista	2013	118 514	145 948	-	-	145 948
Edifício AGUIA-SOGEI	Santiago	2013	211 309	226 823	-	-	226 823
Predio na Rua do Corvo	Santiago	2013	253 934	270 575	-	-	270 575
Predio ASA	Santiago	2013	166 440	190 450	-	-	190 450
Predio BIA Av. Cidade Lisboa	Santiago	2013	206 412	214 533	-	-	214 533
Espaço Comercial TURINVEST HOLDING SA-Bloco B nº0/4 Sal - Sta.Maria	Sal	0	135 361	135 361	-	-	135 361
Espaço Comercial Vila Verde Resort-Bloco C - Sta.Maria	Sal	0	269 170	269 170	-	-	269 170
Espaço Comercial "Tahiti Center"	Santiago	0	38 090	38 090	-	-	38 090
Edifício Espargos - SAL	Sal	0	18 773	18 773	-	-	18 773
Edifício PROIMO-S.Vicente	S.Vicente	0	42 171	42 172	-	-	42 172
Edifício ASA	0	-	-	29 327	-	-	29 327
Terreno R.Craquinha - S.Vicente	S. Vicente	0	1 866	1 866	-	-	1 866
Empreendimento turístico Salinas Beach - Maio	Maio	2014	758 109	454 865	-	-	454 865
Shinagawa-ku, Tokyo, Japan	Tokyo	2014	145 414 767	178 337 809	-	-	178 337 809
Total de Rendimento			474 884 924	650 333 269			650 333 269
TOTAL GERAL			827 797 026	1 156 120 464	(11 834 376)	(110 812 583)	1 033 473 505

A hand is holding a white card in the foreground. The card has the text 'RELATÓRIO E PARECERES ÀS CONTAS CONSOLIDADAS' written on it. In the background, there is a building at night with a red sign that says 'FIDELIDADE SEGUROS DESDE 1898'. There are also other signs for 'ZON' and 'Gor' visible.

**RELATÓRIO E
PARECERES ÀS
CONTAS
CONSOLIDADAS**

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de LongRun Portugal SGPS, S.A., as quais compreendem o Demonstração da Posição Financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de activo de 14.223.364.817 Euros e um total de capital próprio de 1.167.161.756 Euros, incluindo um resultado líquido atribuído aos detentores de capital da empresa, enquanto mãe do grupo, de 123.823.399 Euros), a Demonstração de Resultados Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidada, a Demonstração das Variações no Capital Próprio Consolidada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as variações no seu capital próprio consolidadas e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as

demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das Sociedades englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da LongRun Portugal SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as variações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

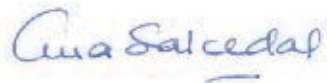
64

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 5 de Maio de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL EXERCÍCIO DE 2014

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da Sociedade e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da Sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciamos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte:

PARECER

- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 2015.

O CONSELHO FISCAL

Xiaolei Hu - Presidente

Xiaoyong Wu - Vogal

Lijun Shao - Vogal

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas individuais e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, de 2015.

O CONSELHO FISCAL

Xiaolei Hu - Presidente

Xiaoyong Wu - Vogal

Lijun Shao - Vogal

A hand is holding a white rectangular card in front of a background image of a city street with historic buildings. The card has a smaller, semi-transparent version of the same street image in the center. Overlaid on this central image is the text 'RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CONTAS SEPARADAS' in white, bold, uppercase letters.

**RELATÓRIO
DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO
CONTAS
SEPARADAS**

1. INTRODUÇÃO

Nos termos legais e estatutários, vem a Gerência da Sociedade LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Este relatório é acompanhado das seguintes demonstrações financeiras: Balanço, Demonstração dos Resultados, Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração de Alterações do Capital Próprio e do respetivo Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

2. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

De acordo com a generalidade dos analistas registou-se um crescimento económico moderado em 2014, ligeiramente abaixo das projeções previamente efetuadas. Um dos principais motivos prende-se com o facto das políticas adotadas pelas maiores economias não terem ainda restabelecido a confiança dos mercados, especialmente na zona euro. Este clima de incerteza é reforçado pela falta de aprofundamento de compromissos político-económicos entre os países da União Europeia (UE), pela incerteza no regresso aos mercados dos países intervencionados, pela desaceleração das economias emergentes, pelo enclave grego e pela tensão político-económica entre a Rússia e a UE.

A nível Internacional e Europeu, e de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a atividade económica a nível mundial terá registado em 2014 um crescimento positivo de cerca de 3% (3,3%) - mantendo-se os valores de 2013 -, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) das designadas economias desenvolvidas apresenta uma tendência inferior, situando-se na ordem dos 1,8%, contra os 4,4% das economias emergentes. Comparando os ritmos de crescimento dos EUA e da zona euro, verificamos que as previsões do ano transato estavam corretas, uma vez que os EUA tiveram um ligeiro

incremento da atividade económica na ordem dos 0,2% (a economia americana fechou o ano de 2014 com um crescimento de 2,4%) e, na zona euro, este foi um ano de alavancagem da economia rondando os 1,3% (na globalidade, a economia europeia retomou o crescimento económico na ordem dos 0,8%, o que contrasta com a destruição de valor que ocorrerá no ano transato: -0,5%).

A nível nacional, apesar de muito ténues, as melhorias da condição macroeconómica portuguesa fazem sentir-se nomeadamente na ligeira redução da taxa de desemprego, no crescimento positivo do PIB, e na descida das taxas de juro (e consequentemente dos níveis de risco das obrigações do tesouro) a que a República Portuguesa se consegue financiar externamente.

A tendência de contração da procura interna inverteu-se face aos anos de 2013 e 2012, crescendo 2% em termos reais, após a diminuição de 2,3% verificada no período anterior. O consumo privado seguiu o mesmo rumo passando de uma redução de 1,4% em 2013 para um crescimento de 2,1% em 2014. Tanto o Investimento como a Formação Bruta de Capital Fixo apresentaram também apreciações quando comparadas com o ano anterior.

3. ATIVIDADE

A LONGRUN PORTUGAL SGPS, S.A., com sede em Largo de São Carlos n.º 3, Lisboa, tem como objecto a atividade de gestão de investimentos financeiros, tendo dado o início de atividade em 25 de abril de 2014.

Neste exercício de 2014, a Sociedade procedeu à aquisição de participação de Capital em 3 Sociedades: Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare

- Seguros de Saúde, S.A. e Cares - Companhia de Seguros, S.A., numa percentagem de 80%.

Em janeiro de 2015 a Empresa procedeu à aquisição de mais 6.033.140 ações pelo montante total de 61.131.213,37 Euros, correspondentes a 4,986% do capital social da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A..

4. RESULTADOS

A Sociedade apresentou no exercício de 2014, um Resultado Líquido Positivo no montante de 3.040,31 Euros.

5. RENDIMENTOS E GASTOS DA ATIVIDADE

Os gastos e perdas neste exercício de 2014, totalizaram o montante de Euros 9.637,41, sendo os montantes mais significativos relativos a fornecimentos e serviços externos (Euros 7.744,96), a Gastos com pessoal (Euros 1.593,04) e a outros gastos e perdas (Euros 299,41).

Os rendimentos e ganhos neste exercício de 2014, totalizaram o montante de Euros 13.585,87, sendo os mesmos relativos a outros rendimentos e ganhos, nomeadamente de juros credores de depósitos bancários de curto prazo.

6. AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS AOS MEMBROS DA DIREÇÃO

No exercício de 2014 não foram concedidas autorizações para a realização de negócios com a Sociedade aos membros dos Órgãos Sociais.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Gerência considera que o resultado obtido neste exercício está em conformidade com os planos e expectativas criadas e propõe que o mesmo seja transferido para:

Reservas Legais	152,00 Euros
Resultados Transitados	2 888,31 Euros

8. OUTRAS MENÇÕES

- 1) A Gerência informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.
- 2) Dando cumprimento ao estipulado no Decreto 411/91, de 17 de outubro, a Gerência informa que a sua situação perante a Segurança Social se encontra regularizada à data da produção deste relatório.
- 3) Após o encerramento do exercício e até à elaboração do presente relatório não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.
- 4) Para efeitos da alínea d) do n.º 2 do Artigo 66 do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2014, a Sociedade não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2014.
- 5) Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66 do Código das Sociedades Comerciais.

9. FACTOS RELEVANTES

Não se registaram quaisquer factos relevantes após o termo do exercício, para além do já mencionado no ponto 3.

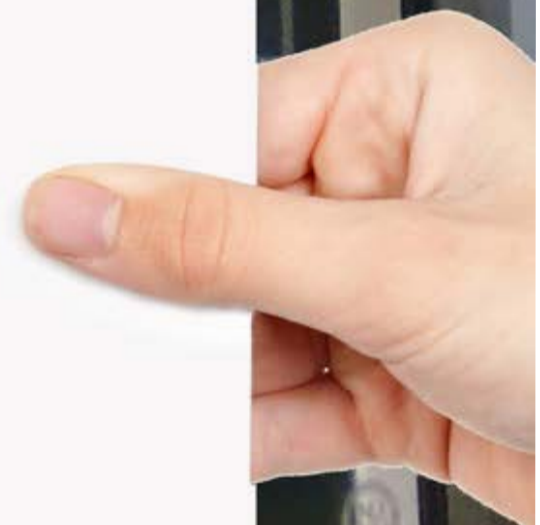
Lisboa, 12 de março de 2014.

A Gerência

FIDELIDADE

17

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS



Balanço em 31 de Dezembro de 2014

(Valores em Euros)

	Notas	31.dez.2014
Ativo		
Não Corrente		
Participações financeiras - outros métodos	6	1 037 653 645,56
Total do Ativo Não Corrente		1 037 653 645,56
Corrente		
Estado e outros entes públicos	7	2 887,05
Outras contas a receber		1 069,35
Caixa e depósitos bancários	4	206 260,31
Total do Ativo Corrente		210 216,71
Total do Ativo		1 037 863 862,27
Capital Próprio e Passivo		
Capital Próprio		
Capital realizado	8.1	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	8.2	1 037 800 000,00
Resultado líquido do exercício		3 040,31
Total dos Capitais Próprios		1 037 853 040,31
Passivo		
Corrente		
Estado e outros entes públicos	7	245,95
Financiamentos obtidos	15	500,00
Outras contas a pagar	9	10 076,01
Total do Passivo Corrente		10 821,96
Total do Passivo		10 821,96
Total do Capital Próprio e Passivo		1 037 863 862,27

Demonstração dos Resultados por Naturezas no Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores em Euros)

	Notas	31.dez.2014
Fornecimentos e serviços externos	10	-7 744,96
Gastos com o pessoal	11	-1 593,04
Outros rendimentos e ganhos	12	13 585,87
Outros gastos e perdas	12	-299,41
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 948,46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 948,46
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00
Resultado antes de impostos		3 948,46
Imposto sobre o rendimento do período	13	-908,15
Resultado líquido do período		3 040,31
Resultado por ação básico		0,06

Lisboa, 9 de abril de 2015

**O Diretor de Contabilidade e Informação Financeira
e Técnico Oficial de Contas**

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Conselho de Administração

Guoqi DING - Presidente
Xuetang QIN - Vogal

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Exercício de 2014

(Valores em Euros)

	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de Capital Próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Em 1 de janeiro de 2013		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período					3 040,31	3 040,31
Resultado Integral					3 040,31	3 040,31
Operações com detentores de capital próprio						
Realizações de capital		50 000,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	8 2	0,00	1 037 800 000,00	0,00	0,00	1 037 800 000,00
Em 31 de dezembro de 2014	8	50 000,00	1 037 800 000,00	0,00	0,00	1 037 853 040,31

Lisboa, 9 de abril de 2015

O Diretor de Contabilidade e Informação Financeira e Técnico Oficial de Contas

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Conselho de Administração

Guoqi DING - Presidente
Xuetang QIN - Vogal

Demonstração dos Fluxos de Caixa no Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores em Euros)

	Notas	31.dez.2014
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-3 795,20
Outros recebimentos/pagamentos		-384,80
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		-4 180,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	4	-1 037 653 645,56
		-1 037 653 645,56
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares		13 585,87
		13 585,87
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		-1 037 640 059,69
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		500,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	8.2	1 037 850 000,00
		1 037 850 500,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		1 037 850 500,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		206 260,31
Efeito das diferenças de câmbio		0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	206 260,31

Lisboa, 9 de abril de 2015

**O Diretor de Contabilidade e Informação Financeira
e Técnico Oficial de Contas**

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Conselho de Administração

Guoqi DING - Presidente

Xuetang QIN - Vogal

A hand is shown on the right side of the frame, holding a white rectangular card. The card is positioned in front of a background image of a city street. The street features several multi-story buildings with classical architectural elements like windows and balconies. One building on the left has a sign that says 'coporgues!'. The foreground shows a cobblestone-paved area with a decorative pattern of circular motifs. The overall scene is captured in a slightly desaturated, cinematic style.

**NOTAS
ÀS CONTAS
SEPARADAS**

1. INTRODUÇÃO

A LONGRUN PORTUGAL SGPS, S.A. (referida neste documento como “Longrun Portugal” ou “Empresa”), com sede em Largo de São Carlos n.º 3, Lisboa, tem como objeto a atividade de gestão de investimentos financeiros.

O Conselho de Administração é de opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Longrun Portugal, bem como a sua posição e performance financeira, os seus resultados e fluxos de caixa, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Longrun SGPS foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotado pela União Europeia, que incluem os International Accounting Standards (“IAS”) emitidos pela International Accounting Standards Committee (“IASC”), os International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e respetivas interpretações “IFRIC” emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “IFRS”.

Os principais critérios contabilísticos aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritos abaixo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Longrun Portugal, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.13.

2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DAS IFRS

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras não existiram quaisquer situações que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelas IFRS.

2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras não são comparáveis com os do exercício anterior, uma vez que a Sociedade iniciou a sua atividade em 25 de abril de 2014.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A empresa foi constituída em 13 de fevereiro de 2014; por este motivo, a Demonstração dos Resultados, Demonstração dos fluxos de Caixa e Demonstração das alterações no capital próprio não cobrem o período de um ano.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

3.1. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2. MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

3.3. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo no item "Participações financeiras - outros métodos", de acordo com o permitido pela IAS 27, sujeitos a testes de imparidade.

De acordo com este método, as participações financeiras ficam registadas pelo seu custo de aquisição, e o investidor reconhece o rendimento do investimento apenas até ao ponto em que receber distribuições de lucros acumulados da investida gerados após a data de aquisição. As distribuições recebidas em excesso de tais lucros são consideradas uma recuperação do investimento, sendo reconhecidas como uma redução do custo do investimento.

3.4. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a IFRS 9 - Instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados/mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado deduzido qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Longrun Portugal classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos/passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno/remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado/uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os ativos/passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos/pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos/passivos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.)/financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio.

A Longrun Portugal classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período.

À data do balanço, a Empresa não tem registado quaisquer ativos/passivos financeiros mensurados ao justo valor.

A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, é reconhecida perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Os passivos financeiros (ou parte de passivos financeiros) são desreconhecidos apenas quando estes se extinguem, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expirada.

3.5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

3.6. RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

Capital Realizado: em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura. Reservas Legais: de acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação do capital social (art.º 296 do CSC).

3.7. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 23% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado

contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, a declaração fiscal da Empresa do ano de 2014 ainda poderá estar sujeita a revisão.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos ativos por impostos diferidos ou na data de pagamento dos passivos por impostos diferidos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

3.8. GASTOS E RENDIMENTOS

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.9. RÉDITO

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de mercadorias e prestação de serviços no decurso normal da atividade da Longrun Portugal. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos atribuídos.

3.10. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Longrun Portugal são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor previsão do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de previsão possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

3.11. IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A Empresa efetua, numa base anual, teste de imparidade aos investimentos financeiros. Sendo a quantia da perda por imparidade, caso aplicável, a diferença entre quantia escriturada e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

3.12. ACIONISTAS SÓCIOS

Nesta rubrica apenas se encontram contabilizados os empréstimos concedidos pela empresa, nomeadamente à casa-mãe. Estes saldos são reconhecidos deduzidos de eventuais perdas por imparidade, sempre que aplicável.

As perdas por imparidade são registadas sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica Imparidade de contas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

À data do relato financeiro do período findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalentes de caixa com restrições de utilização.

4.2. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2014, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa, para efeitos da apresentação do balanço e da demonstração de fluxos de caixa, apresenta os seguintes valores:

(Valores em Euros)

	31-dez-14
Depósitos à ordem	206 260,31
	206 260,31

5. POLÍTICAS E ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

5.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Não foram introduzidas alterações às políticas constantes das NCRF em vigor em 31 de dezembro de 2014.

5.2. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

No período findo em 31 de dezembro de 2014 não se considerou necessário alterar de forma significativa as estimativas ou áreas que envolvem maior julgamento, com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

As principais áreas de julgamento ou que envolvem apuramento de estimativas são evidenciadas na Nota 3.13 acima.

5.3. ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram quaisquer erros ou omissões com impacto nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2014, relacionadas com o período anterior.

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os saldos dos investimentos em empresas subsidiárias em 31 de dezembro de 2014 apresentavam-se como segue:

(Valores em Euros)

Investimentos em empresas subsidiárias	Sede	31 de dezembro de 2014	
		% participação	Saldo em 31.dez.14
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	80%	980 832 886,89
Mulicare - Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	80%	39 420 236,01
Cares - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	80%	17 400 522,66
			1 037 653 645,56

Os dados financeiros das principais empresas subsidiárias em 31 de dezembro de 2014 eram os seguintes:

(Valores em Euros)

Setor Segurador	Ativos	Passivos	Capital próprio	Resultado Líquido	Total dos proveitos
Mulicare - Seguros de Saúde, S.A.	127 431 220	77 129 833	50 301 387	4 796 525	198 532 707
Cares - Companhia de Seguros, S.A.	56 160 796	36 961 854	19 198 942	6 002 621	44 220 822
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	13 434 977 250	12 190 075 862	1 244 901 388	159 108 030	1 760 599 143

7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014, os valores a pagar ao Estado e outros entes Públicos, apresenta-se como segue:

(Valores em Euros)

31-dez-14	
Ativo	
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	2 887,05
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00
	2 887,05
Passivo	
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	245,95
Contribuições para a Segurança Social (SS)	0,00
	245,95

Para o período apresentado o montante de imposto a receber (pagar) em IRC tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

		31-dez-14
Retenções na fonte Capitais		3 795,20
Estimativa de IRC		-908,15
		2 887,05

8. CAPITAL PRÓPRIO

8.1. CAPITAL REALIZADO

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Longrun Portugal encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

(Valores em Euros)

	% Capital	Valor
Millennium Gain Limited	100,00%	50 000

A 15 de maio de 2014 a empresa procedeu à conclusão da compra dos investimentos financeiros (ver nota 6), tendo nesta data sido cumpridas, tanto pelo vendedor como pelo comprador, todas as formalidades de transmissão.

8.2. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 7 de maio de 2014 e através da ata da Assembleia Geral foram realizadas prestações acessórias, pela acionista única, no montante total de 1.037.800.000, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

9. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2014 o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como se segue:

(Valores em Euros)

	31-dez-14	
	Corrente	Não corrente
Devedores por acréscimo de gastos	6 593,04	0,00
Outras contas a pagar (ver nota 15)	3 482,97	0,00
	10 076,01	0,00

10. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com Fornecimentos e serviços externos no período findo em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

(Valores em Euros)

31-dez-14	
Serviços especializados	7 744,96
	7 744,96

11. GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe dos gastos com os gastos com o pessoal no período findo em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

(Valores em Euros)

31-dez-14	
Encargos sobre remunerações	1 593,04
	1 593,04

12. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS E OUTROS GASTOS E PERDAS

Os Outros rendimentos e ganhos no período findo em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

(Valores em Euros)

31-dez-14	
Outros rendimentos e ganhos	13 585,87
	13 585,87

Os outros rendimentos e ganhos respeitam aos juros credores auferidos com o depósito bancário de curto prazo.

Os Outros gastos e perdas no período findo em 31 de dezembro de 2014 foi como se segue:

(Valores em Euros)

31-dez-14	
Impostos	266,35
Outros gastos e perdas	33,06
	299,41

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Autoridade Tributária durante um período de quatro anos, exceto quando tenham sido registados prejuízos fiscais, concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações fiscais, casos estes em que, dependendo

das circunstâncias, os prazos poderão ser alargados ou suspensos. Assim, a declaração fiscal do ano de 2014 poderá vir ainda a ser sujeita a revisão.

A Empresa encontra-se sujeita a tributação sobre o rendimento em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), nas seguintes taxas:

(Valores em Euros)

2014	
Taxa nominal de imposto	
Matéria coletável	23,00%
Derrama (*)	1,50%

(*) Para o exercício em apreço, dado a Sociedade não ter volume de negócios e se encontrar no Município de Lisboa, é isenta de pagamento da derrama.

O gasto com impostos sobre o rendimento do período findo em 31 de dezembro de 2014 apresenta-se como segue:

(Valores em Euros)

2014	
Resultado antes de imposto	3 948,46 €
Taxa de imposto	23%
	908,15 €
Imposto s/ rendimento corrente (ver nota 15)	908,15 €
Imposto s/ rendimento do período	908,15 €
Taxa efetiva de imposto	23%

14. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Empresa não apresenta quaisquer ativos ou passivos contingentes em 31 de dezembro de 2014.

15. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2014, a Longrun Portugal é controlada pela Millennium Gain Limited que detém 100% do seu capital.

Os saldos e transações com empresas do Grupo em 31 de dezembro de 2014 apresentam-se como segue:

(i) Saldos devedores e (credores) com Empresa-mãe do Grupo Longrun e partes relacionadas

(Valores em Euros)

	2014		
	Empresa-Mãe	Subsidiárias	Outros
SALDOS PENDENTES			
Empréstimos Obtidos	500,00		
Outros Creadores		2 396,62	1 086,35

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2015 a Empresa procedeu à aquisição de mais 6.033.140 ações pelo montante total de 61.131.213,37 Euros, correspondentes a 4,986% do capital social da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A..

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes à data de relato que pudessem ter impacto significativo nas demonstrações financeiras de período findo em 31 de dezembro de 2014.

A hand is holding a white rectangular card in front of a background image of a street. The card features a photograph of a Fidelidade store with a large tree in front. Overlaid on the photograph is the text 'RELATÓRIO E PARECERES ÀS CONTAS SEPARADAS' in white, bold, uppercase letters.

**RELATÓRIO E
PARECERES ÀS
CONTAS
SEPARADAS**

Certificação Legal das Contas Separadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da LongRun Portugal SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de activo de 1.037.863.862,27 Euros e um total de capital próprio de 1.037.853.040,31 Euros, incluindo um resultado líquido de 3.040,31 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

8. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de LongRun Portugal SGPS, S.A., em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 5 de Maio de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL EXERCÍCIO DE 2014

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da Sociedade e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da Sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciamos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão;

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 2015.

O CONSELHO FISCAL

Xiaolei Hu - Presidente
Xiaoyong Wu - Vogal
Lijun Shao - Vogal

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas individuais e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, de 2015.

O CONSELHO FISCAL

Xiaolei Hu - Presidente

Xiaoyong Wu - Vogal

Lijun Shao - Vogal

A hand is holding a white rectangular card in front of a background image of a building facade. The card features a smaller photograph of an ornate, arched doorway with a decorative iron gate. Overlaid on this smaller photograph is the text 'RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO' in white, bold, sans-serif capital letters. The background image shows a multi-story building with classical architectural details, including a balcony with a decorative iron railing and a sign that partially reads 'FIDELIDADE' and 'SECURITY SERVICE' below it.

**RELATÓRIO
DE GOVERNO
SOCIETÁRIO**

INTRODUÇÃO

A LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A., (doravante “Sociedade”) elabora o seu Relatório do Governo da Sociedade de forma clara e transparente à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis, de modo a tornar públicos os princípios e normativos regulatórios no âmbito do Governo da Sociedade.

O presente Relatório do Governo da Sociedade respeitante ao exercício de 2014 foi elaborado em cumprimento do estabelecido no artigo 70º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais.

INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da Sociedade, no montante de 50.000,00 euros, é representado por 50.000 ações nominativas, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas. Todas as ações conferem direitos idênticos e são fungíveis entre si.

2. RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES

As ações representativas do capital social da Sociedade são livremente transmissíveis.

3. NÚMERO DE AÇÕES PRÓPRIAS, PERCENTAGEM DE CAPITAL SOCIAL CORRESPONDENTE E PERCENTAGEM DE DIREITOS DE VOTO A QUE CORRESPONDERIAM AS AÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade não detinha quaisquer ações próprias.

4. REGIME A QUE SE ENCONTRE SUJEITA A RENOVAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DEFENSIVAS, EM PARTICULAR AQUELAS QUE PREVEJAM A LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE VOTOS SUSCETÍVEIS DE DETENÇÃO OU DE EXERCÍCIO POR UM ÚNICO ACIONISTA DE FORMA INDIVIDUAL OU EM CONCERTAÇÃO COM OUTROS ACIONISTAS

Os estatutos da Sociedade não contemplam limitações ao número de votos suscetíveis de detenção ou exercício por um único acionista de forma individual ou concertada.

5. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DE DIREITOS DE VOTO

Não existem acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de votos da Sociedade.

II. Participações Sociais detidas

6. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS QUE SÃO TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS, COM INDICAÇÃO DA PERCENTAGEM DE CAPITAL E DE VOTOS IMPUTÁVEL E DA FONTE E CAUSAS DE IMPUTAÇÃO

As participações qualificadas no capital social da Sociedade a 31 de dezembro de 2014, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação, encontram-se espelhadas no Quadro seguinte:

Acionista	Nº de Ações	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto	Fonte e Causas de Imputação
Millenium Gain Limited	50 000	100%	100%	Constituição

7. INDICAÇÃO SOBRE O NÚMERO DE AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2014, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham ações nem obrigações da Sociedade.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. Assembleia Geral

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

8. IDENTIFICAÇÃO E CARGO DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL E RESPETIVO MANDATO

Não foi eleita mesa da Assembleia Geral para o mandato em curso.

b) Exercício do direito de voto

9. EVENTUAIS RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE DIREITO DE VOTO, TAIS COMO LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO VOTO DEPENDENTE DA TITULARIDADE DE UM NÚMERO OU PERCENTAGEM DE AÇÕES, PRAZOS IMPOSTOS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU SISTEMAS DE DESTAQUE DE DIREITOS DE CONTEÚDO PATRIMONIAL

Nos termos do artigo 8º dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral é constituída pelos acionistas presentes e representados nos termos da lei, sendo que a cada ação corresponde um voto.

10. INDICAÇÃO DA PERCENTAGEM MÁXIMA DOS DIREITOS DE VOTO QUE PODEM SER EXERCIDOS POR UM ÚNICO ACIONISTA OU POR ACIONISTAS QUE COM AQUELE SE ENCONTREM EM ALGUMA DAS RELAÇÕES DO N.º 1 DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Os Estatutos não contemplam qualquer percentagem máxima de direitos de votos que podem ser exercidos por um único acionista ou mesmo por acionista que com aquele se encontre em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários.

11. IDENTIFICAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES ACIONISTAS QUE, POR IMPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA, SÓ PODEM SER TOMADAS COM MAIORIA QUALIFICADA, PARA ALÉM DAS LEGALMENTE PREVISTAS, E INDICAÇÃO DESSAS MAIORIAS

A Assembleia Geral pode deliberar em primeira convocação, desde que estejam presentes ou representados os acionistas que detenham, pelo menos, três quartos do total das ações representativas do capital social, e em segunda convocação com qualquer que seja o número de acionistas presentes ou representados e o quantitativo do capital a que as respetivas ações correspondam.

II. Administração

Conselho de Administração

a) Composição

12. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO ADOTADO

A Sociedade adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração.

13. REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral.

As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração são preenchidas por cooptação até

que a primeira Assembleia Geral sobre elas proveja definitivamente.

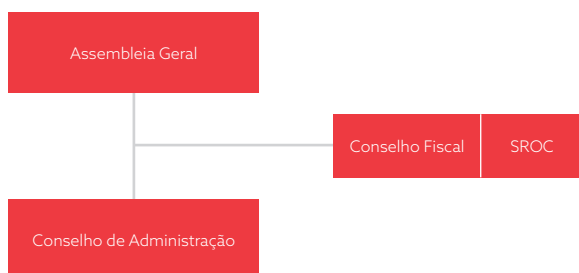
14. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO ESTATUTÁRIO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEMBROS, DURAÇÃO ESTATUTÁRIA DO MANDATO, NÚMERO DE MEMBROS EFETIVOS, DATA DA DESIGNAÇÃO E DURAÇÃO DO MANDATO DE CADA MEMBRO

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por entre dois a cinco membros, com o Presidente do Conselho de Administração designado pela Assembleia Geral. O mandato dos Administradores é de três anos civis, podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes, e contando-se como completo o ano civil em que forem designados.

A 31 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração é constituído por:

Membros do Conselho de Administração (CA)	Cargo	Data de Nomeação do Mandato	Duração do Mandato	Observações
Guoqi Ding	Presidente	13-02-2014	2014/2016	Executivo
Xuetang Qin	Vogal	13-02-2014	2014/2016	Executivo

O quadro seguinte representa a estrutura de Governo Societário da CPR durante o exercício de 2014:



Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA), enquanto órgão de governo da Sociedade, tem, nos termos do n.º 1 do artigo 13º dos Estatutos da Sociedade, os mais amplos poderes de administração e representação da Sociedade.

O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

III. Fiscalização

Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

a) Composição

15. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO (CONSELHO FISCAL, COMISSÃO DE AUDITORIA OU CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO) CORRESPONDENTE AO MODELO ADOTADO

A fiscalização da Sociedade, nos termos do artigo 413º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, compete a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2014-2016.

Os Estatutos da Sociedade remetem as competências do Conselho Fiscal para as previstas na lei.

16. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL, COM INDICAÇÃO DO CARGO DE CADA MEMBRO, DATA DE NOMEAÇÃO E DURAÇÃO ESTATUTÁRIA DO MANDATO

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros efetivos e um suplente, com mandatos de três anos, renováveis, tendo a seguinte composição em 31 de dezembro de 2014:

Membros do Conselho Fiscal	Cargo	Data de Nomeação do Mandato	Duração do Mandato
Xiaolei Hu	Presidente	26-09-2014	2014/2016
Xiaoyong Wu*	Vogal	26-09-2014	2014/2016
Lijun Shao	Vogal	26-09-2014	2014/2016
Alex Pei	Suplente	26-09-2014	2014/2016

* O vogal Xiaoyong Wu renunciou ao cargo por carta datada de 24.02.2015.

IV. Revisor Oficial de Contas

17. IDENTIFICAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS E DO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA

O Revisor Oficial de Contas é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada pela sua sócia Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC, n.º 1230.

18. INDICAÇÃO DO NÚMERO DE ANOS EM QUE O REVISOR OFICIAL DE CONTAS EXERCE FUNÇÕES CONSECUTIVAMENTE JUNTO DA SOCIEDADE E/OU GRUPO

O Revisor Oficial de Contas foi designado a 26 de setembro de 2014 para exercer funções até ao final do triénio 2014/2016.

V. Auditor Externo

19. IDENTIFICAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO DESIGNADO PARA OS EFEITOS DO ARTIGO 8.º E DO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA NO CUMPRIMENTO DESSAS FUNÇÕES, BEM COMO O RESPECTIVO NÚMERO DE REGISTO NA CMVM

A Sociedade não tem um auditor externo, não se aplicando, deste modo, as disposições de governo das sociedades referentes ao mesmo.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

20. REGRAS APLICÁVEIS À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE

As alterações dos Estatutos da Sociedade regem-se pelo disposto na Lei em vigor.

II. Comunicação de irregularidades

21. MEIOS E POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES OCORRIDAS NA SOCIEDADE

A Sociedade tem uma cultura de responsabilidade e de compliance, reconhecendo a importância do adequado enquadramento da comunicação e processamento de irregularidades como instrumento de boa prática societária e implementa os meios adequados de receção, tratamento e arquivo das comunicações de irregularidades, alegadamente cometidas por membros dos órgãos sociais e por colaboradores da Sociedade ou das sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

São consideradas como irregularidades os atos e omissões, dolosas ou negligentes, relacionados com a administração, a organização contabilística e a fiscalização interna da Sociedade que, de forma grave, sejam suscetíveis nomeadamente de:

a) Violar a lei, os regulamentos e outros normativos em vigor;

b) Colocar em causa o património dos clientes, dos acionistas e da Sociedade;

c) Causar dano reputacional à Sociedade ou a sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

Podem comunicar irregularidades, os colaboradores, mandatários, comissários ou quaisquer outras pessoas que prestem serviços a título permanente ou ocasional na Sociedade ou em qualquer entidade do Grupo, os acionistas e quaisquer outras pessoas.

III. Sítio de Internet e Disponibilização de Informação sobre a Sociedade

22. ENDEREÇO(S)

A Sociedade não dispõe de sítio na Internet.

23. LOCAL ONDE SE ENCONTRA INFORMAÇÃO SOBRE A SOCIEDADE, ÓRGÃOS SOCIAIS E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

A informação sobre a Sociedade, sobre os órgãos sociais e os documentos de prestação de contas encontra-se disponível na Sede da Sociedade.

24. LOCAL ONDE SE ENCONTRAM OS ESTATUTOS E OS REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais estão disponíveis na Sede da Sociedade.

25. LOCAL ONDE SÃO DIVULGADOS A CONVOCATÓRIA PARA A REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL E TODA A INFORMAÇÃO PREPARATÓRIA E SUBSEQUENTE COM ELA RELACIONADA

As convocatórias para as reuniões da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada estão disponíveis na Sede da Sociedade.

26. LOCAL ONDE SE DISPONIBILIZA O ACERVO HISTÓRICO COM AS DELIBERAÇÕES TOMADAS NAS REUNIÕES DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA SOCIEDADE, O CAPITAL SOCIAL REPRESENTADO E OS RESULTADOS DAS VOTAÇÕES, COM REFERÊNCIA AOS 3 ANOS ANTECEDENTES

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes, estão disponíveis na Sede da Sociedade. Tendo a sociedade sido constituída há um ano, o acervo histórico encontra-se limitado a esse período.

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

27. INDICAÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS, DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA OU ADMINISTRADOR DELEGADO E DOS DIRIGENTES DA SOCIEDADE

A fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais cabe à Assembleia Geral, não tendo sido constituída na Sociedade uma Comissão de Remunerações.

II. Estrutura das remunerações

28. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 2.º DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados pelo exercício das suas funções.

A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, caso venha a existir, no futuro, será fixada tendo como referência as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como os princípios orientadores da política de fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo.

Em face do exposto, dispensa-se de fazer a avaliação sobre o grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do então Instituto de Seguros de Portugal, agora Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, em matéria de política de remuneração.

III. Divulgação das remunerações

29. INDICAÇÃO DO MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO AUFERIDA, DE FORMA AGREGADA E INDIVIDUAL, PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE, PROVENIENTE DA SOCIEDADE, INCLUINDO REMUNERAÇÃO FIXA E VARIÁVEL E, RELATIVAMENTE A ESTA, MENÇÃO ÀS DIFERENTES COMPONENTES QUE LHE DERAM ORIGEM

Os membros do Conselho de Administração não exercem funções de forma remunerada.

30. INDEMNIZAÇÕES PAGAS OU DEVIDAS A EX-ADMINISTRADORES EXECUTIVOS RELATIVAMENTE À CESSAÇÃO DAS SUAS FUNÇÕES DURANTE O EXERCÍCIO

Não houve nenhum administrador a cessar funções durante o exercício.

31. INDICAÇÃO DO MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO AUFERIDA, DE FORMA AGREGADA E INDIVIDUAL, PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE, PARA EFEITOS DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO

Os membros do Conselho Fiscal não exercem funções de forma remunerada.

32. INDICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO NO ANO DE REFERÊNCIA DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Tal como indicado supra não existe mesa da Assembleia Geral eleita.

IV. Acordos com implicações remuneratórias

33. REFERÊNCIA À EXISTÊNCIA E DESCRIÇÃO, COM INDICAÇÃO DOS MONTANTES ENVOLVIDOS, DE ACORDOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO QUE PREVEJAM INDEMNIZAÇÕES EM CASO DE DEMISSÃO, DESPEDIMENTO SEM JUSTA CAUSA OU CESSAÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO NA SEQUÊNCIA DE UMA MUDANÇA DE CONTROLO DA SOCIEDADE (ARTIGO 245.º -A, N.º 1, AL. L)

Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

V. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ('stock options')

34. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO E DOS RESPETIVOS DESTINATÁRIOS

Não existem planos com estas características.

35. DIREITOS DE OPÇÃO ATRIBUÍDOS PARA A AQUISIÇÃO DE AÇÕES ('STOCK OPTIONS') DE QUE SEJAM BENEFICIÁRIOS OS TRABALHADORES E COLABORADORES DA EMPRESA

Não existem direitos de opção atribuídos para aquisição de ações de que sejam beneficiários os trabalhadores.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

36. MECANISMOS IMPLEMENTADOS PELA SOCIEDADE PARA EFEITOS DE CONTROLO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Sociedade adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

37. INDICAÇÃO DAS TRANSAÇÕES QUE FORAM SUJEITAS A CONTROLO NO ANO DE REFERÊNCIA

Todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.

38. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS APLICÁVEIS À INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA EFEITOS DA AVALIAÇÃO PRÉVIA DOS NEGÓCIOS A REALIZAR ENTRE A SOCIEDADE E TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA OU ENTIDADES QUE COM ELES ESTEJAM EM QUALQUER RELAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objeto de apreciação e de deliberação do Conselho de Administração, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Sociedade, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

II. Elementos relativos às transações

39. INDICAÇÃO DO LOCAL DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ONDE ESTÁ DISPONÍVEL INFORMAÇÃO SOBRE OS NEGÓCIOS COM PARTES RELACIONADAS

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se nas demonstrações financeiras.

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.